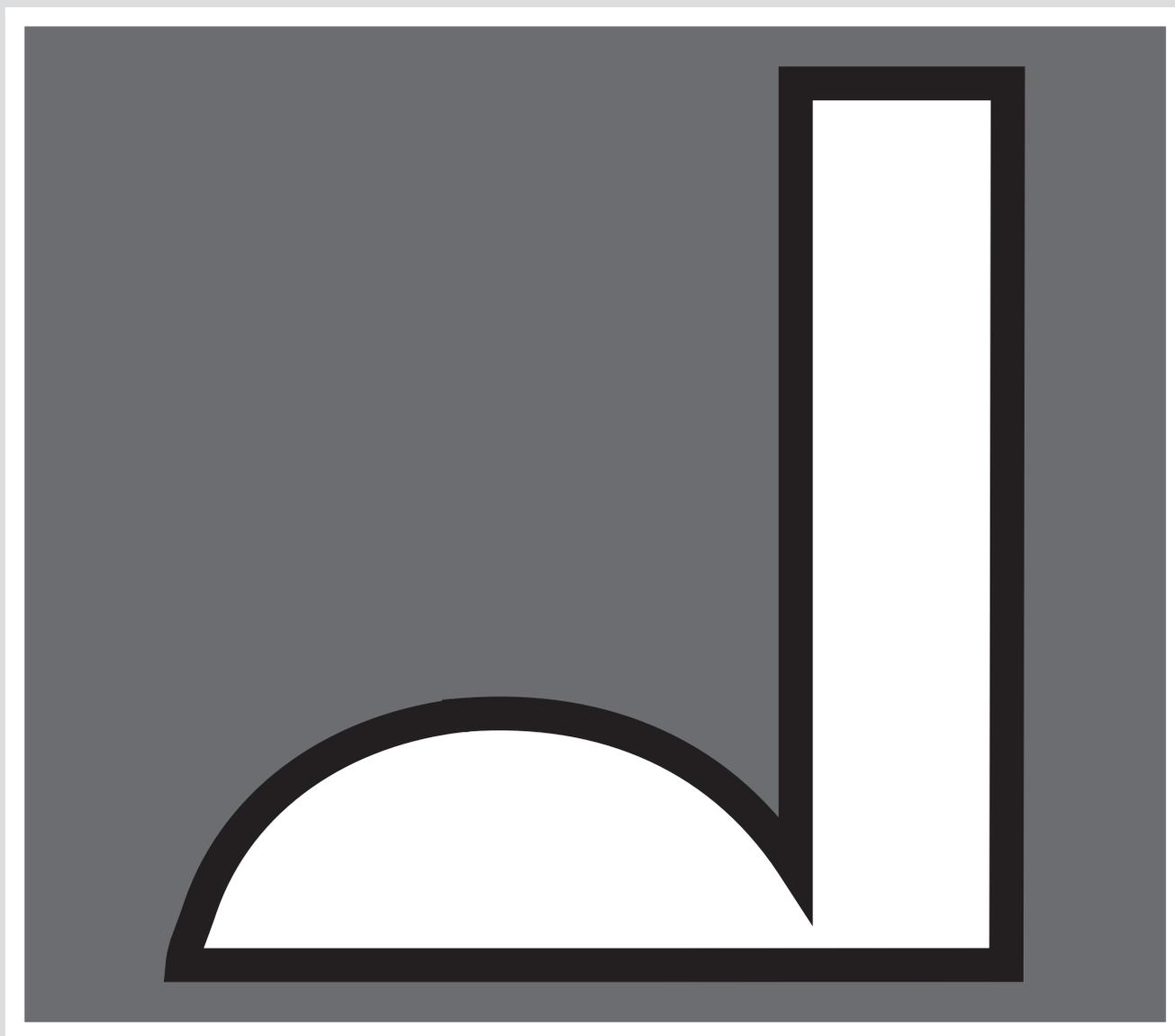




REPÚBLICA FEDERATIVA DO BRASIL



DIÁRIO DO SENADO FEDERAL

ANO LX - Nº 130 - TERÇA-FEIRA, 23 DE AGOSTO DE 2005 - BRASÍLIA-DF

MESA DO SENADO FEDERAL		
<p style="text-align: center;">Presidente Renan Calheiros – PMDB – AL</p> <p style="text-align: center;">1ª Vice-Presidente Tião Viana – PT – AC</p> <p style="text-align: center;">2ª Vice-Presidente Antero Paes de Barros – PSDB – MT</p> <p style="text-align: center;">1ª Secretário Efraim Morais – PFL – PB</p> <p style="text-align: center;">2ª Secretário João Alberto Souza – PMDB – MA</p>	<p style="text-align: center;">3ª Secretário Paulo Octávio – PFL – DF</p> <p style="text-align: center;">4ª Secretário Eduardo Siqueira Campos – PSDB – TO</p> <p style="text-align: center;">Suplentes de Secretário 1ª Serys Slhessarenko – PT – MT 2ª Papaléo Paes – PMDB – AP 3ª Alvaro Dias – PSDB – PR 4ª Aelton Freitas – PL – MG</p>	
LIDERANÇAS		
<p>LIDERANÇA DO PMDB E DA MAIORIA – 23</p> <p style="text-align: center;">LÍDER Ney Suassuna</p> <p style="text-align: center;">Vice-Líderes Garibaldi Alves Filho (Vago) Gilberto Mestrinho (Vago) Amir Lando Papaléo Paes</p> <p style="text-align: center;">LÍDER DO PMDB – 23 Ney Suassuna</p> <p style="text-align: center;">VICE-LÍDERES DO PMDB Maguito Vilela (Vago) Luiz Otávio Gerson Camata Leomar Quintanilha João Batista Motta Valdir Raupp</p> <p style="text-align: center;">BLOCO DE APOIO AO GOVERNO (PT/PL/PSB) – 19</p> <p style="text-align: center;">LÍDER Delcídio Amaral – PT</p> <p style="text-align: center;">VICE-LÍDERES Sibá Machado – PT Antônio Carlos Valadares – PSB</p> <p style="text-align: center;">LÍDER DO PT – 13 Delcídio Amaral – PT</p> <p style="text-align: center;">VICE-LÍDERES DO PT Roberto Saturnino – PT Ana Júlia Carepa – PT</p>	<p style="text-align: center;">Flávio Arns – PT Fátima Cleide – PT</p> <p style="text-align: center;">LÍDER DO PTB – 3 Mozarildo Cavalcanti</p> <p style="text-align: center;">VICE-LÍDER DO PTB Sérgio Zambiasi</p> <p style="text-align: center;">LÍDER DO PDT – 4 Osmar Dias</p> <p style="text-align: center;">VICE-LÍDERES DO PDT (vago)</p> <p style="text-align: center;">LÍDER DO PP – 1 Valmir Amaral</p> <p style="text-align: center;">LÍDER DO PL – 3 Marcelo Crivella</p> <p style="text-align: center;">VICE-LÍDER DO PL Aelton Freitas</p> <p style="text-align: center;">LÍDER DO PSB – 3 João Capiberibe</p> <p style="text-align: center;">VICE-LÍDER DO PSB (Vago)</p> <p style="text-align: center;">LÍDER DO P-SOL Heloisa Helena</p> <p style="text-align: center;">VICE-LÍDER DO P-SOL Geraldo Mesquita Júnior</p> <p style="text-align: center;">LÍDER DO GOVERNO Aloizio Mercadante – PT</p>	<p style="text-align: center;">VICE-LÍDERES DO GOVERNO Ideli Salvatti – PT Maguito Vilela – PMDB Garibaldi Alves Filho – PMDB (vago) Fernando Bezerra – PTB Patrícia Saboya Gomes – Sem Partido</p> <p style="text-align: center;">LIDERANÇA PARLAMENTAR DA MINORIA (PFL/PSDB) – 27</p> <p style="text-align: center;">LÍDER José Jorge – PFL</p> <p style="text-align: center;">VICE-LÍDERES Álvaro Dias – PSDB Tasso Jereissati – PSDB César Borges – PFL Eduardo Azeredo – PSDB Rodolpho Tourinho – PFL Demóstenes Torres – PFL</p> <p style="text-align: center;">LÍDER DO PFL – 15 José Agripino</p> <p style="text-align: center;">VICE-LÍDERES DO PFL Demóstenes Torres César Borges Rodolpho Tourinho Maria do Carmo Alves Romeu Tuma Jonas Pinheiro</p> <p style="text-align: center;">LÍDER DO PSDB – 12 Arthur Virgílio</p> <p style="text-align: center;">VICE-LÍDERES DO PSDB Lúcia Vânia Leonel Pavan Almeida Lima Flexa Ribeiro</p>
EXPEDIENTE		
<p style="text-align: center;">Agaciel da Silva Maia Diretor-Geral do Senado Federal</p> <p style="text-align: center;">Júlio Werner Pedrosa Diretor da Secretaria Especial de Editoração e Publicações</p> <p style="text-align: center;">José Farias Maranhão Diretor da Subsecretaria Industrial</p>	<p style="text-align: center;">Raimundo Carreiro Silva Secretário-Geral da Mesa do Senado Federal</p> <p style="text-align: center;">Ronald Cavalcante Gonçalves Diretor da Subsecretaria de Ata</p> <p style="text-align: center;">Denise Ortega de Baere Diretora da Subsecretaria de Taquigrafia</p>	

CONGRESSO NACIONAL

ATO DO PRESIDENTE DA MESA DO CONGRESSO NACIONAL Nº 32, DE 2005

O Presidente da Mesa do Congresso Nacional, cumprindo o que dispõe o § 1º do art. 10 da Resolução nº 1, de 2002-CN, faz saber que, nos termos do § 7º do art. 62 da Constituição Federal, com a redação dada pela Emenda Constitucional nº 32, de 2001, a **Medida Provisória nº 255, de 1º de julho de 2005**, que *prorroga o prazo para opção pelo regime de Imposto de Renda Retido na Fonte de Pessoa Física dos participantes de planos de benefícios e dá outras providências*, terá sua vigência prorrogada pelo período de sessenta dias, a partir de 2 de setembro de 2005, tendo em vista que sua votação não foi encerrada nas duas Casas do Congresso Nacional.

Congresso Nacional, 22 de agosto de 2005. – Senador **Renan Calheiros**, Presidente da Mesa do Congresso Nacional.

ELABORADO PELA SUBSECRETARIA DE ATA DO SENADO FEDERAL

SENADO FEDERAL

SUMÁRIO

1 – ATA DA 139ª SESSÃO DELIBERATIVA ORDINÁRIA, EM 22 DE AGOSTO DE 2005

1.1 – ABERTURA

1.2 – EXPEDIENTE

1.2.1 – Projetos recebidos da Câmara dos Deputados

Projeto de Lei da Câmara nº 82, de 2005 (nº 7.405/2002, na Casa de origem), de iniciativa do Tribunal Superior do Trabalho, que dispõe sobre a criação de funções comissionadas no Quadro de Pessoal do Tribunal Regional do Trabalho da 24ª Região e dá outras providências. 28533

Projeto de Lei da Câmara nº 83, de 2005 (nº 936/2003, na Casa de origem), que altera a redação do art. 618 da Lei nº 10.406, de 10 de janeiro de 2002, que institui o Código Civil (eleva de cinco para dez anos o prazo de responsabilidade do empreiteiro pela solidez e segurança da empreitada). 28535

Projeto de Lei da Câmara nº 84, de 2005 (nº 1.285/2003, na Casa de origem), que acrescenta parágrafo ao art. 506 da Lei nº 5.869, de 11 de janeiro de 1973 – Código de Processo Civil (dispõe sobre o recurso em que se alegar falta de fundamentação da decisão recorrida). 28536

Projeto de Lei da Câmara nº 85, de 2005 (nº 2.306/2003, na Casa de origem), de iniciativa do Tribunal Superior do Trabalho, que dispõe sobre a criação de cargos efetivos e em comissão no Quadro de Pessoal do Tribunal Regional do Trabalho da 1ª Região. 28536

Projeto de Lei da Câmara nº 86, de 2005 (nº 3.094/2004, na Casa de origem), que altera o art. 64 da Lei nº 9.503, de 23 de setembro de 1997, que institui o Código de Trânsito Brasileiro (dispõe sobre o transporte de crianças nos bancos traseiros dos veículos de passageiros). 28538

1.2.2 – Comunicações da Presidência

Recebimento do Recurso nº 5, de 2005, interposto no prazo regimental no sentido de que seja submetido ao Plenário o Projeto de Decreto Legislativo nº 850, de 2003 (nº 2.334/2002, na Câmara dos Deputados), que aprova o ato que autoriza a Associação Comunitária São Domingos para o Desenvolvimento Social, Cultural e Artístico a executar

serviço de radiodifusão comunitária na cidade de Buritama, Estado de São Paulo. 28539

Abertura de prazo de cinco dias úteis para recebimento de emendas, perante a Mesa, ao Projeto de Decreto Legislativo nº 850, de 2003, cujo recurso foi lido anteriormente. 28539

1.2.3 – Pareceres

Nº 1.512, de 2005, da Comissão de Assuntos Sociais, sobre o Projeto de Lei da Câmara nº 42, de 2005 (nº 276/2003, na Casa de origem), que altera o **caput** do art. 11 da Lei nº 8.069, de 13 de julho de 1990, que dispõe sobre o Estatuto da Criança e do Adolescente e dá outras providências (substitui a expressão “atendimento médico” por “atendimento integral à saúde”). 28539

Nº 1.513, de 2005, da Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania, sobre o Projeto de Lei da Câmara nº 55, de 2005 (nº 4.692/2004, na Casa de origem), de iniciativa do Tribunal Superior Eleitoral, que extingue e cria cargos e funções nos quadros de pessoal do Tribunal Superior Eleitoral e dos Tribunais Regionais Eleitorais. 28541

Nº 1.514, de 2005, da Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania, sobre a Proposta de Emenda à Constituição nº 58, de 2004, tendo como primeiro signatário o Senador Pedro Simon, que introduz, no art. 52 da Constituição Federal, um § 2º, transformando em § 1º o seu atual parágrafo único. 28544

Nº 1.515, de 2005, da Comissão de Assuntos Sociais, sobre o Projeto de Lei do Senado nº 174, de 2000, de autoria do Senador Luiz Pontes, que altera a Lei nº 9.656, de 3 de junho de 1998, que dispõe sobre os planos e seguros privados de assistência à saúde (em audiência, nos termos do Requerimento nº 336, de 2003). 28546

1.2.4 – Comunicação da Presidência

Abertura de prazo de cinco dias úteis para recebimento de emendas, perante a Mesa, aos Projetos de Lei da Câmara nºs 42 e 55, de 2005, cujos pareceres foram lidos anteriormente. 28551

1.2.5 – Leitura de projetos

Projeto de Lei do Senado nº 292, de 2005, de autoria do Senador Augusto Botelho, que altera

a redação dos arts. 1.211-A e 1.211-C da Lei nº 5.869, de 11 de janeiro de 1973 (Código de Processo Civil), para adequá-la à Lei nº 10.741, de 1º de outubro de 2003, e incluir no rol das pessoas com prioridade processual as portadoras de câncer e da Síndrome da Deficiência Imunológica Adquirida (AIDS)..... 28551

Projeto de Lei do Senado nº 293, de 2005, de autoria do Senador Augusto Botelho, que acrescenta o art. 67-A à Lei nº 8.666, de 21 de junho de 1993, a fim de tornar obrigatória a inserção, no Sistema Integrado de Administração de Serviços Gerais – SIASG, das informações referentes aos contratos e convênios firmados pelos órgãos e entidades integrantes do orçamento da União..... 28553

1.2.6 – Aviso do Presidente do Tribunal de Contas da União

Nº 6.492/2005, de 19 do corrente, registrando o recebimento do Ofício nº 1.912, de 2005, mediante o qual encaminha cópia do Requerimento nº 861, de 2005, de autoria do Senador Alvaro Dias, solicitando daquele Tribunal a realização de auditoria na Casa da Moeda do Brasil, no período de 2003 até a presente data (Autuado sob nº TC-014.717/2005-9)..... 28555

1.2.7 – Discursos do Expediente

SENADOR MÃO SANTA – Leitura de Manifesto do novo grupo parlamentar do PMDB intitulado: “Novo Grupo Autêntico do PMDB”..... 28555

SENADOR EDUARDO SIQUEIRA CAMPOS – Considerações sobre projeto de lei de autoria de S. Ex^a, que trata do aumento do acesso de alunos ao ensino superior. 28559

SENADOR LEONEL PAVAN – Apelo às autoridades pela apresentação de solução para acabar com a crise na agricultura brasileira..... 28560

SENADOR JOSÉ JORGE – Considerações sobre a entrevista coletiva concedida pelo Ministro Antonio Palocci, na data de ontem. 28568

SENADOR ANTONIO CARLOS MAGALHÃES, como Líder – Comentários sobre a entrevista concedida pelo Ministro Antonio Palocci..... 28569

SENADOR MARCO MACIEL – Registro da realização da segunda reunião do Fórum dos Deputados Estaduais do Partido da Frente Liberal – PFL, realizada no dia 19 do corrente, em Recife – PE. 28570

SENADOR OSMAR DIAS, como Líder – Preocupação com proposta de emenda constitucional sobre educação, em discussão na Câmara dos Deputados, que traz prejuízo aos municípios brasileiros. 28573

SENADOR NEY SUASSUNA – Preocupação com o aparecimento das personalidades de sucesso instantâneo criadas pelas CPI's..... 28574

SENADOR ALVARO DIAS – Considerações sobre a entrevista concedida pelo Ministro Antonio Palocci. 28576

SENADOR JOSÉ SARNEY – Transcrição de documentos referentes à Fundação de Seguridade Social – GEAP, entidade de assistência a pessoas de baixa renda..... 28578

1.3 – ORDEM DO DIA

Item 1 (Proveniente da Medida Provisória nº 251, de 2005) (Encontra-se sobrestando a pauta, nos termos do § 6º do art. 62 da Constituição Federal)

Projeto de Lei de Conversão nº 21, de 2005 (proveniente da Medida Provisória nº 251, de 2005), que institui o Projeto Escola de Fábrica, autoriza a concessão de bolsas de permanência a estudantes beneficiários do Programa Universidade para Todos – PROUNI, institui o Programa de Educação Tutorial – PET, altera a Lei nº 5.537, de 21 de novembro de 1968, e a Consolidação das Leis do Trabalho – CLT, aprovada pelo Decreto-Lei nº 5.452, de 1º de maio de 1943, e dá outras providências. **Apreciação sobrestada em virtude de não haver acordo entre as Lideranças**..... 28582

Item 2

Proposta de Emenda à Constituição nº 31, de 2000, tendo como primeira signatária a Senadora Maria do Carmo Alves, que acrescenta inciso XVIII-A ao art. 7º da Constituição Federal, para beneficiar, com licença-maternidade, as mulheres que adotarem crianças. **Apreciação sobrestada**. 28582

Item 3

Proposta de Emenda à Constituição nº 29, de 2002, tendo como primeiro signatário o Senador Francisco Escórcio, que inclui § 8º no art. 60 do Ato das Disposições Constitucionais Transitórias com a finalidade de ampliar a vigência do Fundo de Manutenção e Desenvolvimento do Ensino Fundamental e de Valorização do Magistério (FUNDEF). **Apreciação sobrestada**. 28582

Item 4

Proposta de Emenda à Constituição nº 12, de 2003, tendo como primeiro signatário o Senador Osmar Dias, que altera os arts. 21 e 22 da Constituição Federal, para definir a competência da União no ordenamento do Sistema Nacional de Meteorologia e Climatologia. **Apreciação sobrestada**..... 28582

Item 5

Proposta de Emenda à Constituição nº 87, de 2003, tendo como primeira signatária a Senadora Fátima Cleide, que altera o art. 89 do Ato das Disposições Constitucionais. (Dispõe sobre a carreira dos servidores civis e militares do ex-Território Federal de Rondônia). **Apreciação sobrestada**..... 28582

Item 6

Proposta de Emenda à Constituição nº 12, de 2004, tendo como primeiro signatário o Senador Luiz Otávio, que acrescenta artigo ao Ato das

Disposições Constitucionais Transitórias. (Dispõe sobre os processos em andamento de criação de novos municípios). Apreciação sobrestada.	28583	cias de denúncias e atos delituosos praticados por agentes públicos nos Correios.	28605
Item 7		1.3.3 – Discursos após a Ordem do Dia (continuação)	
Projeto de Lei do Senado nº 162, de 2004-Complementar, de autoria do Senador Augusto Botelho, que dispõe sobre a atuação das Forças Armadas e da Polícia Federal nas unidades de conservação. Apreciação sobrestada.	28583	SENADOR <i>ARTHUR VIRGÍLIO</i> , como Líder – Questionamentos sobre as declarações do Ministro Antonio Palocci, em entrevista coletiva concedida ontem à imprensa.....	285606
Item 8		SENADOR <i>ALBERTO SILVA</i> – Defesa da adoção de uma política destinada à implantação do biodiesel como combustível alternativo.	28624
Proposta de Emenda à Constituição nº 59, de 2004, tendo como primeiro signatário o Senador Arthur Virgílio, que altera a denominação da Zona Franca de Manaus para Pólo Industrial da Amazônia Brasileira. Apreciação sobrestada.	28583	1.3.4 – Discursos encaminhados à publicação	
1.3.1 – Discursos após a Ordem do Dia		SENADOR <i>PAPALÉO PAES</i> – Urgente necessidade de estudo para a criação de alternativas que viabilizem um maior aumento dos soldos dos militares.	28627
SENADOR <i>HERÁCLITO FORTES</i> – Considerações sobre A entrevista coletiva concedida ontem pelo Ministro Antônio Palocci.....	28583	SENADOR <i>SÉRGIO GUERRA</i> – Registro de artigo de autoria do jornalista Carlos Heitor Cony, intitulado “Plural majestático”, publicado no jornal Folha de S.Paulo , edição de 13 de agosto do corrente.....	28628
SENADOR <i>GARIBALDI ALVES FILHO</i> – Defesa do comparecimento do Sr. Rogério Buratti à Comissão Parlamentar de Inquérito dos Bingos, para esclarecimentos sobre denúncias de irregularidades na prefeitura de Ribeirão Preto durante a gestão do Ministro Antonio Palocci.....	28584	SENADOR <i>TEOTÔNIO VILELA FILHO</i> – Registro de várias matérias publicadas pela revista Veja , do último dia 17 de agosto do corrente, dando destaque à atual crise política e seus desmembramentos.	28629
SENADOR <i>SÉRGIO GUERRA</i> – Análise da entrevista concedida pelo Ministro Antonio Palocci, para esclarecimentos das denúncias de envolvimento no esquema de corrupção no município de Ribeirão Preto.....	28586	SENADOR <i>FLEXA RIBEIRO</i> – Comentário sobre o texto intitulado “Despudor sem disfarce”, publicado na seção Notas & Informações do jornal O Estado de S.Paulo , edição de 12 de agosto do corrente.....	28641
SENADOR <i>JOSÉ AGRIPINO</i> – Análise das notícias veiculadas recentemente sobre o recebimento de propina pelo Ministro Palocci, quando prefeito de Ribeirão Preto.....	28589	SENADOR <i>LEONEL PAVAN</i> – Comentário sobre o artigo intitulado “O silêncio do avestruz”, de autoria do articulista Tales Alvarenga, publicado na revista Veja , edição de 17 de agosto do corrente.....	28643
SENADOR <i>PAULO PAIM</i> – Elogios à entrevista concedida ontem pelo Ministro Palocci, para esclarecimentos sobre denúncias formuladas pelo Sr. Rogério Buratti. Manifesto de integrantes da marcha Zumbi+10, em que pedem a investigação e punição de todos os envolvidos em esquema de corrupção no Governo.	28593	SENADOR <i>ALVARO DIAS</i> – Registro do artigo intitulado “Já é hora de impeachment? ”, de autoria do ex-presidente do STF, Maurício Corrêa, publicado no jornal Correio Braziliense , edição de 14 de agosto do corrente.....	28644
SENADORA <i>IDELI SALVATTI</i> , como Líder – Preocupação com os reflexos na economia nacional das denúncias do Sr. Rogério Buratti. Consternação pelo incêndio do Mercado Público de Florianópolis, ocorrido no último final de semana.	28600	SENADOR <i>ARTHUR VIRGÍLIO</i> – Registro de várias matérias publicadas nas revistas de grande circulação nacional, tratando da crise política que se instalou no país.....	28645
SENADOR <i>EDUARDO SUPLICY</i> – Leitura de correspondência de apoio dirigida ao Ministro Antonio Palocci, após a entrevista coletiva concedida ontem à imprensa. Elogios ao filme “Os 2 filhos de Francisco”, sobre a dupla sertaneja Zezé Di Camargo e Luciano.	28603	SENADOR <i>JOSÉ AGRIPINO</i> – Homenagem póstuma ao Senador Francisco Duarte Filho, pelo transcurso do centenário de seu nascimento.	28648
1.3.2 – Ofício		1.3.5 – Comunicações da Presidência	
Nº 307/2005, de 22 do corrente, da Liderança do PMDB no Senado Federal, de substituição de membro na Comissão Parlamentar Mista de Inquérito, criada para investigar as causas e conseqüên-		Lembrando ao Plenário que o tempo destinado aos oradores da Hora do Expediente da sessão deliberativa ordinária de amanhã será dedicado à apresentação da Agenda 21 Infantil, pela Conferência Criança Brasil no Milênio, de acordo com o Requerimento nº 578, de 2005, do Senador Paulo Octávio e outros Senhores Senadores. Esclarece,	

ainda, que continuam abertas as inscrições para a referida homenagem. 28648

Lembrando ao Plenário a realização de sessão deliberativa ordinária, terça-feira, dia 23, às quatorze horas, com Ordem do Dia anteriormente designada. 28648

1.4 – ENCERRAMENTO

2 – EMENDAS

Nºs 1 a 17, apresentadas ao Projeto de Lei do Congresso nº 16, de 2005-CN (republicação).. 28650

3 – PORTARIA DO DIRETOR-GERAL

Nº 119, de 2005. 28668

4 – ATOS DO DIRETOR-GERAL

Nºs 3.350 a 3.377, de 2005 28668

SENADO FEDERAL

5 – COMPOSIÇÃO DO SENADO FEDERAL

– 52ª LEGISLATURA

6 – SECRETARIA DE COMISSÕES

7 – COMISSÕES TEMPORÁRIAS

8 – COMPOSIÇÃO DAS COMISSÕES PERMANENTES

9 – CONSELHO DE ÉTICA E DECORO PARLAMENTAR

10 – CORREGEDORIA PARLAMENTAR

11 – PROCURADORIA PARLAMENTAR

12 – CONSELHO DO DIPLOMA MULHER-CIDADÃ BERTHA LUTZ

CONGRESSO NACIONAL

13 – CONSELHO DA ORDEM DO CONGRESSO NACIONAL

14 – CONSELHO DE COMUNICAÇÃO SOCIAL

15 – COMISSÃO PARLAMENTAR CONJUNTA DO MERCOSUL (Representação Brasileira)

16 – COMISSÃO MISTA DE CONTROLE DAS ATIVIDADES DE INTELIGÊNCIA (CCAI)

17 – CONSELHO DO DIPLOMA DO MÉRITO EDUCATIVO DARCY RIBEIRO

Ata da 139ª Sessão Deliberativa Ordinária, em 22 de agosto de 2005

3ª Sessão Legislativa Ordinária da 52ª Legislatura

*Presidência dos Srs. Tião Viana, Eduardo Siqueira Campos, Papaléo Paes,
Alvaro Dias, Antonio Carlos Valadares e Mão Santa*

ÀS 14 HORAS, ACHAM-SE PRESENTES
AS SRAS. E OS SRS. SENADORES:

SESSÃO DELIBERATIVA ORDINÁRIA ÀS 14:00 HORAS

Período : 22/8/2005 07:35:07 até 22/8/2005 20:30:04

Partido	UF	Nome	Pres	Voto
PMDB	PI	ALBERTO SILVA	X	
Bloco-PT	SP	ALOIZIO MERCADANTE	X	
PSDB	PR	ALVARO DIAS	X	
PMDB	RO	AMIR LANDO	X	
Bloco-PT	PA	ANA JÚLIA CAREPA	X	
PFL	BA	ANTONIO CARLOS MAGALHÃES	X	
Bloco-PSB	SE	ANTÔNIO CARLOS VALADARES	X	
PSDB	AM	ARTHUR VIRGÍLIO	X	
PDT	RR	AUGUSTO BOTELHO	X	
PFL	BA	CÉSAR BORGES	X	
PFL	MA	EDISON LOBÃO	X	
PSDB	TO	EDUARDO SIQUEIRA CAMPOS	X	
Bloco-PT	SP	EDUARDO SUPPLY	X	
Bloco-PT	RO	FÁTIMA CLEIDE	X	
PTB	RN	FERNANDO BEZERRA	X	
PSDB	PA	FLEXA RIBEIRO	X	
PMDB	RN	GARIBALDI ALVES FILHO	X	
P-SOL	AC	GERALDO MESQUITA JÚNIOR	X	
P-SOL	AL	HELOISA HELENA	X	
PFL	PI	HERÁCLITO FORTES	X	
Bloco-PT	SC	IDELI SALVATTI	X	
PMDB	GO	ÍRIS DE ARAUJO	X	
PMDB	ES	JOÃO BATISTA MOTTA	X	
PFL	RN	JOSÉ AGRIPINO	X	

Partido	UF	Nome	Pres	Voto
PFL	PE	JOSÉ JORGE	X	
PMDB	AP	JOSÉ SARNEY	X	
PMDB	TO	LEOMAR QUINTANILHA	X	
PSDB	SC	LEONEL PAVAN	X	
PMDB	PA	LUIZ OTÁVIO	X	
PMDB	PI	MÃO SANTA	X	
PFL	PE	MÁRCO MACIEL	X	
PMDB	PB	NEY SUASSUNA	X	
PDT	PR	OSMAR DIAS	X	
PMDB	AP	PAPALÉO PAES	X	
Bloco-PT	RS	PAULO PAIM	X	
PMDB	MS	RAMEZ TEBET	X	
PMDB	MA	RIBAMAR FIQUENE	X	
PFL	BA	RODOLPHO TOURINHO	X	
PMDB	RR	ROMERO JUCÁ	X	
PFL	SP	ROMEU TUMA	X	
PSDB	PE	SÉRGIO GUERRA	X	
PTB	RS	SÉRGIO ZAMBIASI	X	
Bloco-PT	AC	SIBÁ MACHADO	X	
PSDB	CE	TASSO JEREISSATI	X	
Bloco-PT	AC	TIÃO VIANA	X	
PMDB	RO	VALDIR RAUPP	X	

Compareceram: 46 Senadores

O SR. PRESIDENTE (Papaléo Paes. PMDB – AP)
– A lista de presença acusa o comparecimento de 46 Srs. Senadores. Havendo número regimental, declaro aberta a sessão.

Sob a proteção de Deus, iniciamos nossos trabalhos.

Sobre a mesa, projetos que serão lidos pelo Sr. 1º Secretário em exercício, Senador Leonel Pavan.

São lidos os seguintes:

PROJETO DE LEI DA CÂMARA Nº 82, DE 2005

(Nº 7.405/2002, na Casa de origem)

(De iniciativa do Tribunal Superior do Trabalho)

Dispõe sobre a criação de funções comissionadas no Quadro de Pessoal do Tribunal Regional do Trabalho da 24ª Região e dá outras providências.

O Congresso Nacional decreta:

Art. 1º São criadas no Quadro de Pessoal da Secretaria do Tribunal Regional do Trabalho da 24ª Região,

com sede em Campo Grande – MS, as funções comissionadas constantes do Anexo desta lei, nos termos do escalonamento previsto na Lei nº 9.421, de 24 de dezembro de 1996, que estabeleceu as carreiras dos servidores do Poder Judiciário, com as alterações introduzidas pela Lei nº 10.475, de 27 de junho de 2002.

Parágrafo único. Ato interno do Tribunal Regional do Trabalho estabelecerá as atribuições das funções comissionadas ora criadas e a sua distribuição na estrutura da Justiça do Trabalho da 24ª Região.

Art. 2º Ficam convalidados os atos praticados, até a data de publicação desta lei, por servidores no exercício de funções comissionadas criadas por meio de atos administrativos do Tribunal Regional do Trabalho da 24ª Região, bem como os efeitos financeiros decorrentes do exercício dessas funções.

Art. 3º As despesas decorrentes da execução desta lei correrão à conta dos recursos orçamentários consignados ao Tribunal Regional do Trabalho da 24ª Região.

Art. 4º Esta lei entra em vigor na data de sua publicação.

ANEXO
(Art. 1º da Lei nº)

FUNÇÕES/NÍVEL	Nº DE FUNÇÕES
FC-5	66
FC-4	36
FC-3	23
FC-2	32
FC-1	09
TOTAL	166

PROJETO DE LEI ORIGINAL
Nº 7.405 , DE 2002

Dispõe sobre a criação de funções comissionadas no Quadro de Pessoal do Tribunal Regional do Trabalho da 24ª Região e dá outras providências:

O PRESIDENTE DA REPÚBLICA

Faço saber que o Congresso Nacional decreta e eu sanciono a seguinte Lei:

Art. 1º São criadas, no Quadro de Pessoal da Secretaria do Tribunal Regional do Trabalho da 24ª Região, com sede em Campo Grande-MS, as funções comissionadas constantes do Anexo único desta Lei, nos termos do escalonamento previsto na Lei nº 9.421, de 24/12/96, que estabeleceu as carreiras dos servidores do Poder Judiciário, com as alterações introduzidas pela Lei nº 10.475, de 27/6/2002.

Parágrafo único. Ato interno do Tribunal Regional do Trabalho estabelecerá as atribuições das funções comissionadas ora criadas e a sua distribuição na estrutura da Justiça do Trabalho da 24ª Região.

Art. 2º São declaradas extintas, a partir da vigência desta Lei, as funções comissionadas criadas por meio de atos administrativos do Tribunal Regional do Trabalho da 24ª Região, ficando convalidados os atos praticados pelos servidores e os efeitos financeiros decorrentes do seu exercício.

Art. 3º As despesas decorrentes da execução da presente Lei correrão à conta dos recursos orçamentários consignados ao Tribunal Regional do Trabalho da 24ª Região.

Art. 4º Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 5º Revogam-se as disposições em contrário.

Brasília-DF, de de ; 181º da Independência e 114º da República.

ANEXO ÚNICO

(Art. 1º da Lei n.º , de de de)

FUNÇÕES/NÍVEL	N.º DE FUNÇÕES
FC-5	66
FC-4	36
FC-3	23
FC-2	32
FC-1	09
TOTAL	166

J U S T I F I C A T I V A

Nos termos do artigo 96, inciso II, alínea "b", da Constituição Federal, submeto à elevada deliberação dos Excelentíssimos Senhores Membros do Congresso Nacional anteprojeto de lei aprovado pelo Tribunal Superior do Trabalho, conforme RESOLUÇÃO ADMINISTRATIVA N.º 898/2002, publicada no Diário da Justiça de 13/11/2002, que consubstancia medida para a criação de 166 (cento e sessenta e seis) funções comissionadas no Quadro de Pessoal da Secretaria do Tribunal Regional do Trabalho da 24ª Região.

Sediado em Campo Grande, com jurisdição em todo o Estado do Mato Grosso do Sul, o citado Tribunal, criado pela Lei n.º 8.431, de 09 de junho de 1992, a partir do desmembramento da área jurisdicionada pelo TRT da 10ª Região, Distrito Federal, não contou em sua estrutura originária com a criação das funções comissionadas necessárias ao funcionamento do aludido Órgão.

O crescente número de ações ajuizadas naquela Justiça Especializada, com a conseqüente elevação do volume de serviços e responsabilidades dos servidores, e a necessidade de propiciar maior funcionalidade e dinâmica às unidades administrativas da Corte justificam a adoção de medidas que viabilizem a adequação de sua estrutura organizacional, assegurando a manutenção da celeridade na entrega da prestação jurisdicional.

O Tribunal de Contas da União, ao deliberar a respeito da criação, por meio de atos administrativos daquela Corte Trabalhista, de funções gratificadas de Representação de Gabinete, criou funções comissionadas pela Lei n.º 9.421/96, proferiu decisão nos autos do Processo TC-400.071/1994-0, determinando fossem adotadas as providências necessárias ao exato cumprimento do disposto no art. 48, inciso X, c/c art. 96, inciso II, alínea "b", da Constituição Federal.

Nesse sentido, o anteprojeto de lei ora submetido à deliberação dos Excelentíssimos Senhores Membros do Congresso Nacional contempla a criação de 166 (cento e sessenta e seis) funções comissionadas indispensáveis ao pleno desenvolvimento das atividades projetadas pelo Tribunal Regional do Trabalho da 24ª Região, por configurarem merecido incentivo aos executores materiais dessas ações, com a conseqüente extinção daquelas instituídas por meio de ato administrativo da citada Corte.

Portanto, impõem-se urgentes providências no sentido de assegurar a atual estrutura do Órgão dos comandos adequados e indispensáveis ao desempenho satisfatório de suas atribuições, pelo que se propõe a criação das funções comissionadas constantes do Anexo único do anteprojeto de lei ora submetido à apreciação de Vossas Excelências, observando-se que as medidas aqui tratadas não implicarão em aumento de despesas, uma vez que a composição orçamentária do Tribunal Regional do Trabalho da 24ª Região já inclui os respectivos valores desde 1991.

Com estas considerações, submeto o anexo anteprojeto de lei à apreciação desse Poder Legislativo esperando que a proposição mereça a mais ampla acolhida, convertendo-se em lei com a urgência possível.

Brasília-DF, 27 de novembro de 2002.


FRANCISCO FAUSTO PAULA DE MEDEIROS
Ministro Presidente do
Tribunal Superior do Trabalho

LEGISLAÇÃO CITADA

ANEXADA PELA SECRETARIA-GERAL DA MESA

LEI Nº 9.421, DE 24 DE DEZEMBRO DE 1998

Cria as carreiras dos servidores do Poder Judiciário, fixa os valores de sua remuneração e dá outras providências.

LEI Nº 10.475, DE 27 DE JUNHO DE 2002

Altera dispositivos da Lei nº 9.421, de 24 de dezembro de 1996, e reestrutura as carreiras dos servidores do Poder Judiciário da União.

(À Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania.)

PROJETO DE LEI DA CÂMARA Nº 83, DE 2005
(Nº 936/2003, na Casa de origem)

Altera a redação do art. 618 da Lei nº 10.406, de 10 de janeiro de 2002, que institui o Código Civil.

O Congresso Nacional decreta:

Art. 1º Por intermédio desta lei, a responsabilidade do empreiteiro pela solidez e segurança do trabalho passa de 5 (cinco) para 10 (dez) anos, nos contratos de empreitada de edifícios ou outras construções consideráveis.

Art. 2º O **caput** do art. 618 da Lei nº 10.406, de 10 de janeiro de 2002, passa a vigorar com a seguinte redação:

“Art. 618. Nos contratos de empreitada de edifícios ou outras construções consideráveis, o empreiteiro de materiais e execução responderá, durante o prazo irredutível de 10 (dez) anos, pela solidez e segurança do trabalho, assim em razão dos materiais como do solo.

.....“(NR)

Art. 3º Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação.

PROJETO DE LEI ORIGINAL Nº 936, DE 2003

Altera a redação do art. 618 da Lei nº 10.406, de 10 de janeiro de 2002, que institui o Código Civil.

O Congresso Nacional decreta:

Art. 1º Por intermédio desta lei, a responsabilidade do empreiteiro pela solidez e segurança do trabalho passa de cinco para dez anos, nos contratos de empreitada de edifícios ou outras construções consideráveis.

Art. 2º O **caput** do art. 618 da Lei nº 10.406, de 10 de janeiro de 2002, passa a vigorar com a seguinte redação:

“Art. 618. Nos contratos de empreitada de edifícios ou outras construções consideráveis, o empreiteiro de materiais e execução responderá, durante o prazo irredutível de dez anos, pela solidez e segurança do trabalho, assim em razão dos materiais, como do solo.

Parágrafo único.(NR).”

Art. 3º Esta lei entra em vigor na data de sua publicação.

Justificação

Da obrigação genérica de executar a encomenda de acordo com as regras de sua arte, decorre, para o empreiteiro, um dever excepcional de garantia, quando se trata de edifícios ou outras construções consideráveis.

Nesses casos, o encargo adicional justifica-se pois o que está em jogo são a solidez e a segurança da construção, e os vícios de tal espécie, capazes de conduzir, inclusive, ao desabamento da obra, não são perceptíveis desde logo, podendo-se manifestar depois de um longo período.

Assim sendo, num momento em que o novo diploma civil brasileiro ainda passa por ajustes legislativos, parece-nos de todo conveniente alterar a redação de seu art. 618, a fim de estender, de cinco para dez anos, a garantia dada ao dono da obra.

LEGISLAÇÃO CITADA

ANEXADA PELA SECRETARIA-GERAL DA MESA

LEI Nº 10.406, DE 10 DE JANEIRO DE 2002

Institui o Código Civil.

Art. 618. Nos contratos de empreitada de edifícios ou outras construções consideráveis, o empreiteiro de materiais e execução responderá, durante o prazo irredutível de cinco anos, pela solidez e segurança do trabalho, assim em razão dos materiais, como do solo.

(À Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania.)

PROJETO DE LEI DA CÂMARA Nº 84, DE 2005

(Nº 1.285/2003, na Casa de origem)

Acrescenta parágrafo ao art. 506 da Lei nº 5.869, de 11 de janeiro de 1973 – Código de Processo Civil.

O Congresso Nacional decreta:

Art. 1º Esta lei acrescenta dispositivo ao art. 506 da Lei nº 5.869, de 11 de janeiro de 1973 – Código de Processo Civil.

Art. 2º O art. 506 da Lei nº 5.869, de 11 de janeiro de 1973, passa a vigorar acrescido do seguinte § 2º, transformando-se o atual parágrafo único em § 1º:

“Art. 506.

§ 2º O recurso em que se alegar falta de fundamentação da decisão recorrida será necessariamente protocolado em 2 (duas) vias, devendo a 2ª (segunda) independentemente de despacho e de qualquer formalidade, senão registro da respectiva entrega, ser encaminhada ao órgão de controle da atividade judiciária.” (NR)

Art. 3º Esta lei entra em vigor na data de sua publicação.

PROJETO DE LEI ORIGINAL Nº 1.285 DE 2003**Acrescenta parágrafo ao art. 506 da Lei nº 5.869, de 11 de janeiro de 1973 Código de Processo Civil.**

O Congresso Nacional decreta:

Art. 1º O artigo 506 da Lei nº 5.869, de 11 de janeiro de 1973, passa a vigorar acrescido do seguinte parágrafo 2º:

Art. 506.

“§ 2º O recurso em que se alegar falta de fundamentação da decisão recorrida será necessariamente protocolado em duas vias, devendo a segunda, independentemente de despacho e de qualquer formalidade senão registro da respectiva entrega, ser encaminhada ao órgão de controle da atividade judiciária.”

Art. 2º Esta lei entra em vigor na data de sua publicação.

Justificação

É grave irregularidade, sancionada com nulidade, a decisão judicial sem fundamentação. Entretanto, muitas decisões, em primeira e segunda instância, continuam a ser proferidas sem fundamentação. Sendo essa prática arbitrária, merece reprimenda, de ofício, pelos órgãos de controle da atividade judiciária.

Se aprovada a presente proposição, anteriormente apresentada pelo ex-deputado José Roberto Batochio e arquivada, todos os casos de falta de fundamentação em que tenha havido recurso chegarão automaticamente ao conhecimento dos órgãos de controle.

Sala das Sessões, 17 de junho de 2003 – Deputado **Inaldo Leitão**.

LEGISLAÇÃO CITADA**ANEXADA PELA SECRETARIA-GERAL DA MESA**

.....
LEI Nº 5.869, DE 11 DE JANEIRO DE 1973

institui o Código de Processo Civil.

.....
Art. 506. O prazo para a interposição do recurso, aplicável em todos os casos o disposto no art. 184 e seus parágrafos, contar-se-á da data:

I – dá leitura da sentença em audiência;

II – da intimação às partes, quando a sentença não for proferida em audiência;

III – da publicação da súmula do acórdão no órgão oficial.

Parágrafo único. No prazo para a interposição do recurso, a petição será protocolada em cartório ou segundo a norma de organização judiciária, ressalvado o disposto no art. 524. (Incluído pela Lei nº 8.950, de 13-12-1994)

.....
(À Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania.)

PROJETO DE LEI DA CÂMARA Nº 85, DE 2005

(Nº 2.306/2003, na Casa de origem)

(De iniciativa do Tribunal Superior do Trabalho)

Dispõe sobre a criação de cargos efetivos e em comissão no Quadro de Pessoal do Tribunal Regional do Trabalho da 1ª Região.

O Congresso Nacional decreta:

Art. 1º Ficam criadas no Quadro de Pessoal da Secretaria do Tribunal Regional do Trabalho da 1ª Região os cargos de provimento efetivo constantes do Anexo I desta lei.

Art. 2º Ficam criados no Quadro de Pessoal da Secretaria do Tribunal Regional do Trabalho da 1ª Região os cargos em comissão constantes do Anexo II desta lei.

Art. 3º As despesas decorrentes da aplicação desta Lei correrão à conta das dotações orçamentárias consignadas ao Tribunal Regional do Trabalho da 1ª Região no Orçamento Geral da União.

Art. 4º Esta lei entra em vigor na data de sua publicação.

ANEXO I
(Art. 1º da Lei nº , de de de)

CARGO EFETIVO	NÍVEL	QUANTIDADE
Técnico Judiciário	Intermediário	54
TOTAL		54

ANEXO II
(Art. 2º da Lei nº , de de de)

CARGO EM COMISSÃO	QUANTIDADE
CJ-3	54
TOTAL	54

PROJETO DE LEI ORIGINAL Nº 2.306, DE 2003

Dispõe sobre a criação de cargos efetivos e em comissão no Quadro de Pessoal do Tribunal Regional do Trabalho da 1ª Região.

O Presidente da República, faço saber que o Congresso Nacional decreta e eu sanciono a seguinte lei:

Art. 1º Ficam criados no Quadro de Pessoal da Secretaria do Tribunal Regional do Trabalho da 1ª Região os cargos de provimento efetivo constantes do Anexo I desta lei.

Art. 2º Ficam criados no Quadro de Pessoal da Secretaria do Tribunal Regional do Trabalho da 1ª Região os cargos em comissão constantes do Anexo II desta lei.

Art. 3º As despesas decorrentes da aplicação desta lei correrão à conta das dotações orçamentárias consignadas ao Tribunal Regional do Trabalho da 1ª Região no Orçamento Geral da União.

Art. 4º Esta lei entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 5º Revogam-se as disposições em contrário. Brasília-DF, de de 2003; 182º da Independência e 115º da República.

ANEXO I

(Art. 1º da Lei nº , de de de)

CARGO EFETIVO	NÍVEL	QUANTIDADE
Técnico Judiciário	Intermediário	54
TOTAL		54

ANEXO II

(Art. 2º da Lei nº , de de de)

CARGO EM COMISSÃO	QUANTIDADE
CJ-3	54
TOTAL	54

Justificação

Nos termos do artigo 96, inciso II, alínea b, da Constituição Federal, submeto à elevada deliberação dos Excelentíssimos Senhores Membros do Congresso Nacional anteprojeto de lei examinado e aprovado pelo Egrégio Pleno do Tribunal Superior do Trabalho, conforme Resolução Administrativa nº 950/2003, publicada no **Diário da Justiça** da União, Seção I, de 7 de agosto de 2003, que consubstancia medida para a criação de cargos de provimento efetivo e em comissão no Quadro Permanente de Pessoal da Secretaria do Tribunal Regional do Trabalho da 1ª Região, no Estado do Rio de Janeiro.

As estatísticas pertinentes aos feitos da Justiça Trabalhista no Estado do Rio de Janeiro, que atualmente conta, além do Tribunal que se compõe de 54 (cinquên-

ta e quatro) Juízes, com 114 (cento e quatorze) Varas do Trabalho, vêm demonstrando crescimento no volume de ações ajuizadas nos últimos anos, bem como a insuficiência dos recursos humanos disponíveis para o funcionamento daquela Justiça Especializada, cuja estrutura administrativa não acompanhou, a contento, o vertiginoso aumento das demandas pela prestação jurisdicional que a ela compete, em detrimento da composição dos conflitos oriundos das relações de trabalho que constituem o objeto de sua atividade fim e, por via de consequência, em prejuízo dos jurisdicionados.

Ao Quadro de Pessoal do Tribunal Regional do Trabalho da 1ª Região, considerado um dos maiores na estrutura do Judiciário Trabalhista em face de sua elevada movimentação processual, não foi acrescido,

há mais de uma década, nenhum cargo destinado às atividades de apoio judiciário embora, desde 1993, citada Corte Regional busque dotar a sua estrutura dos recursos humanos necessários para viabilizar prestação jurisdicional satisfatória.

O anteprojeto de lei ora submetido à deliberação dos Excelentíssimos Senhores Membros do Congresso Nacional contempla a criação de 54 (cinquenta e quatro) cargos de provimento efetivo e de igual número de cargos em comissão da Carreira Judiciária, essenciais ao funcionamento dos Órgãos da Justiça do Trabalho. São os seus ocupantes os executores materiais dos trabalhos projetados pela administração, os quais representam quantitativo mínimo para as atuais necessidades de recursos humanos do Tribunal Regional do Trabalho da 1ª Região e das Varas do Trabalho a ele jurisdicionadas.

Oportuno se faz também o esclarecimento de que os recursos humanos pretendidos nesta proposição encontram ainda justificativa na edição da Lei nº 9.957/2000, que introduziu o rito sumaríssimo para as causas com valor de até quarenta salários mínimos, e a Emenda constitucional nº 20, que ampliou a competência da Justiça do Trabalho.

Portanto, impõem-se urgentes providências no sentido de dotar a estrutura do Órgão dos meios indispensáveis ao desempenho satisfatório de suas atribuições, pelo que se propõe a criação dos cargos constantes dos Anexos I e II do anteprojeto de lei ora submetido à apreciação de Vossas Excelências, representando as medidas aqui consubstanciadas inadiáveis necessidades de recursos humanos do Tribunal Regional do Trabalho da 1ª Região, no Estado de Rio de Janeiro.

Com estas considerações, submeto o anexo anteprojeto de lei à apreciação desse Poder Legislativo esperando que a proposição mereça a mais ampla acolhida, convertendo-se em lei com a urgência possível.

Brasília-DF, 15 de outubro de 2003. – **Francisco Fausto Paula de Medeiros**, Ministro Presidente do Tribunal Superior do Trabalho.

(À Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania.)

PROJETO DE LEI DA CÂMARA Nº 86, DE 2005

(Nº 3.094/2004, na Casa de origem)

Altera o art. 64 da Lei nº 9.503, de 23 de setembro de 1997, que institui o Código de Trânsito Brasileiro.

O Congresso Nacional decreta:

Art. 1º O art. 64 da Lei nº 9.503, de 23 de setembro de 1997, passa a vigorar com a seguinte redação:

“Art. 64. As crianças com idade inferior a 10 (dez) anos devem ser transportadas nos bancos traseiros dos veículos de passageiros, posicionadas e retidas pelo cinto de segurança ou retenção equivalente.

§ 1º É obrigatória a utilização de dispositivo de retenção de crianças (cadeira de segurança) para passageiros com até 4 (quatro) anos de idade.

§ 2º Os fabricantes de veículos estão obrigados a disponibilizar os mecanismos para fixação dos dispositivos de retenção de crianças (cadeira e cinto de segurança) na forma recomendável pela Associação Brasileira de Normas Técnicas – ABNT.

§ 3º Aplicam-se as disposições deste artigo aos veículos usados e credenciados para o transporte escolar.”(NR)

Art. 2º Esta lei entra em vigor na data de sua publicação.

PROJETO DE LEI ORIGINAL Nº 3.094, DE 2004

Altera o art. 64 da Lei nº 9.503, de 23 de dezembro de 1997, que institui o Código de Trânsito Brasileiro.

O Congresso Nacional decreta:

Art. 1º O art. 64 da Lei nº 9.503, de 23 de dezembro de 1997, passa a vigorar com a seguinte redação:

“Art. 64. As crianças com idade inferior a dez anos devem ser transportadas nos bancos traseiros dos veículos de passageiros, posicionadas e retidas pelo cinto de segurança ou retenção equivalente.

§ 1º É obrigatório a utilização de dispositivo de retenção de crianças (cadeira de segurança) para passageiros com até quatro anos de idade.

§ 2º Os fabricantes de veículos estão obrigados a disponibilizar os mecanismos para fixação dos dispositivos de retenção de crianças (cadeira e cinto de segurança) na forma recomendável pela ABNT – Associação Brasileira de Normas Técnicas.

§ 3º Aplicam-se as disposições deste artigo aos veículos usados e credenciados para o transporte escolar”.

Art. 2º Esta lei entra em vigor na data de sua publicação.

Justificação

A Lei nº 9.503, de 23, de dezembro de 1997, que institui o Código de Trânsito Brasileiro, estabeleceu em seu artigo 64 que as crianças com idade inferior a dez anos devem ser transportadas nos bancos traseiros,

sem contudo ressaltar a necessidade de utilização de dispositivos para a retenção de crianças com a segurança recomendável no transporte.

Diante dessa lacuna no Código de Trânsito, estamos propondo nova redação do art. 64 com acréscimos dos §§ 1º, 2º e 3º explicitando a obrigatoriedade de utilização de dispositivos de retenção de crianças (cadeira de segurança) para passageiros até quatro anos de idade. E, ainda, proponho que os fabricantes disponibilizem para os veículos de passageiros mecanismos de fixação de crianças (cinto de segurança e cadeira de segurança) compatíveis com cada faixa etária, bem como, estendo as referidas disposições aos veículos usados no transporte escolar em geral.

A presente proposta é inspirada em legislações correlatas instituídos em outros países com o intuito de minimização de riscos nos transportes de crianças. Nesse contexto, o Estado de Nova York – USA instituiu lei sobre operação de veículos com assentos de segurança e cintos de segurança (§ 1229-C) estabelecendo que “nenhuma pessoa deve operar um veículo de motor neste Estado, a menos que todos passageiros dos assentos posteriores de tal veículo sob a idade de quatro anos estejam protegidos em um assento especialmente projetado que cumpra os padrões da Federal Motor Vehicle Safety Standards regido pelo Código 49 CFR 571.213 e aprovados pelo Comissionado”.

A proposta foi apresentada pelo nobre Ex-Deputado Federal Márcio Fortes, no ano de 2002. Nesse contexto a proposição visa contribuir com o aprimoramento dos dispositivos de segurança previstos em nosso Código de Trânsito. E, ainda, acreditamos que o apoio dos nobres pares vem compartilhar com os anseios das famílias brasileiras na diminuição dos riscos relativo ao transporte de suas crianças.

Sala das Sessões, 10 de março de 2004. – Deputado **Lobbe Neto**.

LEGISLAÇÃO CITADA

ANEXADA PELA SECRETARIA-GERAL DA MESA

LEI Nº 9.503, DE 23 DE SETEMBRO DE 1997.

Institui o Código de Trânsito Brasileiro.

Art. 64. As crianças com idade inferior a dez anos devem ser transportadas nos bancos traseiros, salvo exceções regulamentadas pelo CONTRAN.

(À Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania.)

O SR. PRESIDENTE (Papaléo Paes. PMDB – AP)

– Os projetos que acabam de ser lidos vão à Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania.

O SR. PRESIDENTE (Papaléo Paes. PMDB – AP)

– A Presidência comunica ao Plenário que recebeu o Recurso nº 5, de 2005, interposto no prazo regimental no sentido de que seja submetido ao Plenário o Projeto de Decreto Legislativo nº 850, de 2003, (nº 2.334, de 2002, na Câmara dos Deputados), que aprova o ato que autoriza a Associação Comunitária São Domingos para o Desenvolvimento Social, Cultural e Artístico a executar serviço de radiodifusão comunitária na cidade de Buritama, Estado de São Paulo.

A matéria ficará perante a Mesa durante cinco dias úteis para recebimento de emendas, de acordo com o disposto no art. 235, II, c, do Regimento Interno.

É o seguinte o Recurso recebido:

RECURSO Nº 5, DE 2005

Nos termos do art. 91, § 4º, do Regimento Interno, requeremos que o Projeto de Decreto Legislativo nº 850, de 2003 (nº 2.334/2002, na Câmara dos Deputados), que aprova o ato que autoriza a Associação Comunitária São Domingos para o Desenvolvimento Social, Cultural e Artístico a executar serviço de radiodifusão comunitária na cidade de Buritama, Estado de São Paulo, seja apreciado pelo Plenário.

Sala das Sessões, de de 2005. – **Osmar Dias – João Capiberibe – Juvêncio da Fonseca – Aelton Freiras – Maguito Vilela – Ramez Tebet – Heráclito Fortes – Flexa Ribeiro – Edison Lobão – Valdir Raupp.**

O SR. PRESIDENTE (Papaléo Paes. PMDB – AP)

– Sobre a mesa, pareceres que serão lidos pelo Sr. 1º Secretário em exercício, Senador Leonel Pavan.

São lidos os seguintes:

PARECER Nº 1.512, DE 2005

Da Comissão de Assuntos Sociais, sobre o Projeto de Lei da Câmara nº 42, de 2005, (nº 276/2003, na origem), que altera o caput do art. 11 da Lei nº 8.069, de 13 de julho de 1990, que dispõe sobre o Estatuto da Criança e do Adolescente e dá outras providências (substitui a expressão “atendimento médico” por “atendimento integral á saúde”).

Relator: Senador **Valdir Raupp**

Relator *ad hoc*: Senador **Reginaldo Duarte**

I – Relatório

Encontra-se sob exame nesta Comissão de Assuntos Sociais o Projeto de Lei da Câmara nº 42, de 2005 (PL nº 276, de 2003, na origem), de iniciativa da

Deputada Marinha Raupp, que altera o **caput** do art. 11 da Lei nº 8.069, de 13 de julho de 1990, que dispõe sobre o Estatuto da Criança e do Adolescente e dá outras providências, para substituir a expressão “atendimento médico” por “atendimento integral à saúde”.

A proposição em tela compõe-se de três artigos, sendo o último à cláusula de vigência, que determina que a lei em que o projeto se transformar entrará em vigor a partir da data de sua publicação.

O art. 1º explicita o direito ao atendimento integral à saúde de crianças e adolescentes.

O art. 2º da proposição estabelece que, no caput do art. II da Lei nº 8.069 (Estatuto da Criança e do Adolescente), a expressão “atendimento médico” seja substituída por “atendimento integral à saúde”.

Cabe registrar que o projeto em tela foi aprovado, na Câmara dos Deputados, pelas Comissões de Seguridade Social e Família, e de Constituição e Justiça e de Cidadania.

Nesta Casa, veio à Comissão de Assuntos Sociais, onde deverá ser analisado quanto à constitucionalidade, juridicidade, regimentalidade, técnica legislativa e mérito.

II – Análise

Não há reparos a serem feitos à proposição no que concerne à constitucionalidade, juridicidade e re-

gimentalidade da matéria. A iniciativa da parlamentar conforma-se ao texto do caput do art. 61 da Constituição Federal. Portanto, formalmente, ajusta-se à Constituição. Do ponto de vista material, vai ao encontro do disposto no art. 196, da Lei Maior, que garante o acesso à saúde como um dos direitos essenciais da cidadania.

Quanto ao mérito, é inegável a importância da proposta. Trata-se de iniciativa que muito contribuirá para que as crianças e adolescentes de nosso País tenham direito a um atendimento integral à saúde – médico, odontológico, psicológico, fisioterápico, e de outras áreas científico-profissionais que lidem com a saúde.

Ficam, assim, caracterizadas a relevância, a propriedade e a oportunidade do PLC nº 42, de 2005.

Quanto à técnica legislativa, faz-se necessário renumerar o artigo que estabelece a cláusula de vigência como art. 3º, o que poderá ser corrigido pela redação final, para atender ao disposto no inciso I do art. 10 da Lei Complementar nº 95, de 26 de fevereiro de 1998.

III – Voto

Em vista das considerações expendidas, somos favoráveis à aprovação do Projeto de Lei da Câmara nº 42, de 2005.

Sala da Comissão,

SENADO FEDERAL COMISSÃO DE ASSUNTOS SOCIAIS

PROJETO DE LEI DA CÂMARA Nº 42, DE 2005.

ASSINAM O PARECER NA REUNIÃO DE 4/08/2005, OS SENHORES (AS) SENADORES (AS)

PRESIDENTE: SENADOR ANTÔNIO CARLOS VALADARES

RELATOR: SENADOR VALDIR RAUPP

BLOCO MINORIA (PFL E PSDB) - TITULARES

BLOCO DA MINORIA (PFL E PSDB) - SUPLENTE

MARCO MACIEL – PFL

1- HERÁCLITO FORTES – PFL

JONAS PINHEIRO – PFL

2- JOSÉ JORGE – PFL

MARIA DO CARMO ALVES – PFL

3- DEMÓSTENES TORRES – PFL

RODOLPHO TOURINHO – PFL

4- ROMEU TUMA – PFL

FLEXA RIBEIRO – PSDB

5- EDUARDO AZEREDO – PSDB

ANTÔNIO PAVAN – PSDB

6- LUIZ SOARES

LUCIA VÂNIA – PSDB

7- TEOTÔNIO VILELA FILHO – PSDB

REGINALDO DUARTE – PSDB

8- SÉRGIO GUERRA – PSDB

PMDB TITULARES

PMDB SUPLENTE

NEY SUASSUNA

1- WELLINGTON SALGADO

VAGO

2- RAMEZ TEBET

VALDIR RAUPP

3- JOSÉ MARANHÃO

MÃO SANTA

4- PEDRO SIMON

SÉRGIO CABRAL

5- MAGUITO VILELA

PAPALÉO PAES

6- GERSON CAMATA

BLOCO DE APOIO AO GOVERNO (PT, PSB, PTB, PL E PPS)

BLOCO DE APOIO AO GOVERNO (PT, PSB, PTB, PL E PPS)

ANTÔNIO CARLOS VALADARES (PSB)

1- CRISTOVAM BUARQUE (PT)

FLÁVIO ARNS (PT)

2- MAGNO MALTA (PL)

IDELI SALVATTI (PT)

3- EDUARDO SUPLICY (PT)

MARCELO CRIVELA (PL)

4- FÁTIMA CLEIDE (PT)

PAULO PAIM (PT)

5- MOZARILDO CAVALCANTI (PTB)

PATRICIA SABOYA GOMES (PPS)

6- JOÃO CAPIBERIBE (PSB)

PDT TITULARES

PDT SUPLENTE

AUGUSTO BOTELHO

1- JUVÊNCIO DA FONSECA

LEGISLAÇÃO CITADA

ANEXADA PELA SECRETARIA-GERAL DA MESA

CONSTITUIÇÃO DA
REPÚBLICA FEDERATIVA DO BRASIL

Art. 61. A iniciativa das leis complementares e ordinárias cabe a qualquer membro ou Comissão da Câmara dos Deputados, do Senado Federal ou do Congresso Nacional, ao Presidente da República, ao Supremo Tribunal Federal, aos Tribunais Superiores, ao Procurador-Geral da República e aos cidadãos, na forma e nos casos previstos nesta Constituição.

Art. 196. A saúde é direito de todos e dever do Estado, garantido mediante políticas sociais e econômicas que visem à redução do risco de doença e de outros agravos e ao acesso universal e igualitário às ações e serviços para sua promoção, proteção e recuperação.

LEI COMPLEMENTAR Nº 95,
DE 26 DE FEVEREIRO DE 1998

Dispõe sobre a elaboração, a redação, a alteração e a consolidação das leis, conforme determina o parágrafo único do art. 59 da Constituição Federal, e estabelece normas para a consolidação dos atos normativos que menciona.

Art. 10. Os textos legais serão articulados com observância dos seguintes princípios:

I – a unidade básica de articulação será o artigo, indicado pela abreviatura “Art.” seguida de numeração ordinal até o nono e cardinal a partir deste;

PARECER Nº 1.513, DE 2005

Da Comissão de Constituição, Justiça E Cidadania, sobre o Projeto de Lei da Câmara nº 55, de 2005 (nº 4.692/2004, na casa de origem), da iniciativa do Tribunal Superior Eleitoral, que extingue e cria cargos e funções nos quadros de pessoal do Tribunal Superior Eleitoral e dos Tribunais Regionais Eleitorais.

Relator: Senador **Edison Lobão****I – Relatório**

É submetido ao exame desta Comissão o Projeto de Lei da Câmara nº 55, de 2005 (nº 4.692, de 2004, na origem), de autoria do Tribunal Superior Eleitoral, que extingue e cria cargos e funções nos quadros de pessoal do Tribunal Superior Eleitoral e dos Tribunais Regionais Eleitorais.

A proposição cria, no quadro de pessoal do Tribunal Superior Eleitoral (TSE) e de todos os vinte e sete Tribunais Regionais Eleitorais (TER), oitocentos e quarenta e nove cargos efetivos de Analista Judiciário e mil, duzentos e oitenta e nove de Técnico Judiciário e extingue, nos mesmos órgãos, trinta e dois cargos efetivos de Auxiliar Judiciário.

Além disso, cria, também no âmbito de todas as Cortes Eleitorais do País, trezentos e noventa e quatro cargos em comissão, sendo trinta de nível CJ-3, cento e um de nível CJ-2 e duzentos e sessenta e três de nível CJ-1, e mil, quinhentas sessenta e seis funções comissionadas, sendo mil, quinhentas e trinta e três de nível FC-6 e trinta e três de nível FC-4, e extingue novecentas e setenta e duas dessas funções, das quais oitocentas e dezoito de nível FC-5 e cento e cinquenta e quatro de nível 4.

Estabelece, ainda, a proposição que o TSE regulamentará o provimento, sempre mediante concurso público, dos cargos efetivos criados e que as despesas dela decorrentes correrão à conta das dotações orçamentárias consignadas à Justiça Eleitoral, sendo que a sua implementação observará as disposições pertinentes da Carta Magna e da Lei de Responsabilidade Fiscal.

O Colendo Tribunal Superior do Eleitoral justifica a proposição afirmando:

A Justiça Eleitoral, no cumprimento de sua missão constitucional, tem dado ao País inquestionável contribuição no fortalecimento da democracia e na preservação do exercício dos direitos do cidadão, por meio da realização de pleitos eleitorais com qualidade, transparência, segurança, rapidez e funcionalidade.

Avanços significativos foram obtidos na modernização do processo eleitoral, iniciado no ano de 1986, quando foi implementado o processamento eletrônico de dados no alistamento eleitoral e na revisão do eleitorado.

Entretanto, na realização dos últimos pleitos, têm sido identificados fatores que podem ameaçar a eficiência e a eficácia na prestação dos serviços eleitorais, alguns dos quais de amplo conhecimento público.

A avaliação das eleições de 2004, realizada pela Justiça Eleitoral para levantamento de falhas e dificuldades e indicação de providências e ações de aprimoramento, indicou a necessidade de serem tomadas medidas de caráter intrínseco à organização e outras sujeitas a disciplinamento legal, como a redefinição das estruturas orgânicas e o redimensionamento dos quadros de pessoal das secretarias dos tribunais eleitorais.

Assim sendo, justifica-se a proposta não somente pela demanda decorrente do incremento do eleitorado em 23%, no período de 1994 a 2004, mas também pela necessidade de se dar continuidade ao processo de informatização dos pleitos eleitorais, bem como a outras iniciativas de modernização das atividades a cargo da Justiça Eleitoral, tais como planejamento dos pleitos, aperfeiçoamento do controle e análise de contas do candidato, comitês financeiros e agremiações partidárias, dinamização do processamento dos feitos, além da melhoria dos serviços judiciários, de apoio administrativo, de infra-estrutura e de logística.

Elaborou-se então este projeto de lei, cujo escopo é a criação e extinção de cargos e funções nos quadros de pessoal dos tribunais eleitorais, nos quantitativos indicados nos anexos, a fim de dotar suas secretarias de contingente de pessoal e estrutura orgânica compatíveis com suas reais necessidades.

Aduz, ainda, aquela Corte superior:

Cumprir destacar que o aumento de despesas será em parte compensado pela redução do contingente de profissionais terceirizados e pela extinção de funções comissionadas.

Registre-se, finalmente, que, consoante o disposto no art. 169, § 1º, inciso II, da Constituição Federal e no art. 85 da Lei nº 10.934, de 11-8-2004 (LDO-2005), a criação de dois cargos e das funções objeto da proposição está prevista no Anexo V do Projeto de Lei Orçamentária para 2005, bem como incluída de forma parcial na dotação orçamentária da Justiça Eleitoral relativa a pessoal e encargos sociais (Projeto de Lei nº 51, de 2005).

Aprovado na Câmara dos Deputados, vem a proposição à revisão deste Câmara Alta, onde não recebeu emendas.

II – Análise

Os requisitos formais de constitucionalidade são atendidos pelo Projeto de Lei da Câmara nº 55, de 2005, tendo em vista que a matéria deve ser disciplinada em lei ordinária (CF, art. 48, X), de iniciativa privativa do respectivo Tribunal Superior (CF, art. 96, II, **b**), não havendo, também, qualquer reparo no tocante à constitucionalidade material e à juridicidade.

Quanto ao mérito, é indiscutível a importância da presente proposição. O papel da Justiça Eleitoral na modernização dos pleitos em nosso País é por demais conhecida. O Brasil é, hoje, sem exageros ufanistas, a nação mais avançada em termos de informatização do processo de votação e apuração de votos do mundo.

Não apenas o resultado de nossas eleições tem sido conhecido em tempo recorde, como o processo de apuração tem permitido o seu acompanhamento em tempo real por todos os cidadãos.

Trata-se de um processo para o qual devem ser dadas todas as condições para a sua continuidade e contínuo aprimoramento, tendo em vista o seu significado para a garantia da Democracia e da Cidadania.

Impõe-se, então, fornecer, à Justiça Eleitoral os recursos mínimos para o seu funcionamento. E, efetivamente, a criação de novos cargos e funções no âmbito do Tribunal Superior Eleitoral de todos os vinte e sete Tribunais Regionais Eleitorais representa a adequação da estrutura administrativa desses órgãos para fazer frente à sua elevada missão institucional.

Finalmente, é oportuno observar que, conforme assevera o eminente Ministro-Presidente do Tribunal Superior Eleitoral, na justificação do projeto ora em análise, acima transcrita, o aumento de despesa decorrente do PLC nº 55, de 2005, será feito dentro dos rígidos limites fixados pelo ordenamento jurídico pertinente.

A aprovação da presente proposição representa, assim, providência urgente e correta no sentido de permitir à Justiça Eleitoral brasileira continuar a exercer as suas funções da melhor forma possível, sem interromper um processo que a tem colocado, podemos afirmar com orgulho, em primeiro lugar entre os órgãos congêneres dos países democráticos.

III – Voto

Destarte, votamos pela aprovação do Projeto de Lei da Câmara nº 55, de 2005.

COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO, JUSTIÇA E CIDADANIA

PROPOSIÇÃO: PLC Nº 55 DE 2005

ASSINAM O PARECER NA REUNIÃO DE 10/08/2005, OS SENHORES(AS) SENADORES(AS):

PRESIDENTE: <i>[Assinatura]</i>	
RELATOR: <i>[Assinatura]</i>	
BLOCO DA MINORIA (PFL e PSDB)	
ANTÔNIO CARLOS MAGALHÃES (PRESIDENTE)	1-ROMEU TUMA <i>[Assinatura]</i>
CÉSAR BORGES	2-MARIA DO CARMO ALVES
DEMÓSTENES TORRES	3-JOSÉ AGRIPINO
EDISON LOBÃO (RELATOR)	4-JORGE BORNHAUSEN
JOSÉ JORGE	5-RODOLPHO TOURINHO
ALMEIDA LIMA	6- TASSO JEREISSATI <i>[Assinatura]</i>
ÁLVARO DIAS	7-EDUARDO AZEREDO <i>[Assinatura]</i>
ARTHUR VIRGÍLIO	8-LEONEL PAVAN
JUVÊNCIO DA FONSECA (PDT)*	9-GERALDO MESQUITA JÚNIOR(*)
BLOCO DE APOIO AO GOVERNO (PT, PSB, (**), PL e PPS)	
ALOIZIO MERCADANTE	1-DELCÍDIO AMARAL
EDUARDO SUPLYCY	2- PAULO PAIM
FERNANDO BEZERRA	3-SÉRGIO ZAMBIASI
MAGNO MALTA	4-JOÃO CAPIBERIBE <i>[Assinatura]</i>
IDELI SALVATTI	5-SIBÁ MACHADO
ANTONIO CARLOS VALADARES	6-MOZARILDO CAVALCANTI
SERYS SLHESSARENKO <i>[Assinatura]</i>	7-MARCELO CRIVELLA <i>[Assinatura]</i>
PMDB	
RAMEZ TEBET <i>[Assinatura]</i>	1-NEY SUASSUNA <i>[Assinatura]</i>
JOÃO BATISTA MOTTA <i>[Assinatura]</i>	2-LUIZ OTÁVIO
JOSÉ MARANHÃO <i>[Assinatura]</i>	3-SÉRGIO CABRAL <i>[Assinatura]</i> (sem voto)
MAGUITO VILELA	4-GERSON CAMATA
AMIR LANDO <i>[Assinatura]</i>	5-LEOMAR QUINTANILHA
PEDRO SIMON <i>[Assinatura]</i>	6-GARIBALDI ALVES FILHO <i>[Assinatura]</i> (sem voto)
PDT	
JEFFERSON PÉRES	1-OSMAR DIAS

Atualizada em: 08/06/2005

(*) Vaga ocupada por cessão do PSDB.

(**) O PTB deixou de integrar o Bloco de Apoio ao Governo em 08/06/2005.

LEGISLAÇÃO CITADA
ANEXADA PELA SECRETARIA-GERAL DA MESA

CONSTITUIÇÃO DA
REPÚBLICA FEDERATIVA DO BRASIL

Art. 48. Cabe ao Congresso Nacional, com a sanção do Presidente da República, não exigida esta para o especificado nos arts. 49, 51 e 52, dispor sobre todas as matérias de competência da União, especialmente sobre:

X – criação, transformação e extinção de cargos, empregos e funções públicas, observado o que estabelece o art. 84, VI, b; (Redação dada pela Emenda Constitucional nº 32, de 2001)

Art. 96. Compete privativamente:

II – ao Supremo Tribunal Federal, aos Tribunais Superiores e aos Tribunais de Justiça propor ao Poder Legislativo respectivo, observado o disposto no art. 169:

b) a criação e a extinção de cargos e a remuneração dos seus serviços auxiliares e dos juízos que lhes forem vinculados, bem como a fixação do subsídio de seus membros e dos juizes, inclusive dos tribunais inferiores, onde houver; (Redação dada pela Emenda Constitucional nº 41, de 19-12-2003)

LEI Nº 10.934, DE 11 DE AGOSTO DE 2004

Dispõe sobre as diretrizes para a elaboração da lei orçamentária de 2005 e dá outras providências.

Art. 85. Para fins de atendimento ao disposto no art. 169, § 1º inciso II, da Constituição, observado o inciso I do mesmo parágrafo, ficam autorizadas as concessões de quaisquer vantagens, aumentos de remuneração, criação de cargos, empregos e funções, alterações de estrutura de carreiras, bem como admissões ou contratações de pessoal a qualquer título, constantes de anexo específico da lei orçamentária.

PARECER Nº 1.514, DE 2005

Da Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania, sobre a Proposta de Emenda à Constituição nº 58, de 2004, que introduz

no art. 52 da Constituição Federal, um § 2º, transformando em § 1º o seu atual parágrafo único.

Relator: Senador **Jose Jorge**

I – Relatório

Subscrita pelo eminente Senador Pedro Simon e outros vinte e sete Senadores, vem ao exame desta Comissão a Proposta de Emenda à Constituição nº 58, de 2004, que pretende aditar novo parágrafo ao art. 52 da Constituição Federal, com o propósito de prever o comparecimento, para prestação de contas perante o Senado Federal ou qualquer de suas comissões, de autoridades cuja nomeação dependa de aprovação prévia desta Casa Legislativa. Segundo o texto do dispositivo projetado, a lei disporá sobre os procedimentos a serem observados para o fim determinado na PEC.

Como argumentam os signatários na justificação da Proposta,

Julgamos (...) de todo útil e necessário que o Senado Federal, como parte responsável na escolha desses titulares, tenha o direito e o dever de avaliar o seu exercício, durante todo o período de sua duração, sobre ao seu final. Projeto de Lei irá regulamentar esse dispositivo constitucional, definindo com maior precisão: quem estará sujeito a essa prestação de contas, como ela se dera e quando deverá ser feita, além de outros detalhamentos que se revelem necessários.

II – Análise

Do ponto de vista da constitucionalidade, nada há a opor à tramitação da matéria. A Proposta atende ao requisito de iniciativa previsto no inciso 1 do art. 60 da Carta Política, e não esbarra em nenhum dos limites circunstanciais e materiais estabelecidos nos parágrafos 1º e 4º do mesmo artigo.

No tocante ao mérito, não há como deixar de reconhecer a legitimidade e relevância das razões apresentadas na persuasiva justificação da Proposta.

Trata-se, como ressaltam os autores, de complementar o importante papel desempenhado pelo Senado na escolha das autoridades elencadas no art. 52, III e IV, da Carta Política, impondo-lhe uma dimensão republicana ainda mais proeminente, já que a tomada de contas e a avaliação das autoridades públicas, além de essencialmente democrática, presta-se a fortalecer um dos alicerces constitutivos do regime republicano, que é a publicidade, transparência e avaliação pública dos atos das autoridades. Note-se que, segundo

os autores da PEC, não se cuida somente de ampliar a competência institucional do Senado, mas também de impor a esta Casa do Congresso Nacional o dever de desenvolver mecanismos de avaliação do exercício das autoridades por ele aprovadas.

Numa apreciação mais ligeira, poder-se-ia sugerir que o comparecimento de autoridades previsto na PEC já encontra respaldo no disposto no art. 50 da Carta, que prevê a convocação de Ministro de Estado ou quaisquer titulares de órgãos diretamente subordinados à Presidência da República. Atente-se, no entanto, para dois aspectos cruciais do alcance da PEC: primeiro, o rol de autoridades estipulado no art. 52

envolve titulares de cargos e funções não abrangidos pelo art. 50, como magistrados superiores, ministros do Tribunal de Contas da União e chefes de missão diplomática; segundo, o que a Proposta sob exame pretende é, ademais, propiciar a discussão e deliberação político-institucional do rito de tomada e prestação de contas a ser objeto da lei ordinária destinada a conferir aplicabilidade e eficácia plena ao preceito constitucional **in fieri**.

Por fim, entendemos que a PEC requer aprimoramento de natureza meramente formal, consistente em nova redação da ementa, que pode ser aprimorada sem perda da precisão lingüística.

COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO, JUSTIÇA E CIDADANIA

PROPOSIÇÃO: PEC Nº 53 DE 2004

ASSINAM O PARECER NA REUNIÃO DE 03/08/05, OS SENHORES(AS) SENADORES(AS):

PRESIDENTE :	
RELATOR:	<i>Senador José Jorge</i>
BLOCO DA MINORIA (PFL e PSDB)	
ANTÔNIO CARLOS MAGALHÃES (PRESIDENTE)	1-ROMEU TUMA <i>Romeu Tuma</i>
CÉSAR BORGES <i>César Borges</i>	2-MARIA DO CARMO ALVES
DEMÓSTENES TORRES	3-JOSÉ AGRIPINO
EDISON LOBÃO <i>Edison Lobão</i>	4-JORGE BORNHAUSEN
JOSÉ JORGE (RELATOR)	5-RODOLPHO TOURINHO <i>Rodolpho Tourinho</i>
ALMEIDA LIMA	6- TASSO JEREISSATI
ÁLVARO DIAS	7-EDUARDO AZEREDO <i>Eduardo Azeredo</i>
ARTHUR VIRGÍLIO	8-LEONEL PAVAN <i>Leonel Pavan</i>
JUVÊNCIO DA FONSECA (PDT) *	9-GERALDO MESQUITA JÚNIOR(*)
BLOCO DE APOIO AO GOVERNO (PT, PSB, (**), PL e PPS)	
ALOIZIO MERCADANTE <i>Aloizio Mercadante</i>	1-DELCÍDIO AMARAL
EDUARDO SUPLYCY	2- PAULO PAIM
FERNANDO BEZERRA	3-SÉRGIO ZAMBIASI <i>Sérgio Zambiasi</i>
MAGNO MALTA <i>Magno Malta</i>	4-JOÃO CAPIBERIBE <i>João Capiberibe</i>
IDELI SALVATTI	5-SIBÁ MACHADO <i>Sibá Machado</i>
ANTONIO CARLOS VALADARES <i>Antonio Carlos Valadares</i>	6-MÓZARILDO CAVALCANTI
SERYS SLHESSARENKO	7-MARCELO CRIVELLA
PMDB	
RAMEZ TEBET	1-NEY SUASSUNA <i>Ney Suassuna</i>
JOÃO BATISTA MOTTA <i>João Batista Motta</i>	2-LUIZ OTÁVIO
JOSÉ MARANHÃO <i>José Maranhão</i>	3-SÉRGIO CABRAL
MAGUITO VILELA <i>Maguito Vilela</i>	4-GERSON CAMATA
AMIR LANDO	5-LEOMAR QUINTANILHA
PEDRO SIMON	6-GARIBALDI ALVES FILHO
PDT	
JEFFERSON PÉRES	1-OSMAR DIAS <i>Osmar Dias</i>

(*) Vaga ocupada por cessão do PSDB.

(**) O PTB deixou de integrar o Bloco de Apoio ao Governo em 08/06/2005.

Assinam o Parecer à Proposta de Emenda a Constituição nº 58, de 2004, na Reunião Ordinária de 3-8-2005, complementando as assinaturas dos Membros da Comissão, nos termos do art. 356, parágrafo único, do RISF, os(as) Senhores(as) Senadores(as):

Álvaro Dias – Almeida Lima – Tião Viana – Paulo Paim – Tasso Jereissati – Arthur Virgílio – Jorge Bornhausen.

III – Voto

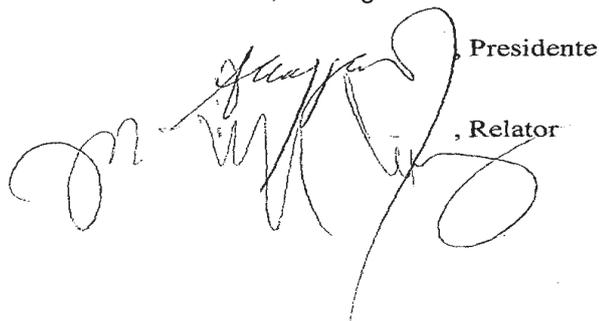
Em face do exposto, nosso voto é pela aprovação da Proposta de Emenda à Constituição nº 58, de 2004, por considerá-la conforme à ordem jurídico-constitucional e, no mérito, relevante e oportuna, adotada a seguinte emenda de redação.

EMENDA Nº 1-CCJ

Dê-se à ementa da PEC a seguinte redação:

Acrescenta parágrafo ao art. 52 da Constituição Federal, para disciplinar o comparecimento de autoridades perante o Senado Federal e suas comissões.

Sala da Comissão, 3 de agosto de 2005.



Presidente
, Relator

LEGISLAÇÃO CITADA

ANEXADA PELA SECRETARIA-GERAL DA MESA

CONSTITUIÇÃO DA REPÚBLICA FEDERATIVA DO BRASIL

Art. 50. A Câmara dos Deputados e o Senado Federal, ou qualquer de suas Comissões, poderão convocar Ministro de Estado ou quaisquer titulares de órgãos diretamente subordinados à Presidência da República para prestarem, pessoalmente, informações sobre assunto previamente determinado, importando crime de responsabilidade a ausência sem justificativa adequada. (Redação dada pela Emenda Constitucional de Revisão nº 2, de 1994)

§ 1º Os Ministros de Estado poderão comparecer ao Senado Federal, à Câmara dos Deputados, ou a

qualquer de suas Comissões, por sua iniciativa e mediante entendimentos com a Mesa respectiva, para expor assunto de relevância de seu Ministério.

§ 2º As Mesas da Câmara dos Deputados e do Senado Federal poderão encaminhar pedidos escritos de informações a Ministros de Estado ou a qualquer das pessoas referidas no caput deste artigo, importando em crime de responsabilidade a recusa, ou o não atendimento, no prazo de trinta dias, bem como a prestação de informações falsas. (Redação dada pela Emenda Constitucional de Revisão nº 2, de 1994)

Art. 60. A Constituição poderá ser emendada mediante proposta:

I – de um terço, no mínimo, dos membros da Câmara dos Deputados ou do Senado Federal;

§ 1º A Constituição não poderá ser emendada na vigência de intervenção federal, de estado de defesa ou de estado de sítio.

§ 4º Não será objeto de deliberação a proposta de emenda tendente a abolir:

- I – a forma federativa de Estado;
- II – o voto direto, secreto, universal e periódico;
- III – a separação dos Poderes;
- IV – os direitos e garantias individuais.

PARECER Nº 1.515, DE 2005

Da Comissão de Assuntos Sociais, sobre o Projeto de Lei do Senado nº 174, de 2000, de autoria do Senador Luiz Pontes, que altera a Lei nº 9.656, de 3 de junho de 1998, que dispõe sobre os planos e seguros privados de assistência à saúde.

Relator: Senador **Leonel Pavan**

I – Relatório

O Projeto de Lei do Senado nº 174, de 2000, de autoria do Senador Luiz Pontes, altera a Lei nº 9.656, de 3 de junho de 1998, que dispõe Sobre os planos e seguros privados de assistência à saúde, para tornar obrigatória a cobertura, no âmbito da assistência prestada por planos privados de assistência à saúde, de despesas de acompanhante de recém-nascido, lactente e criança internada em unidade de tratamento intensivo neonatal ou pediátrico.

A disposição entra em vigor na data de publicação da lei em que se transformar o projeto.

A proposição é justificada em razão dos frequentes descumprimentos, por parte de operadoras de planos de saúde, de disposições da própria Lei dos Planos de Saúde, que determina, em seu art. 12, inciso II, alínea f, a cobertura daquelas despesas, no caso de pacientes menores de dezoito anos, quando internados, independentemente do local de internação.

Inicialmente distribuído à Comissão de Assuntos Econômicos, o projeto não foi apreciado quanto aos aspectos econômicos e financeiros da matéria – como previa o regimento interno da Casa -, mas quanto ao mérito relativo à relevância do acompanhamento, por seus pais, das crianças internadas para a recuperação de sua saúde.

De qualquer forma, o projeto foi aprovado na forma de substitutivo (Emenda CAE-1) que amplia para “todos os menores de dezoito anos” o benefício, ao mesmo tempo em que – ao invés de incluir uma nova alínea ao inciso II do art. 12 que está sendo alterado – modifica a redação da alínea f, já existente.

Dessa forma, segundo o relatório aprovado na Comissão de Assuntos Econômicos, esse dispositivo da Lei dos Planos de Saúde passa a ter uma redação segundo a qual [estão entre as exigências mínimas], quando [o plano] incluir cobertura hospitalar, [a] cobertura de despesas de acompanhante, no caso de pacientes menores de dezoito anos, inclusive quando se tratar de internação em unidade de terapia intensiva ou similar.

Após essa decisão, foi aprovado requerimento do Senador Tião Viana para que a matéria fosse apreciada, também, pela Comissão de Assuntos Sociais.

II – Análise

A apreciação de mérito que cabia a esta Comissão já foi feita na Comissão de Assuntos Econômicos, isto é, já foram sobejamente demonstradas e debatidas naquela Comissão as razões de ordem médica e psicológica que indicam a presença e o acompanhamento por seus pais durante a internação de crianças.

Não há questionamentos, entre os profissionais de saúde, quanto ao fato de que a presença dos pais durante o processo de atendimento a crianças gravemente enfermas é fator favorecedor da recuperação, por transmitir-lhes segurança e apoio.

Há, no entanto, peculiaridades da atenção em unidades de terapia intensiva – necessidade eventual de realizar procedimentos heróicos para a manutenção da vida, agressividade de alguns procedimentos diag-

nósticos e terapêuticos empregados, risco elevado de infecções hospitalares – que podem, eventualmente, contra-indicar a presença do familiar junto ao leito do enfermo, tanto por razões de ordem psicológica como operacional.

Isso é, a presença do familiar no mesmo ambiente pode atrapalhar ou mesmo impedir a realização de determinadas ações pela equipe de saúde. Da mesma forma, em razão da natureza invasiva ou cruenta de alguns procedimentos, presenciar sua realização pode ser psicologicamente traumático para uma mãe ou um pai.

Esses fatos nos levam a considerar que, ainda que, em geral, seja positiva e desejável, a presença dos pais ou de outro familiar numa UTI, isso pode, eventualmente ser negativo e indesejável para a recuperação de sua criança.

Por essa razão, a identificação de quando e como permitir a presença de acompanhante deve, a nosso ver, ficar a critério do médico assistente.

Feitas essas considerações, não há o que obstar a que os gastos com acompanhantes de crianças e adolescentes internados sejam cobertos pelos planos de saúde, na medida em que se reconhece sua importância para o tratamento desses pacientes, desde que tenha aquiescência do médico que assiste o paciente.

III – Voto

Em vista do exposto, somos pela aprovação do Projeto de Lei do Senado nº 174, de 2000, com a seguinte emenda:

EMENDA Nº 2 – CAS

Dê-se ao art. 1º do Projeto de Lei do Senado nº 174, de 2000, a seguinte redação:

Art. 1º A alínea f do inciso II do art. 12 da Lei nº 9.656, de 3 de junho de 1998, passa a vigorar com a seguinte redação:

“Art. 12.

(...)

II – (...)

f) cobertura de despesas de acompanhante, no caso de pacientes menores de dezoito anos, inclusive quando se tratar de internação em unidade de terapia intensiva ou similar, desde de que haja prescrição médica.

..... (NR)”

Sala da Comissão,

**SENADO FEDERAL
COMISSÃO DE ASSUNTOS SOCIAIS**

PROJETO DE LEI DO SENADO Nº 174 de 2000	
ASSINAM O PARECER NA REUNIÃO DE 11/08/2005, OS SENHORES (AS) SENADORES (AS)	
PRESIDENTE: SENADOR ANTÔNIO CARLOS VALADARES	
RELATOR: Senador LEONEL PAVAN	
BLOCO MINORIA (PFL E PSDB) - TITULARES	BLOCO DA MINORIA (PFL E PSDB) - SUPLENTE
MARCO MACIEL – PFL	1- HERÁCLITO FORTES – PFL.
JONAS PINHEIRO – PFL	2- JOSÉ JORGE – PFL.
MARIA DO CARMO ALVES – PFL.	3- DEMÓSTENES TORRES – PFL.
RODOLPHO TOURINHO – PFL.	4- ROMEU TUMA – PFL.
FLEXA RIBEIRO – PSDB.	5- EDUARDO AZEREDO – PSDB.
LEONEL PAVAN – PSDB.	6- LUIZ SOARES – (Sem Partido)
LÚCIA VÂNIA – PSDB.	7- TEOTÔNIO VILELA FILHO – PSDB.
REGINALDO DUARTE – PSDB.	8- SÉRGIO GUERRA – PSDB.
PMDB TITULARES	PMDB SUPLENTE
NEY SUASSUNA	1- WELLINGTON SALGADO
VAGO	2- RAMEZ TEBET
VALDIR RAUPP	3- JOSÉ MARANHÃO
MÃO SANTA	4- PEDRO SIMON
SÉRGIO CABRAL	5- MAGUITO VILELA
PAPALÉO PAES	6- GERSON CAMATA
BLOCO DE APOIO AO GOVERNO (PT, PSB, PTB, PL E PPS)	BLOCO DE APOIO AO GOVERNO (PT, PSB, PTB, PL E PPS)
ANTÔNIO CARLOS VALADARES (PSB)	1- CRISTOVAM BUARQUE (PT)
FLÁVIO ARNS (PT)	2- MAGNO MALTA (PL)
IDELI SALVATTI (PT)	3- EDUARDO SUPLYCY (PT)
MARCELO CRIVELA (PL)	4- FÁTIMA CLEIDE (PT)
PAULO PAIM (PT)	5- MOZARILDO CAVALCANTI (PTB)
PATRÍCIA SABOYA GOMES (Sem Partido)	6- JOÃO CAPIBERIBE (PSB)
PDT TITULARES	PDT SUPLENTE
AUGUSTO BOTELHO.	1- JUVÊNCIO DA FONSECA.

**VOTO EM SEPARADO DA SENADORA
IDELI SALVATTI NA COMISSÃO
DE ASSUNTOS SOCIAIS**

I – Relatório

Esta comissão examina o PLS 174, de 2000, de autoria do Senador Luiz Pontes, que altera a Lei nº 9.656, de 3 de junho de 1998, que “dispõe sobre os planos de seguros privados de assistência à saúde”. O projeto acrescenta alínea ao inciso II, do art. 12, da referida Lei para tornar obrigatória a cobertura de despesas de acompanhante de recém-nascido, lactentes e crianças, enquanto esses permanecerem internados em unidade de tratamento intensivo neonatal ou pediátrico.

Em sua justificativa, o autor ressalta que são várias as “reclamações quanto ao não-cumprimento do disposto na Lei nº 9.656, de junho de 1998, em seu art. 12, II, f, que determina a cobertura de despesas de acompanhante, no caso de pacientes menores de 18 anos de idade, quando internados em unidades de tratamento intensivo”. Segundo o autor, essa proposi-

ção visa evitar a interpretação equivocada do dispositivo legal, por parte dos planos e seguros privados de assistência à saúde.

O projeto foi inicialmente distribuído à Comissão de Assuntos Econômicos onde o parecer do relator, Senador Mão Santa, foi aprovado no dia 30-4-2003, com a Emenda nº 1-CAE. Em seu parecer, o eminente Senador argumentou que o direito defendido pelo PLS nº 174, de 2000, não deveria ser restrito aos recém-nascidos, lactentes e crianças e sim a todos os menores de dezoito anos. Por isso, propôs não a inclusão da alínea g, ao inciso II do art. 12, mas a inserção, na alínea f, original, do seguinte texto:

Art. 1º, A alínea f, do inciso II, do art. 12, da Lei nº 9.656, de 3 de junho de 1998, passa a vigorar com a seguinte redação:

..... NR).

f) cobertura de despesas de acompanhante, no caso de pacientes menores de dezoito anos, inclusive quando se tratar de

internação em unidade de terapia intensiva ou similar.

Este projeto foi encaminhado, depois de aprovado requerimento do Senador Tião Viana, para apreciação também na Comissão de Assuntos Sociais. Distribuída ao Senador Leonel Pavan, manifestou-se o ilustre relator, em seu parecer, pela aprovação com a seguinte Emenda,

Art. 1º A alínea **f** do inciso II do art. 12 da Lei nº 9.656, de 3 de junho de 1998, passa a vigorar com a seguinte redação:

..... (NR)
f) cobertura de despesas de acompanhante, no caso de pacientes menores de dezoito anos, inclusive quando se tratar de internação em unidade de terapia intensiva ou similar, desde de que haja prescrição médica.

Esse é o relatório.

II – Análise

Pedindo **vênia** ao nobre relator, discordamos da sua posição na matéria, mesmo entendendo sua preocupação em aprimorar a emenda apresentada pelo Senador Mão Santa e aprovada na Comissão de Assuntos Econômicos. Ao acrescentar a frase “desde de que haja prescrição médica”, o ilustre Senador Leonel Pavan chama a atenção para uma questão importantíssima para o caso de atenção em unidades de terapia intensiva.

Segundo o parecer do relator,

“há, no entanto, peculiaridades da atenção em unidades de terapia intensiva – necessidade eventual de realizar procedimentos heróicos para a manutenção da vida, agressividade de alguns procedimentos diagnósticos e terapêuticos empregados, risco elevado de infecções hospitalares – que podem, eventualmente, **contra-indicar a presença do familiar junto ao leito do enfermo**, tanto por razões de ordem psicológica como operacional” (grifo nosso)

E acrescenta,

a presença do familiar no mesmo ambiente pode atrapalhar ou mesmo impedir a realização de determinadas ações pela equipe de saúde”. (grifo nosso)

“esses fatos no levam a considerar que, ainda que, em geral, seja positiva e desejável, a presença dos pais ou de outro familiar numa

UTI, isso pode eventualmente ser negativo e indesejável para a recuperação de sua criança.” (grifo nosso)

Isso corrobora nossa preocupação quanto à possibilidade da presença de familiares nas Unidades de Tratamento Intensivo. E importante frisar também que as normas do Ministério da Saúde em vigor, na área de arquitetura hospitalar, não prevêem, no espaço físico definido nas UTI – tanto de adulto como infantil ou neonatal – área de acomodação de acompanhante, o que realmente deveria ser pensado em função das preocupações levantadas pelo relator.

Sabemos da importância comprovada de familiares no processo de recuperação dos enfermos, por isso, reafirmamos que as normas da SAS de Atenção Humanizada do Recém-nascido de Baixo Peso, contemplam essa questão ao recomendar alojamento conjunto e a acomodação da mãe no hospital durante o período em que o filho estiver na UTI Neonatal, com visitas constantes à unidade, e não dentro da Unidade de Tratamento Intensivo.

Quanto às necessidades de crianças e adolescentes durante internações hospitalares, o Conselho Nacional de Defesa dos Direitos da Criança e do Adolescente (CONANDA) aprovou em 17 de outubro de 1995, a Resolução nº 41, que estabelece como direito destes, quando internado em instituições hospitalares “ser acompanhado por sua mãe, pai ou responsável, durante todo o período de sua hospitalização, bem como receber visitas”.

Concordamos com o texto do relator que, nos moldes do parecer aprovado na CAE, estende o benefício a todos os menores de dezoito anos, e não apenas aos recém-nascidos, aos lactentes e às crianças, como previsto no texto original do PLS 174, de 2000. Isto é, mantêm o texto da alínea **f**, do inciso II, do Art. 12 da Lei em vigor.

O texto hoje em vigor garante amplamente a cobertura de despesas de acompanhante, inclusive em centro de terapias intensiva ou similar, contemplando também os direitos previstos tanto no Estatuto da Criança e do Adolescente como nas normas do Ministério da Saúde de atenção ao neonatal de baixo peso, através das alíneas **b** e **f**, do inciso II do Art. 12., conforme texto abaixo,

Art. 12. (NR)

Inciso II – quando incluir internação hospitalar:

.....NR)

b) cobertura de internações hospitalares em centro de terapia intensiva, ou similar,

vedada a limitação de prazo, valor máximo e quantidade, a critério do médico assistente;
.....NR)

f) cobertura de despesas de acompanhante, no caso de pacientes menores de dezoito anos;

III – Voto

Diante do exposto, manifestamo-nos contrário ao Parecer do Senador Leonel Pavan e pela prejudicialidade do PLS 174, de 2000.

Sala da Comissão, **Ideli Salvatti**.

DOCUMENTO ANEXADO PELA SECRETARIA-GERAL DA MESA, NOS TERMOS DO ART. 250, PARÁGRAFO ÚNICO, DO REGIMENTO INTERNO

RELATÓRIO

Relator: Senador **Leonel Pavan**

I – Relatório

O Projeto de Lei do Senado nº 174, de 2000, de autoria do Senador Luiz Pontes, tem por objetivo tornar obrigatória a cobertura, pelos planos e seguros privados de assistência à saúde, das despesas de acompanhante de recém-nascidos, lactentes e crianças, enquanto esses permanecerem internados em unidades de tratamento intensivo neonatal ou pediátrico.

Nesse sentido, o art. 110 da proposição prevê o acréscimo de uma alínea g ao inciso II do art. 12 da Lei nº 9.656, de 3 de junho de 1998, que dispõe sobre os planos e seguros privados de assistência à saúde.

Pelo art. 2º, prevê-se a vigência da lei em que o projeto eventualmente se transformar para a data da sua publicação.

A proposição foi distribuída inicialmente à Comissão de Assuntos Econômicos (CAE), para decisão em caráter terminativo. Transcorrido o prazo regimental, não lhe foram apresentadas emendas.

O projeto recebeu parecer pela aprovação com uma emenda. A alteração efetuada pela comissão estende o benefício a todos os menores de dezoito anos, e não apenas aos recém-natos, aos lactentes e às crianças, como previsto no texto original.

Em atendimento ao Recurso nº 21, de 2003, de autoria do Senador Tião Viana e outros senadores, previsto pelos §§ 3º e 4º do art. 91 do Regimento Interno do Senado Federal (RISF), o projeto foi remetido à apreciação do Plenário desta Casa. Obedecendo ao disposto no art. 235, II, c, do RJSF, foi aberto novo prazo para o recebimento de emendas, durante o qual nenhuma foi apresentada.

Com a aprovação do Requerimento nº 336, de 2003, de autoria do Senador Tião Viana, e em obediência ao art. 100, II, do RISF, a proposição foi distribuída a esta Comissão de Assuntos Sociais (CAS) para decisão em caráter não-terminativo.

II – Análise

É nobre a intenção do ilustre autor do projeto de lei em análise de assegurar, às crianças internadas em hospitais, a presença constante de seus pais ou responsáveis. A lei em que o projeto eventualmente se transformar terá, sem dúvidas, grande alcance social.

Os traumas ligados à separação entre mães e filhos são um problema reconhecido pelos pediatras e psicólogos há longa data. Ocorre uma ruptura do chamado “binômio mãe-filho”, com graves conseqüências negativas para o equilíbrio psicológico do infante.

Durante a internação hospitalar, as conseqüências são ainda piores, pois a criança encontra-se especialmente fragilizada, em função da sua condição de saúde e do ambiente novo e hostil.

A humanização da assistência neonatal tem sido preconizada, desde os primórdios do século XX, pela escola francesa de Pierre Budin. Hoje, poucos contestam essa postura, mesmo que, na prática, ela não esteja completamente disseminada em todos os hospitais e maternidades do mundo.

No Brasil, o Ministério da Saúde, por meio do Programa de Humanização no Pré-Natal e Nascimento, incentiva sempre a aproximação entre mãe e filho, com o objetivo de manter os laços afetivos e acelerar a recuperação da criança.

O Ministério apóia iniciativas que busquem a preservação do binômio mãe-filho, como o método “mãe canguru”, criado em 1979, na Colômbia, como forma de tratamento para recém-nascidos prematuros. Nesse sistema, em vez de ficarem em incubadoras, os neonatos são colocados em contato direto com a pele da mãe, aproveitando-se do calor humano e dos carinhos maternos. Os índices de recuperação são excelentes, com baixo custo para os hospitais.

Atento às necessidades de crianças e adolescentes durante internações hospitalares, o Conselho Nacional de Defesa dos Direitos da Criança e do Adolescente (CONANDA) aprovou a Resolução nº 41, de 17 de outubro de 1995, baseada em documento encaminhado pela Sociedade Brasileira de Pediatria. A resolução estabelece como direito da criança e do adolescente internado em instituições hospitalares “ser acompanhado por sua mãe, pai ou responsável, durante todo o período de sua hospitalização, bem como receber visitas”, além de ter “direito a receber

aleitamento materno sem restrições” e “a não ser separado da mãe ao nascer”.

Do exposto, pode-se concluir que a atitude das operadoras de planos privados de assistência à saúde de não cobrir as despesas com acompanhante para crianças e adolescentes internados em unidades de terapia intensiva é desumana e contraria os princípios da boa prática de atendimento pediátrico.

Concordamos com as alterações propostas pela CAE, que ampliam oportunamente o escopo inicial do projeto.

Não há reparos a serem feitos à proposição no que concerne à constitucionalidade, juridicidade e regimentalidade da matéria.

No tocante à técnica legislativa, contudo, observamos que a ementa do projeto não informa de maneira clara o objeto da lei, o que configura uma violação ao art. 5º da Lei Complementar nº 95, de 26 de fevereiro de 1998, que dispõe sobre a redação, elaboração e alteração das leis.

Em conformidade com as observações acima apontadas, apresentamos uma emenda ao projeto de lei ora apreciado nesta Comissão.

III – Voto

Em virtude das considerações expostas, o voto é pela aprovação do Projeto de Lei do Senado nº 174, de 2000, com a seguinte emenda:

EMENDA Nº– CAS

Dê-se à ementa do Projeto de Lei do Senado nº 174, de 2000, a seguinte redação:

Altera a Lei nº 9.656, de 3 de junho de 1998, que dispõe sobre os planos e seguros privados de assistência à saúde, para assegurar a cobertura das despesas de acompanhante de paciente menor de dezoito anos internado em unidade de terapia intensiva ou similar.

Sala da Comissão, Presidente, Relator **Leonel Pavan**.

O SR. PRESIDENTE (Papaléo Paes. PMDB – AP) – Os pareceres que acabam de ser lidos vão à publicação.

O SR. PRESIDENTE (Papaléo Paes. PMDB – AP) – Foram lidos anteriormente os Pareceres nºs 1.512 e 1.513, de 2005, das Comissões de Assuntos Sociais e de Constituição, Justiça e Cidadania, referentes às seguintes matérias:

– **Projeto de Lei da Câmara nº 42, de 2005** (nº 276/2003, na Casa de origem), que altera o caput do art. 11 da Lei nº 8.069, de 13 de julho de 1990, que *dispõe sobre o Estatuto da Criança e*

do Adolescente e dá outras providências (substitui a expressão “atendimento médico” por “atendimento integral à saúde”); e

– **Projeto de Lei da Câmara nº 55, de 2005** (nº 4.692/2004, na Casa de origem), de iniciativa do Tribunal Superior Eleitoral, que *extingue e cria cargos e funções nos quadros de pessoal do Tribunal Superior Eleitoral e dos Tribunais Regionais Eleitorais.*

As matérias ficarão perante a Mesa durante cinco dias úteis a fim de receber emendas, nos termos do art. 235, II, **d**, do Regimento Interno.

O SR. PRESIDENTE (Papaléo Paes. PMDB – AP) – Sobre a mesa, projetos que serão lidos pelo Sr. 1º Secretário em exercício, Senador Leonel Pavan.

São lidos os seguintes:

PROJETO DE LEI DO SENADO Nº 292, DE 2005

Altera a redação dos arts. 1.211-A e 1.211-C da Lei nº 5.869, de 11 de janeiro de 1973 (Código de Processo Civil), para adequá-la à Lei nº 10.741, de 1º de outubro de 2003, e incluir no rol das pessoas com prioridade processual as portadoras de câncer e da Síndrome da Deficiência Imunológica Adquirida (AIDS).

O Congresso Nacional decreta:

Art. 1º Os arts. 1.211-A e 1.211-C da Lei nº 5.669, de 11 de janeiro de 1973 (Código de Processo Civil), passam a vigor com a seguinte redação:

Art. 1.211-A. Os procedimentos judiciais em que figure como parte ou interveniente pessoa com idade igual ou superior a sessenta anos, ou portadora da Síndrome da Deficiência Imunológica Adquirida (AIDS), ou de câncer, terão preferência na tramitação de todos os atos e diligências em qualquer instância. (NR)

.....
Art. 1.211-C. Concedida a prioridade, esta não cessará com a morte do beneficiado, estendendo-se em favor do cônjuge supérstite, companheiro ou companheira, com união estável, maior de sessenta anos. (NR)

Art. 2º Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação.

Justificação

A preferência processual estabelecida nos arts. 1.211-A a 1.211-C, da Lei nº 5.869, de 11 de janeiro de 1973 (Código de Processo Civil), concebida em proveito das pessoas idosas, consiste em equilibrar

as condições dos idosos, relativamente aos mais jovens, que têm maior expectativa de vida, o que evoca a lição de Ruy: não há nada mais desigual que tratar igualmente os desiguais.

A proposição assenta nos princípios da isonomia e da dignidade humana, refletidos no caput e no inciso I do art. 5º da Constituição Federal, que iguala direitos e obrigações de homens e mulheres, quando sujeitos às mesmas circunstâncias, e os diferencia ao considerar suas condições personalíssimas, como se pode observar no art. 226 da Carta, relativamente a crianças e adolescentes, e no art. 230, em relação ao idoso.

Na lei, a aplicação dos referidos princípios pode ser vista no art. 125 do Código de Processo Civil, que recomenda ao magistrado manter o equilíbrio entre as partes: "O juiz dirigirá o processo conforme as disposições deste Código, competindo-lhe assegurar às partes igualdade no tratamento". Do procedimento judicial que iguala o tratamento entre as partes se reconhece, necessariamente, tenham sido observadas as diferenças existentes entre as partes.

O princípio da isonomia serve também a que direitos sejam mais facilmente acessados pelos jurisdicionados e ministrados de modo equânime. Portanto, a igualdade de tratamento, que traduz esse princípio, sempre será fruto do reconhecimento das diferenças entre os jurisdicionados.

Por seu turno, o princípio da dignidade humana, consagrado ao longo dos 77 incisos do art. 5º da Carta Federal, alicerça comportamento social que busca consolidar a convivência em nível adequado e permitir que condições adversas, como a idade elevada, desperte, pelos mais idosos, consideração e respeito.

Diante dessas considerações, impende estender a prerrogativa processual às pessoas portadoras de Aids e câncer, porque a redução de expectativa de suas vidas é condição que as situa no patamar dos idosos e suscita os mesmos princípios da dignidade e da isonomia. Além disso, a oportunidade serve para fixar a idade da concessão a partir dos sessenta anos, como está no Código de Estatuto do Idoso (Lei nº 10.741, de 1º de outubro de 2003), devendo-se ajustar os arts. 1.211-A e 1.211-C do Código de Processo Civil à lei especial.

Sala das Sessões, – Senador **Augusto Bote-lho**.

LEGISLAÇÃO CITADA

CONSTITUIÇÃO FEDERAL DE 1988

.....
.....
Art. 5º Todos são iguais perante a lei, sem distinção de qualquer natureza, garantindo-se aos brasileiros

e aos estrangeiros residentes no País a inviolabilidade do direito à vida, à liberdade, à igualdade, à segurança e à propriedade, nos termos seguintes:

I – homens e mulheres são iguais em direitos e obrigações, nos termos desta constituição;

.....
.....

Art. 226. A família, base da sociedade, tem especial proteção do Estado.

§ 1º O casamento é civil e gratuita a celebração.

§ 2º O casamento religioso tem efeito civil, nos termos da lei.

§ 3º Para efeito da proteção do Estado, é reconhecida a união estável entre o homem e a mulher como entidade familiar, devendo a lei facilitar sua conversão em casamento.

§ 4º Entende-se, também, como entidade familiar a comunidade formada por qualquer dos pais e seus descendentes.

§ 5º Os direitos e deveres referentes à sociedade conjugal são exercidos igualmente pelo homem e pela mulher.

§ 6º O casamento civil pode ser dissolvido pelo divórcio, após prévia separação judicial por mais de um ano nos casos expressos em lei, ou comprovada separação de fato por mais de dois anos.

§ 7º Fundado nos princípios da dignidade da pessoa humana e da paternidade responsável, o planejamento familiar é livre decisão do casal, competindo ao Estado propiciar recursos educacionais e científicos para o exercício desse direito, vedada qualquer forma coercitiva por parte de instituições oficiais ou privadas.

§ 8º O Estado assegurará a assistência à família na pessoa de cada um dos que a integram, criando mecanismos para coibir a violência no âmbito de suas relações.

.....
.....

Art. 230. A família, a sociedade e o Estado têm o dever de amparar as pessoas idosas, assegurando sua participação na comunidade, defendendo sua dignidade e bem-estar e garantindo-lhes o direito à vida.

§ 1º Os programas de amparo aos idosos serão executados preferencialmente em seus lares.

§ 2º Aos maiores de sessenta e cinco anos é garantida a gratuidade dos transportes coletivos urbanos.

.....
.....

LEI Nº 5.869, DE 11 DE JANEIRO DE 1973
(Código de Processo Civil)

Art. 125. O juiz dirigirá o processo conforme as disposições deste Código, competindo-lhe:

I – assegurar às partes igualdade de tratamento;

II – velar pela rápida solução do litígio;

III – prevenir ou reprimir qualquer ato contrário à dignidade da Justiça;

IV – tentar, a qualquer tempo, conciliar as partes.

Art. 1.211-A. Os procedimentos judiciais em que figure como parte ou interveniente pessoa com idade igual ou superior a sessenta e cinco anos terão prioridade na tramitação de todos os atos e diligências em qualquer instância.

Art. 1.211-B. O interessado na obtenção desse benefício, juntando prova de sua idade, deverá requerê-lo à autoridade judiciária competente para decidir o feito, que determinará ao cartório do juízo as providências a serem cumpridas.

Art. 1.211-C. Concedida a prioridade, esta não cessará com a morte do beneficiado, estendendo-se em favor do cônjuge supérstite, companheiro ou companheira, com união estável, maior de sessenta e cinco anos.

LEI Nº 10.741, DE 1º DE OUTUBRO DE 2003
(Estatuto do Idoso)

Art. 71. É assegurada prioridade na tramitação dos processos e procedimentos e na execução dos atos e diligências judiciais em que figure como parte ou interveniente pessoa com idade igual ou superior a 60 (sessenta) anos, em qualquer instância.

(À Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania, em decisão terminativa.)

PROJETO DE LEI DO SENADO Nº 293, DE 2005

Acrescenta o art. 67-A à Lei nº 8.666, de 21 de junho de 1993, a fim de tornar obrigatória a inserção, no Sistema Integrado de Administração de Serviços Gerais – SIASG,

das informações referentes aos contratos e convênios firmados pelos órgãos e entidades integrantes do orçamento da União.

O Congresso Nacional decreta:

Art. 1º Fica acrescido o art. 67-A à Lei nº 8.666, de 21 de junho de 1993, com a seguinte redação:

“Art. 67-A. Os órgãos e entidades integrantes dos orçamentos fiscal e da seguridade social da União deverão disponibilizar no Sistema Integrado de Administração de Serviços Gerais – SIASG informações referentes aos contratos e aos convênios firmados, com a identificação das respectivas categorias de programação, mantendo atualizados os dados referentes à execução física e financeira, bem como à celebração de aditivos contratuais.

§ 1º Os órgãos e entidades que mantêm sistemas próprios de controle de contratos e convênios deverão providenciar a transferência eletrônica de dados para o Siasg, atualizado-os mensalmente.

§ 2º No âmbito dos convênios, acordos, ajustes ou instrumentos congêneres, firmados com órgãos ou entidades de direito público ou privado, devem ser mantidos atualizados os dados referentes à execução física e financeira dos contratos cujo valor seja três vezes superior ao limite estabelecido na alínea a do inciso I do art. 23.

§ 3º O pagamento dos bens e serviços contratados diretamente pelos órgãos e entidades dos Poderes Executivo, Legislativo e Judiciário e do Ministério Público da União, no âmbito dos orçamentos fiscal e da seguridade social, dependerá de prévio registro dos respectivos contratos no Siasg, ou nos sistemas próprios, devendo, neste último caso, ser efetuada a transferência eletrônica de dados na forma do § 1º.

§ 4º As entidades constantes do orçamento de investimento das estatais deverão providenciar a transferência eletrônica de dados relativa aos contratos firmados para o Siasg, na forma regulamentar.

§ 5º A inobservância do disposto neste artigo constitui grave infração à norma legal, ficando a execução do contrato sujeita às cominações legais incidentes e o responsável às sanções previstas no art. 16, §§ 2º e 3º, e no art. 58, ambos da Lei nº 8.443, de 16 de julho de 1992.

§ 6º O Tribunal de Contas da União verificará o cumprimento do disposto neste artigo, bem como utilizará as informações constantes no Siasg para orientar seus trabalhos de fiscalização.”

Art. 2º Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação.

Justificação

São deveras conhecidas as malversações de recursos públicos oriundas da celebração de termos aditivos em contratos públicos. Frequentemente são celebrados sorrateiros acordos, por meio dos quais se garante a um determinado licitante o posterior aditamento do contrato, de modo que ele possa oferecer uma proposta de preços mais baixa, de forma que ele possa eliminar artificialmente os demais concorrentes.

A inclusão das informações referentes à celebração de aditivos contratuais, bem como sua execução, no Sistema Integrado de Administração de Serviços Gerais (SIASG), tem mostrado excelentes resultados ao possibilitar que o Tribunal de Contas da União identifique, por critérios estatísticos, os contratos com maior probabilidade de conter irregularidades, determinando que sejam realizadas as diligências necessárias para investigação de eventuais irregularidades.

A obrigação de informar o Siasg sobre a execução dos contratos também recairá sobre os contratos celebrados através de convênios com estados e municípios, que são hoje uma importante modalidade de transferência de recursos.

O principal instrumento de coerção visando ao cumprimento das novas disposições está contido no § 5º, que imputa ao responsável pelo cadastramento as sanções previstas na Lei Orgânica do Tribunal de Contas da União, bem como possibilita a suspensão das obras ou prestação dos serviços até que a deficiência seja sanada.

A norma em questão já vem sendo editada repetidas vezes nas várias Leis de Diretrizes Orçamentárias que o Congresso Nacional apreciou recentemente. No entanto, a necessidade de reeditar a norma anualmente enfraquece o instituto, bem como o sujeita a eventuais vetos, como já aconteceu na LDO de 2005, atualmente em vigor.

A adoção deste projeto de lei, portanto, contribuirá sobremaneira à fiscalização dos gastos públicos, evitando muitos dos intoleráveis escândalos que hoje encham nosso noticiário nacional.

Sala das Sessões, 22 de agosto de 2005. – Senador **Augusto Botelho**.

LEGISLAÇÃO CITADA

LEI Nº 8.666, DE 21 DE JUNHO DE 1993

Art. 23. As modalidades de licitação a que se referem os incisos I a III do artigo anterior serão determinadas em função dos seguintes limites, tendo em vista o valor estimado da contratação:

I – para obras e serviços de engenharia:

a) convite – até R\$150.000,00 (cento e cinqüenta mil reais);

Art. 67. A execução do contrato deverá ser acompanhada e fiscalizada por um representante da Administração especialmente designado, permitida a contratação de terceiros para assisti-lo e subsidiá-lo de informações pertinentes a essa atribuição.

§ 1º O representante da Administração anotará em registro próprio todas as ocorrências relacionadas com a execução do contrato, determinando o que for necessário à regularização das faltas ou defeitos observados.

§ 2º As decisões e providências que ultrapassarem a competência do representante deverão ser solicitadas a seus superiores em tempo hábil para a adoção das medidas convenientes.

LEI Nº 8.443, DE 16 DE JUNHO DE 1992

Art. 16. As contas serão julgadas:

I – regulares, quando expressarem, de forma clara e objetiva, a exatidão dos demonstrativos contábeis, a legalidade, a legitimidade e a economicidade dos atos de gestão do responsável;

II – regulares com ressalva, quando evidenciarem impropriedade ou qualquer outra falta de natureza formal de que não resulte dano ao erário;

III – irregulares, quando comprovada qualquer das seguintes ocorrências:

a) omissão no dever de prestar contas;

b) prática de ato de gestão ilegal, ilegítimo, antieconômico, ou infração à norma legal ou regulamentar de natureza contábil, financeira, orçamentária, operacional ou patrimonial;

c) dano ao erário decorrente de ato de gestão ilegítimo ao antieconômico;

d) desfalque ou desvio de dinheiros, bens ou valores públicos.

§ 1º O Tribunal poderá julgar irregulares as contas no caso de reincidência no descumprimento de determinação de que o responsável tenha tido ciência, feita em processo de tomada ou prestação de contas.

§ 2º Nas hipóteses do inciso III, alíneas c e d deste artigo, o Tribunal, ao julgar irregulares as contas, fixará a responsabilidade solidária:

a) do agente público que praticou o ato irregular, e

b) do terceiro que, como contratante ou parte interessada na prática do mesmo ato, de qualquer modo haja concorrido para o cometimento do dano apurado.

§ 3º Verificada a ocorrência prevista no parágrafo anterior deste artigo, o Tribunal providenciará a imediata remessa de cópia da documentação pertinente ao Ministério Público da União, para ajuizamento das ações civis e penais cabíveis.

Art. 58. O Tribunal poderá aplicar multa de Cr\$ 42.000.000,00 (quarenta e dois milhões de cruzeiros), ou valor equivalente em outra moeda que venha a ser adotada como moeda nacional, aos responsáveis por:

I – contas julgadas irregulares de que não resulte débito, nos termos do parágrafo único do art. 19 desta lei;

II – ato praticado com grave infração à norma legal ou regulamentar de natureza contábil, financeira, orçamentária, operacional e patrimonial;

III – ato de gestão ilegítimo ou antieconômico de que resulte injustificado dano ao erário;

IV – não atendimento, no prazo fixado, sem causa justificada, a diligência do Relator ou a decisão do Tribunal;

V – obstrução ao livre exercício das inspeções e auditorias determinadas;

VI – sonegação de processo, documento ou informação, em inspeções ou auditorias realizadas pelo Tribunal;

VII – reincidência no descumprimento de determinação do Tribunal.

§ 1º Ficará sujeito à multa prevista no **caput** deste artigo aquele que deixar de dar cumprimento à decisão do Tribunal, salvo motivo justificado.

§ 2º O valor estabelecido no **caput** deste artigo será atualizado, periodicamente, por podaria da Presidência do Tribunal, com base na variação acumulada, no período, pelo índice utilizado para atualização dos créditos tributários da União.

§ 3º O regimento interno disporá sobre a graduação da multa prevista no **caput** deste artigo, em função da gravidade da infração.

(À Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania – decisão terminativa.)

O SR. PRESIDENTE (Papaléo Paes. PMDB – AP)

– Os projetos que acabam de ser lidos serão publicados e remetidos à Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania.

O SR. PRESIDENTE (Papaléo Paes. PMDB – AP)

– Sobre a mesa, aviso que será lido pelo Sr. 1º Secretário em exercício, Senador Leonel Pavan.

É lido o seguinte:

Aviso nº 6.492-GP/TCU

Brasília, 19 de agosto de 2005

Senhor Presidente,

Com meus cordiais cumprimentos, registro o recebimento do Ofício nº 1.912 (SF), de 18-8-2005, mediante o qual Vossa Excelência encaminha cópia do Requerimento nº 861/05, de autoria do Senador Álvaro Dias, que solicita a este Tribunal “a realização de auditoria na Casa da Moeda do Brasil, no período de 2003 até a presente data”.

A propósito, informo a Vossa Excelência que o mencionado expediente-autuado neste Tribunal sob o número TC-014.717/2005-9 – foi remetido ao Relator, Senhor Ministro Ubiratan Aguiar.

Atenciosamente, – **Adylson Motta**, Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Papaléo Paes. PMDB – AP) – O expediente que acaba de ser lido vai à publicação.

O SR. PRESIDENTE (Papaléo Paes. PMDB – AP) – Há oradores inscritos.

Concedo a palavra ao Senador Mão Santa.

S. Exª terá até 10 minutos para o seu pronunciamento.

O SR. MÃO SANTA (PMDB – PI. Pronuncia o seguinte discurso. Sem revisão do orador.) – Sr. Presidente, Senador Papaléo Paes, Srªs e Srs. Senadores presentes nesta sessão, brasileiras e brasileiros aqui presentes e que nos assistem pelo sistema de comunicação do Senado, a nossa religião cristã, católica, faz-nos ir à missa aos domingos. Ontem, Senadora Heloísa Helena, fui a uma igreja num bairro de Tere-sina, Primavera, e assisti à missa celebrada por um padre humilde, muito bom, Padre Manoel.

Citarei um fato interessante ocorrido lá. Eu estava na igreja com a Adalgisa, Senador Papaléo Paes, para assistirmos à missa de domingo, às 19 horas e 30 minutos, e, antes de iniciar, uma criança loira, de olhos verdes, de branco, representando a pureza da criança, aproximou-se de nós para nos entregar aquele folheto da missa. E quero aqui dizer que, a meu ver, a nossa Igreja Católica deveria mudar, pois os evangélicos levam a Bíblia e nós, aquele folheto em substituí-

ção. Senadora Heloísa Helena, aquela criança – um garotinho, uma criança, beleza pura, Vinde a mim as criancinhas”, de branco, na igreja – entregou-me o folheto e disse: “Senador Mão Santa, você já disse para o Lula não roubar?” Quero dizer que esse fato ocorreu numa igreja, na missa de domingo, e foi uma criança. Onde estão as crianças?

Tenho em mão um livro: “De Maquiavel a FHC”. Trata-se de Fernando Henrique Cardoso, do qual o Senador Heráclito Fortes foi Líder. É uma antologia de frases sobre o poder. Há, inclusive, uma do Presidente Lula, que eu trouxe para a Senadora Heloísa Helena. Ela já deve ter ouvido essa frase, uma vez que andaram juntos muito tempo. Está aqui: “Eleitor que vota em ladrão não tem direito a reclamar”.

Vamos entender, Senadora Heloísa Helena, o conceito de ladrão. Senador Papaléo Paes, ladrão não é só aquele que mete a mão no bolso das pessoas na rua e retira dinheiro nem apenas o que “bate” a carteira. Praticar mordomia excessiva é ser ladrão; desviar dinheiro público é ser ladrão. Esses eleitos do mensalão são ladrões.

Essa é a realidade, Presidente Lula. É aquilo que eu aprendi no meu Piauí. É mais fácil tapar o sol com a peneira do que esconder a verdade. A verdade está aí. Até o Livro de Deus, a Sagrada Escritura, tem aquelas figuras, prêmio e punição; premiar os bons e punir os maus. É hora de punir os maus.

Senador Paulo Paim, esse negócio de ficar só no blablá e não haver punição, de ficar só na mídia e não haver punição, isso é demais. Está na hora de este Parlamento – que significa o ápice de fazer leis boas e justas, Poder controlador e moderador do País – dar o exemplo. Senão, Heloísa Helena, somos ladrões, porque estamos recebendo e não estamos fazendo. Este é um Poder para fazer leis boas e justas. Aliás, Senador Leonel Pavan, nem fazê-las vamos supor que não estejamos fazendo, que medida provisória obstruiu a pauta, mas, pelo menos, interpretar, entender as coisas.

Deus criou as suas leis, somos um povo cristão. O Senador Papaléo começou a sessão, dizendo: “Sob a proteção de Deus”. Os bispos fizeram um manifesto com 27 itens, os bispos, que tinham muita simpatia pelo PT, muita empatia. São 27 itens! Um deles manda o Lula se aconselhar. Isto aqui é um conselho! Ele nunca veio, nunca deu bola, nunca quis. O Conselho da República, os ex-Presidentes!

Senador Papaléo Paes, a criança brasileira está exigindo. Não vamos passar impunes, não! Abraham Lincoln disse, Senador Leonel Pavan: “Você pode enganar poucos muito tempo; muitos, pouco tempo”. O Senado não pode enganar todo mundo todo o tempo!

Esse negócio aí dessa xaropada de reforma é coisa para boi dormir. Não vão reformar nada! Esse negócio de reforma eleitoral de urgência é para enganar o povo! Isso é uma enganação! A criança de dez anos ou doze anos do Piauí, na igreja, exige de nós! Isso aí é uma palhaçada, Heloísa Helena! Esses pilantras e esses picaretas vão agir do mesmo jeito. Se fazem o que fizeram e estão gozando e estão rindo, Heloísa Helena, como é que nessa reforma vão impedir que um picareta desses, bilionário, trambiqueiro, representante das multinacionais, representante das empresas de publicidade, dos bancos da corrupção, meta ali, Heloísa Helena, o dinheiro no bolso, para desvirtuar um vereador, um líder, uma associação de bairro?! Isso é palhaçada!

A reforma tem que ser agora, e o agente somos nós! E não existe nada sem punição! Tem! E é para ser obedecida.

Eu não sei, eu não sei, não me compete se o Lula tem culpa, mas nós temos que saber. Temos que chegar a uma conclusão. Eu li um artigo do PV, do Deputado Federal, o Líder Gabeira, um homem inteligente como o quê. Heloísa Helena, ele diz lá no artigo dele está aqui nas revistas que esse Governo já está morto e que ele não sabe onde se vai colocar o cadáver, se se vai incinerar, ou enterrar, ou deixar podre aí. O fato é...

(O Sr. Presidente faz soar a campanha.)

O SR. MÃO SANTA (PMDB – PI) – Meu tempo já terminou?

O SR. PRESIDENTE (Papaléo Paes. PMDB – AP) – Tempo é tempo.

O SR. MÃO SANTA (PMDB – PI) – Não, vou seguir.

Mas eu queria dizer que não estamos para brincar. Aí está Heloísa Helena em uma reação no P-SOL, para iluminar este País com virtudes, honestidade e luta. E o PMDB também, que esteve aqui, esteve na ditadura, que enfrentamos.

Há muito tempo estávamos isolados, mas vamos escrever nova página, nova página como escrevemos na redemocratização, no grupo de autênticos. Então leio, em primeira mão, para a Nação, a esperança que surge, os novos autênticos do PMDB, como aqueles que lutaram pela redemocratização, pelas eleições livres.

O PMDB tem pautado sua atuação na defesa do Estado democrático de direito, da soberania nacional, do desenvolvimento econômico autônomo e do combate às desigualdades sociais.

Foi assim ao longo da ditadura, mesmo com todas as restrições ao funcionamento parlamentar e ao livre debate das idéias.

Temos tradição política, experiência administrativa, quadro técnico preparado e interlocução com a Academia e com os movimentos sociais.

Somos o maior Partido do Brasil, estruturado em todos os seus Estados e em quase todos os mais de cinco mil Municípios brasileiros.

Possuímos lideranças cujas histórias de vida se confundem com a luta pela moralidade, ética e probidade no trato com a coisa pública.

É chegada a hora de assumirmos função de maior destaque na arena política nacional. O papel de coadjuvante a que temos nos submetido nos últimos tempos não tem sido digno do nosso histórico de lutas pela democracia e pelo desenvolvimento soberano.

É importante que nesse momento de grave crise o PMDB assuma plenamente seu relevante papel de guardião da liberdade, da democracia e da justiça social.

Lançamos, perante nossos pares, um grupo parlamentar intitulado “Novo Grupo Autêntico do PMDB” que atuará, inicialmente, no âmbito do Senado Federal.

As normas programáticas e estatutárias do PMDB permitem e legitimam a existência de correntes de opinião internas.

O SR. PRESIDENTE (Papaléo Paes. PMDB – AP. *Fazendo soar a campanha.*) – Senador Mão Santa, V. Ex^a terá um minuto para concluir seu grande pronunciamento.

O SR. MÃO SANTA (PMDB – PI) – Obrigado, Presidente.

O “Novo Grupo Autêntico do PMDB” inspira-se no “Grupo Autêntico do MDB” que ousou enfrentar a ditadura militar no Congresso Nacional, exercendo uma firme oposição parlamentar aos governos autoritários de então.

O “Novo Grupo Autêntico do PMDB” objetiva exercer oposição equilibrada e responsável ao Governo Federal, tendo como princípios inegociáveis:

- a ética no trato da coisa pública; e
- a prosperidade e o desenvolvimento com justiça social.

Para conferir densidade a esses princípios, torna-se imperioso o lançamento de candidatura própria à Presidência da República [para oferecer oportunidade de alter-

nância do poder ao povo, que é soberano e que decide].

Essa é a principal bandeira do “Novo Grupo Autêntico do PMDB”.

O lançamento de candidatura própria será uma oportunidade única de demonstrarmos à população brasileira, descrente das instituições e dos partidos políticos, que é possível o exercício do mais relevante cargo executivo nacional sem ferir a ética, sem confundir a estrutura do Estado com a dos partidos de sustentação do Governo, e sem ceder à tentação do abuso do poder econômico e político que corrompem os Poderes da República, apequenam a representação e ferem de morte as instituições.

Pelas razões apresentadas, requeremos, por fim, o reconhecimento do “Novo Grupo Autêntico do PMDB”.

Comunico a V. Ex^{as} que teremos como Presidente de Honra a figura incólume de Ramez Tebet; Presidente Executivo, Pedro Simon; Vice-Presidente, Garibaldi Alves Filho; Diretor de Comunicação, Sérgio Cabral; Diretor de Ética, Amir Lando...

(Interrupção do som.)

O SR. PRESIDENTE (Papaléo Paes. PMDB – AP) – Senador Mão Santa, mais uma prorrogação para V. Ex^a.

O SR. MÃO SANTA (PMDB – PI) – É bondade, é o tempo em que V. Ex^a ainda vai ser citado.

Secretário – Senador Mão Santa; Diretor de Finanças – Almeida Lima, e, recentemente, um grupo... A Heloisa Helena se lembra de que na Última Ceia nada deu certo, porque não havia uma mulher. Então nós fomos buscar uma mulher: a PMDB. Lamentamos a ausência do Senador Papaléo Paes, que iria enriquecer esse grupamento, mas ele está pegando asa de tucano, voando e nos deixando. Mas estaremos unidos porque isso com os outros partidos é garantir ao Brasil a democracia, que oferece ao povo, que é soberano, alternância do Poder, e nos curvaremos à lei. Se a lei ordenar *impeachment*, estaremos com o *impeachment*, e o substituto deverá, contando com as inspirações e as inteligências deste Senado, levar o País a um porto seguro de ordem, progresso e felicidade. Então renasce aqui o PMDB para, como ocorreu no momento difícil da Ditadura, ser a esperança da democracia do Brasil para melhores dias do seu povo.

DOCUMENTO A QUE SE REFERE O SR. SENADOR MÃO SANTA EM SEU PRONUNCIAMENTO.

(Inserido nos termos do art. 210, inciso I e § 2º, do Regimento Interno.)

MANIFESTO

O PMDB tem pautado sua atuação na defesa do Estado democrático de direito, da soberania nacional, do desenvolvimento econômico autônomo e do combate às desigualdades sociais.

Foi assim ao longo da ditadura, mesmo com todas as restrições ao funcionamento parlamentar e ao livre debate das idéias.

Temos tradição política, experiência administrativa, quadro técnico preparado e interlocução com a Academia e com os movimentos sociais.

Somos o maior partido do Brasil, estruturado em todos os seus estados e em quase todos os mais de cinco mil municípios brasileiros.

Possuímos lideranças cujas histórias de vida se confundem com a luta pela moralidade, ética e probidade no trato com a coisa pública.

É chegada a hora de assumirmos função de maior destaque na arena política nacional. O papel de coadjuvante a que temos nos submetido nos últimos tempos não tem sido digno do nosso histórico de lutas pela democracia e pelo desenvolvimento soberano.

É importante que nesse momento de grave crise, o PMDB assuma plenamente seu relevante papel de guardião da liberdade, da democracia e da justiça social.

Lançamos, perante nossos pares, um grupo parlamentar intitulado "Novo Grupo Autêntico do PMDB" que atuará, inicialmente, no âmbito do Senado Federal.

As normas programáticas e estatutárias do PMDB permitem e legitimam a existência de correntes de opinião internas.

O "Novo Grupo Autêntico do PMDB" inspira-se no "Grupo Autêntico do MDB" que ousou enfrentar a ditadura militar no Congresso Nacional, exercendo uma firme oposição parlamentar aos governos autoritários de então.

O "Novo Grupo Autêntico do PMDB" objetiva exercer oposição equilibrada e responsável ao Governo Federal, tendo como princípios inegociáveis:

- a ética no trato da coisa pública; e
- a prosperidade e o desenvolvimento com justiça social.

Sen: Mão Santa

Para conferir densidade a esse princípios, torna-se imperioso o lançamento de candidatura própria à Presidência da República.

Essa é a principal bandeira do "Novo Grupo Autêntico do PMDB".

O lançamento de candidatura própria será uma oportunidade única de demonstrarmos à população brasileira, descrente das instituições e dos partidos políticos, que é possível o exercício do mais relevante cargo executivo nacional sem ferir a ética, sem confundir a estrutura do Estado com a dos partidos de sustentação do Governo, e sem ceder à tentação do abuso do poder econômico e político que corrompem os Poderes da República, apequenam a representação e ferem de morte às instituições.

Pelas razões apresentadas, requeremos, por fim, o reconhecimento do "Novo Grupo Autêntico do PMDB".

O SR. PRESIDENTE (Papaléo Paes. PMDB – AP)

– Muito obrigado, Senador Mão Santa.

Continuando a lista de oradores inscritos, concedo a palavra ao nobre Senador Eduardo Siqueira Campos, por cessão do Senador José Maranhão; em seguida, fará uso da palavra o Senador Leonel Pavan, por cessão do Senador Flexa Ribeiro.

O SR. EDUARDO SIQUEIRA CAMPOS (PMDB

– TO. Pronuncia o seguinte discurso. Sem revisão do orador.) – Sr. Presidente, Senador Papaléo Paes, Sr^s e Srs. Senadores, meus nobres Pares integrantes desta Casa, meus caros telespectadores da TV Senado, particularmente os meus queridos tocantinenses, venho a esta tribuna porque insisto na tese de que o foco da audiência sejam sempre os plenários da CPI – como membro da Mesa, assumo uma posição que resguarde possível recurso a esse colegiado, à Mesa da Câmara e do Congresso Nacional. Tenho assistido aos meus Pares fazerem um belo trabalho nas CPIs que estão em pleno desenvolvimento nesta Casa. Mantenho, Sr. Presidente, a tradição de vir à tribuna para que possamos debater outros temas, porque o Brasil não é só isso. O Senado, graças a Deus, pela contribuição de seus Pares, discutiu com profundidade a reforma da Previdência, cujo berço foi a PEC paralela, que melhorou muito a situação previdenciária dos servidores; a reforma tributária; a lei de recuperação das empresas; as PPPs. Tudo isso foi profundamente discutido no Senado. Portanto, honra-me muito integrar esta Casa, que tem sido “a casa do repensar” as ações do Legislativo.

Sr. Presidente, Sr^s e Srs. Senadores, fico feliz ao ver, em uma segunda-feira, esta Casa realizar uma sessão deliberativa. Creio que grande parte de nossos Pares não tem conhecimento disso, porque hoje não foi solicitada – ao que me parece – nenhuma comunicação inadiável, que é um direito dos Srs. Senadores já que esta sessão, repito, é deliberativa.

Consta como Item nº 1 o Projeto de Lei de Conversão nº 21, referente à Medida Provisória nº 251, que institui o Projeto Escola de Fábrica, que autoriza a concessão de bolsas de permanência a estudantes beneficiários do Programa Universidade para Todos, o Prouni, e institui o Programa de Educação Tutorial, o PET, alterando a Lei 5.537, de 21 de novembro de 1968, e a própria CLT.

Sr. Presidente, o ensino superior em nosso País tem um dado trágico: de cada 100 crianças que ingressam no ensino básico apenas dois chegam ao ensino superior, a cursar uma faculdade no País. Então, 2% apenas dos brasileiros que começam a sua jornada, a sua formação, chegam ao ensino de 3º grau.

Precisaria ter, Sr. Presidente, um tempo muito grande para poder fazer uma análise de todos os problemas, tendo em vista que essa é a minha área. O Senador Mão Santa dá aqui verdadeiras aulas do que a Medicina pode contribuir em seus exemplos para a política, e eu, de forma muito modesta, sem ter o exercício profissional que teve S. Ex^a, conheço da educação, pois me inspirei, na juventude, nos ensinamentos de Paulo Freire, Anísio Teixeira, Piaget e

tantos outros, como prefeito deixei uma planta educacional em Palmas, a qual até hoje permite que nossa cidade não seja listada entre aquelas em que os pais dormem em filas a fim de conseguir uma vaga para seus filhos. Ao contrário, Senador Mão Santa, posso dizer que existem muitas vagas. Algumas escolas têm uma denominação que, tenho a impressão, agrada muito aos alunos, como: Escola Tom Jobim, Escola Vinícius de Moraes, Escola Luiz Gonzaga, Escola Olga Benário, Escola Annie Frank, Escola Aurélio Buarque de Holanda. Esses são os nomes que atribuí aos prédios que construí de fora para dentro na cidade de Palmas, dando igualdade aos prédios educacionais, com um belo refeitório, local para merenda, biblioteca. Fiz um plano decenal, fiz a nucleação no interior do Município de Palmas. Portanto, orgulho-me de dizer que Palmas não só possui uma planta de prédios, mas também professores e profissionais da educação que têm uma situação até diferenciada das demais capitais brasileiras.

A verdade é que, analisando o processo como um todo, vemos que o processo é seletivo, excludente e impeditivo que brasileiros de baixa renda atinjam o sonho de cursar uma faculdade. Sr. Presidente, achei um avanço a quota para os afrodescendentes, sem dúvida alguma, mas me bati muito mais pela quota social, porque existem outros segmentos igualmente pobres, discriminados que permanecem sem acesso ao ensino de terceiro grau.

O Prouni é um avanço? Sim, é um avanço, mas, percentualmente, se formos analisar quem está conseguindo cursar o ensino de terceiro grau, principalmente nas entidades privadas, o número ainda é muito pequeno. Essa transformação no projeto que institui a escola de fábrica vou lutar favoravelmente, porque, sendo um avanço também, não podemos deixar de criticar, tentar aperfeiçoar, mas votar favoravelmente.

Tenho – reafirmo – um projeto de lei, Senador Paulo Paim, que retira uma parte, uma pequena parte do retorno que o BNDES (Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social) recebe de projetos que ele financia, escolas privadas, para que isso seja mais uma fonte de alimentação do Fiees (Fundo de Financiamento ao Estudante de Ensino Superior) e que, portanto, chegue ao aluno. Não parece lógico, Senador Mão Santa? Se o BNDES financia a estrutura de prédio, concreto, de entidades privadas que vão pagar esse financiamento com o sofrimento dos alunos nas suas mensalidades, por que não financiar também os alunos?

Nós fizemos isso na Lei Piva*, da qual eu fui Relator. Tiramos um pouco de recursos da Caixa Econômica Federal, que recebe da loteria esportiva, então, quem ganhava 90 milhões num sorteio ou acertando a loteria passou a ganhar aí 80. Não é grande diferença para quem está ganhando, mas fez uma grande diferença para o esporte olímpico e paraolímpico nacional. Falei hoje pelo telefone com o Senador Pedro Piva, e ele me deu a grande alegria de lembrar, falando: “Senador Eduardo Siqueira Campos, V. Ex^a foi o Relator desse projeto”.

Então, eu quero, aqui, quando vamos votar uma medida provisória, alertar o Executivo de que existem projetos de lei tramitando nesta Casa. E me perdoem, digo, modéstia à parte: o projeto que institui o BNDES como uma das fontes de alimentação do Fiees, este, sim, poderia elevar, e muito, o número de alunos nas faculdades privadas e nas públicas também.

(O Sr. Presidente faz soar a campainha.)

O SR. EDUARDO SIQUEIRA CAMPOS (PSDB – TO) – Portanto, eu quero aqui pedir ao Executivo que analise, antes de mandar uma medida provisória, pura e simplesmente, se não existem projetos de lei tramitando na Casa que possam dar uma contribuição ainda maior.

Antes de concluir o meu tempo, Sr. Presidente...

O Sr. Mão Santa (PMDB – PI) – V. Ex^a me permitiria um aparte?

O SR. EDUARDO SIQUEIRA CAMPOS (PSDB – TO) – Vou conceder.

Quero crer que meu tempo tenha sido acrescido em dois minutos, prorrogação que é regimental.

O SR. PRESIDENTE (Papaléo Paes. PMDB – AP) – Será acrescido.

O SR. EDUARDO SIQUEIRA CAMPOS (PSDB – TO) – Eu agradeço a V. Ex^a, Senador Papaléo Paes, que é um Presidente sempre muito justo, além de uma figura extraordinária e querida por esta Casa.

Quero concluir, para ouvi-lo, Senador Mão Santa, e não vou sair do tema. Assisti na íntegra o depoimento que fez ontem o Ministro Antonio Palocci. Conheci-o como Deputado Federal e disse a S. Ex^a, recentemente, quando estivemos juntos na China e no Japão: Ministro, o senhor é mais novo do que eu, posso até, quem sabe, arriscar a dar uns conselhos a V. Ex^a. Não existe mais nada que impeça este País de baixar um pouco os juros, não vejo mais nada no contexto internacional e nacional que não permita fazer isso.

Mas quero dizer, como brasileiro, que entendo que foi muito bem o Ministro. Foi franco, foi sincero, foi didático. Isso não quer dizer que as investigações se encerram. Não. Elas vão prosseguir normalmente, como bem sabe e disse o Ministro. Mas, se o Ministro quiser ir ainda melhor, que diga à Nação que esse corte de R\$1,6 bilhão que foi anunciado na área da educação não será efetivamente praticado, agora que o Executivo analisa o projeto de Orçamento, Senador Mão Santa, que vai mandar a esta Casa.

Portanto, aprovar uma medida provisória criando outros programas, criando a escola de fábrica, a universidade para todos, educação tutorial, com o Governo anunciando um corte de um R\$1,6 bilhão na educação, parece-me mais uma contradição.

Então, em contribuição ao Ministro, ao dia de ontem, no qual S. Ex^a foi muito bem, quero dizer que ele ainda poderia se sair melhor hoje se dissesse à equipe

econômica que o corte de R\$1,6 bilhão na educação é inaceitável para os brasileiros.

Escuto V. Ex^a, Senador Mão Santa.

O Sr. Mão Santa (PMDB – PI) – Senador Eduardo Siqueira Campos, quero, primeiro, cumprimentar o seu pai, que criou o Estado, e V. Ex^a, que foi Prefeito, que tem muito carinho por Palmas e o seu Tocantins. Mas Jack Welch, o maior administrador do mundo, da GE, mandava os técnicos dele andar pelo mundo e copiar as coisas. Então, sugiro ao Governo brasileiro que copie. Bem aí no Chile, os bancos é que financiam as faculdades. Lá, são todas privadas. O sujeito vai ser médico, faz um financiamento. Todos são financiados. Nos Estados Unidos – fomos combatidos pelos míopes, a ignorância é audaciosa – o estudante é quem paga. Ele trabalha, mas recebe um salário que dá para pagar. O do Brasil é ridículo. Então, que meditem sobre essas coisas. É para se escutar o Senado para aprender! Nós estamos aqui é para ensinar o Lula. Agora, a cabeça dura dele faz com que ele não aprenda.

O SR. EDUARDO SIQUEIRA CAMPOS (PSDB – TO) – Eu concluo, Sr. Presidente, dentro desses dez segundos, dizendo que espero que o Governo se sensibilize com o meu projeto que está em tramitação. Apelo aos meus Pares, principalmente aos membros das Comissões, que profiram parecer, que dêem curso a esse projeto que trata do BNDES e da educação, para que possamos ter outros meios de aumentar o financiamento de ensino superior neste País, que tem estes números pífios: apenas dois brasileiros em cada cem que ingressam na escola fundamental chegam a obter os seus diplomas.

Era isso, Sr. Presidente, Senador Papaléo Paes, agradecendo, mais uma vez, sua benevolência.

O SR. PRESIDENTE (Papaléo Paes. PMDB – AP) – Obrigado, Senador Eduardo Siqueira Campos.

Concedo a palavra ao nobre Senador Leonel Pavan, por cessão do Senador Flexa Ribeiro.

S. Ex^a terá 10 minutos para o seu pronunciamento.

O SR. LEONEL PAVAN (PSDB – SC) – Com mais dois.

O SR. PRESIDENTE (Papaléo Paes. PMDB – AP) – Se necessário, mais dois minutos.

O SR. LEONEL PAVAN (PSDB – SC. Pronuncia o seguinte discurso. Sem revisão do orador.) – Sr. Presidente, Sr^{as} Senadoras e Srs. Senadores, eu, antes de fazer minhas colocações sobre o agronegócio em nosso País, queria deixar registrado que ontem, em Florianópolis, capital do meu Estado de Santa Catarina, fizemos uma grande convenção do PSDB. Com mais de 1.500 pessoas presentes na Assembléia Legislativa, foi reconduzido à Presidência do PSDB um homem público respeitado, o nosso querido amigo Dalírio Beber. E também, como primeiro Vice-Presidente, o Prefeito pela segunda vez de Joinville, reeleito no primeiro turno, Marcos Tebaldi. E o segundo Vice-Presidente do PSDB, Prefeito de Florianópolis, Dário Berger. Uma chapa de peso.

O PSDB de Santa Catarina marca presença, definitivamente, no contexto político do nosso País pelas expressivas lideranças e pelos projetos reais, concretos, para a área social. Esse é o nosso PSDB de Santa Catarina, que passa de 30 mil filiados para 85 mil filiados em apenas dois anos, e que possuía apenas um Deputado Estadual e já tem 6 Deputados Estaduais. O PSDB, que governa o maior PIB de Santa Catarina; o PSDB, que governa o maior número de eleitores de Santa Catarina; o PSDB, que governa o maior número de habitantes de Santa Catarina, a partir dos trabalhos, da nossa militância, dos nossos Vereadores, Prefeitos, da nossa Executiva, do nosso Diretório, tem tudo para caminhar, se quiser, para uma candidatura pura, se for necessário, em Santa Catarina.

É claro que a questão política nacional ainda poderá mostrar outros caminhos. Até poderemos ter que continuar com a composição hoje existente, mas o PSDB, se quiser, hoje, tem condições de caminhar com suas próprias pernas, pois é um Partido musculoso em Santa Catarina, com boas idéias, bons projetos, administrado por pessoas de reconhecida competência.

Sr. Presidente, hoje, no aeroporto de São Paulo, um cidadão me cobrava sobre a crise que se inicia na agricultura, que apresenta um quadro de instabilidade, com o qual não concorda, porque é produtor, planta. Ele me disse que o desemprego avança em larga escala e que os silos estão todos lotados, não há mais como distribuir toda a produção. Resolvi, em cima dessa reclamação, fazer um pronunciamento.

A crise que atinge o agronegócio brasileiro e que vem em todos os sentidos deverá causar um forte impacto negativo em toda a geração de riqueza do País deste ano.

Segundo dados apresentados recentemente pela Confederação Nacional da Agricultura, até o final do ano o sistema agrícola nacional deverá registrar uma retração da ordem de dez bilhões de reais em relação ao ano passado. A CNA estima que a agricultura e a pecuária deverão produzir cerca de 150 bilhões e 690 milhões de reais em 2005, contra 160 bilhões e 650 milhões de reais em 2004. Como podemos observar, um decréscimo de quase 6,6% de toda a riqueza gerada pelo campo. Vale destacar que, se esses números forem confirmados, será a maior queda já registrada desde o Plano Real.

Outra má notícia também está deixando os responsáveis pela condução da política econômica do País de cabelo em pé. A CNA estima igualmente que, este ano, a contribuição da agropecuária para o crescimento do Produto Interno Bruto será negativa. Segundo a entidade, o Brasil poderá perder outros R\$25 bilhões e 600 milhões, que deixarão de ser movimentados pelos agentes econômicos ligados ao meio rural e que dizem respeito a beneficiamento, transporte e comercialização.

Portanto, Sr. Presidente, Papaléo Paes, se essas previsões se tornarem realidade até o apagar das luzes de 2005, o agronegócio totalizará um prejuízo da ordem de R\$35 bilhões e 600 milhões.

Nós teríamos aqui outros dados. O clima de frustração é tanto, é generalizado, em todo o ambiente rural. Em meio a essa insatisfação, a safra de grãos e fibras já foi revista pela Companhia Nacional de Abastecimento – Conab. Segundo suas previsões, a agricultura nacional deverá colher 113 milhões de toneladas em 2005, contra 119 milhões de toneladas em 2004. Culturas como algodão, arroz e soja são as que enfrentam as maiores dificuldades e deverão causar os maiores prejuízos aos investidores.

É importante destacar igualmente que a crise no setor agrícola não atinge unicamente a produção e os produtores. Ela causa sérias turbulências na criação de empregos no campo e chega a prejudicar o mercado de trabalho como um todo, notadamente os empregos que são oferecidos pelos fornecedores de insumos e equipamentos para o setor rural.

Vejam, Sr. Presidente, que o Governo fala no crescimento da economia, na produção, na geração de empregos e o que estamos vendo, na verdade, é outra coisa. Dados que nos são fornecidos pela CNA e dados que são resultantes de profundos estudos da assessoria técnica do Senado mostram que este ano já estamos, em relação ao ano passado, no prejuízo no que se refere à produção e no que se refere à geração de empregos no campo.

Eu queria aqui pedir àqueles que defendem tanto o Governo Federal que busquem dados reais e que divulguem para a população brasileira o que realmente existe e não que fiquem cantando e contando coisas evasivas, frias, que não mostram a realidade brasileira.

Por isso, Sr. Presidente, ao ouvir produtores, agricultores, pessoas ligadas ao agronegócio, passamos a ficar...

(O Sr. Presidente faz soar a campanha.)

O SR LEONEL PAVAN (PSDB – SC) – Quero encerrar, Sr. Presidente, neste último minuto que V. Ex^a deverá me conceder...

O SR. PRESIDENTE (Papaléo Paes. PMDB – AP) – Últimos segundos, mas concederei mais um minuto.

O SR LEONEL PAVAN (PSDB – SC) – Quero deixar registrado que essas pessoas que nos procuram, que reclamam, que fazem apelos...

(O Sr. Presidente faz soar a campanha.)

O SR LEONEL PAVAN (PSDB – SC) – ...dizem que não é verdade o que o Governo está falando. Dizem que estão sofrendo.

Este ano ainda não terminou e será pior ainda. E o ano que vem será pior ainda. Com essa crise política, com essa falta de comando, com essa falta de gerente e de uma condução mais transparente e mais equilibrada por parte do Governo Federal, isso certamente irá nos trazer muito mais prejuízo em 2006, em

2007 e assim por diante. Aquilo que estamos deixando de fazer hoje certamente vamos sentir na frente. Os prejuízos serão bem maiores.

Quero deixar registradas as demais páginas do meu pronunciamento, para que sejam arquivadas nes-

ta Casa. Peço que meu discurso seja publicado na íntegra.

Obrigado, Sr. Papaléo Paes.

**SEGUE, NA ÍNTEGRA, DISCURSO DO
SR. SENADOR LEONEL PAVAN.**

Senhor Presidente,

Senhoras e Senhores Senadores,

A crise que atinge o agronegócio brasileiro deverá causar forte impacto negativo em toda a geração de riqueza do País neste ano.

Segundo dados apresentados recentemente pela Confederação Nacional da Agricultura (CNA), até o final do ano, o sistema agrícola nacional deverá registrar uma retração da ordem de 10 bilhões de reais em relação ao ano passado. A CNA estima que a agricultura e a pecuária deverão produzir cerca de 150 bilhões 690 milhões de reais em 2005, contra 160 bilhões 650 milhões de reais em 2004. Como podemos observar, um decréscimo de quase 6,6% de toda a riqueza gerada pelo campo. Vale destacar que, se esses números forem confirmados, será a maior queda já registrada desde o Plano Real.

Outra má notícia também está deixando os responsáveis pela condução da política econômica do País de cabelo em pé. A CNA estima igualmente que, este ano, a contribuição da agropecuária para o crescimento do Produto Interno Bruto (PIB) será

negativa. Segundo a entidade, o Brasil poderá perder outros 25 bilhões e 600 milhões de reais, que deixarão de ser movimentados pelos agentes econômicos ligados ao meio rural e que dizem respeito a beneficiamento, transporte e comercialização. Portanto, se essas previsões se tornarem realidade até o apagar das luzes de 2005, o agronegócio totalizará um prejuízo da ordem de 35 bilhões e 600 milhões de reais.

Senhor Presidente, Senhoras e Senhores Senadores, o clima de frustração é generalizado em todo o ambiente rural. Em meio a essa insatisfação, a safra de grãos e fibras já foi revista pela Companhia Nacional de Abastecimento (Conab). Segundo suas previsões, a agricultura nacional deverá colher 113 milhões de toneladas em 2005, contra 119 milhões de toneladas em 2004. Culturas como algodão, arroz e soja são as que enfrentam as maiores dificuldades e deverão causar os maiores prejuízos aos investidores.

É importante destacar igualmente que a crise do setor agrícola não atinge unicamente a produção e os produtores. Ela causa sérias turbulências na criação de empregos no campo e chega a prejudicar o mercado de trabalho como um todo, notadamente, os empregos

que são oferecidos pelos fornecedores de insumos e equipamentos para o setor rural.

De acordo com a CNA, menos dinheiro em circulação significa inevitavelmente menos postos de trabalho. Dessa maneira, considerando apenas o meio rural, já está bastante clara uma importante desaceleração na contratação de mão-de-obra. Assim, de janeiro a maio, por exemplo, foram admitidos 110 mil trabalhadores. Em contrapartida, no mesmo período referente ao ano de 2004, o contingente de trabalhadores contratados foi de 140 mil.

Eminentes Senadoras e Senadores, a maioria dos empresários rurais lida com vultosas dívidas provocadas por empréstimos bancários, que foram tomados a juros elevados para custear a lavoura. São obrigações que não param de se multiplicar e que estão levando o agronegócio brasileiro para o fundo do poço.

Segundo pesquisa realizada no último mês de maio pela CNA, com 2 mil 298 produtores rurais de

todo o País, os resultados são realmente preocupantes. Cerca de 10% do total de entrevistados admitiram que comprometem mais de 60% da renda bruta com pagamentos de dívidas a bancos e a outros credores. Por exemplo, 28% dos agricultores disseram ter dívidas ligadas ao lançamento de Cédulas de Produto Rural (CPR), mas apenas 30% desse grupo conseguiu renegociar o valor devido. Para a maioria dos que responderam a essa questão, as medidas adotadas pelo Conselho Monetário Nacional (CMN), com vistas a facilitar a renegociação dessas obrigações, são insuficientes e não atendem a demanda do setor rural, que clama por iniciativas governamentais mais objetivas e mais abrangentes.

Os agricultores declaram que têm uma dívida de 18 bilhões de reais e poucas condições para administrar o pagamento desse montante. Diante desse quadro de quase insolvência, a CNA reconhece que a saída seria a rolagem parcial dos financiamentos que não conseguem ser saldados ou a renegociação das dívidas dos dois últimos anos de safra.

Apesar de tudo, não podemos deixar de destacar que um passo importante já foi dado para aliviar a agricultura. Trata-se da concordância governamental em liberar mais recursos do Fundo de Amparo ao Trabalhador (FAT), cerca de 3 bilhões de reais, como ficou acertado durante as negociações realizadas por ocasião do “tratoração” que invadiu a Esplanada dos Ministérios no final do mês de junho.

Senhor Presidente, Senhoras e Senhores Senadores, como acabamos de dizer, as notícias que chegam do meio rural não são nada boas. Por isso, não foi por acaso que mais de 20 mil agricultores, vindos de 11 Estados do País, acompanhados por cerca de 3 mil tratores, marcharam em direção ao Palácio do Planalto no último dia do mês de junho. Os produtores rurais estão sufocados e vieram pedir socorro porque precisam continuar gerando riquezas para o País. Infelizmente, nas condições atuais, com as altas taxas de juro, com os aumentos constantes dos custos de produção, com a queda dos preços de

comercialização de produtos como a soja, o arroz e o algodão, com o alto endividamento e com os problemas causados pela estiagem no Sul e em outros Estados do Centro-Sul, fica praticamente inviável manter o agronegócio nos mesmos patamares registrados no ano passado.

Diante dessa grave conjuntura que compromete fortemente o desempenho do nosso sistema agrícola, o Governo precisa, com urgência, atender integralmente aos reclamos dos que fazem o agronegócio brasileiro ser respeitado em todas as partes do mundo. Não podemos subestimar a importância do setor agrícola para o desenvolvimento do País.

Era o que tinha a dizer.

Muito obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Papaléo Paes. PMDB – AP) – Muito obrigado, Senador Leonel Pavan, sua solicitação será atendida de acordo com o Regimento Interno.

Faço referência à solicitação do Senador Mão Santa. S. Ex^a será atendido de acordo com o Regimento, pois solicita seja publicado na íntegra o manifesto do PMDB que se refere ao novo Grupo Autêntico do PMDB, já citado pelo Senador Mão Santa. Será atendido na forma do Regimento.

Concedo a palavra ao nobre Senador José Jorge, como orador inscrito. S. Ex^a terá 10 minutos para o seu pronunciamento.

O SR. JOSÉ JORGE (PFL – PE. Pronuncia o seguinte discurso. Sem revisão do orador.) – Sr. Presidente, Sr^{as} e Srs. Senadores, no domingo passado, ontem, o Brasil parou para ouvir mais um membro do Governo Lula defender-se de denúncia que compromete seriamente a administração do Presidente Lula.

É o sexto dirigente petista que vem a público apresentar sua defesa. Já tivemos José Dirceu, Sílvio Pereira, Delúbio Soares, José Nobre Guimarães e o próprio Presidente do Partido, José Genoino. É uma situação que constrange toda a sociedade brasileira.

Na verdade, Sr. Presidente, a defesa do Ministro Antonio Palocci tem pontos favoráveis e pontos contrários. Infelizmente penso que os pontos contrários são maiores do que os pontos favoráveis. Como ponto favorável cabe ressaltar que, ao contrário do Ministro José Dirceu, do Ministro Luiz Gushiken e do Presidente Lula, o Ministro Antonio Palocci imediatamente veio defender-se, quando fizeram as acusações sobre sua administração como Prefeito de Ribeirão Preto. Marcou uma audiência coletiva, disse o que queria e respondeu a todas as perguntas. Portanto, é um exemplo para o próprio Presidente Lula, que, ao invés de enfrentar as acusações e dar uma entrevista coletiva para dizer as suas razões, vai falar no interior da Bahia, no interior de Pernambuco, no interior do Piauí, e fazer discursos, sem responder às acusações.

Na verdade, este foi o ponto principal da defesa do Ministro Palocci. S. Ex^a foi tranqüilo, não acusou os Partidos da Oposição pelos problemas do Governo, não acusou a elite nem a imprensa. Ele reconheceu que havia problemas que deveriam ser enfrentados pelo Governo.

Agora, cito os pontos que considero negativos. Em primeiro lugar, há muitos e muitos anos que se sabe dos problemas que existiam nas relações entre o PT e as empresas que coletam lixos nos Municípios de São Paulo, as empresas que fazem transporte coletivo nos Municípios de São Paulo e as empresas que prestam serviço de construção às prefeituras governadas pelo

PT. Todo mundo ouviu falar desse assunto. Os procuradores e promotores, há muito tempo, investigam essas relações, que, na verdade, financiavam não só a política local, mas também arrecadavam recursos para a política nacional. Essa situação fez com que dois Prefeitos petistas – Celso Daniel, em Santo André, e Toninho do PT, em Campinas – fossem assassinados. Até hoje, não se conseguiu comprovar o fato, mas os promotores acreditam que, na realidade, a morte desses Prefeitos – não só a de Celso Daniel, mas também a do Toninho do PT – esteja relacionada a essa questão do lixo e dos ônibus.

Outra observação que saltou aos olhos mais atentos é que, em momento algum, o Ministro Antonio Palocci ameaçou processar o ex-assessor Rogério Buratti. Ao contrário, chegou mesmo a defendê-lo, dizendo que estaria sob pressão por encontrar-se preso. Por que será que uma pessoa injustamente acusada, como se considerou o Ministro Palocci, ainda defende o acusador? De que teria medo o Ministro? Essa é uma pergunta que fica no ar.

Se não for possível comprovar o envolvimento do referido Ministro, está, pelo menos, ficando claro que há alguns esquemas de corrupção na Administração. Além disso, é oportuno lembrar que o Ministro está respondendo a processo no Tribunal de Contas do Estado de São Paulo em decorrência de sua atuação como Prefeito Municipal.

Numa rápida consulta na Internet, encontrei alguns casos. Num deles, o TSE notificou Palocci a devolver aos cofres públicos R\$2,6 milhões por utilização irregular de dinheiro em 2001. Outra pendência do Prefeito Palocci com a Justiça está ligada a uma dispensa de licitação para a obra denominada Vale dos Rios, que visava revitalizar a região central de Ribeirão Preto. A obra não chegou a ser executada, mas consumiu R\$4,6 milhões.

O Tribunal de Contas do Estado considerou irregulares a dispensa de licitação e todas as despesas realizadas pelo contrato.

O TCE cobrou, ainda, da Administração Palocci a prestação de contas relativa ao programa Primeiro Emprego e as explicações sobre os gastos de R\$941 mil, entre 2001 e 2004. A prefeitura não teria feito adequadamente a prestação de contas relativa ao programa.

No jornal **O Globo** de hoje já se identificou uma incoerência:

Na entrevista coletiva concedida ontem em Brasília, Palocci lembrou que o contrato foi assinado na gestão de seu antecessor, Luiz Roberto Jábali (PSDB), mas omitiu a existência de um segundo contrato com a Leão & Leão, este para manutenção do aterro sanitário

e coleta de destinação de lixo hospitalar. A Prefeitura de Ribeirão Preto mantém dois contratos para os serviços de limpeza pública com a empresa Leão & Leão, que foi presidida por Rogério Buratti, ex-assessor do ministro Antonio Palocci e autor dessas revelações que estão sub judice. Um desses contratos foi assinado em 2002, na gestão do então prefeito Palocci.

Finalmente, ficamos sabendo que as contas da Prefeitura de Ribeirão Preto, relativas a 2002, foram rejeitadas pelo Tribunal de Contas, que identificou 20 irregularidades, entre elas o descontrole financeiro.

Essas dúvidas que pairam sobre a administração do Ministro Palocci podem não ser verdade, mas têm o triste poder de fragilizar o administrador público durante a fase de investigação.

Como sabemos que a função do ministro da Fazenda é dizer “não” para cerca de 90% dos pedidos que recebe, um administrador sob suspeita passa a ser alvo fácil de eventuais chantagens. É isso que, sinceramente, nos preocupa.

Ontem, depois do pronunciamento do Ministro Antonio Palocci, industriais paulistas, os banqueiros e associações empresariais declararam unanimemente acreditar na defesa apresentada por S. Ex^a.

Mesmo que, das vezes anteriores, as alegações dos próceres petistas não resistiram às apurações, como foi o caso do Sr. Silvio “Land Rover” Pereira, do Sr. Delúbio “Rural” Soares e o deputado José “Cueca” Nobre Guimarães. Todos eles negaram até que isso ficou comprovado.

O que fica claro, desse evento, é que diferentemente do “churumingo” do Presidente Lula, quem não tem negado apoio ao seu Governo são as elites, que se têm aproveitado da política econômica do Ministro Palocci e dos juros altos praticados pelo Banco Central.

Sr. Presidente, a diferença entre a defesa do Ministro Palocci e a dos outros petistas que por aqui estiveram foi no sentido de o Ministro ter-se apresentado espontaneamente para se defender, mas, mesmo assim, é necessário que seja comprovado se o que S. Ex^a falou foi verdade, porque não podemos, somente com a defesa dele, comprovar.

Muitos justificam, como os jornais, as emissoras de rádio e de televisão, dizendo que o Ministro foi enfático. Ora, o Ministro José Dirceu também foi enfático: “nego, nego peremptoriamente!” Não houve alguém mais enfático do que o Ministro José Dirceu, e, no entanto, ninguém acreditou nele! No outro dia, não houve uma palavra sequer de solidariedade. Por quê? Porque o Ministro Palocci faz uma política que beneficia as elites. Então, as elites, na verdade, estão favoráveis ao Ministro Palocci. E o Presidente Lula, de agora em diante, não pode dizer mais que são as elites

que querem derrubar o seu Governo; pelo contrário, as elites querem que o Governo Lula permaneça, que o Ministro Palocci permaneça e que a política econômica que está aí permaneça.

Sr. Presidente, não podemos dizer nem sim, nem não ao Ministro Palocci. Temos que fazer as investigações, explorar todas as pistas e, somente depois da investigação concluída, podemos dizer se ele é culpado ou inocente.

Muito obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Papaléo Paes. PMDB – AP)

– Muito obrigado, Senador José Jorge.

Concedo a palavra a palavra ao nobre Senador Antonio Carlos Magalhães, pela Liderança do PFL, por cinco minutos, para uma comunicação de urgência de interesse partidário, nos termos do art. 14, inciso II, alínea “a” do Regimento Interno.

O SR. ANTONIO CARLOS MAGALHÃES (PFL – BA. Pela Liderança do PFL. Sem revisão do orador.)
– Sr. Presidente, Sr^{as} e Srs. Senadores, é uma prática do Partidos dos Trabalhadores – e é inacreditável que até hoje a Polícia Federal e até mesmo os Partidos políticos não tenham observado isso – ter, nas suas prefeituras, poucas empresas trabalhando no serviço de coleta de lixo e varrição, transporte de ônibus e jogos, principalmente bingo. Daí por que surgiu também em Ribeirão Preto esse assunto cuja gravidade é muito patente e, sobretudo, Sr. Presidente, cria um ambiente de dificuldades na economia do País.

Não há dúvida de que o Ministro Palocci tem credibilidade. Não há dúvida de que o Ministro Palocci se saiu muito bem, dentro do quadro difícil em que se encontrava, na entrevista de ontem. Não há dúvida de que o Ministro Palocci declarou que ele não seria um homem competente se levassem dois anos e o PT e ele não soubessem que havia algo imoral na administração pública.

Ele falava para mim? Não. Ele falava para a Nação. Mas, se ele, dirigente municipal, não sabia com dois anos, ele quis dizer que o Presidente Lula sabe do que se passa no seu Governo, porque tem mais de dois anos de mensalão e coisas parecidas. Houve essa crítica bem patente ao Presidente da República; houve esse propósito de dizer do Ministro Palocci – todos hoje aplaudem, não só a imprensa de modo geral. Há algumas críticas aqui e ali, mas, de modo geral, aplaudem a atuação do Ministro Palocci na entrevista.

Mas não se queira com isso também infernizar ou complicar a vida do Sr. Buratti que, diga-se de passagem, não está à altura do Ministro Palocci. Mas nem por isso devem-se parar as investigações, sobretudo quando o Tribunal de Contas chama a atenção, Sr. Presidente, que a auditoria mostra interferência da

Secom em contratos de publicidade. Também mostra nas prefeituras: o Tribunal de Contas tem um rol de prefeituras que fazem o problema da varreção e do lixo, contemplando o caixa do PT, partido que vive realmente de mensalões e outras coisas que não o tornam um partido moralizado.

Não que todos do PT sejam desmoralizados seria injusto dizer assim; mas que uma grande parte do PT participa, com a anuência do Presidente da República, desses pecados, isso é inegável. É inegável, Sr. Presidente, porque os fatos são mais fortes do que tudo. Não é sem razão que o Cardeal Presidente da CNBB declara que o Presidente Lula sabe de tudo. É um cardeal, por sinal, da minha terra; é um homem de bem, que pede pelo menos que Lula dê explicações. Isso ele disse antes de Palocci falar, e o Ministro, na sua fala, pede explicações também ao Presidente da República. Faz o que é oficial da hierarquia, que o Lula disse que não o tira nunca mais, etc. Isso tudo é muito bom para tranquilizar o mercado, que hoje, evidentemente, passa um dia bem melhor do que sexta-feira. Isso é bom para a economia, é bom para todos nós. Ninguém aqui é contra o êxito da política econômica.

Há outro desmentido do Ministro Palocci e aqui os petistas não estão para ouvir. Eles dizem que o Presidente Fernando Henrique deixou uma herança maldita, mas o Ministro Palocci, com a sua habilidade, fez elogios à política econômica do Presidente Sarney e do Presidente Fernando Henrique, dizendo que aquela obra não era de S. Ex^a, mas de um conjunto de ministros que tinham passado por aquela pasta. Isso é muito importante. Quando falarem aqui em herança maldita, não seremos nós que vamos desmentir, mas o Ministro Palocci. S. Ex^a disse que muita coisa boa foi feita no Governo José Sarney, no Governo Fernando Henrique, razão por que ele estava fazendo uma boa administração.

O Sr. Mão Santa (PMDB – PI) – Senador Antonio Carlos Magalhães, V. Ex^a me concede um aparte?

O SR. ANTONIO CARLOS MAGALHÃES (PFL – BA) – Com prazer.

O Sr. Mão Santa (PMDB – PI) – Senador Antonio Carlos Magalhães, governei e vi a seriedade do pessoal do Tesouro, de Pedro Malan. Para reafirmar tudo o que V. Ex^a está dizendo, bastaria citar Murilo Portugal, que brilhou na equipe de Fernando Henrique, na equipe de Malan, e hoje é uma estrela. O Brasil tem grande confiança em seu talento, em sua honradez de profissional.

O SR. ANTONIO CARLOS MAGALHÃES (PFL – BA) – Agradeço o aparte de V. Ex^a.

O que nós queremos, o que nós exigimos, Sr. Presidente, não é estraçalhar a honra do Ministro Palocci

até que se prove o contrário, S. Ex^a é um homem de bem e dá credibilidade à Administração Pública. Mas queremos que as investigações continuem, continuem com todo o rigor, que os que forem apanhados no crime sejam punidos e que o Presidente da República não fique tão indiferente, como está, nos casos em que não considera pessoais dele. São pessoais, sim, porque o Governo é presidencialista, e é o Presidente da República que comanda. Sua Excelência é responsável pelo que acontece em qualquer parte, inclusive dentro do seu Palácio. Se o Tribunal de Contas diz que a Secom está cobrando publicidade a mais para beneficiar esses autores da publicidade, evidentemente é ele o responsável, porque foi quem nomeou o Ministro Gushiken.

Meus senhores, é preciso que o País encontre um caminho certo. É o que todos desejamos, mas, para que isso aconteça, é preciso que o Congresso dê o exemplo e não faça acordo, acordinho nem acordão, não faça nenhuma pizza em matéria das CPMIs que estão aí. Isso não impede que trabalhem. Poderemos fazer o trabalho legislativo ordinário e também a apuração nas CPMIs. Se fizermos isso, estaremos honrando o mandato que recebemos; se não o fizermos, não seremos dignos de voltar a esta Casa nem à Câmara dos Deputados.

Muito obrigado, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Papaléo Paes. PMDB – AP) – Muito obrigado, Senador Antonio Carlos Magalhães.

Concedo a palavra ao nobre Senador Marco Maciel como orador inscrito e solicito ao Senador Eduardo Siqueira Campos que assuma os trabalhos da Presidência.

O SR. OSMAR DIAS (PDT – PR) – Pela ordem, Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Papaléo Paes. PMDB – AP) – Pela ordem, concedo a palavra ao Senador Osmar Dias.

O SR. OSMAR DIAS (PDT – PR. Pela ordem.) – Sr. Presidente, eu gostaria de solicitar a minha inscrição para falar pela Liderança do PDT.

O SR. PRESIDENTE (Papaléo Paes. PMDB – AP) – V. Ex^a está inscrito e terá a palavra após o Senador Ney Suassuna, que falará como Líder.

O SR. MARCO MACIEL (PFL – PE. Pronuncia o seguinte discurso. Com revisão do orador.) – Sr. Presidente Papaléo Paes, Sr^{as} e Srs. Senadores, venho à tribuna nesta tarde para registrar um evento que o nosso Partido realizou, sexta-feira passada, no Recife, e que para mim tem grande importância não só sob o ponto de vista partidário, mas também sob o ponto de vista político-institucional. Refiro-me, Sr. Presidente, à

reunião do Fórum dos Deputados Estaduais do Partido da Frente Liberal – PFL.

O PFL resolveu instituir, na sua última convenção, em 16 de junho deste ano – por ocasião do Congresso de Refundação do Partido, na comemoração dos vinte anos de nossa agremiação –, algo extremamente positivo em termos de ação partidária: a criação desse fórum dos Deputados Estaduais. Ele tem o objetivo muito preciso de fazer a interlocução da direção nacional e das nossas bases, que se situam, como sabemos, nos Estados e aqui no Distrito Federal.

Esse fórum é Presidido pelo Deputado Rodrigo Garcia, atual Presidente da Assembléia Legislativa de São Paulo, e tem por Coordenador, o Deputado Augusto Coutinho, Líder do PFL em Pernambuco. O fórum já se reuniu duas vezes. A primeira vez em São Paulo, em 7 de julho, e voltou a se reunir agora, no dia 19 deste mês.

Durante a reunião, foi feito um balanço das atividades que o fórum vem desenvolvendo, não somente no que diz respeito a uma atuação concertada das nossas Bancadas nas Assembléias Legislativas e na Câmara Legislativa do Distrito Federal, e sua interlocução com os Municípios, vez que, entre as atribuições do fórum dos Deputados Estaduais, está a de promover uma articulação dos Deputados Estaduais com as bases municipais – Prefeitos, Vice-Prefeitos e Vereadores.

Foi uma reunião muito positiva, cujo ponto central foi a análise do Projeto nº 275, apresentado pelo Presidente Jorge Bornhausen e que teve, na Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania, como Relator o Senador José Jorge. Esse projeto – que já foi aprovado na Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania na quinta-feira passada – teve a ele incorporadas algumas emendas, e é possível que, dentro de uma semana, seja remetido à Câmara dos Deputados.

Considero que esse projeto traz três grandes conquistas. Em primeiro lugar, ele promove uma simplificação das campanhas. No Brasil, sabemos que as campanhas são muito longas. Alguém poderá dizer que no passado elas eram ainda bem mais longas, e conseguimos reduzir um pouco a duração das campanhas com a Lei nº 9.504, de 1997, em cujas negociações participei, como Vice Presidente da República, mas, assim mesmo, se cotejarmos as nossas campanhas com a duração das campanhas em outros países, inclusive no chamado primeiro mundo, verificaremos que as campanhas no Brasil se prolongam durante quase um ano, o que não é bom, porque paralisa a administração e de alguma forma eleva, e muito, os custos da campanha.

Então, a primeira grande vantagem desse projeto é que ele reduz os prazos de campanha, fazendo com

que o hiato entre a convenção e o início da campanha seja menor. E, de alguma forma, reduzindo a duração de campanha, o projeto traz ainda uma segunda vantagem, que é a redução dos custos de campanha.

As campanhas são cada vez mais onerosas, sobretudo porque elas pressupõem hoje a utilização de modernas tecnologias de divulgação pelo rádio e pela televisão. Uma das grandes características do tempo em que vivemos é, certamente, uma grande revolução na área das tecnologias da informação, que são altamente sofisticadas e, portanto, muito dispendiosas.

Elas constituem o que Giovanni Sartori chamou de “videosfera”, fazendo com que o eleitor seja motivado não somente a comparecer às urnas – sobretudo nos países onde há o voto facultativo, algo que não acontece no Brasil, onde o voto é obrigatório –, mas, muito além disso, a votar naquele candidato que talvez tenha a melhor proposta. E a melhor proposta geralmente passa e ser aquela que é mais bem apresentada, embora nem sempre seja a que tem melhor consistência.

Então, o que o projeto de Bornhausen propõe é uma redução da duração da campanha no rádio, na televisão, e dos comícios, o que significa também menor custo e, portanto, um barateamento das campanhas.

Devo dizer também que o projeto do Senador Bornhausen tem outra grande vantagem: a transparência. Neste momento de crise política que vive o Brasil, algo que avulta é a falta de transparência. E esse projeto cumpre um papel muito importante, que é o de fazer com que se eliminem os chamados caixas dois, que estão sendo agora tão referidos nas apurações das CPIs instaladas aqui no Congresso Nacional.

Daí por que insisto que o projeto, uma vez aprovado, vai concorrer e muito para melhorar o processo eleitoral no Brasil, para fazê-lo mais transparente, reduzindo também os seus custos e, finalmente, tornando-os menos longos – o que é também importante, porque se afetam muito menos as atividades econômicas e, por que não dizer, políticas do nosso País.

O Sr. Mão Santa (PMDB – PI) – Senador Marco Maciel, permite-me V. Ex^a um aparte?

O SR. MARCO MACIEL (PFL – PE) – Ouço o nobre Senador Mão Santa.

O Sr. Mão Santa (PMDB – PI) – Senador Marco Maciel, o problema é que o País está vivendo uma tempestade, e nós queremos nos apegar em qualquer bóia ou tábua para navegar; mas eu temo que isso seja precipitado. Quanto à diminuição do tempo, o maior modelo democrático que temos é o dos Estados Unidos. Naquele país, o tempo é pequeno, mas um candidato majoritário passa um ano em campanha nas prévias. Então, o povo deve conhecer a mensagem, o debate,

o passado. Esse negócio de diminuir o tempo... Se não houver punição para os corruptos de hoje e não dermos agora o exemplo – que o Senado está fugindo de dar, de buscar a cassação de muitos –, não vamos enganar, não. Isso é para dar uma satisfação ao povo que está revoltado com essa corrupção, essa indignidade e imoralidade. Como vai prever o projeto do Bornhausen, se um político desse, que vai continuar impune, cheio de dinheiro, meter um dinheiro, um dinheiro dele mesmo, no bolso de um chefe político, de um líder, de um chefe de associação? Defendo que a política, o debate, o tempo tem é que ser alargado. Nos Estados Unidos é assim. E esse negócio de mudar não melhora, não. Se V. Ex^a ler a biografia de Abraham Lincoln, verá que ele disputou uma campanha da mesma forma que Bush e Bill Clinton, no mesmo ritual. Não mudaram nada! O que precisa mudar é a vergonha na cara dos políticos brasileiros.

O SR. MARCO MACIEL (PFL – PE) – Senador Mão Santa, com relação à duração das campanhas, faço uma observação com vistas ao que V. Ex^a afirmou. Na realidade, nos Estados Unidos, a escolha dos candidatos a Presidente e também aos cargos executivos estaduais é feita, de fato, nas primárias, fase ainda partidária, e portanto não constituem o processo eleitoral. Se considerarmos primárias como processo eleitoral, poderemos dizer que as campanhas no Brasil são extremamente longas também, tanto quanto a dos Estados Unidos. Por quê? Porque, embora estejamos em 2005, estamos praticamente, desde o fim de 2004, em período de preparação de candidatos, pelos partidos políticos.

Então, o que ocorre nos Estados Unidos é o que sucede em toda a sociedade aberta. O que importa é que as campanhas propriamente ditas não sejam muito longas, sobretudo agora, quando os meios de comunicação – não me refiro apenas a jornais e revistas, mas principalmente ao rádio e à televisão – têm uma perfusão muito grande. Embora tenhamos uma grande expressão territorial, chegam a todo o País em tempo real, se assim posso dizer. Então, o eleitor é rapidamente informado, podendo fazer a sua escolha em um período de tempo bem mais reduzido do que no passado.

Os argumentos que enumero, concorrem para reduzir os custos da campanha, melhorar sua transparência e fazer com que elas não afetem tanto o processo de desenvolvimento do País e de sua administração.

Concordo, porém, com as observações de V. Ex^a. sobre o momento que estamos vivendo que não é o ideal para proceder a reformas políticas. Esse projeto do Senador Jorge Bornhausen é oportuno, necessário e, na sua linha mestra, tem o objetivo de melhorar a natureza das campanhas. Mas obviamente ele não

se constitui numa verdadeira reforma política, se bem que ajude muito a melhorar o processo político brasileiro. Mas uma verdadeira reforma política não se circunscreve, não se limita exclusivamente ao processo eleitoral.

Na minha concepção – creio que na de V. Ex^a também –, reforma política é algo muito mais abrangente. Por isso, preferia denominá-las **Reformas Institucionais**.

(Interrupção do som.)

O SR. MARCO MACIEL (PFL – PE) – Elas não ficam restritas ao sistema político – ao subsistema partidário, ao subsistema eleitoral – mas devem avançar também no sentido de discutir o sistema de Governo e seus enlances entre os poderes.

Sabemos que, freqüentemente, há tensões entre os poderes, inclusive entre o Legislativo e o Executivo uma muito clara é a questão das medidas provisórias. Precisamos remover essas tensões entre os diferentes poderes da República e também aprimorar não somente o funcionamento do Executivo e do Judiciário, mas igualmente o funcionamento do Legislativo.

(O Sr. Presidente faz soar a campanha.)

O SR. MARCO MACIEL (PFL – PE) – Por fim, gostaria de dizer que uma verdadeira reforma política, ou melhor, uma reforma institucional passa pela discussão da questão da federação. Se queremos melhorar a fruição democrática no nosso País, reduzir aquilo que Bobbio chamou de “promessas não cumpridas da Democracia”, devemos melhorar o desfrute dos direitos da cidadania. Isso passa por desconcentrar o poder, por descentralizar as ações do Poder Executivo Federal, dos Restados e dos Municípios.

Finalmente, temos de olhar também a República, que tem muita relação, com a questão dos direitos e garantias dos cidadãos. Como lembrava Cícero, República é **res publica**, ou seja, coisa pública e, portanto, fundamental para que o cidadão possa, de fato, sentir-se realizado na sociedade em que vive.

Sr. Presidente, sintetizando, as reformas institucionais, portanto, são aquelas que têm esse alcance mais amplo, destinadas a assegurar aquilo que se chama governabilidade. De forma muito concisa e completa, Gianfranco Pasquino disse que governabilidade é a capacidade de as instituições responderem às demandas da sociedade. Sentimos de forma muito acentuada que, nas instituições brasileiras, embora tenhamos avançado nos últimos anos, sobretudo a partir de 1988, com a nova Constituição, ainda há muitas questões que dificultam seu melhor funcionamento.

(Interrupção do som.)

O SR. MARCO MACIEL (PFL – PE) – Daí considero importante – e aí concordo mais uma vez com o Senador Mão Santa – que nesta hora apuremos os fatos e tão logo concluída sua apuração possamos tirar lições que venham a aprimorar o ordenamento institucional realizando as chamadas **Reformas Institucionais** que deveriam ter sido, Sr. Presidente, Senador Eduardo Siqueira Campos, feitas em primeiro lugar, antes até mesmo das chamadas reformas econômicas, porque elas condicionam todas as demais.

Ao concluir minhas palavras, Sr. Presidente, Sr^{as} e Srs. Senadores, gostaria de dizer que o nosso Partido, o PFL, está dando a sua contribuição, uma contribuição positiva na melhoria da governabilidade para

(Interrupção do som.)

O SR. MARCO MACIEL (PFL – PE) – O aperfeiçoamento institucional brasileiro. Espero que, tão logo termine as CPIs, possamos avançar nas reformas a que me reporto. Sem elas, certamente, não teremos realizado o grande sonho de termos uma Nação, não somente democrática, desenvolvida e justa, mas uma Nação que se caracterize por melhor nível de governabilidade, contribuindo para o progresso do País e para nossa imagem no exterior.

Era o que eu tinha a dizer.

Durante o discurso do Sr. Marco Maciel, o Sr. Papaléo Paes, Suplente de Secretário, deixa a cadeira da presidência, que é ocupada pelo Sr. Eduardo Siqueira Campos, 4º Secretário.

O SR. PRESIDENTE (Eduardo Siqueira Campos. PSDB – TO) – Concedo a palavra, na condição de Líder, ao nobre Senador Osmar Dias, para uma comunicação de interesse partidário, por cinco minutos.

Em seguida, o Senador Ney Suassuna falará como orador inscrito, por cessão do nobre Senador Garibaldi Alves Filho.

O SR. OSMAR DIAS (PDT – PR. Como Líder. Sem revisão do orador.) – Sr. Presidente, Sr^{as} e Srs. Senadores, todos sabem que, há mais de vinte anos, o Professor Darcy Ribeiro teve a idéia, sugerida ao ex-Governador Leonel Brizola, eterno Presidente do PDT, da educação em tempo integral. Como fui Presidente da Comissão de Educação do Senado Federal, conheço os projetos que o Senador Eduardo Siqueira Campos apresentou para aperfeiçoamento da educação infantil ao ensino superior.

Hoje venho à tribuna, Senador Eduardo Siqueira Campos, para, além de concordar com as idéias apresentadas por V. Ex^a, dizer da minha preocupação sobre a proposta de emenda constitucional que está para ser aprovada na Câmara dos Deputados e que virá

ao Senado Federal. Ela vai trazer um grande prejuízo aos Municípios brasileiros. Refiro-me ao Fundeb, que é uma idéia boa, porque pretende utilizar-se da idéia do Fundef, que foi criado em 1995 e que, sem dúvida alguma, ampliou a capacidade de investimento para o ensino fundamental, qualificou melhor os professores, fez com que as escolas tivessem mais equipamentos, melhorou, portanto, a qualidade do ensino fundamental. Estender o programa para a educação básica, para o ensino médio, para a pré-escola não deixa de ser uma grande idéia, mas a forma como vem sendo feito vai trazer prejuízos aos Municípios.

No meu Estado, o Presidente da Associação dos Municípios do Paraná, Prefeito Luiz Sorvos, calcula que os Municípios perderão cerca de R\$110 milhões por ano, pois novas atribuições deverão ser por eles assumidas.

Todos falamos sempre, Senador Augusto Botelho, que os prefeitos estão, cada vez mais, assumindo atribuições. A reforma tributária que foi feita ou os remendos de reforma tributária que foram feitos até agora vão atingindo os impostos federais e ampliando-os de forma a concentrar o bolo da arrecadação mais e mais nas mãos do Governo Federal, nas mãos da União, que já têm 60,5% de toda a arrecadação, ficando os Estados com 25%. Os Municípios, ano passado, ficaram com 14,5% de toda a arrecadação. Nas contribuições que estamos sempre aprovando, aumentando, não há participação dos Municípios. Teremos que fazer também com que os Municípios participem das contribuições.

Mas o Governo agora encaminha o Fundeb, proposta que, segundo estudo da Associação Brasileira dos Municípios, vai tirar cerca de R\$900 milhões dos Municípios, transferindo esses valores para os Estados ou para a União. As creches não serão incluídas no Fundeb. Quando se fala em creche, o custo **per capita**, ou seja, o custo por criança para que essa creche funcione durante um ano é de R\$7 mil contra o custo de R\$2,9 mil para um aluno no ensino médio.

O Governo está exatamente apartando, separando essa parte importante dos alunos que estão nas creches para a responsabilidade exclusiva dos Municípios. É exatamente nesse ponto que o trabalhador sofre, Senador Ramez Tebet, porque a mulher trabalhadora precisa de uma creche funcionando perto de sua casa, de sua confiança, para deixar o seu filho antes que ele complete os quatro anos, quando ele entrará numa creche, para que ela possa trabalhar e ajudar na complementação da renda familiar. Porém, se a creche é responsabilidade exclusiva dos Municípios que estão com suas contas debilitadas, evidentemente, eles não conseguirão cumprir com esse papel

importante de oferecer, de colocar à disposição creche para todos os filhos e filhas de trabalhadores e trabalhadoras deste País.

Portanto, estamos diante de um problema. Nós, que estamos aqui discutindo todos os dias – e devemos realmente discutir – o combate à corrupção e as mazelas cometidas, precisamos debater também como vamos oferecer às crianças, aos alunos do ensino básico e aos alunos do ensino médio uma condição melhor para que freqüentem a escola e possam sonhar com a cidadania, que poderá ser obtida por meio de uma escola que funcione perto de sua casa em condições de oferecer ensino adequado, sobretudo nessa faixa de idade, quando as crianças estão formando o seu físico, o seu caráter e a sua personalidade e podem fortalecer, inclusive, os valores de família tendo uma boa escola para freqüentar – fato que estamos, muitas vezes, esquecendo quando fazemos um discurso combatendo a criminalidade, a violência e a marginalidade. Muita gente esquece-se de que falta o fortalecimento dos valores de família, que precisamos buscar fortalecer sempre que possível.

Não tenho dúvida de que a oportunidade que se der a uma criança para que ela freqüente a pré-escola – e mesmo uma creche, na qual ela aprenderá a conviver com seus amigos e companheiros de bairro – formará o verdadeiro cidadão. Assim, a criança aprenderá bem cedo quais são os seus direitos e as suas responsabilidades de cidadão.

O Fundeb, que deveria ser uma grande idéia, pode ser um problema, porque transfere dinheiro dos Municípios para os Estados.

O Sr. Marco Maciel (PFL – PE) – Permite-me V. Ex^a um aparte?

O SR. OSMAR DIAS (PDT – PR) – Ouço V. Ex^a com prazer.

O Sr. Marco Maciel (PFL – PE. Com revisão do orador.) – Gostaria, nobre Senador Osmar Dias, de fazer duas considerações. Primeiramente, chamo a atenção para um fato que, a meu ver, compromete a Federação. Observo que, cada vez mais, está havendo uma concentração de recursos na União em detrimento dos Estados e Municípios. Esse fato é paradoxal, sobretudo porque, a partir da Constituição de 1988, passamos a considerar também os Municípios como entes federativos, algo que nunca acontecera no constitucionalismo brasileiro. Foi uma inovação que, a meu ver, se deve materializar com medidas concretas. Então, V. Ex^a alerta, com propriedade, para o fato de que ocorre agora, um fenômeno estranho, que é a redução de verbas para os Municípios em favor dos Estados, diniminindo, conseqüentemente, a possibilidade de a primeira instância política, que é o Município, atender

adequadamente as demandas na área da educação. Eu sempre penso que a cidadania começa na cidade, começa, portanto, no Município, e, se queremos construir uma sociedade verdadeiramente democrática, temos que descentralizar. V. Ex^a tem aqui se preocupado muito com a questão da educação. Foi Presidente, inclusive, da Comissão de Educação, do Senado Federal, fez um excelente trabalho e tem dado demonstrações do seu interesse pelo tema. Concordo com V. Ex^a que a educação é a grande questão brasileira. Eu diria que temos muitos problemas conjunturais, mas talvez a questão estrutural brasileira ainda seja a da educação. E nos tempos que estamos vivendo, tempos de grandes transformações científicas e tecnológicas, ou nós investimos em educação ou nós vamos perder a corrida no rumo do desenvolvimento. Sem educação, perdoe a rima, não há salvação.

O SR. OSMAR DIAS (PDT – PR) – Muito obrigado, Senador Marco Maciel. A V. Ex^a, que tem o respeito da Casa e do País, peço que nos ajude junto ao seu Partido, o PFL, para que nós possamos fazer uma revisão da proposta de emenda constitucional a ser apreciada aqui no Senado Federal. E quero alertar todos os Senadores que, embora pareça, a princípio, uma grande idéia, ela contém no seu bojo um problema de distorção de recursos que pode sacrificar ainda mais os Municípios brasileiros.

V. Ex^a, Senador Eduardo, que tem debatido este assunto e apresentado propostas a respeito, preste atenção, e V. Ex^a perceberá o que aqui estou dizendo.

Era o que eu tinha a dizer, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Eduardo Siqueira Campos. PSDB – TO) – Nobre Senador Osmar Dias, este Presidente agradece a V. Ex^a as considerações elogiosas. Só tenho a dizer que o pronunciamento de V. Ex^a chama atenção do País para o assunto, como é de grande importância para o tema “educação”.

O SR. OSMAR DIAS (PDT – PR) – Obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Eduardo Siqueira Campos. PSDB – TO) – Esta Presidência vai convocar o próximo orador regularmente inscrito, Senador Ney Suassuna, que fala por cessão do nobre Senador Garibaldi Alves Filho, que será o próximo orador, por cessão do Senador Pedro Simon.

V. Ex^a dispõe de até dez minutos, Senador Ney Suassuna.

O SR. NEY SUASSUNA (PMDB – PB. Pronuncia o seguinte discurso. Sem revisão do orador.) – Muito obrigado, Sr. Presidente!

Inicialmente, agradeço ao meu amigo Senador Garibaldi Alves pela gentileza de ter-me permitido usar da palavra. E, com isso, deixo de usar da palavra pela

liderança, o que detesto porque não considero justo. Considero o fato de Senadores líderes usarem da palavra para proferir discurso uma forma de passar a frente dos outros companheiros. Então sempre evito falar como líder.

Sr. Presidente, Sr^{as} e Srs. Senadores, o Brasil, ultimamente, tem vivido dias complicados, e o Congresso não está fora dessas complicações. Tivemos aqui uma verdadeira enxurrada de CPIs: CPI da Terra, que, agora, está com menos lobo e, por isso, saiu do ar praticamente; a CPI dos Correios, do Mensalão, dos Bingos, da Migração... E essas CPIs, Sr. Presidente, criaram personalidades de sucesso instantâneo, pessoas que se tornaram, cada vez mais, concorrentes. Outro dia, presenciei uma discussão tremenda entre dois companheiros do mesmo partido. Quase houve uma briga entre eles porque um tinha chegado às sete horas da manhã para se inscrever na lista e o outro, que chegou no mesmo horário, queria ter a primazia na inscrição. A discussão terminou com eles dizem “me respeite, fulano”, “me respeite, beltrano”. Eu fiquei olhando e pensando: “Meu Deus, o que minutos na TV não faz à personalidade das pessoas”.

Tudo o País passou a presenciar, a ouvir mais destampatórios, mais informações, mais escândalos. A TV Senado subiu como um foguete não só na sua audiência, mas também como fornecedor de cópia do seu programa para as outras TVs, como se via pelo logotipo da TV Senado.

Essas personalidades instantâneas passaram a fazer parte até dos vários *sites*: *site* gay, *site* isso, *site* aquilo. Houve até concurso para ver quem aparecia mais, quem estava mais bem colocado. Tudo isso aumentou enormemente a disputa pela ocupação dos microfones. Lamentavelmente, em algumas faltaram professores de português e também de logopedia porque o tom da voz era o índice da maior ou menor masculinidade, da maior eficácia da oratória ou não. Era, enfim, um destampatório geral.

Comecei a me preocupar porque eu acreditava que isso duraria para sempre, jogando por terra todo o trabalho do Senado, da Câmara, que precisam votar, precisam decidir sobre assuntos importantes. Mas, graças a Deus, isso não aconteceu. Continuamos votando, continuamos, no Senado principalmente, cumprindo o nosso dever.

Graças a Deus, o índice de audiência da TV Senado está diminuindo. Graças a Deus também, o público, pela superexposição, está ficando saturado de CPIs. No último final de semana, por onde passei, a colocação era diferenciada: “Basta de tanta CPI! Basta de tanta denúncia!” Quer dizer, o próprio público está cansado de tanta denúncia, de tanta briga e quer que

os culpados sejam punidos. Isso não é novidade. O meu Partido, PMDB, desde o primeiro momento, exige a apuração de tudo e a punição dos culpados. E as pessoas deixaram de perder dias, tardes, manhãs em frente à televisão para ouvir a CPI e as suas denúncias.

O Governo, graças a Deus, também concateinou melhor os fatos, saiu da tontura em que estava e começou a se mover, inaugurando obras, cobrando programas, divulgando objetivos. Reputo esses fatos principalmente à entrada da Ministra Dilma e do Ministro Jacques Wagner, que estão freqüentando as duas Casas. Na próxima quarta-feira, por exemplo, haverá um almoço com todos os Senadores do PMDB, na Liderança do Partido, para conversar com todos os Parlamentares à procura de soluções.

Sr. Presidente, com toda certeza, isso está tendo resultado, graças a Deus, porque é um crime largar essa onda econômica em que nós vínhamos surfando, para trabalharmos contra nós mesmos. Parece até que estamos torcendo pelos nossos concorrentes e querendo que o Brasil dê errado por causa da eleição do próximo ano. Graças a Deus, isso começa a diminuir, a preocupação com a onda excessiva de denunciismo está sendo substituída pela preocupação com a perda do *time* da economia. Portanto, nós, Parlamentares, precisamos enfatizar, ajudar para que essa onda econômica em que estamos indo tão bem leve o Brasil a índices melhores de produtividade, de investimento.

Muitos dizem que isso não tem importância, mas é claro que tem. O economista Kalecki diz que as pessoas investem quando têm muita renda acumulada, quando têm perspectiva de lucro ou confiança de que o cenário é promissor e que provavelmente o lucro virá. Ora, num país em que parece que se está desagregando a máquina política, quem, mesmo tendo recursos, iria investir? Isso, mais cedo ou mais tarde, se contaminaria ou se contaminará – se esta tendência que vi nesse final de semana não se concretizar – contaminando a área econômica.

Ouvi com alegria a explicação do Ministro Pallocci numa entrevista nos moldes das entrevistas norte-americanas e européias, em que se dá a palavra a cada repórter. Foi um bom exemplo. Tomara que outros Ministros façam o mesmo. Gostei das respostas. S. Ex^a buscou responder ao que lhe foi perguntado. É óbvio que a Oposição vai dizer que não foi o bastante – está no legítimo papel dela. E quisera eu que todos tivessem feito o mesmo.

O Sr. Heráclito Fortes (PFL – PI) – V. Ex^a me permite um aparte?

O SR. NEY SUASSUNA (PMDB – PB) – Com toda certeza, Senador Heráclito.

O Sr. Heráclito Fortes (PFL – PI) – Caro Senador Ney Suassuna, parabeno V. Ex^a pela primeira etapa do seu pronunciamento. Perfeito. Não concordo em querer interpretar aqui o sentimento da Oposição. Se V. Ex^a continuar usando o seu equilíbrio, vai observar que quem não gostou do sucesso do Ministro Palocci foram seus companheiros de Partido. Se V. Ex^a observar no plenário – V. Ex^a é homem atento –, verá que quem vem acusando, quem vem colocando o Ministro Palocci na berlinda não é a Oposição. Aliás, a Oposição brasileira de hoje é diferente daquela que nós vivemos num passado recente, quando V. Ex^a foi Ministro do Governo Fernando Henrique, por exemplo, e sabe o que sofremos por parte do PT. Então V. Ex^a não tem o direito, como Líder da Base do Governo, de acusar o comportamento da Oposição. A Oposição tem o direito, sim, de opinar se gostou ou se não gostou e o tem feito com muita cautela. Aliás, as palavras de equilíbrio, as palavras equilibradas ditas após o pronunciamento do Ministro Palocci foram muito mais da Oposição do que do Governo. Faço apenas este reparo pela admiração que tenho a V. Ex^a. Sei que se empolgou um pouco, mas creio que não tem o direito de interpretar o sentimento da Oposição nesta Casa. Muito obrigado.

O SR. NEY SUASSUNA (PMDB – PB) – Obrigado pelo seu aparte, nobre Senador Heráclito Fortes.

Estou falando com os dados que tenho em mão. Li o *blog* do Prefeito do Rio, em que S. Ex^a disse que não foi suficiente. Creio que S. Ex^a está em seu papel natural, normal, de oposição. Não estou interpretando. Ao contrário, estou dizendo que a Oposição tem que fazer carga. É natural que faça carga, caso contrário não será Oposição.

(Interrupção do som.)

O SR. NEY SUASSUNA (PMDB – PB) – Assisti hoje a um pronunciamento que dizia não ser suficiente. Então, não estou fazendo interpretação, tampouco especulando. Estou dizendo que esse é o papel da Oposição em qualquer país. A Oposição não deve elogiar, deve buscar as vulnerabilidades e cobrar o que falta. Está em seu legítimo papel. Não é interpretação, mas a definição do próprio papel da Oposição. É o que entendendo. É necessário, é preciso que assim seja.

O Sr. Heráclito Fortes (PFL – PI) – O Senador Arthur Virgílio disse, com muita propriedade, que a única vez em que o Governo, em que o PT se uniu foi para combater o Ministro Palocci. Não quero que se coloque a conta dos desacertos do Ministro Palocci, dos problemas que o Ministro Palocci está enfrentando, na conta da Oposição. Aliás, a Oposição brasileira é frustrada porque não conseguiu criar nenhuma crise

para o Governo que V. Ex^a defende. O próprio Governo cria todas. Pergunto ao Senador Alvaro Dias, que chegou ao plenário: quem indicou Buratti? Fomos nós da Oposição? Quem indicou Waldomiro? Fomos nós da Oposição? Quem indicou José Dirceu? Fomos nós da Oposição? E por aí adiante. Então, se há uma Oposição virgem em fazer mal ao Governo é a Oposição brasileira neste momento.

O SR. NEY SUASSUNA (PMDB – PB) – V. Ex^a também não ouviu o discurso do nobre Senador José Jorge, que está no seu direito como Oposição. Mas acho que é natural, é normal.

Dando continuidade ao meu discurso, Sr. Presidente, acredito ser esta a hora de aproveitarmos a onda benéfica e salutar da nossa economia e continuar tentando fazer com que esses números sejam mais permanentes. Dentro desse aspecto, lembro que precisamos investir mais em turismo no Nordeste, que precisamos concluir a BR-101, que precisamos concluir a BR-230, que precisamos fazer a Transnordestina. Enfim, precisamos buscar vencer o *gap*, vencer a diferença que existe entre a minha região e o Sul maravilha, a região de V. Ex^a e o Sul maravilha, a região Norte e o Sul maravilha porque esses índices vão, com toda a certeza, pesar muito mais, empurrando ainda mais a economia para a frente, o Brasil será mais igualitário, e nós teremos mais oportunidades industriais, comerciais e de toda monta.

Percebo, com alegria, o sentimento de saturação por parte da população, que pensa que basta de denunciamento e que os culpados precisam ser punidos com a maior rapidez possível, mas ninguém mais está perdendo o dia todo em frente à televisão para assistir às CPIs. Chegou ao ponto de saturação...

(Interrupção do som.)

O SR. NEY SUASSUNA (PMDB – PB) – Vou concluir, Sr. Presidente. As estrelas instantâneas das CPIs começam, até nos *sites*, a ser analisadas com crivo mais sério e, com toda a certeza, mais rigoroso.

Era isso o que eu tinha a dizer.

Muito obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Eduardo Siqueira Campos. PSDB – TO) – A Presidência convoca o próximo orador inscrito, o nobre Senador Garibaldi Alves Filho.

S. Ex^a dispõe de até dez minutos. (Pausa.)

O Senador Garibaldi Alves Filho propõe uma permuta com o Senador Alvaro Dias, a quem concedo a palavra, de imediato, sendo S. Ex^a o próximo orador inscrito.

O SR. ALVARO DIAS (PSDB – PR. Pronuncia o seguinte discurso. Com revisão do orador.) – Sr. Presidente, Sr^{as} e Srs. Senadores, agradeço ao Senador

Garibaldi Alves Filho e ao Presidente Eduardo Siqueira Campos. O Ministro Palocci adotou uma estratégia de competência, foi convincente para muitas pessoas no País. S. Ex^a procurou dar explicações, manifestando uma forma de respeito à opinião pública e, sobretudo, aos profissionais da imprensa que tiveram a oportunidade de formular indagações.

De minha parte, Sr. Presidente, Sr^{as} e Srs. Senadores, é claro que não temos o direito de desacreditar o Ministro Palocci, até prova em contrário, mas também não temos o direito de desacreditar o promotor Aroldo Costa Filho, que afirmou que as revelações de Buratti vieram dar credibilidade e respaldar as investigações, afinal, são investigações iniciadas há muito tempo, exigindo o trabalho de seis promotores públicos, que são responsáveis por esse caso. E para um dos seis Promotores, exatamente o Dr. Aroldo Costa Filho, há indícios veementes de que tudo aquilo que o Buratti disse é verdade.

Sr. Presidente, se não podemos desacreditar o Ministro, não devemos também desacreditar o Promotor. Isso não nos desobriga de investigar, de forma cabal e eficiente, todas as denúncias. Não importa qual seja o alvo, seja quem for, esteja onde estiver, a exigência da sociedade é no sentido de que se investigue de forma eficiente para responder a todas as dúvidas da Nação, para oferecer resposta às exigências de todo o povo brasileiro.

É claro que há necessidade de cautela quando se buscam benefícios da delação premiada. A própria legislação impõe que os benefícios sejam concedidos somente quando se obtém resultado construtivo, e resultado, a meu ver, é prova. Não basta a palavra, a informação, o “ouviu dizer”; o que importa, nessa etapa da investigação, quando se buscam exatamente os benefícios da delação premiada é prova documental, prova material, que ofereça consistência às denúncias e retire qualquer risco de irresponsabilidade e de leviandade ao se formular a denúncia.

Portanto, o que nos cabe agora, como responsáveis por esta investigação no Congresso Nacional, é aguardar o depoimento de Buratti no Ministério Público, em São Paulo, para conhecer o seu inteiro teor, verificar a consistência dos indícios apresentados e se, eventualmente, existirem provas, analisá-las para adotar as providências cabíveis quando da convocação do Ministro Palocci já que S. Ex^a se dispôs a depor.

Além disso, ouviremos, na próxima quarta-feira, na CPMI dos Bingos, o depoimento do Sr. Buratti. Creio

que devemos aguardar também até quarta-feira para fazer uma avaliação correta. Hoje inúmeros *e-mails*, especialmente da cidade de Ribeirão Preto, chegaram ao nosso gabinete, fazendo referências às denúncias, com informações, por exemplo, sobre o custo do lixo na gestão Palocci, que foi 200% superior em relação à gestão seguinte e empréstimos do BNDES a um hospital. Essas denúncias devem ser obviamente avaliadas e investigadas, para que se possa chegar à veracidade ou à inveracidade delas e se há responsabilidade ou irresponsabilidade de quem denuncia. Isso é o que nos cabe nesse momento de investigação, Sr. Presidente, Sr^{as} e Srs. Senadores.

Estamos investigando o pagamento de contas no exterior, contas de campanha, pagamentos efetuados durante os anos de 2003 e 2004. Como há um percurso de evasão de divisas e recursos que foram remanejados de uma agência bancária a outra até chegar ao paraíso fiscal no exterior, há aqueles que fazem conjecturas relativas à aplicação de recursos do BNDES no exterior para obras na Venezuela, no Peru, no Paraguai, na República Dominicana. Já existem rumores – esse trabalho de investigação se inicia agora – de que parte dos recursos que caíram nas contas de Duda Mendonça, ou de quem quer que seja, no exterior poderiam ter origem também nesses empréstimos do BNDES para a realização de obras nesses países.

Vamos dar alguns exemplos. O BNDES aprovou dois financiamentos no total de 194 milhões e 600 mil dólares para que a Construtora Norberto Odebrecht realize exportações de bens e serviços para a Venezuela. A Norberto Odebrecht participa da expansão do metrô de Caracas e da realização de obras de irrigação no noroeste do país. Além disso, deve finalizar, até o final do ano, a principal obra atualmente construída por uma empresa brasileira em solo venezuelano: a segunda ponte sobre o rio Orinoco, a vinte quilômetros de Ciudad Guayana. O projeto da ponte recebeu financiamento de 384 milhões de dólares pelo Proex – Programa de Financiamento às Exportações. A obra também inclui ligações rodoviárias de 165 quilômetros ao todo, integrando três Estados venezuelanos. A Odebrecht calcula que foram gerados 3.600 empregos diretos e pelo menos 18 mil empregos indiretos. Entre as parceiras brasileiras estão a Usiminas e outras empreiteiras.

O Projeto Hidrelétrico San Francisco, no Equador, e a Hidroelétrica de Pinalito, na República Dominicana,

estão sendo financiados pelo BNDES e executados pela Norberto Odebrecht.

O projeto equatoriano, por exemplo, terá um financiamento de R\$243 milhões de dólares do BNDES.

Na seqüência da declaração presidencial Conjunta Brasil e Bolívia de 2003, na qual foram acertados financiamentos de até US\$600 milhões para projetos de infra-estrutura na Bolívia, o BNDES liberou recursos.

O Proex vai financiar 85% de dois trechos de estradas na Bolívia, que serão construídos pela Odebrecht (US\$63 milhões) e pelo consórcio Camargo Corrêa-ARG (US\$ 80 milhões).

O BNDES financiou a construtora ARG, de Belo Horizonte, no trecho de 180 km na Ruta 10, que liga Assunção a Salto de Guaira, na fronteira com o Brasil. A obra custou US\$77 milhões.

O volume de recursos financiados pelo Proex em 2003 e 2004 é da ordem de US\$ 7,6 bilhões (fonte: Banco Central).

Portanto, Sr. Presidente, Sr^{as} e Srs. Senadores, enquanto projetos extraordinários no Brasil não encontram o apoio do BNDES, não são financiados pelo Banco no exterior, o BNDES esbanja recursos, permitindo a construção de obras de infra-estrutura da maior importância, gerando empregos lá fora, enquanto aqui há, lamentavelmente, uma timidez em matéria de geração de empregos.

Não creio que seja essa a função do BNDES. A sua função primacial é promover o desenvolvimento econômico e social do nosso País.

Nós estamos trazendo esses fatos, Sr. Presidente. Há compromisso, por exemplo, de financiar a construção do Metrô de São Domingos, a construção da Hidrelétrica Arte Bonito e da Represa Monte Grande.

Veja que é um canteiro de obras no exterior, com financiamentos do BNDES.

O Presidente do BNDES, Guido Mantega, informou que a carteira de desembolsos do BNDES para projetos de infra-estrutura na República dominicana totaliza US\$235 milhões (incluindo o aqueduto).

A Rodovia do Pacífico (corredor interoceânico sul Peru–Brasil, Rodovia de 1.200 quilômetros, que vai ligar a cidade brasileira de Assis, no Acre, aos Portos de Ilo, Matarani e Marcona, no Sul do Peru) deverá contar com US\$420 milhões, via Programa de Financiamento às Exportações (Proex). Um *pool* de empreiteiras brasileiras participam: Norberto, Odebrecht, Andrade Gutierrez, Queiróz Galvão, Camargo Corrêa.

O Comitê de Financiamento e Garantias das Exportações (Cofig), órgão que aprova esses empréstimos para empresas brasileiras em projetos de integração na América do Sul, já aprovou, entre recursos do BNDES e do Tesouro, US\$1,6 bilhão para financiar projetos de integração regional na América do Sul entre 2006 e 2008.

Sr. Presidente, eu vou concluir, em respeito ao tempo. Certamente, nós teríamos outras informações a acrescentar a essas, e V. Ex^a tem sido um dos senadores mais preocupados com a destinação do BNDES.

Fica difícil compreender. É complicado aceitar que se priorize obras no exterior, em diversos países, em detrimento de projeto da maior importância, geradores de emprego, de renda e de receita pública, capazes de promover desenvolvimento econômico com justiça social no nosso País.

É por isso que acabam fazendo ilações, conjeturas, de que parte dos recursos ilícitos depositados em contas bancárias, em paraíso fiscal, para pagamento da conta da campanha do PT de 2002 poderiam advir desses benefícios concedidos pelo BNDES a empreiteiras brasileiras que atuam no exterior.

Nós não estamos aceitando essa conjectura como verdadeira, mas aceitamos, sim, Sr. Presidente, como uma pista, para investigações.

Era esse o pronunciamento, Sr. Presidente.

Agradeço a concessão de mais alguns minutos.

O SR. PRESIDENTE (Eduardo Siqueira Campos. PSDB – TO) – Senador José Sarney, concedo a palavra a V. Ex^a, pela ordem.

O SR. JOSÉ SARNEY (PMDB – AP. Pela ordem. Com revisão do orador.) – Sr. Presidente, peço a V. Ex^a que faça constar dos Anais da Casa as considerações que encaminho à Mesa sobre a campanha que vem sofrendo a GEAP, por parte dos planos privados de saúde.

A GEAP é uma fundação sem fins lucrativos, dirigida com extrema competência pela Dr^a Regina Parisi, e vem prestando há décadas valiosos serviços aos funcionários e empregados pobres.

Peço, também, a transcrição da nota da GEAP sobre o assunto.

Muito obrigado, Sr. Presidente.

DOCUMENTO A QUE SE REFERE O SR. SENADOR JOSÉ SARNEY EM SEU PRONUNCIAMENTO

(Inserido nos termos do art. 210, inciso I e § 2º, do Regimento Interno.)



Assessoria de Comunicação



NOTA OFICIAL GEAP

A matéria "Manobra prorroga convênio bilionário em serviço de saúde", publicada no Estado de São Paulo, de 9/07/2005, contém erros gerados por falta de apuração, omissão de fatos importantes e desequilíbrio nas fontes ouvidas. Para passar ao leitor os fatos corretos, a GEAP pede a publicação dos esclarecimentos abaixo pontuados:

1. Não há monopólio na prestação de assistência à saúde do funcionalismo - A GEAP é uma autogestão em saúde que atua na assistência à saúde do funcionalismo juntamente com outros 135 planos de saúde. Atendendo ao funcionalismo existem instituições como a Fassincra, Fioprev, Assefaz, Fundação Cespe, Fundaffemg, Fundação Enersul, etc. Só no Ministério da Saúde existem três autogestões: a GEAP, Capecesp e Fioprev, em que o servidor se inscreve voluntariamente. Além das autogestões, operadoras lucrativas também prestam assistência ao funcionalismo.

2. A GEAP não "faturou" 1.77 bilhão - A receita da GEAP vem dos servidores públicos federais e da União, numa proporção de 65% para 35%, respectivamente. O servidor contribui com quase o dobro do que contribui o empregador.

ANO	Nº Clientes	Patrocinadoras	Contribuição participantes + participação	TOTAIS	Despesas médicas,, Impostos e taxa de administração
2000	804.740	193.721.394,64	299.065.041,32	492.786.435,96	522.815.419,82
2001	724.778	213.765.083,01	395.308.614,90	609.073.697,91	605.580.684,55
2002	701.170	250.437.297,87	413.144.922,44	663.582.220,31	677.066.739,53
2003	693.306	245.693.521,52	454.011.126,11	699.704.647,63	706.442.343,88
2004	701.378	271.868.418,83	535.065.193,89	806.933.612,72	835.455.175,29
JAN A JUN 2005	684.765	155.929.207,67	300.893.178,92	456.822.386,59	472.985.805,25
TOTAIS		1.331.414.923,54	2.397.488.077,58	3.728.903.001,12	3.820.346.168,32

A GEAP não tem finalidade lucrativa e toda a sua receita é revertida no pagamento à rede de assistência médica e em investimentos nos programas de promoção da saúde.

A Direção Executiva põe em prática as políticas de assistência e de custeio determinadas pelos Conselhos Deliberativo, Consultivo e Fiscal, compostos paritariamente por representantes dos servidores (eleitos por seus pares) e dos órgãos com as quais a GEAP tem convênio de adesão.

3. Comando da GEAP é dos servidores e da união - na matéria o deputado Augusto Carvalho faz insinuações vazias e de má fé, uma vez que tem conhecimento sobre o sistema de autogestão, pois esteve recentemente na Câmara de Deputados Federais, acompanhando representantes dessa área. **O Comando da GEAP é dos servidores públicos e das patrocinadoras conveniadas.**

As patrocinadoras com maior número de assistidos – Ministérios da Saúde, do Trabalho e Emprego, e INSS – indicam o diretor executivo, rotina que acontece há décadas. Todas as ações da direção executiva são apresentadas mensalmente ao conselho, que delibera sobre cada tema, determinando a linha a ser seguida.

4. Ação contra a GEAP no TCU - A Ação do Deputado Augusto Carvalho e da Golden Cross no TCU vêm de 1996 e não do governo atual.

Os convênios da União com as autogestões são mais vantajosos para os órgãos federais pois custam menos (já que não há o fator lucro) e permitem a participação dos servidores e da própria união na gestão do plano.

A GEAP estranha, portanto, a motivação do Deputado contra a prestação da assistência à saúde por parte das autogestões como a GEAP, que representa uma expressiva economia nos gastos públicos. Vejamos o exemplo da Advocacia-Geral da União (AGU): o órgão era conveniado à GEAP até dezembro de 2004, quando foi obrigado a fazer licitação. Seus gastos passaram de R\$ 750 mil/mês com a Fundação para R\$ 3.1 milhões/mês com empresa lucrativa.

5. Acórdão do TCU - A GEAP não mudou acórdão do Tribunal de Contas da União. Houve prorrogação dos prazos por decisão do próprio Tribunal, para que houvesse tempo hábil de análise de mérito do recurso impetrado pelos servidores federais.

6. A GEAP está aberta a prestar quaisquer esclarecimentos e pede ao Jornal que ouça os principais interessados em todo o processo: os funcionários públicos federais. Isso dará mais equilíbrio e isenção às reportagens. A Fundação destaca, por fim, que interpelará o deputado a apresentar provas de suas denúncias.

Direção Executiva da GEAP

O SR. PRESIDENTE (Eduardo Siqueira Campos. PSDB – TO) – V. Ex^a será atendido nos termos regimentais.

O SR. JOSÉ SARNEY (PMDB – AP) – Sr. Presidente, peço que meu discurso seja publicado na íntegra.

SEGUE, NA ÍNTEGRA, DISCURSO DO SR. SENADOR JOSÉ SARNEY.

O SR. JOSÉ SARNEY (PMDB – AP. Sem apanhamento taquigráfico.) – Sr. Presidente, Sr^s e Srs. Senadores, venho a esta tribuna defender uma instituição que muito serviço prestou ao País, na área de proteger os funcionários públicos: a Geap. Este órgão, que está sofrendo o combate de seus concorrentes, os fundos privados de saúde, que querem invadir a área dos pobres funcionários e trabalhadores que têm a Geap, com preços baratos e acessíveis às classes mais pobres, como única porta para os seus problemas de saúde. Hoje, o órgão é dirigido por uma mulher excepcional, a Dr^a Regina Parisi, que realiza uma administração eficiente, recuperando as finanças do órgão e ampliando sua área de ação.

“Manobra prorroga monopólio bilionário em serviço de saúde.” Essa foi a manchete de uma reportagem veiculada no jornal **O Estado de S. Paulo**, no último dia 9 de julho. O subtítulo da mesma reportagem traz a informação de que a Geap, fundação que supostamente seria a detentora do tal monopólio, faturou R\$1,770 bilhão durante o Governo Lula. A fonte da informação é o Deputado Distrital Augusto Carvalho.

A matéria faz menção de uma sentença de abril de 2004, proferida pelo TCU, em uma ação movida pela Golden Cross e pelo Deputado Augusto Carvalho. Essa sentença havia determinado o fim dos convênios da Geap com vários órgãos. No entanto, o TCU acaba de conceder a prorrogação, por mais 3 meses, desses contratos, tendo em vista que ocorreu fato novo e relevante, ou seja, a obtenção pela Geap, junto à Agência Nacional de Saúde Suplementar (ANS), de uma autorização definitiva de funcionamento como operadora de autogestão multipatrocinada.

Embora a decisão tenha ocorrido por voto unânime dos Ministros, que acompanharam o Ministro-Relator, o jornal a classifica como uma manobra.

Há grandes equívocos no texto jornalístico.

Para começar, a Geap não lucra nada, é uma empresa sem fins lucrativos. Em nota oficial da empresa, um quadro de receitas e despesas foi divulgado e pode-se observar que, na verdade, ao longo dos últimos 6 anos, as receitas foram insuficientes para assegurar a taxa de administração acordada.

O uso do termo “monopólio” também é absolutamente incoerente, visto que atuam no mercado, inclusive junto ao serviço público, nada menos do que 136 planos de saúde. Monopólio, pelo que sei, é a detenção de todo o mercado por uma única empresa. Obviamente esse não é o caso.

Além disso, Sr. Presidente, é evidente que a adesão ao plano de saúde e assistência social da Geap se faz de maneira voluntária. Cada associado tem de preencher uma ficha aderindo ao plano. Ele pode fazê-lo, ou optar por um dos inúmeros concorrentes do mercado. Se a Geap tem conseguido a preferência de milhões de servidores públicos, com certeza isso se deve à qualidade de seus serviços.

A direção executiva da empresa põe em ação as determinações dos Conselhos Deliberativo, Consultivo e Fiscal, que são órgãos compostos prioritariamente por representantes dos servidores e dos órgãos com os quais a Geap tem convênio. Não se trata, portanto, como foi insinuado na matéria, de uma empresa comandada por militantes do PT.

Tantos equívocos, tantas distorções não podem ser atribuídas à simples desinformação, mas, sim, a uma intenção deliberada, visto que há interesses financeiros vultosos nos bastidores dessa disputa pelo serviço de saúde dos servidores públicos.

Devemos repudiar esse tanque à prestação de serviços de saúde aos servidores públicos pelo modelo de autogestão, que representa uma expressiva economia tanto nas despesas dos trabalhadores quanto nos gastos públicos. A Advocacia Geral da União, por exemplo, que mantinha convênio com a Geap até dezembro de 2004 e foi obrigada a cancelar o convênio e fazer licitação, teve seus gastos aumentados de R\$750 mil por mês para R\$3,1 milhões.

O interesse por parte de planos privados de assistência à saúde pela suculenta fatia dos servidores públicos é que parecer ser a real razão por trás do ataque aos serviços prestados pela Geap.

Sr. Presidente, a Geap mantém um sítio muito interessante na Internet, onde, entre outras coisas, divulga uma pesquisa que aferiu um percentual de aprovação com o plano de mais de 95%.

Bastaria esse dado para demonstrar que o que está ocorrendo, na verdade, nada mais é do que a tentativa de tirar dos servidores públicos um serviço de qualidade que pratica preços extremamente acessíveis.

Peço a transcrição da Nota da Geap, anexa.

Muito obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Eduardo Siqueira Campos. PSDB – TO) – V. Ex^a será atendido nos termos regimentais.

Nobre Presidente José Sarney, esta Presidência determinará a publicação, na íntegra, do pronunciamento de V. Ex^a e a mais ampla divulgação, de acordo com o Regimento desta Casa.

O SR. PRESIDENTE (Eduardo Siqueira Campos. PSDB – TO) – Passa-se à

ORDEM DO DIA

Não chegou à Presidência informação sobre acordo de Lideranças para apreciação do item 1.

Está encerrada a Ordem do Dia.

São os seguintes os itens sobrestados:

1

PROJETO DE LEI DE CONVERSÃO Nº 21, DE 2005

*(Proveniente da Medida Provisória nº 251, de 2005)
(Encontra-se sobrestando a pauta, nos termos do § 6º do art. 62 da Constituição Federal.*

Discussão, em turno único, do Projeto de Lei de Conversão nº 21, de 2005 (proveniente da Medida Provisória nº 251, de 2005), que institui o Projeto Escola de Fábrica, autoriza a concessão de bolsas de permanência a estudantes beneficiários do Programa Universidade para Todos – PROUNI, institui o Programa de Educação Tutorial – PET, altera a Lei nº 5.537, de 21 de novembro de 1968, e a Consolidação das Leis do Trabalho – CLT, aprovada pelo Decreto-Lei nº 5.452, de 1º de maio de 1943, e dá outras providências.

Relator revisor: Senador Romeu Tuma.

2

PROPOSTA DE EMENDA À CONSTITUIÇÃO Nº 31, DE 2000 (Votação nominal)

Continuação da votação, em primeiro turno, da Proposta de Emenda à Constituição nº 31, de 2000, tendo como primeira signatária a Senadora Maria do Carmo Alves, que acrescenta inciso XVIII-A ao art. 7º da Constituição Federal, para beneficiar, com licença-maternidade, as mulheres que adotarem crianças.

Parecer sob nº 972, de 2003, da Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania, Relatora: Senadora Serys Slhessarenko, favorável, com a Emenda nº 1-CCJ, que apresenta, com voto em separado do Senador Aloizio Mercadante.

3

PROPOSTA DE EMENDA À CONSTITUIÇÃO Nº 29, DE 2002 (Votação nominal)

Votação, em primeiro turno, da Proposta de Emenda à Constituição nº 29, de 2002, tendo como primeiro signatário o Senador Francisco Escórcio, que inclui § 8º no art. 60 do Ato das Disposições Constitucionais Transitórias com a finalidade de ampliar a vigência do Fundo de Manutenção e Desenvolvimento do Ensino Fundamental e de Valorização do Magistério (Fundef).

Parecer sob nº 119, de 2004, da Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania, Relator: Senador José Jorge, favorável, nos termos da Emenda nº 1-CCJ (Substitutivo), que oferece.

4

PROPOSTA DE EMENDA À CONSTITUIÇÃO Nº 12, DE 2003 (Votação nominal)

Votação, em primeiro turno, da Proposta de Emenda à Constituição nº 12, de 2003, tendo como primeiro signatário o Senador Osmar Dias, que altera os arts. 21 e 22 da Constituição Federal, para definir a competência da União no ordenamento do Sistema Nacional de Meteorologia e Climatologia.

Parecer sob nº 466, de 2004, da Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania, Relatora: Senadora Serys Slhessarenko, favorável, nos termos da Emenda nº 1-CCJ (Substitutivo), que oferece.

5

PROPOSTA DE EMENDA À CONSTITUIÇÃO Nº 87, DE 2003 (Votação nominal)

Votação, em primeiro turno, da Proposta de Emenda à Constituição nº 87, de 2003, tendo como primeira signatária a Senadora Fátima Cleide, que altera o art. 89 do Ato das Disposições Constitucionais. (Dispõe sobre a carreira dos servidores civis e militares do ex-Território Federal de Rondônia).

Parecer favorável, sob nº 685, de 2004, da Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania, Relator: Senador Mozarildo Cavalcanti.

6

PROPOSTA DE EMENDA À CONSTITUIÇÃO**Nº 12, DE 2004***(Votação nominal)*

Votação, em primeiro turno, da Proposta de Emenda à Constituição nº 12, de 2004, tendo como primeiro signatário o Senador Luiz Otávio, *que acrescenta artigo ao Ato das Disposições Constitucionais Transitórias*. (Dispõe sobre os processos em andamento de criação de novos municípios).

Parecer sob nº 1.863, de 2004, da Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania, Relator: Senador Rodolpho Tourinho, favorável, nos termos da Emenda nº 1-CCJ (Substitutivo), que oferece.

7

PROJETO DE LEI DO SENADO**Nº 162, DE 2004-COMPLEMENTAR**

Votação, em turno único, do Projeto de Lei do Senado nº 162, de 2004-Complementar, de autoria do Senador Augusto Botelho, *que dispõe sobre a atuação das Forças Armadas e da Polícia Federal nas unidades de conservação*.

Pareceres favoráveis, sob nºs 251 e 252, de 2005, das Comissões

– e Constituição, Justiça e Cidadania, Relator: Senador Aloizio Mercadante; e
– de Relações Exteriores e Defesa Nacional, Relator: Jefferson Péres.

8

PROPOSTA DE EMENDA À CONSTITUIÇÃO**Nº 59, DE 2004**

Quarta sessão de discussão, em primeiro turno, da Proposta de Emenda à Constituição nº 59, de 2004, tendo como primeiro signatário o Senador Arthur Virgílio, *que altera a denominação da Zona Franca de Manaus para Pólo Industrial da Amazônia Brasileira*.

Parecer, sob nº 1.130, de 2005, da Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania, Relator: Senador Alvaro Dias, favorável, nos termos da Emenda nº 1-CCJ (Substitutivo), que oferece.

O SR. PRESIDENTE (Eduardo Siqueira Campos. PSDB – TO) – Volta-se à lista de oradores.

Por solicitação do Senador Garibaldi Alves Filho, vamos fazer uma permuta para que possa fazer uso da palavra o Senador Heráclito Fortes.

V. Ex^a é o próximo orador inscrito, Senador Heráclito Fortes.

O SR. HERÁCLITO FORTES (PFL – PI. Pronuncia o seguinte discurso. Sem revisão do orador.) – Sr. Presidente, Sr^{as} e Srs. Senadores, é evidente que, antes de abordar qualquer assunto, devemos passar pelo fato que tomou conta do final de semana, que foi a entrevista concedida pelo Ministro Palocci.

Observamos aqui, agora há pouco, o pronunciamento do Líder Ney Suassuna, que se preocupou com o posicionamento da Oposição. É evidente que a Oposição cumpre o seu papel, quando exige esclarecimentos, quando quer a verdade. Mas, neste caso do Ministro Palocci – e o Senador Arthur Virgílio diz com muita propriedade –, o único momento em que o PT se une é quando o assunto é desestabilizar o Ministro Palocci. Tanto isso é verdade que S. Ex^a foi para a entrevista coletiva, ontem, com várias perguntas incômodas feitas pelos seus próprios correligionários. Uma delas, feita pelo Sr. Berzoini, que até há pouco tempo fez parte da equipe de Governo do Presidente Lula e se queixava do tratamento que o Ministro Palocci dava a sua Pasta, fez com que o Ministro retornasse, depois de encerrada a entrevista, para atender a uma pergunta feita pela jornalista Délis Ortiz.

Acho que, num primeiro momento, alguns aspectos da entrevista do Ministro Palocci nos faz refletir positivamente. Em primeiro lugar, ele ofereceu-se para participar da coletiva, ele foi humilde, ele não transferiu o problema que aflige o seu Partido para outros Partidos, não transferiu a crise nem para as elites, nem para a Direita, nem para a Esquerda. Assumiu como um problema grave enfrentado pelo Partido e pela base do Governo. Nisso ele foi diferente de todos os petistas que até agora, envolvidos na crise, procuraram ou trazer o foco dos fatos para as administrações passadas, ou dividi-las com os demais Partidos. É aquela maneira petista de não querer assumir, de maneira nenhuma, as suas responsabilidades.

Agora, é claro que a entrevista do Ministro Palocci só terá sido de todo positiva se não houver contestação por parte das pessoas envolvidas nesse processo. Temos a perspectiva de, nesta semana, o próprio Sr. Buratti vir ao Senado para prestar depoimento em uma das CPIs. Quando digo uma das CPIs, Sr. Presidente, é que o Governo, a meu ver de maneira errada, resolveu diversificar temas em três CPIs: Bingo, Correios e Mensalão. Não atentou o Governo que serão três focos nos quais fatos desaguarão contra ele. As denúncias que chegam às três CPIs são contra o Governo e contra o PT. É evidente que, quanto maior a exposição dos ex-companheiros de Partido e de administração que provocaram todo esse mar de denúncias, a cada

contradição, a cada fato novo, aumenta a via-crúcis do Governo Federal.

Não entendi essa estratégia, mas, como é um Governo composto de gênios, de pessoas que dialogam com o Altíssimo e não com os da Terra, espero que eles tenham razão. Os fatos e o futuro mostrarão isso.

Senador José Sarney, com a sua experiência de vida nesta Casa, V. Ex^a sabe muito bem que ninguém controla CPI. A CPI é controlada por sua excelência o fato. Os fatos vão, aos poucos, mostrando o caminho a seguir. A rua, como é o caso presente, vem acompanhando, de maneira surpreendente, o dia-a-dia e o desenrolar dessas Comissões – graças à eficiência e à precisão do sistema de comunicação do Congresso Nacional, composto das Rádios Senado e Câmara e das TVs das duas Casas. Esse é um fato, Sr. Presidente. Por onde chegamos e passamos, vemos os reflexos da comunicação direta e imediata em tempo real, que faz com que o cidadão, por mais distante que seja a sua residência, acompanhe de maneira atenta e firme – inclusive emitindo opiniões – os fatos que estão por acontecer.

O lamentável, Sr^{as} e Srs. Senadores, é que, enquanto isso, o País está parado. Estamos vivendo um momento em que a Lei de Diretrizes Orçamentárias ainda não foi votada. Há muitos anos, votávamos essa lei antes do início do recesso do mês de julho. Nós já estamos avançando no mês de agosto, e a LDO ainda não foi apreciada pelo Plenário do Senado Federal. As obras estão paradas, e causa-me mais apreensão aquele famoso acordo firmado entre o Governo Federal e o FMI, que envolve R\$2,7 bilhões para obras de infra-estrutura – que estão paralisadas. O Governo tem até 31 de dezembro para cumprir essa meta e poder iniciar a segunda etapa o ano que vem.

Mas não é só a questão do FMI. Várias e várias obras estão paradas, os programas estão atrasados e se fala muito na agenda positiva.

A agenda positiva está sendo tratada apenas em entrevistas, em rádio, em televisão, mas, de maneira concreta, nada acontece. O Senador Sarney acompanhou. Nós temos o gasoduto que liga Fortaleza, Teresina e São Luís, pois depende de decisão administrativa para que as obras sejam iniciadas. A Ferrovia Transnordestina, que é fundamental para a Região Nordeste, precisa ser também iniciada com a maior urgência. Tudo está parado.

Sr. Presidente, Sr^{as} e Srs. Senadores, é lamentável que estejamos vivendo este momento de paralisia. E, por mais paradoxal que seja, a economia brasileira reage, dá sinais de musculatura, e resiste às tormentas que o Brasil vive no momento.

É preciso que haja, por parte do Governo Federal, a sensibilidade suficiente de não permitir que essa teia que envolve a credibilidade da sua administração faça com que a paralisia administrativa tome conta da Nação. Precisamos, Sr. Presidente, Sr^{as} e Srs. Senadores, ter maior atenção para com esse fato, porque, senão, daqui a pouco, por paralisia, por estagnação, vamos começar a pagar o preço do descrédito que ainda existe, e que não é pouco, por parte dos investidores estrangeiros, que para cá mandam o seu capital, na certeza de aplicações seguras, com a esperança de obter o resultado positivo para as suas aplicações.

Sr. Presidente, Sr^{as} e Srs. Senadores, esta semana tem início com perspectivas de mais tormentas, porque novos esclarecimentos serão prestados pelos depoentes que já estão convocados. Esperamos que a Nação tenha tranqüilidade suficiente para ouvir e exigir a apuração até o final, custe o que custar, doa em quem doer, mas que não paguemos, por isso, o preço do nosso desenvolvimento. Chegou a hora de o Brasil, Senador Lobão, dar a sua arrancada, e já deu demonstrações de robustez econômica e é preciso para isso que nós, que fazemos parte do Congresso Nacional, contribuamos com o legado de não levarmos o País ao caos.

Muito obrigado, Sr. Presidente.

Durante o discurso do Sr. Heráclito Fortes, o Sr. Eduardo Siqueira Campos, 4º Secretário, deixa a cadeira da presidência, que é ocupada pelo Sr. Alvaro Dias, Suplente de Secretário.

O SR. PRESIDENTE (Alvaro Dias) – Com a palavra o Senador Garibaldi Alves Filho, que está inscrito e tem 10 minutos para o seu pronunciamento.

O SR. GARIBALDI ALVES FILHO (PMDB – RN. Sem revisão do orador.) – Sr. Presidente, Sr^{as} e Srs. Senadores, a cada momento, o nosso País vive um sobressalto por conta de denúncias que vêm sendo feitas, ora pela conduta de elementos do Poder Executivo, ora pela conduta de Parlamentares.

Parece que, a cada fim de semana, se reserva um espaço bastante aviltado na imprensa para que tenhamos a fotografia e o caso de uma denúncia, de um escândalo, e o País vai convivendo com isso esperando a hora em que, sendo tudo isso apurado, partamos para a punição exemplar de todos aqueles que mereceram o repúdio da opinião pública e que merecerão certamente penas mais objetivas.

Na qualidade de Relator de uma dessas CPIs, venho observando a seriedade e a serenidade como essas apurações estão se realizando, como elas estão sendo encaradas, tanto pelos Deputados Federais que compõem as Comissões Parlamentares Mistas de Inquérito, como também pelos Senadores, que, como eu,

compõem a chamada CPI dos Bingos. Essa seriedade nos leva a dizer hoje da tribuna desta Casa que, em absoluto, não estamos, pelo menos eu como Relator, cogitando no momento a convocação do Ministro Antonio Palocci, por vermos, por sabermos, por sentirmos, por termos ouvido sua entrevista coletiva à imprensa, quando S. Ex^a foi bastante franco, claro, veemente, no sentido de esclarecer tudo aquilo que fora dito pelo Sr. Rogério Buratti. Estamos diante do dever de investigar, do dever de aprofundar essas investigações. Daí por que não podemos deixar de convocar – e assim o fazemos com a autorização do Presidente e com a decisão já tomada em plenário – o Sr. Rogério Buratti para que nos traga as informações que ficou devendo à própria CPI dos Bingos, uma vez que, convocado para esta CPI e presente a ela, o Sr. Buratti absolutamente não disse nada, não afirmou nada, o tempo todo negou tudo aquilo que lhe era sistematicamente perguntado pelos seus membros.

Portanto, na quarta-feira, a CPI ouvirá o Sr. Buratti. Esperamos que nos traga novos esclarecimentos, novos fatos. E só se poderia justificar uma oitiva, um interrogatório do Sr. Ministro da Fazenda se ele trouxesse provas, fatos novos.

Assim agindo, procedemos dentro de uma linha de serenidade, de seriedade, que está sendo aguardada pela opinião pública do nosso País. Não podemos, portanto, abusar dos poderes que nos são conferidos de maneira nenhuma. Temos que procurar com esses poderes, com essas prerrogativas esclarecer plenamente aquilo que está sendo colocado diante de nós.

Lendo hoje as declarações do Sr. Costa Filho, um dos procuradores, S. S^a diz, em declarações prestadas aos jornais do sul do País, que é do desejo do Sr. Buratti, agora sim, falar à CPI dos Bingos, trazer informações a respeito do caso Gtech, a respeito do caso da exploração do dinheiro do jogo dos bingos para as campanhas políticas tanto no Rio de Janeiro como em São Paulo. Portanto, Sr. Presidente, fiquem tranquilos aqueles que estão acompanhando tudo isso, que estão querendo que tudo isso seja esclarecido, que se faça justiça, mas que estão querendo que se impeça de se fazerem injustiças, fiquem certos que tudo será esclarecido de forma séria e serenamente, como é o nosso compromisso, compromisso esse que foi reiterado quando aceitamos a missão de Relator daquela CPI.

O escândalo da Gtech não pode ficar impune. Trata-se de um caso que não pode deixar de ter desdobramentos. Não podemos deixar, diante das evidências, dos indícios, de punir aqueles que, certamente, impuseram à Caixa Econômica prejuízos que terminaram sendo registrados como débito para a nação

brasileira. Afinal de contas, a Caixa é uma empresa pública, Sr. Presidente.

Neste instante, quero reiterar esses compromissos.

O Sr. Mão Santa (PMDB – PI) – Senador Garibaldi, V. Ex^a me concede um aparte?

O SR. GARIBALDI ALVES FILHO (PMDB – RN) – Pois não, Senador Mão Santa.

O Sr. Mão Santa (PMDB – PI) – Senador Garibaldi, quero crer que ninguém o excede em competência no Legislativo. No entanto, o povo é exigente. Uma vez o Brasil assistiu ao povo do Rio Grande do Norte sacá-lo daqui para que governasse aquele Estado. V. Ex^a não foi simplesmente um Governador, mas um extraordinário governante, com repercussão em todo o Nordeste do Brasil, haja vista que, quando terminei o meu mandato – coincidindo com o de V. Ex^a – levei toda a minha equipe administrativa ao Rio Grande do Norte para colher ensinamentos e experiência com V. Ex^a. Foi talvez a melhor experiência que Deus me deu. Talvez eu tenha acertado com os exemplos de V. Ex^a e, por isso, o povo do Piauí me trouxe para aqui. V. Ex^a, sem dúvida nenhuma, neste momento de dificuldade para a política e para os políticos, com estoicismo, presta relevantes serviços ao Senado e à grandeza de um mandato político.

O SR. GARIBALDI ALVES FILHO (PMDB – RN) – Obrigado, Senador Mão Santa, por essa confiança que V. Ex^a sempre manifesta à minha atuação. Tenho grande admiração pela sua coerência, pela sua presença constante nesta tribuna como homem que faz oposição dentro dos quadros do PMDB.

Fui abordado pela imprensa, há poucos instantes, a respeito do grupo autêntico que V. Ex^a articulou na nossa casa, o PMDB. Vamos nos reunir até para traçar rumos, para traçar diretrizes, de modo que identifiquemos melhor esse grupo autêntico que V. Ex^a me convidou para integrar em tão boa hora. Quero dizer que ninguém mais autêntico do que V. Ex^a para fazer isso.

Termino este meu pronunciamento, Sr. Presidente, dizendo da minha mais absoluta certeza de que vamos continuar essas apurações e de que tudo isso, ao final, vai levar a Nação a reconhecer que, se o Parlamento se viu atingido, maculado,...

(Interrupção do som.)

O SR. GARIBALDI ALVES FILHO (PMDB – RN) – ...é esse próprio Parlamento que vai dar uma lição de patriotismo; é esse próprio Parlamento que vai, separando o joio do trigo, dar uma lição de honestidade, de hombridade, apurando tudo o que se apresentou para ser apurado.

Muito obrigado.

Durante o discurso do Sr. Garibaldi Alves Filho, o Sr. Alvaro Dias, Suplente de Secretário, deixa a cadeira da presidência, que é ocupada pelo Sr. Antonio Carlos Caladaires.

O SR. PRESIDENTE (Antonio Carlos Valadares. Bloco/PSB – SE) – Concedo a palavra ao nobre Senador Edison Lobão, próximo orador inscrito. (Pausa.)

O SR. EDISON LOBÃO (PFL – MA) – Declino da palavra, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Antonio Carlos Valadares. Bloco/PSB – SE) – Concedo a palavra ao próximo orador inscrito, Senador Sérgio Guerra, por permuta com o ora Presidente, Senador Antonio Carlos Valadares.

O SR. SÉRGIO GUERRA (PSDB – PE. Pronuncia o seguinte discurso. Sem revisão do orador.) – Sr. Presidente, Sr^{as} e Srs. Senadores, estamos – acredito – no momento central da chamada crise política e ética dos últimos meses. Do ponto de vista do Congresso, uma hora decisiva. No primeiro momento, o confronto, a exibição para todo o Brasil de uma cena deprimente na qual pretensos homens públicos cuidavam de se apresentar não para esclarecer, mas para criar elementos para a sua defesa jurídica.

A defesa política é a mais elementar de todas: eu não sei; eu não autorizei; eu não tenho responsabilidade. Todas as palavras, todos os depoimentos têm essa estranha convergência do silêncio e da omissão, num cenário em que para qualquer brasileiro atento não sobra alternativa senão a de acreditar que todos são culpados. Culpados que não conseguem assumir politicamente a defesa da sua culpa e que não têm a qualidade de homens públicos para se apresentar de forma correta ao seu País, até para assumir responsabilidades e crimes. Nada disso aconteceu.

Há uma coerência estranha do Sr. Marcos Valério com o Sr. Delúbio Soares, do Ministro José Dirceu, de todos eles. Há algumas contradições, como era impossível que não se dessem, que não se verificassem, mas, no geral, o mesmo discurso, o mesmo conteúdo e quase sempre a mesma forma.

O Presidente da República atuou e atua neste cenário, até agora, da mesma maneira. Suas palavras são adjetivamente poderosas. Substantivamente, não significam nada. Em nenhum momento, assumiu responsabilidades, como se toda esta crise no seu partido e no seu governo não tivesse nada a ver com ele, como se, no mínimo, não devesse deixar de reconhecer que lhe faltou autoridade, competência e capacidade para controlar o País e para influenciar o seu Partido. Em nenhum momento, permitiu um vazamento sequer na sua palavra, nem sempre tão conseqüente, em relação ao Ministro José Dirceu. Uma prudência excessiva e

absolutamente perceptível a quem olha os fatos com tranquilidade, sem radicalização e com isenção.

Os traidores do Presidente, ele não pode nem vai dizer quem são. Não precisaria dizer os nomes, bastaria configurar as situações. Não ficaria bem ao Presidente da República denominar aqueles que o traíram, mas configurar a cena na qual ficasse patente a quem ele de fato responsabilizava. Não fez isso. Fez um discurso vago, desses que não convencem ninguém, nem a ele próprio, que não foi capaz de encarar os brasileiros. Olhava para cima ou para baixo, mas não de uma maneira fixa para tantos daqueles brasileiros que esperavam do seu Presidente uma palavra de responsabilidade e de liderança para confirmar a esperança dos que votaram acreditando nele.

Essa cena não tem finalização. O discurso do Governo e dos seus aliados é absolutamente precário. Fala-se numa conspiração das elites; fala-se nos que querem tomar o mandato do Presidente. Estou na Comissão Parlamentar de Inquérito dos Correios e até hoje não identifiquei nenhum esforço à procura de dados que configurassem uma estratégia para tomar o poder e o mandato do Presidente Lula. Não me parece ser essa a preocupação de nenhum setor da Oposição. Mas é seguramente o discurso daqueles que por não terem o que dizer para se defender levantam argumentos inconsistentes na expectativa demagógica de mobilizar setores na defesa do que não deve nem pode ser defendido.

Não falo do mandato do Presidente, mas, sim, da autoridade dele, que crescentemente ele está perdendo.

A palavra do Ministro da Fazenda nesta semana não confirma a autoridade do Presidente; ao contrário, confirma a falta de autoridade do Presidente; confirma a autoridade do Ministro da Fazenda. Não se trata de um bandido. Não falou como falaram aos brasileiros os bandidos que o antecederam. Falou como homem público.

Não estou identificando aqui responsabilidades, que devem ser apuradas na investigação. Estou afirmando que o Ministro Palocci falou como homem público do Brasil, capaz de falar e de ser ouvido, que merece atenção e respeito dos brasileiros.

Nada disso se fez antes. Ninguém fez assim. Na cena do poder político do PT e do Governo, nenhuma palavra nessa direção. Nenhuma palavra que tivesse algo parecido com essa conduta de ontem ou de anteontem.

Quero deixar muito claro que também o Ministro da Fazenda não está protegido pela economia. A idéia de que a economia não permite a investigação das autoridades é falsa. Em países desenvolvidos,

economicamente densos, autoridades da área econômica foram demitidas por razão de corrupção, e as economias prevaleceram, perduram, não foram afetadas de forma contundente por esses aspectos. Não é por aí. Temos que nos vincular aos fatos como eles são e trabalhá-los com isenção.

Ouçõ a palavra do Senador José Agripino.

O Sr. José Agripino (PFL – RN) – Senador Sérgio Guerra, eu queria cumprimentar a lucidez do pronunciamento de V. Ex^a, como sempre muito competente, pragmático e objetivo, e fazer somente uma observação. O Ministro Palocci se apresentou, com propriedade e tempestivamente, no domingo, prestando um serviço ao mercado, que amanheceu o dia tranqüilo – o dólar caiu e a Bolsa não explodiu. Foi bom para o mercado que ele tivesse chamado a entrevista para o domingo. Porém, V. Ex^a deve se lembrar que as primeiras palavras dele foram comunicar à Nação que o Presidente da República, com quem ele havia falado por telefone há pouco, autorizava-o a dizer que ele ficaria no cargo e o estimulava a conceder a entrevista coletiva. Fiquei, naquele momento, imaginando o ex-Ministro José Dirceu, que, até há muito pouco tempo, era tão ou mais importante do que o Ministro Palocci e não teve estímulo para coisa alguma! Quando transferiu o cargo, nem o Presidente da República estava presente no ato de transmissão. Mais do que isso: o Presidente da República disse a Palocci que fosse, que estimulava, que ele ficava; e, depois que o Ministro foi, prestou as informações e ganhou o primeiro *round* de uma luta de no mínimo doze *rounds* – vem muita luta pela frente, suponho –, o Presidente pegou carona no sucesso efêmero do Ministro, arvorando-se do êxito e da postura de S. Ex^a como se pudesse falar em nome de uma atitude que ele próprio não tomou. Considero curiosíssima – tenho de ser franco – a desfaçatez do Presidente da República. Estou vendo aqui na telinha da UOL a seguinte declaração: “Palocci mostrou segurança de um inocente, diz Lula”. E ele? E ele, Lula, que não deu entrevista alguma e que só aparece para platéias encomendadas, em discursos montados?! Que jogo é esse? Daqui a pouco, Senador Sérgio Guerra, terei a oportunidade de manifestar a minha opinião sobre esse e outros fatos. Cumprimento V. Ex^a pelo discurso que profere e faço esse modesto adendo sobre a desfaçatez desse jogo todo, como se, pelo fato de o Ministro Palocci ter-se saído bem, no primeiro *round*, o Governo como um todo está inocentado. E vem o Presidente da República dizer que Palocci mostrou segurança de um inocente. Então, o Governo é todo inocente, está tudo penitenciado, não há mais investigação a ser feita, está tudo resolvido, a crise está *ok*? Negativo. Vamos em frente passar este País a limpo!

O SR. SÉRGIO GUERRA (PSDB – PE) – Agradeço ao Senador José Agripino por sua palavra, com a qual concordo. Evidentemente, quem demonstrou autoridade não foi o Governo, nem o Presidente, mas o Ministro da Fazenda. Este cumpriu a responsabilidade de um homem de Estado. Não quero, nem de longe, admitir que o Ministro tenha esclarecido os fatos. Não os esclareceu. Ele foi bastante claro sobre a questão das contribuições mensais: disse que não as autorizou e que não sabia; não disse que não existiam. O Ministro foi prudente em todas as suas palavras, e não há o que reclamar delas. Foi uma defesa séria, segura. E essa era a expectativa do País em relação a S. Ex^a. Contrasta, de maneira total – como ressaltou o Senador José Agripino –, com a falta de argumento e com o silêncio dos outros, ou com a palavra de alguns, o que é uma condenação.

No caso do Presidente da República, cuja autoridade teria que ser necessariamente mais ampla, o contraste é ainda mais brutal, até porque quem foi eleito foi o Presidente, e as esperanças do povo estavam depositadas nele. Ele é o comandante do seu Governo e o comandante do seu Partido. Não falou sobre o seu Partido nem falou sobre o seu Governo; não fez um exame sequer dos assuntos relacionados nesta ampla discussão brasileira que compromete, de maneira fortíssima, o conceito das instituições e dos políticos no Brasil.

O Presidente Lula, se tivesse afirmado no primeiro momento, como afirmou o Ministro Antonio Palocci, os seus argumentos, estaria cumprindo o seu papel de líder e de Presidente. Não fez nada disso, nem ontem nem agora, e parece que não o fará durante muito tempo.

Porém, ouvimos a palavra do Ministro, uma etapa nessa longa discussão, que não começou ainda. E afirmo que não começou ainda porque todos estamos rigorosamente até agora trabalhando sobre os fatos que nos foram sugeridos pelo Deputado Roberto Jefferson. Por maior que fosse a sua compreensão do aparelho público e o seu conhecimento do funcionamento desses canais de corrupção, evidentemente esse conhecimento é limitado.

Essa questão da administração dos resíduos sólidos, por exemplo, nas prefeituras brasileiras, especialmente nas administradas pelo PT, é um capítulo tenebroso. É preciso deitarmos um pouco os olhos sobre os governos do PT nesse capítulo referente aos resíduos sólidos, como em outro, qual seja, o da administração do sistema de transporte. São dois sistemas absolutamente contaminados por um certo “petismo”, que não resiste a meia hora de luz.

Entretanto, vamos começar a trabalhar agora de forma consistente. Não se abriu ainda a caixa-preta do Governo; não se quebrou ainda o sigilo do Sr. Duda Mendonça. Ninguém foi atrás da conta dele, ainda.

Além disso, os fundos de pensão continuam preservados. O Presidente Delcídio disse, na semana passada, fazendo até referência a minha participação, que concordava que fossem examinados os fundos de pensão que operaram com os bancos “mineiros”. Mas nem a isso até agora se deu consistência.

O ex-Ministro José Dirceu, estranhamente, não passou por nenhuma CPMI. Em vez de estar aqui esclarecendo fatos, está combatendo as facções contrárias a ele no seu Partido.

O seu Partido, por outro lado, até hoje não puniu o Sr. Delúbio Soares. Por que tanto cuidado? Outros saíram do Partido sem razão política relevante e sem razão ética alguma. Haverá um brasileiro que não concorde que o Sr. Delúbio Soares é parte relevante desse processo de corrupção? Nenhum. E ele continua no PT. No PT da austeridade e de tantas esperanças jogadas pela janela, neste momento em que a característica central do PT e do Governo é a falta de autoridade e de respeito à palavra empenhada e à tradição de lutas, que foi quebrada sem que ninguém levantasse suficientemente a voz, dentro do PT ou na Base do Governo, para denunciar isso.

Dizer que essa conspiração é da Oposição é uma versão totalmente falsa. Todos os desequilíbrios que estão aí, todas as denúncias apresentadas estão no ambiente do Governo ou do Partido dos Trabalhadores ou de seus aliados ou do próprio Governo. Até hoje, não sabemos rigorosamente para onde caminharam processos de corrupção. Sabemos que o Sr. Silvio recebeu um jipe Land Rover de presente, mas não investigamos o contrato de alguns milhões de dólares que, depois, a empresa que lhe deu esse jipe assinou com a Petrobras.

Estamos lotados de caixas-pretas. Estou vendo, no meu Estado, recursos fluírem; transferências de recursos públicos para entidades privadas, como o foram para a UNE. Estão sendo transferidos, às toneladas, recursos públicos para uso eleitoral, político, no mínimo. Eu já disse – e tenho absoluta convicção disso – que esse limite que separa ajuda política, eleitoral, do patrimônio é um limite invisível. Se o dinheiro não é legal, ninguém sabe a forma que ele vai tomar; se ele não é fiscalizado, não há como garantir o seu destino.

Recursos públicos do Orçamento da União estão sendo transferidos, às toneladas, para instituições privadas nem sempre austeras. Não falo das instituições que merecem esses recursos, como o Incor e outras tantas; falo de instituições desconhecidas que estão

recebendo dotação do Governo Federal em grande quantidade. A pretexto de democratização de recursos públicos, está-se, na verdade, criando um sistema fora da investigação pública dos Tribunais de Contas, que não presta conta a ninguém e para o qual vazam milhões e milhões de reais. Os mesmos milhões de reais são negados às obras públicas brasileiras.

Ouvi o Senador Heráclito Fortes falar sobre obras públicas, aquelas do Fundo Monetário Internacional. Senador, na nossa região, na minha e na sua região, a BR-101, que deveria ser prioridade do Governo no seu primeiro ano de mandato, por promessa do Presidente, não teve sequer a sua concorrência julgada. A concorrência está sob suspeita. Há muito tempo, não há obra nem decisão.

Este é o Governo que está aí. Não adianta querer tapar o sol com a peneira. Por que tantos adjetivos, tantos discursos precários? Falar das elites? As elites no Brasil só têm um consenso real, na minha opinião: o Ministro Palocci. O Ministro Palocci é o centro, o núcleo do consenso das elites brasileiras. O mesmo consenso que a esquerda acusou no Brasil e denunciou durante tantos anos está hoje representado na figura pública do Ministro Palocci. Não estou entrando no julgamento da qualidade desse consenso, da sua consistência ou da sua validade, mas é um grande consenso o Ministro Palocci. É o consenso das elites – no plural –, não necessariamente dos trabalhadores que estão com seus salários diminuídos; ou dos aposentados que perderam direitos; ou dos desempregados, que continuam muitos, milhões e milhões; ou do Nordeste, que não recebe dinheiro federal; ou das centenas e centenas de comunidades do interior, que têm pequenas obras paralisadas. Trata-se do consenso de uma poderosa elite e do mercado.

O Sr. Heráclito Fortes (PFL – PI) – Permita-me V. Ex^a um aparte?

O SR. SÉRGIO GUERRA (PSDB – PE) – Esse consenso, o Ministro Palocci o tem. Ainda bem que o tem, porque, fora desse consenso, este Governo não tem nada. Quem segura este Governo é o consenso que o Ministro Palocci construiu no Ministério da Fazenda. Fora disso não há base social nem política para a sua sustentação.

O Sr. Heráclito Fortes (PFL – PI) – Permita-me V. Ex^a um aparte?

O SR. SÉRGIO GUERRA (PSDB – PE) – Logo a seguir, Senador.

A base social lhe falta, porque os trabalhadores e a classe média, que sempre o apoiaram, não o apóiam mais. A base política é essa que ele armou aí, com mensalão e outros processos de cooptação de legendas de aluguel de partidos, que incharam por meio de

processos corruptos de transferência de Parlamentares. Essa é a base política do Presidente, que não funciona e não podia funcionar, nem funcionará jamais, porque lhe faltam coerência e conteúdo.

Concedo o aparte ao Senador Heráclito Fortes.

O Sr. Heráclito Fortes (PFL – PI) – Senador Sérgio Guerra, V. Ex^a faz um pronunciamento mostrando as vísceras do poder. A enxurrada de fatos graves chega a um volume tão grande que termina fazendo com que esqueçamos alguns fatos. V. Ex^a se lembra de que, quando estourou o caso Waldomiro, o Governo trabalhava com uma rapidez impressionante, nas duas Casas do Congresso, um projeto de legalização de jogos?

(O Sr. Presidente faz soar a campanha.)

O Sr. Heráclito Fortes (PFL – PI) – Sabe-se já, pelas denúncias nesse sentido, que era uma das grandes vertentes abastecedoras de recursos para as campanhas e caixa dois do atual Governo. Quero lembrar a V. Ex^a que a imprensa, nesse final de semana, começou a abrir a “caixa preta” do uso do cartão corporativo. Bastava aquele cartão corporativo para derrubar qualquer Governo sério. O cartão corporativo usado pelo PT e inaugurado da maneira como foi é uma vergonha. Espero que a imprensa traga mais detalhes sobre esse assunto. Senador Sérgio Guerra, estávamos presentes, há três ou quatro meses, na Comissão de Assuntos Econômicos, quando ouvimos falar, pela primeira vez, no cartão de crédito e na soma...

(Interrupção do som.)

O Sr. Heráclito Fortes (PFL – PI) – A nossa grande frustração – minha e de V. Ex^a – é que, até agora, a Oposição não criou crise alguma para o Governo. O Governo cria todas. Depois de criada, o atual Governo quer dividir a crise com o Governo passado, com o Governo futuro, mas não quer assumir que é a causa e a consequência disso tudo. Parabéns a V. Ex^a.

O SR. SÉRGIO GUERRA (PSDB – PE) – Agradeço o aparte ao Senador Heráclito Fortes e concordo com S. Ex^a. Efetivamente, essa lembrança da questão da legalização do jogo é absolutamente consistente. Quando se deu o episódio Waldomiro, havia nesta Casa uma legislação proposta pelo Planalto para restabelecer, para normatizar determinado sistema de jogos no Brasil.

O Sr. Heráclito Fortes (PFL – PI) – No Estado do Piauí, havia um circo todo armado. Deram uma recolhida, mas parece que agora avançaram novamente. Vou confirmar esse fato e voltarei a falar sobre o assunto.

O SR. SÉRGIO GUERRA (PSDB – PE) – Quero concluir meu pronunciamento, lembrando palavras

que o Presidente tem dito reiteradas vezes: “desde o primeiro momento, enfrentamos essas denúncias com toda a decisão”. Ora, quem de nós não sabe que, num primeiro momento, o Presidente, o Governo e seus aliados evitaram as instalações das comissões parlamentares de inquérito?

(O Sr. Presidente faz soar a campanha.)

O SR. SÉRGIO GUERRA (PSDB – PE) – Quem não sabe do seu esforço para evitar que elas se estabelecessem? É novidade isso? Alguém desconhece isso? Um Presidente não pode e não deve ir à televisão, aos meios de comunicação para afirmar inverdades como essa.

O Brasil espera dele a palavra que não deu, a palavra do brasileiro que os brasileiros elegeram Presidente da República para mudar o País – e não para configurar, confirmar, expandir, massificar situações inaceitáveis para um país democrático e da dimensão do Brasil.

Vamos agora fazer nas CPMLs a investigação concreta da origem dos recursos, porque só cuidamos até este momento do seu destino. A origem continua secreta, e sobre ela estão sentadas as forças do Governo, que não desejam, de forma alguma, que isso seja feito na sua perfeita dimensão.

Agradeço a compreensão, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Antonio Carlos Valadares. Bloco/PSB – SE) – Concedo a palavra ao nobre Líder do PFL, Senador José Agripino, pelo prazo de 20 minutos.

O próximo orador inscrito é o Senador Paulo Paim.

O SR. JOSÉ AGRIPINO (PFL – RN. Pronuncia o seguinte discurso. Sem revisão do orador.) – Sr. Presidente, Sr^{as} e Srs. Senadores, sexta-feira passada, viajei de manhã para o meu Estado a fim de cumprir um compromisso que havia assumido com a Federação do Comércio do Rio Grande do Norte. O objetivo era fazer uma palestra sobre a crise e suas circunstâncias, levar a minha palavra, a minha opinião e o meu aconselhamento sobre fazer ou não investimentos, como enfrentar a crise, enfim, repartir com os meus conterrâneos empresários que empregam os conhecimentos que a relação no Congresso me proporciona.

Peguei o avião às 10 da manhã. Não havia grandes novidades. Desembarquei em Natal a uma hora da tarde. Já pelo telefone me informavam, do Ministério Público do Estado de São Paulo, uma instituição autônoma, que não é subordinada a nenhum governo, a nenhum Poder Executivo, das notícias do Ministério Público que envolviam o Ministro Palocci, por denún-

cias do Sr. Rogério Buratti, seu secretário quando S. Ex^a o Sr. Ministro desempenhava o mandato de Prefeito de Ribeirão Preto.

Davam-me notícia de que o Ministério Público anunciava um mensalão de R\$50 mil extraído de prestadoras de serviço, de coletadoras de lixo, da empresa Leão Leão, e de que, em consequência disso e de outras denúncias que estavam sendo divulgadas, a Bolsa já havia caído 4%, o dólar já tinha subido e a economia entrava em estado de inquietação.

Fui direto para a palestra, falei durante duas horas, duas horas e meia para os meus conterrâneos, saí da palestra, me inteirei dos fatos e recebi telefonemas de autoridades da República que me davam conta de uma nota esclarecedora do Ministro Palocci, nota que, por si só, produziu algum efeito, causando uma leve baixa na cotação do dólar e uma espécie de paralisação na inquietação da Bolsa. No dia seguinte, viajei para o interior do meu Estado para cumprir a agenda que já havia montado há muito tempo. Fui à região do Mato Grande, Senador Tião Viana, para ter o prazer de conviver com o Brasil real, o Brasil que me interessa: a minha terra, os seus problemas, conviver com o meu conterrâneo onde ele mora, conversar com os prefeitos, com os ex-prefeitos, com os vereadores, com o cidadão comum. E fui a vários Municípios como Poço Branco. A título de informação, Senador Mão Santa – V. Ex^a que gosta tanto de falar no seu Piauí e que está ao lado do Senador Garibaldi Alves –, a barragem de Poço Branco está vertendo toda a água que recebe das chuvas, porque as comportas estão emperradas. Da água dessa barragem, vivem 400 famílias que estão inquietíssimas, porque, sem água, não há peixe, não há camarão nem água para irrigar. Recolhi a informação com a queixa sobre a prestação de serviço, educação e saúde sobre que me pediram para exercer interlocução a quem de direito para tentar melhorar a situação. Daí prossegui para Pedra Grande, onde ouvi os meus conterrâneos e recebi as reivindicações. Fui a Parazinho, que é um Município, Senador Tião Viana, pequenino do meu Estado, onde uma fronteira econômica nova está-se desenvolvendo: a cultura de pimenta, a fruticultura e a agricultura de sorgo voltada para ração na avicultura. Tudo em decorrência de poços que, quando fui governador, tive a oportunidade de perfurar, equipar e eletrificar. E, a partir daí, o então Prefeito Anchieta mostrou ao Rio Grande do Norte que as terras, que eram da melhor qualidade, com a água de 100 metros de profundidade, poderiam produzir aquilo que já começa a acontecer quase que por geração espontânea porque não há qualquer tipo de apoio oficial.

Eu fui lá para conversar com os conterrâneos, para tomar contato com o Brasil real, saindo um pouco da crise de Brasília até chegar ao encontro final no Município de João Câmara, onde reunimos a região inteira para conversar também sobre problemas, sobre o pólo de resina de PVC que queremos viabilizar usando o gás de Guamaré, ali bem pertinho de João Câmara, com o sal de Macau, ali bem pertinho de Guamaré, com a energia da Termosul, ali bem pertinho de Macau para, nesse triângulo de oportunidades, viabilizar a produção de soda cáustica e cloro, de vapor de eletricidade, de eteno e de etano e, juntando o eteno com o cloro, produzir resina de PVC para fazer concorrência, Senador Antonio Carlos Magalhães, ao Pólo Petroquímico de Camaçari.

Eu vou lutar para chegar perto do que V. Ex^a conseguiu. Digo muito do seu exemplo. A Bahia tem duas histórias: uma, antes do Pólo de Camaçari, a outra, depois. O crédito do Pólo Petroquímico de Camaçari é 100% da autoria do Sr. Antonio Carlos Peixoto Magalhães. Pois eu vou perseguir o mesmo objetivo para competir. Não é nem para competir, é para somar produção porque o Pólo de Camaçari, dentro de pouco tempo, não será suficiente à demanda nacional.

Temos uma oportunidade econômica única. Temos o eteno e a perspectiva do cloro próximos, 50 quilômetros um do outro. Juntando-se os dois, V. Ex^a sabe – porque é médico, mas é estudioso – que se produz resina de PVC, que, a partir daí, é uma fábrica atrás da outra de produto de plástico.

Pois em João Câmara encerrei a minha peregrinação interiorana, cumprindo uma coisa prazerosa para mim, que é levantar as reivindicações, manter o contato pessoal com a população do interior do meu Estado. Cheguei de noite em Natal, para, depois de uma série de encontros durante a manhã, retornar a Brasília e conviver novamente com a crise.

Antes de viajar, antes de tomar o avião, às duas da tarde, tive a oportunidade de, ao meio-dia, assistir em casa ao pronunciamento inicial do Ministro Antonio Palocci, assistir ao começo das perguntas e respostas entre os jornalistas e Sua Excelência o Ministro.

Eu gostaria, inicialmente, de emitir uma opinião: acho que Sua Excelência o Ministro fez muito bem em convocar a coletiva para o domingo, porque, com isso, ele se antecipou à inquietação inevitável do mercado, que amanheceria a segunda-feira em sobressalto, colocaria uma lente de aumento no que havia acontecido na sexta-feira à tarde quando a bolsa caiu e o dólar subiu. S. Ex^a convocou a imprensa e, domingo pela manhã, ao meio-dia, submeteu-se a perguntas e respostas depois de fazer um pequeno discurso.

Os jornais de hoje, segunda-feira, trazem alento ao Ministro.

Tenho uma posição pessoal e sobre isso queria falar. Penso que o Ministro conseguiu apenas atalhar a catástrofe. Presidente, havia uma catástrofe em curso. A crise do Governo, para todo canto que se olha, estava se alastrando e, com o elemento complicador da denúncia do Ministro Palocci, atingiria o seu limite máximo. O que o Ministro conseguiu com o seu pronunciamento, com a sua entrevista, muito bem colocada por sinal – cumprimento-o pela segurança dos conceitos emitidos –, foi apenas atalhar a catástrofe, foi apenas barrar a crise que ia de forma avassaladora.

Sobre este assunto Buratti/Palocci/Ribeirão Preto ouço falar há muito tempo. Em março/abril de 2004, portanto um ano e meio atrás, abordando a CPI dos Bingos, do Sr. Waldomiro, tenho discursos que recuperei agora, estão nos Anais do Congresso, já falava sobre o esquema GTech, Caixa Econômica Federal, Rogério Buratti e Antonio Palocci. Àquela época já se falava sobre a ingerência do Sr. Rogério Buratti, ex-Secretário do Ministro Palocci na Prefeitura de Ribeirão Preto, que foi demitido, mas depois contratado como Diretor da empresa Leão&Leão, que prestava serviços de coleta de lixo para a Prefeitura de Ribeirão Preto, nunca perdeu a amizade – supõe-se – com o Ministro Palocci e com as pessoas mais próximas do Ministro Palocci.

Em 2004, em março e em abril, eu já falava sobre notícias que me chegavam. Eu não conheço o Sr. Buratti; com Ribeirão Preto, com as pessoas de Ribeirão Preto não tenho nenhuma intimidade, mas me chegavam as informações. Suponho, Senador Paulo Paim, que aquela história de “onde há fumaça, há fogo” sempre deve ser observada.

O fato agora é que o Ministro Antonio Palocci vai à entrevista e rechaça de plano todas as acusações feitas pelo Sr. Rogério Buratti. O que quero apreciar? Eu não tenho nenhuma razão para fazer qualquer tipo de prejulgamento ou pré-condenação. Nenhuma. Eu não tenho nenhuma razão para dizer que o Sr. Palocci é amigo do Sr. Buratti ou não é. Eu não tenho nenhuma razão para entender que Buratti está com a razão e o Ministro Palocci não está com a razão ou vice-versa. Mas eu tenho a obrigação de me render às evidências. O Sr. Buratti prestou informações ao Ministério Público ou ele foi acompanhado pelo Ministério Público; foi chamado a depor no Ministério Público; teve a sua prisão decretada pelo Ministério Público; as denúncias que vieram ao conhecimento público, na sexta e no sábado, tiveram como origem informações do Sr. Buratti, mas prestadas ao Ministério Público, que é uma entidade que merece todo o respeito, toda a credibilidade. O Mi-

nistério Público não cometeria, em hipótese alguma, a irresponsabilidade de passar informações que pudessem ser contestadas. Por isso, creio que estamos em uma novela de vários capítulos.

O Ministro Palocci, com habilidade e competência, transmitiu segurança na primeira entrevista, mas não encerrou o assunto. Este assunto não está, na minha opinião, encerrado. Nem de longe. Até porque o Ministério Público e o Sr. Buratti ainda têm informações a prestar. O Sr. Buratti virá quarta-feira à CPI dos Bingos. De S. S^a serão cobradas as informações que prestou ao Ministério Público. Ainda há muitos informes que anunciou e irá prestar, no sentido de esclarecer toda a novela Ribeirão Preto, Antônio Palocci, Rogério Buratti.

Agora, com essas considerações, Sr. Presidente, Srs. Senadores, quero manifestar minha preocupação maior. No entanto, antes de externá-la, quero conceder um aparte ao Senador Antonio Carlos Magalhães.

O Sr. Antonio Carlos Magalhães (PFL – BA) – Enquanto V. Ex^a salienta o caso dos promotores, fico na dúvida se realmente houve erro do promotor – e provavelmente houve – diante de encerrar-se o depoimento e se levarem informações ao público. Entretanto, não é novidade. Aqui em Brasília, os procuradores federais, como Luiz Francisco, Edson Abdul e outros da mesma laia cansaram de dar informações, gravações, fazer coisas inacreditáveis sem que lhes tivesse acontecido nada até hoje além do aplauso que o PT lhes dava. Portanto, no caso, o Sr. Palocci pode ter até razão, mas falta autoridade a S. Ex^a e ao seu Partido para reclamar contra os promotores de São Paulo.

O SR. JOSÉ AGRIPINO (PFL – RN) – Senador Antonio Carlos Magalhães, eu não me aterei na consideração que V. Ex^a faz com muita propriedade; quero me ater ao conjunto de evidências que é o que deve estar preocupando o Ministério Público.

O Ministério Público de São Paulo tem informações que nem eu, nem V. Ex^a temos sobre Santo André, sobre Araraquara, sobre Ribeirão Preto, sobre uma série de evidências perigosas que precisam ser esclarecidas e sobre as quais vou falar.

Ouçó V. Ex^a novamente.

O Sr. Antonio Carlos Magalhães (PFL – BA) – V. Ex^a tem absoluta razão no que diz até porque o Procurador-Geral, em entrevista hoje ao **Estado de S. Paulo**, disse que tem elementos comprobatórios de vários Municípios, inclusive Ribeirão Preto.

O SR. JOSÉ AGRIPINO (PFL – RN) – O que é que se comenta? Comenta-se. O que é que se comenta? E vou me referir a entrevistas de petistas fundadores do PT, históricos, com reputação ilibada e que falam coisas de que o Brasil precisa tomar conhecimento. O

que se fala é que o mensalão que hoje se apura tem como origem fabriquinhas que começaram lá atrás quando o Sr. Delúbio Soares foi designado para o FAT em nome da CUT, e começou a produzir dividendos financeiros para que um pedaço do PT dominasse o outro pedaço e, a partir daí, ganhassem Prefeituras que então se transformaram em fabriquinhas. Fabriquinhas de quê? É o que ouço falar, Senador Antonio Carlos Magalhães. Fabriquinhas de propinas tiradas de serviço de limpeza pública, de transportes coletivos e de alhures. As Prefeituras faziam essa coleta, angariavam um dízimo gordo e passavam para a direção nacional do PT. E a direção nacional do PT usava esse dinheiro não sei para quê. Isso é o que se diz. Em 2004, falei sobre esse assunto porque, na criação da CPI dos Bingos, o Sr. Waldomiro Diniz era parte dessa trama. É preciso que isso se esclareça. O assunto mensalão tem origem – supõe-se – lá atrás.

Senador Antonio Carlos Magalhães, não vou ler entrevistas, mas trechos de entrevistas de petistas absolutamente históricos, ideológicos, de credibilidade ilibada e revoltados! Parece que V. Ex^a deseja mais um comentário. Cedo com o maior prazer.

O SR. Antonio Carlos Magalhães (PFL – BA)

– É um ligeiro comentário para, mais uma vez, felicitar V. Ex^a pelo seu discurso e ratificar o que V. Ex^a diz. É verdade. Todas as Prefeituras do Brasil ou quase todas do PT têm a marca de determinadas empresas de lixo, ônibus e jogos como bingos. Estou afirmando isso. Se quiserem provas, vamos botar a Polícia Federal em 24 horas para mostrar que é verdade.

O SR. JOSÉ AGRIPINO (PFL – RN) – Senador

Antonio Carlos Magalhães, as investigações da CPI dos Bingos, da CPI do mensalão e da dos Correios vão facilitar conclusões.

Agora, há evidências para as quais eu gostaria de chamar a atenção desta Casa. Eu não sei, Senador Heráclito Fortes, se V. Ex^a já ouviu falar num cidadão chamado César Benjamin. César Benjamin é um fundador do PT. Ele concedeu uma entrevista à TV Bandeirantes no dia 31 de julho, no programa Canal Livre, e concedeu uma entrevista de página inteira ao jornal **O Estado de S. Paulo**, edição do dia 19 de agosto de 2005. A entrevista, com a fotografia de S. S^a ocupando, quem sabe, 25% da página, tem como manchete:

César Queiroz Benjamin, economista. Ex-petista acusa Delúbio de usar FAT para financiar PT nos anos noventa. César Benjamim diz que ex-tesoureiro usou dinheiro oficial para ajudar corrente de Lula e Dirceu a dominar máquina partidária.

O que ele diz, Srs. Senadores, na entrevista, é que, em 1990, o Sr. Delúbio Soares foi designado pela

CUT (Central Única dos Trabalhadores)... Ele diz o seguinte – lerei rapidamente, Sr. Presidente.

Pergunta o entrevistador da TV Bandeirantes: “Mas o senhor não acabou de contar como foi o seu processo de desilusão”. César Benjamim responde: “Isso que está aparecendo agora é o desdobramento de uma série de práticas que começaram na gestão do FAT (Fundo de Amparo ao Trabalhador) no fim dos anos noventa, quando o Sr. Delúbio Soares foi nomeado representante da CUT na gestão do FAT. Até onde eu sei, começaram ali práticas de financiamento muito heterodoxas. Isso se desdobra na campanha de 94”. Pergunta-se: “Na época, lançou-se mão do FAT”? Ele responde: “Sim, começa um tipo de prática que vai dar a esse grupo uma arma nova na luta interna da esquerda”. Uma nova pergunta: “Na época, quem tinha conhecimento disso”? Resposta: “O grupo mais íntimo de Lula. O Lula nunca foi um quadro orgânico. Ele sempre teve seus esquemas pessoais na vida interna do PT que culminou na formação do Instituto da Cidadania anos depois”. E encerra: “Quando você está numa disputa interna e introduz uma arma nova, você tem grande vantagem. Essa arma foi o poder do dinheiro”.

Ele está declarando textualmente que o PT, de 90 para cá, desvirtuou-se e passou a obter o comando de uma ala sobre a outra com o uso do dinheiro. Quem está dizendo isso é o Sr. César Benjamin, fundador do PT, Coordenador da campanha de Lula em 89, que, por vergonha, deixou os quadros do Partido dos Trabalhadores. Isso é uma denúncia, um fato da maior gravidade, que fala sobre o assunto que estamos discutindo, que é Santo André, Araraquara, Ribeirão Preto, lixo e transporte coletivo, onde entra o Sr. Antonio Palocci, que espero não seja atingido pelas investigações.

O Sr. Heráclito Fortes (PFL – PI) – V. Ex^a me permite um aparte?

O SR. JOSÉ AGRIPINO (PFL – RN) – Com o maior prazer, Senador Heráclito Fortes.

Espero sinceramente que não seja atingido. Agora, se as evidências do Ministério Público chegarem a ele, que cheguem. Nós não podemos fazer o que diz o ex-vice-Prefeito de São Paulo Hélio Bicudo à revista **Veja** sobre o Lula: “Lula esconde a sujeira debaixo do tapete”. É outra entrevista acachapante sobre o comportamento de Lula e do PT no comando de um partido político.

Ouçó o Senador Heráclito Fortes.

O Sr Heráclito Fortes (PFL – PI) – Senador José Agripino, uma técnica usada por setores do PT durante toda a vida do Partido foi tentar desqualificar os fatos – os fatos, as fontes e as pessoas – e dar sempre uma versão que predominava, fosse verdade

ou não. Tentou-se repetir de maneira constante essa mesma tática quando assumiu o Governo. Foi assim no caso Waldomiro Diniz; foi assim quando começou a enxurrada de denúncias contra o Partido. Até determinado momento, passavam para a opinião pública a imagem de que eram exclusivistas da boa-fé, da moralidade e, acima de tudo, do bem-gerir da coisa pública. Há um fato intrigante: é o ódio que setores do PT, Sr. Presidente, sentem por uma empresa chamada Kroll, que, aliás, foi trazida pelo PT para fazer investigação aqui no Congresso – o Senador Paulo Paim se lembra bem desse episódio – relativa ao Orçamento, por uma sugestão de que, salvo engano, participou o Senador Eduardo Suplicy, homem atento a esses fatos. Pois bem, hoje a Kroll é inimiga nº 1, declarada, do PT, que a acusa de escutas telefônicas. Chamaram-me a atenção para um fato, e sobre ele eu pesquisei na Internet. Não existe nenhum contrato da Kroll no mundo inteiro e nenhuma denúncia contra ela – denunciada em vários países, porque contraria interesses – envolvendo escuta telefônica. O que a Kroll faz com muito sucesso – fez isso no Brasil por sugestão do PT – é rastrear contas bancárias de pessoas que abrem essas contas em paraísos fiscais. Daí por que no Brasil não se quer ouvir falar na contratação da Kroll para rastrear contas. A Kroll passou a ser maldita. Evidentemente, pode-se contratar outra empresa, mas quem já tem arquivo do que aconteceu no passado recente neste País é a Kroll. Por que não se contrata essa empresa para examinar as contas existentes no exterior, aproveitando a riqueza do seu acervo de apurações recentes feitas em solo brasileiro? Não querem. A Kroll hoje caiu em desgraça. Setores do Palácio que persistem, comandados pelo Sr. Luiz Gushiken, acusando essa empresa sem apresentar nenhuma prova contra ela. Mas se não quiserem a Kroll, seria de bom alvitre, e em boa hora, contratar uma empresa especializada em rastrear conta no exterior, porque nós chegaríamos à Ilha da Madeira – eu pensei que lá somente se sabia fazer vinhos, mas também é paraíso fiscal – e por aí afora. Basta esperar para ver, Sr. Líder. O PT tem esta tática: quando o assunto não interessa, desqualifica a fonte, as pessoas e os fatos. Quem viver verá esse episódio.

O SR. JOSÉ AGRIPINO (PFL – RN) – Obrigado, Senador Heráclito Fortes.

Sr. Presidente, agradeço a V. Ex^a a tolerância. Já vou encerrar o discurso.

Sr. Presidente, Sr^s e Srs. Senadores, a minha preocupação com esse *affair* que envolve a figura do competente Ministro Antonio Palocci é com o todo, em que o Ministro está sendo inserido neste momento.

(Interrupção do som.)

O SR. JOSÉ AGRIPINO (PFL – RN) – O todo é produto de declarações que não podem ser desconhecidas, como a de Hélio Bicudo, o qual diz claramente, quando indagado, que Lula sabia de tudo. Ele era o grande comandante. Está na revista **Veja**.

O Sr. César Benjamin, fundador do PT, diz algo muito mais grave: o PT, de 1990 para cá, saindo de seu viés ideológico, especializou-se em evoluir para a conquista do Poder com o uso do dinheiro, dinheiro para uma banda do PT submeter-se à outra banda; dinheiro para o PT ganhar prefeituras; dinheiro para o PT ganhar governos estaduais; dinheiro para o PT ganhar a nação, dinheiro para o PT se perpetuar no Poder. É isso que está nas entrevistas! É isso que o Ministério Público de São Paulo está investigando e precisa investigar.

(Interrupção do som.)

O SR. JOSÉ AGRIPINO (PFL – RN) – Sr. Presidente, o Ministro Antonio Palocci, que espero, de coração, consiga sair-se bem desse episódio, venceu o primeiro *round* e amanheceu bem na segunda-feira. Mas, depois de segunda, vem a quarta-feira, dia de Rogério Buratti, depois vêm os dias do Ministério Público e vêm aí muitas acusações. E o Ministro precisa preparar-se para apresentar respostas convincentes, porque não está em jogo o *affair* Buratti/Palocci; está em jogo algo muito mais amplo: a origem, o caminho percorrido até se chegar ao mensalão de hoje, que nós não vamos, como Hélio Bicudo disse, jogar debaixo do tapete. A sujeira vai ser passada a limpo.

Era o que tinha a dizer, Sr. Presidente.

Durante o discurso do Sr. José Agripino, o Sr. Antonio Carlos Valadares, deixa a cadeira da presidência, que é ocupada sucessivamente pelos Srs. Tião Viana, 1º Vice-Presidente e Mão Santa.

O SR. PRESIDENTE (Mão Santa. PMDB – PI) – Concedo a palavra ao nobre Senador Paulo Paim, pelo PT, do Estado do Rio Grande do Sul.

Tem V. Ex^a 20 minutos para fazer uso da palavra, Senador.

O SR. PAULO PAIM (Bloco/PT – RS. Pronuncia o seguinte discurso. Sem revisão do orador.) – Sr. Presidente, Sr^s e Srs. Senadores, tenho em mão dois pronunciamentos: um sobre educação e outro sobre dois encontros em que estive para discutir o Estatuto da Igualdade Racial. Mas não posso, Sr. Presidente, em uma preliminar, deixar de registrar que assisti à entrevista do Ministro Antonio Palocci no domingo.

O Ministro Antonio Palocci, seguro, tranqüilo, com muita firmeza, deixou claro que não há nada que pro-

ve qualquer envolvimento dele nos fatos denunciados na sexta-feira.

Gostaria de elogiar o Ministro Antonio Palocci pela precisão com que respondeu às perguntas e pelas respostas imediatas. Em pleno domingo, quando muitos não esperavam, em uma entrevista coletiva a toda a Imprensa brasileira, o Ministro respondeu responsavelmente a todos os questionamentos. No mesmo dia ainda, Parlamentares da Situação e da Oposição, assim como dirigentes da sociedade organizada, todos, elogiaram a posição assumida pelo Ministro Palocci.

O SR. EDISON LOBÃO (PFL – MA) – Senador Paulo Paim, permite-me V. Ex^a um aparte?

O SR. PAULO PAIM (Bloco/PT – RS) – Senador Edison Lobão, vou conceder um aparte a V. Ex^a. Peça mais um minuto para completar meu raciocínio.

Sr. Presidente, confesso que fico incomodado no plenário, quando vejo que alguns – felizmente, uma minoria – generalizam, como se todas as Prefeituras do PT tivessem problemas de corrupção; como se todos o Parlamentares do PT tivessem problemas de corrupção, dando a impressão de que o PT, no seu conjunto, é corrupto. E isso não é verdade, Sr. Presidente. Todos sabem o respeito e o carinho que tenho por todos os Parlamentares, os da Situação e os da Oposição. Isso não é verdade! Se 0,001% de Parlamentares ou mesmo de dirigentes do PT cometeram um erro, um equívoco, ou deslizaram, ou até foram desonestos – vejam bem o que estou dizendo –, esses terão de responder e serão punidos, com certeza absoluta, pelo Congresso, pela Polícia Federal ou pelo Ministério Público. Mas não é possível 800 mil petistas, que vão votar no dia 17, terem que responder por esse fato. Não é possível outros milhões de simpatizantes terem que responder por esse fato. Os que erraram serão punidos. Aqueles que mantiveram a sua trajetória sempre no campo da ética, correspondendo à expectativa da população, não podem ser acusados. Se alguém acusa vai ter que provar, seja quem for. E existe todo o direito de responder com a maior indignação, quando injustamente alguém é acusado.

Por isso, Sr. Presidente, eu quero dizer desse meu desconforto, dessa minha incomodação. Às vezes, um jornalista ou outro me pergunta por que estou tão quieto. Claro que estou chateado, magoado, doído, sofrido porque alguns erraram, mas não podem achar que o PT, no seu conjunto, vai ter que assumir essa responsabilidade. Os que erraram vão ter que assumir e, com certeza, serão punidos. Agora, os outros 99,9% dos petistas que estão também abismados, perplexos com o erro de alguns não podem ser jogados, como eu diria, na vala comum.

É só quase um desabafo, Senador Edison Lobão, porque entendo que, em todos os partidos, tem gente boa e tem alguns que erram. É assim na sociedade, é assim eu dizia algum tempo atrás no sindicato dos trabalhadores. Ou acham que todo o dirigente sindical agora é bonzinho, certinho, que nunca cometeu erro? Da mesma forma, há gente boa e há os que erram entre os dirigentes dos empresários, em todo o corte da sociedade, e no Congresso, que é o corte mais horizontal da sociedade de que poderíamos falar.

Por isso, espero que, quando a CPI terminar, possamos olhar o passado do Brasil e verificar que todos serão melhores depois deste momento. Faça esse desabafo com muito respeito a todos, entendendo que os que erraram, independentemente do partido, terão que responder.

Concedo o aparte ao Senador Edison Lobão.

O Sr. Edison Lobão (PFL – MA) – Senador Paulo Paim, eu integro um Partido político que é de Oposição. Como opositor e como brasileiro, acompanho os acontecimentos políticos deste País neste momento, com extrema preocupação. Eu não desejo o pior para o meu País, como sei que este Plenário também não, mas os fatos são de extrema gravidade. No que diz respeito ao Ministro Palocci, eu quero dizer, como opositor, a V. Ex^a que tenho a melhor das impressões do Ministro Palocci e estou pessoalmente convencido da inocência dele. E lhe digo mais: torci para o êxito dele na entrevista que concedeu à Imprensa ontem, primeiro por se tratar de um ser humano de grande simpatia e que transmite firmeza no exercício da sua função pública. Ele não dirige o Ministério da Fazenda para o PT, nem para o Presidente Lula, nem para V. Ex^a, nem para mim, e, sim, para o Brasil, para os brasileiros. Nós não podemos desejar que a economia brasileira desande por conta de informações irresponsáveis de alguém que deseja aparecer às custas de um homem importante na vida pública, como é o Ministro Palocci. Definitivamente, nós, brasileiros, precisamos parar de prestigiar o delinqüente, em prejuízo das pessoas corretas. Não se pode dar crédito, desde logo, a um homem que está na prisão, ainda que eventualmente ele possa ter alguma informação procedente a oferecer; desde logo, não se pode dar crédito a ele em prejuízo de um homem de bem que está no cumprimento de sua função. Acompanhei com interesse a entrevista do Ministro Palocci, e uma das coisas que mais me impressionou, entre tudo o que ele disse ontem, foi sua frase expressa deste modo: “Eu não desconhecia o que aconteceu; simplesmente afirmo que aquilo não aconteceu.” Ou seja, ele foi objetivo, afirmativo, seguro na sua posição. Quero cumprimentar o Ministro Palocci por intermédio de V. Ex^a, que é companheiro dele

de Partido, e dizer que confio nele. Estou seguro de que a presença dele no Ministério da Fazenda neste momento é útil para o Brasil, e que ele prossiga com a sua firmeza de posição, porque, com isso, ele está servindo ao nosso País. Muito obrigado a V. Ex^a.

O SR. LEONEL PAVAN (PSDB – SC) – Permite-me um aparte, Senador?

O SR. PAULO PAIM (Bloco/PT – RS) – Agradeço, Senador Edison Lobão, por suas palavras, que vêm ao encontro da forma com que aqui analisei também as palavras do Ministro Palocci. E falo com tranqüilidade, porque nunca questioneei a política econômica do Ministro Palocci, e ele sabe disso. Estive uma vez com ele e lhe disse: você não encontrará em mim um adversário da sua política econômica, e claro que vou torcer e pressionar sempre para que esse resultado positivo seja investido mais no social. Disse a ele, e por isso tenho essa tranqüilidade.

Senador Leonel Pavan, já vou passar a palavra a V. Ex^a, mas me permita uma frase antes. Por que essa minha fala e esse meu cuidado? Eu vi a manifestação aqui na frente: “Fora todos”. E vou dizer outra frase que vi numa revista – e não estou questionando a revista. O título era: “A Dama e os Vagabundos”. Só que não dizia o nome dos vagabundos. Referia-se aos Parlamentares. Então, quando começa a generalizar, é claro que nos preocupa. O título na revista, repito, é “A Dama e os Vagabundos”. Bom, quero saber quem são os vagabundos.

Concedo um aparte ao Senador Leonel Pavan.

O Sr. Leonel Pavan (PSDB – SC) – Senador Paulo Paim, primeiramente, quero solidarizar-me com V. Ex^a. Tenho certeza absoluta de que nenhum dos Senadores, quando aqui se refere à sigla do PT, inclui ou pensa em incluir o nome de Paulo Paim como um dos que não cumpriu ou que não cumpre as leis. V. Ex^a já demonstrou, quando estava na Oposição e agora no Governo, que trata a coisa pública com muita seriedade, com muita competência e, às vezes, com muita emoção, em defesa da classe mais sofrida, da grande maioria do povo brasileiro. E poderíamos aqui enumerar inúmeros projetos e pronunciamentos de V. Ex^a que envolvem a sociedade pobre deste País.

A Sr^a Ana Júlia Carepa (Bloco/PT – PA) – Senador Paulo Paim, concede-me depois V. Ex^a um aparte?

O Sr. Leonel Pavan (PSDB – SC) – Senador Paim, é difícil, às vezes, falar sobre a corrupção sem citar a sigla do PT, porque o PT plantou no passado

como se fosse a única legenda que cumpria eticamente todos os princípios legais deste País. Todos não prestavam. Falavam dos vizinhos. Há poucos dias, ouvimos o ex-Ministro José Dirceu dizer o seguinte: “O PT não rouba e não deixa roubar.” Então, o fato de defender a legenda dessa forma – e não são sérios todos os integrantes da legenda – faz com que a reação da Oposição e de algumas pessoas seja da mesma forma. A classe política, Senador Paulo Paim, está pagando um preço muito alto em razão de uma minoria – poucos Parlamentares – estar envolvida em corrupção. Se enumerarmos a quantidade de Senadores e de Deputados Federais, verificaremos que os envolvidos são um número bem pequeno – não citaremos os nomes das pessoas. No entanto, todos pagamos. A classe política está pagando muito caro por isso. Já usei a tribuna aqui. Já foram presos empresários por sonegarem impostos e por fazerem lavagem de dinheiro. No entanto, não se pode punir toda a classe empresarial. Já foram presos policiais federais, mas não pode ser punida toda a Polícia Federal – ou os policiais militares e funcionários públicos. Isso nós entendemos. Só que o PT paga um preço muito alto, porque vendeu a ética e a moralidade – e tinha que ser assim –, como se esse Partido fosse o único que jamais trairia a população brasileira nem cometeria um ato ilícito ou deixaria de cumprir as leis brasileiras. Todavia, infelizmente, aconteceu no Governo do PT. A grande maioria dos envolvidos, lamentavelmente, é filiada ao PT. Mas tenho certeza de que é uma minoria, uma minoria mesmo, porque conheço muitos prefeitos do PT – e é a grande maioria – que merecem a nossa confiança. E quanto aos Senadores do PT, nós sabemos de suas qualidades e do bom trato deles com a coisa pública. Então, quero me solidarizar com V. Ex^a. Infelizmente, o PT paga um preço porque vendeu, no passado, o que não era.

O SR. PAULO PAIM (Bloco/PT – RS) – Muito obrigado, Senador Pavan. Eu até dizia para o Senador Tião Viana que eu viria à tribuna...

A Sr^a Ana Júlia Carepa (Bloco/PT – PA) – V. Ex^a depois me concede um aparte, Senador Paim?

O SR. PAULO PAIM (Bloco/PT – RS) – ...e iria listar inúmeras prefeituras do Rio Grande do Sul, como a Prefeitura de Porto Alegre, a Prefeitura de Gravataí, a Prefeitura de Cachoeirinha, a Prefeitura de Viamão, a Prefeitura de Pelotas, onde perdemos – perdemos lá –, a Prefeitura de Santa Maria, e poderia citar inúmeras prefeituras.

Foi esse o objetivo desta minha fala, e fiquei muito contente com seu aparte, Senador Pavan, porque mesmo no passado, e quero repetir, eu sempre disse: se alguém pensa que ter carteirinha do PT é atestado de boa conduta, está enganado. Eu não estou dizendo isso hoje, eu disse isso muito tempo atrás.

E confesso que tive algumas polêmicas – e vou passar em seguida –, porque alguns tentavam dizer para mim que o sindicalismo começou a partir do momento em que criamos a CUT. E eu fui fundador da CUT, eu fui Secretário-Geral da CUT. Um outro equívoco. Teve muita gente que não foi cutista e que morreu em nome da liberdade e da autonomia sindical. Então tive alguns debates no passado por causa disso.

Não tem sentido achar que o movimento sindical começou quando nós fundamos a CUT. E eu fui Secretário-Geral e, depois, Vice-Presidente da CUT nacional; não da estadual, mas da nacional. Mas olhar para trás e não reconhecer a história de milhares e milhares de pessoas que chegaram àquele momento...

Então, estou falando pela minha coerência. Eu fui sempre muito claro no meu ponto de vista em relação a partidos políticos, movimento sindical e essa tal questão de ser dono da ética. Por isso faço essa consideração rápida.

A Sr^a Ana Júlia Carepa (Bloco/PT – PA) – Senador Paulo Paim, V. Ex^a me concede um aparte?

O SR. PAULO PAIM (Bloco/PT – RS) – Senadora Ana Júlia, passo a palavra a V. Ex^a, agradecendo ao Senador Pavan a gentileza do seu aparte.

A Sr^a Ana Júlia Carepa (Bloco/PT – PA) – Obrigada, Senador Paim! Parabens-o por essa referência, porque, sem dúvida alguma, há tantas prefeituras cujas políticas públicas hoje são copiadas, independentemente de partido político – e V. Ex^a até citou várias administrações no Rio Grande do Sul. Então querer generalizar os militantes, prefeitos, prefeitas, dirigentes e parlamentares do PT é um mal que realmente atenta contra a democracia do nosso País. E, às vezes, parece que alguns têm a memória muito curta, Senador. Eu tenho a tranquilidade que V. Ex^a tem no sentido de que sempre acreditei, e sempre disse isto, que há gente ruim em todo canto, em todo lugar, inclusive no Partido dos Trabalhadores. Também penso que nós do PT não somos os donos da ética, nem nunca fomos. Se alguns, em algum momento, até num momento de arrogância, mostraram isso, creio que foi incorreto, mas também não vamos, não podemos permitir que um Partido que tem história neste País, uma história que contribuiu

com a democracia, seja jogado na lama dessa forma, de maneira generalizada. Tenho medo de que, daqui a pouco, Senador Paim, o crime organizado se organize mais ainda e comece a fazer acusações a figuras do Governo, a figuras no Ministério da Justiça. Temo que, por causa da atuação firme da Polícia Federal no combate ao crime organizado e à corrupção, comece a haver acusações para se beneficiar da delação premiada. Quer dizer, de repente, bandido vira herói neste País. Então, nós temos que ter preocupação. Eu vi, ainda agora, na Carta Capital, a entrevista do Sr. Maurício Marinho. Estes detalhes as pessoas esquecem. Ele diz, em relação às licitações, que dividiram o Brasil em dois e completa assim: – Uma empresa que venceu não era a fabricante dos cofres, mas ela subcontratou e era proibido. Os Correios compraram os cofres agora em 2005 com o preço menor que em 2002”. Ou seja, o contrato superfaturado, Senador Paim, foi em 2002. Não digo que não exista agora, mas é preciso passar a limpo o País como um todo. Não posso, como uma dona de casa, limpar só a sala e deixar o resto, inclusive aquela sujeira mais antiga. Temos que ter cuidado e racionalidade para exigir punição exemplar para todos de todos os Partidos.

O SR. PAULO PAIM (Bloco/PT – RS) – Senador José Agripino, ouço com satisfação o aparte de V. Ex^a.

O SR. JOSÉ AGRIPINO (PFL – RN) – Senador Paulo Paim, até para não ser mal interpretado porque tenho o maior apreço por V. Ex^a – e V. Ex^a sabe que é sincero – V. Ex^a é um homem limpo. É na minha opinião um homem limpo. Nesse vendaval todo, nunca ninguém tocou no nome de V. Ex^a. V. Ex^a é um homem com origem sindical, defende causas muito claramente definidas, uma pessoa vinculadíssima e comprometidíssima com causas absolutamente defensáveis. V. Ex^a acho que está na banda boa do PT. E eu não quero, por hipótese alguma – e até respondo à Senadora Ana Júlia – generalizar comprometimento de prefeituras do Partido dos Trabalhadores. O que falei como suspeita, como contribuição às investigações, são fatos que são registrados – e eu tenho direito de fazer ilações – por próceres de V. Ex^a respeitáveis, como o Sr. César Benjamim, como o Hélio Bicudo, e são ruídos que há muito tempo eu ouço e que V. Ex^a, como a Senadora Ana Júlia, pessoas limpas que são, têm o interesse de ver esclarecidos, até para que V. Ex^a, que pertence à banda boa do PT, possa se orgulhar da estrelinha que costumava ou costuma usar no

peito. De modo que não quero generalizar. Quero, sim, apontar caminhos para a investigação e dizer que os fatos estão apenas em processo de encaminhamento. Nada, nem para um lado e nem para o outro, está ainda definido e, não estando, impõe-se investigação e esclarecimento.

O SR. PAULO PAIM (Bloco/PT – RS) – Senador José Agripino, entendi exatamente o V. Ex^a está dizendo. E que ninguém tenha dúvida de que vamos investigar tudo, doa a quem doer. Quem tiver culpa vai ter que responder. Quem for denunciado e explicar que não tem nada a ver com a denúncia, vamos ter que processar quem denunciou. Esse é um princípio mínimo do Direito. Por isso que, em nenhum momento eu me referi à fala de V. Ex^a ...

(Interrupção do som.)

O SR. PAULO PAIM (Bloco/PT – RS) – ...que fique bem claro isso. Eu apenas dizia que eu estava incomodado porque alguns me perguntam: – por que tu não tá falando, Paim?

Porque estou muito chateado, incomodado, a gente se sente mal. Essa história da revista é porque efetivamente meu filho perguntou: – Pai, o que é isso aqui, a dama e os vagabundos, e não diz quem é quem?

Então, vai chegando a um ponto em que a gente não tem como não falar da indignação, da generalização que às vezes passa. E, quanto a isso, eu não me referi naturalmente à fala do Senador Agripino.

O Sr. Sibá Machado (Bloco/PT – AC) – Senador, V. Ex^a me permite um aparte?

O SR. PAULO PAIM (Bloco/PT – RS) – Com satisfação, Senador Sibá Machado.

O Sr. Sibá Machado (Bloco/PT – AC) – Eu gostaria de abordar um dos pontos levantados em seu aparte, precisamente no que concerne à confiança nas receitas da economia lideradas pelo Ministro Palocci. A reivindicação de V. Ex^a é bem colocada, no sentido de que parte do sucesso desta economia se distribua para o conjunto da sociedade.

(Interrupção do som.)

O Sr. Sibá Machado (Bloco/PT – AC) – Obrigado, Sr. Presidente. Concluindo o meu aparte, lembro apenas um artigo que acabo de ler, segundo o qual o mundo inteiro passará inevitavelmente por uma turbulência violenta na economia, nas finanças. E os países que não tiverem consolidadas as suas receitas internas certamente sofrerão muito. E o Brasil é apontado como tendo possibilidade de sobrevivência tranqüila a essa turbulência. Portanto, penso que V. Ex^a nos traz o

desafio de, crescendo a tranqüilidade das finanças do Brasil, cresça também a felicidade nos lares de todos os brasileiros. Analisando essa situação que assola a todos nós, principalmente a família petista, e todas essas acusações, devo dizer que o nosso Partido, o PT, é muito maior do que tudo isso. Tenho absoluta certeza de que, haja o que houver, a investigação apresentará – e já apresenta, é fato consumado – desvio de caixa 2, desvio de conduta, desvio de algumas pessoas. Quanto a isso, não há mais dúvidas. Vamos com certeza nos livrar desses problemas. Mas o PT é muito maior do que isso. Com certeza, V. Ex^a e todos nós estaremos com todo o orgulho bradando bem alto a bandeira do nosso Partido e lustrando a nossa estrela. E parabéns pelo pronunciamento desta tarde.

O SR. PAULO PAIM (Bloco/PT – RS) – Muito obrigado, Senador Sibá.

Sr. Presidente, para concluir, eu queria que V. Ex^a considerasse como se eu tivesse lido na íntegra o manifesto que a mim foi entregue ontem por aqueles que estão promovendo a marcha Zumbi+10 como lógica no dia 16, porque há um outro setor que tem a lógica no dia 22, onde estão pedindo a investigação severa de todos os fatos, doa a quem doer, e a devida responsabilidade a cada um daqueles que cometeram qualquer tipo de delito, independente da questão partidária.

Sr. Presidente, peço que considere também na íntegra um outro documento.

Nesse último minuto, vou concluir. Fica o compromisso: nesse último minuto, vou concluir.

(Interrupção do som.)

O SR. PRESIDENTE (Mão Santa. PMDB – PI) – V. Ex^a tem já vinte, eu já dei três, mas, em homenagem aos lanceiros negros, ao Rio Grande do Sul e a V. Ex^a...

O SR. PAULO PAIM (Bloco/PT – RS) – Esse documento é do encontro que tive na Assembléia Legislativa para discutir o Estatuto da Igualdade Racial, com a presença do cantor Netinho, militante do Movimento Negro; depois estive em São Paulo com os procuradores, com a presença do Sr. Edi Silva Júnior e o querido Frei Davi, discutindo também o Estatuto da Igualdade Racial. E amanhã, Sr. Presidente, como primeiro inscrito, vou aprofundar esse debate.

Era o que eu tinha a dizer, Sr. Presidente. Muito obrigado.

DOCUMENTO A QUE SE REFERE O SR. PAULO PAIM EM SEU PRONUNCIAMENTO

(Inserido nos termos do art. 210, inciso I e § 2º, do Regimento Interno.)



16/NOV/2005

NOTA PÚBLICA

Nós, organizações negras, reunidas em Brasília nos dias 13 e 14 de agosto de 2005, em preparação à **Marcha Zumbi +10**, expressamos nosso posicionamento frente à grave crise vivida pelo país.

Estamos diante de uma profunda crise do Estado brasileiro e do Governo, que tem origem em diferentes fatores e, principalmente, nos esforços de manutenção das estruturas que configuram a sociedade brasileira como uma das mais desiguais do mundo.

As práticas ilícitas que têm vindo à tona denotam irresponsabilidade e descompromisso das autoridades para com a nação como um todo e, fundamentalmente, para com a parcela que demanda políticas econômicas e sociais de reversão da pobreza, da violência e da injustiça resultantes do racismo e do sexismo.

O histórico de vida política da população negra no Brasil nos ensina que este é o segmento da sociedade brasileira com a mais antiga e sólida trajetória de luta pela construção da liberdade e da igualdade. Nesse sentido, a exclusão da população negra do acesso às políticas públicas e ao modelo democrático não têm significado passividade e ausência de críticas às práticas que produzem esse quadro de exclusão.

Assim, ao longo de cinco séculos, a população negra tem produzido inúmeras estratégias coletivas de sobrevivência e de construção de uma nação inclusiva, em contraposição ao histórico descaso à sua humanidade, dignidade e conhecimento.

Diante do exposto, exigimos rigorosa apuração dos atos de corrupção e a punição dos responsáveis, em todas as esferas da representação política do Estado brasileiro.

Queremos uma reforma política que altere em profundidade o atual sistema de representação e permita a incorporação de novos sujeitos políticos, garantindo a participação da população negra e inibindo práticas políticas moralmente inaceitáveis.

Exigimos a instalação de um processo de recriação do Estado brasileiro, com base na ética, nos valores democráticos e nos princípios inegociáveis do anti-racismo.

Reafirmamos, neste momento, a importância da mobilização e da participação na sociedade nos processos e espaços de definição dos rumos do país. A **Marcha Zumbi +10**, que se realizará em Brasília em **16 de novembro de 2005**, se coloca neste contexto como uma iniciativa de exclusividade da sociedade civil, protagonizada pelo Movimento Negro, que recoloca os fundamentos para a construção de uma sociedade justa, democrática e igualitária.



NÓS APOIAMOS:

GECNI - Grupo de Estudos e
Consciência Negra de Ituiutaba/MG

Associação Ori Odara
Uberlândia/MG

Articulação Negra de Pernambuco/PE

Instituto Kuanza - São Paulo-SP

Campanha Reaja/BA

Sociedade Maranhense de Direitos
Humanos/MA

Ceert - Centro de Estudos das
Relações de Trabalho e
Desigualdades/SP

Fundação Municipal Zumbi dos
Palmares de Ituiutaba/MG

Conselho de Participação e
Desenvolvimento da Comunidade
Negra do Estado de São Paulo/SP

Centro Cultural Orunmilá
Ribeirão Preto/SP

Centro de Referência
Negra Lélia Gonzáles/GO

EnegreSer - Coletivo Negro no DF e
Entorno/DF

Comunidade Visual Ilê/GO

Fala Negra - Paracatu/MG

Geledés - Instituto da Mulher Negra/SP

Grupo Tez - Trabalho e Estudos
Zumbi/MS

ÌROHÌN - Comunicação a serviço dos
afro-brasileiros/DF

Instituto 21 de Março - Consciência
Negra e Direitos Humanos/PR

CRIOLA/RJ

CANBENAS - Coletivo de Alunos Negros
Beatriz Nascimento/GO

ACMUN - Associação Cultural de
Mulheres Negras/RS

Centro de Cultura Negra do
Maranhão/MA

Centro Afro-Cultural Coisa de Negro/PI

ABPN - Associação Brasileira de
Pesquisadores Negros

A SRª IDELI SALVATTI (Bloco/PT – SC) – Peço a palavra pela ordem, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Mão Santa. PMDB – PI) – Tem a palavra, pela ordem, a Senadora Ideli Salvatti.

A SRª IDELI SALVATTI (Bloco/PT – SC. Pela ordem.) – Sr. Presidente, solicito minha inscrição e a fala pela Liderança do Governo na ausência do Líder Aloizio Mercadante.

O SR. PRESIDENTE (Mão Santa. PMDB – PI) – De acordo com o art. 66 do Regimento Interno:

Art. 66. É da competência dos líderes das representações partidárias, além de outras atribuições regimentais, indicar os representantes das respectivas agremiações nas comissões.

Parágrafo único. Ausente ou impedido o líder, as suas atribuições serão exercidas pelo vice-líder.

V. Exª é beneficiada pelo Regimento Interno.

Concedo-lhe a palavra, pela Liderança, por vinte minutos.

A SRª IDELI SALVATTI (Bloco/PT – SC. Pela Liderança do Governo. Sem revisão da oradora.) – Sr. Presidente, Srªs e Srs. Senadores, sexta-feira foi um dia em que vivenciamos uma preocupação com o mercado. No meu caso, tive preocupação com os mercados. Além do episódio da divulgação, no meio do depoimento do Sr. Buratti, por um Procurador da República, de parte do seu teor – o que acabou trazendo turbulências em termos de dólar, de risco Brasil e da bolsa –, em Florianópolis vivenciamos uma situação lamentável que mexeu com a auto-estima de nossa cidade, de nossa população. Um dos principais monumentos de nossa querida Florianópolis, um monumento histórico, o Mercado Público, sofreu um brutal incêndio e teve praticamente metade de suas instalações absolutamente destruídas, ficando praticamente as paredes externas; tudo foi destruído. A comoção na nossa cidade foi muito grande, tendo em vista que aquele edifício é uma referência, é onde a população se encontra para compras, para o lazer, para as atividades culturais. É uma referência que deixou muitas pessoas – e as imagens mostraram isso – chorando copiosamente ao ver aquele edifício tão amado, tão querido de toda a população de Florianópolis e toda a Santa Catarina sofrer aquele desastre.

Algo que para nós era meio anunciado, porque efetivamente o processo de fiscalização, de manutenção não foi feito de forma adequada e o incêndio não teria tido as dimensões, as proporções que teve se não tivéssemos o absurdo, por exemplo, de ter numa das lojas do mercado público um depósito de fogos de artifício.

Estamos todos agora empenhados em restabelecer, em recuperar o nosso mercado. Sei que lá em

Belém, Senadora Ana Júlia, ocorreu algo assemelhado ao que aconteceu em Florianópolis, sei que lá também o mercado é uma grande referência para a população da capital do Pará, como foi, por exemplo, o episódio em Salvador e em outras cidades.

Então, nós estamos agora muito envolvidos e preocupados em buscar recursos junto aos Ministérios do Turismo e da Cultura para que rapidamente possamos restaurar, recompor aquele magnífico monumento que congrega a população de Florianópolis.

Eu gostaria de ouvir a Senadora Ana Júlia antes de entrar no outro mercado.

A Srª Ana Júlia Carepa (Bloco/PT – PA) – Se V. Exª permitir, depois também vou fazer um aparte quanto ao outro mercado, mas queria apenas parabenizar V. Exª e fazer o registro: sou arquiteta, além de bancária do Banco do Brasil e sei da importância dos nossos patrimônios, principalmente do patrimônio arquitetônico do País. Belém é uma cidade que tem um enorme exemplo, inclusive tem o maior acervo de arquitetura eclética do País. Não é o caso do mercado, que não é arquitetura eclética, mas o famoso Mercado Ver-o-Peso foi recuperado. Foram recuperados tanto a feira quanto o mercado de carnes, o mercado de peixes. Aliás, o mercado de carnes ainda está iniciando, higienizado. Isso foi feito nos anos da Prefeitura do Partido dos Trabalhadores e com o apoio, no final, nos últimos dois anos, do Ministério da Cultura, agora na gestão do Governo Lula. Quero dizer a V. Exª que é uma grande chance, porque o Governo Federal tem dado apoio à recuperação de monumentos históricos, porque um país que não conserva a sua história, com certeza, não tem memória. Então, é fundamental.

A SRª IDELI SALVATTI (Bloco/PT – SC) – Agradeço, Senadora Ana Júlia Carepa. Parece-me que o Senador Paulo Paim também gostaria de apartear. (Pausa.) Posteriormente. Não só pela recuperação do patrimônio histórico-cultural, mas o Mercado Público de Florianópolis tem uma importância econômica para nós, porque, apenas na parte que foi destruída, temos aproximadamente 350 empregos diretos e, neste momento, são famílias, em torno de 1.500 pessoas, que ficaram ao relento, sem a sua oportunidade de trabalho e renda. Então, para nós também é muito importante que possamos dar esse atendimento, além da recuperação histórica, patrimonial, cultural, também o aspecto social dos empregos envolvidos.

Além dessa preocupação local com o aquecimento e a destruição de parcela considerável do Mercado Público de Florianópolis, assustou-nos a todos, preocupou-nos sobremaneira o ocorrido na sexta-feira pela forma, pelo procedimento, pela maneira como ocorreu, ou seja, com muita irresponsabilidade.

Aliás, a semana passada foi a semana dos limites da irresponsabilidade, desde termos sido pautados por um doleiro condenado – e a Senadora Ana Júlia Carepa lembrou muito bem – por operações desenvolvidas por este Governo. A Operação Anaconda, a Operação Farol da Colina, que levou dezenas de doleiros à prisão, inclusive o Sr. Toninho da Barcelona, que já uma figura antiga, citada em várias CPIs (CPI do Narcotráfico, CPI dos Precatórios), inúmeras situações onde as investigações efetivamente não chegaram a termo, não chegaram a cabo e ele não foi para a cadeia. Acabou indo para a cadeia agora, no Governo do Presidente Lula, pelas operações, muito bem desencadeadas pelo Ministro Márcio Thomaz Bastos, no comando e na orientação da Polícia Federal.

Tivemos desde o episódio de termos sido pautados por um doleiro condenado na lógica da delação... Naquele episódio também tivemos, lamentavelmente, a irresponsabilidade de, num depoimento reservado, ter sido gravado o depoimento, e a gravação ter ido parar num dos veículos de maior audiência do País, o **Jornal Nacional**.

Na semana passada, tivemos também o episódio, sexta-feira, do depoimento do Buratti, que foi suspenso, interrompido, para que o Promotor desse a entrevista e anunciasse, bombasticamente, de forma ostensiva, já não mais a gravação, mas o vídeo do depoimento divulgado também nos órgãos de comunicação.

Se levarmos em consideração que a reportagem sobre a denúncia, a confissão do Valdemar Costa Neto, era em boa parte nada mais nada menos do que uma reportagem requeitada, que já tinha sido feita pela **Carta Capital** em 2002, então nós tivemos exatamente, ao longo da semana passada, a exacerbação do denunciamento, ao estarmos pautados por situações absurdas de grande irresponsabilidade.

Penso que o Ministro Palocci foi muito pronto, diante de toda a turbulência que houve, não só na nota da sexta-feira, quando rechaçou com veemência as acusações, mas na forma tranqüila, serena e transparente pela qual, durante mais de duas horas, ele tratou de todos os assuntos, todas as questões, todas as perguntas, mais uma vez rechaçando as denúncias e chamando a atenção para procedimentos absolutamente incompatíveis de revistas, em primeiro lugar, especificamente aquele episódio dos *e-mails* em que a revista **Veja** foi contestada, confrontada. Exigiu-se que apresentasse, e ela modificou. Primeiro o *e-mail* era do assessor do Ministro, depois já não era mais. Não apresentou de quem era, mas, mesmo tendo sido confrontada, mesmo tendo sido isso esclarecido pela assessoria do Ministro, ainda veiculou como se tivesse

havido interferência do Sr. Buratti no agendamento do Ministro da Fazenda.

Ouçõ o Senador Paulo Paim com muito prazer.

O Sr Paulo Paim (Bloco/PT – RS) – Senadora Ideli Savatti, quero cumprimentar V. Ex^a por falar aqui no Plenário sobre este assunto, porque hoje à tarde alguns Senadores, legitimamente, estranhavam que não houvesse alguém do Partido dos Trabalhadores para colocar a sua posição em relação ao Ministro Palocci. Dava a impressão de que nós não tínhamos confiança. Eu vejo a firmeza de V. Ex^a, de todos os que me apartearam aqui, o Senador Sibá Machado, a Senadora Ana Júlia Carepa e tantos outros, e mesmo na minha fala. Nesse domingo, eu fiquei em Brasília e vim ao Senado da República, pois tinha uma reunião com a comunidade negra para discutir a marcha Zumbi Mais Dez. Mas o compromisso era às 15 horas e 30 minutos e fiquei assistindo por duas horas e meia a entrevista do Ministro – firme, claro, tranqüilo, convicto. Sempre digo que não conseguimos defender aquilo de que não estamos convencidos. É preciso primeiro que se esteja convencido de algo que se pensa em defender, e eu percebi isso no Ministro. Ele se defendia com uma firmeza e uma transparência que não tinha nada a ver com aquela lambança levantada. E isso ele conseguiu passar para o conjunto da população brasileira. Cumprimento V. Ex^a e digo que o Ministro Palocci foi tão feliz, que quem ganhou com isso não foi a Situação ou a Oposição, mas o povo brasileiro, pela estabilidade da economia. Todos nós sabemos que se a economia vai bem – como eu dizia – há condição para que façamos a nossa pressão natural a fim de que tenhamos mais investimento no social. Isso é natural! E o Ministro, com a sua responsabilidade, tem dito que fará esse investimento dentro do possível. Então, cumprimento V. Ex^a. O Presidente Lula e o Parlamento ganharam. O Ministro, sem sombra de dúvida, foi muito feliz, e isso é bom. Ao responder de imediato no domingo, uma vez que o fato aconteceu na sexta-feira, inclusive com uma nota, que V. Ex^a lembra muito bem, o Ministro mostrou que está com muita clareza da conjuntura e deu uma bela resposta à crise política pela qual, queiramos ou não, o País passa. Parabéns a V. Ex^a.

A SR^a IDELI SALVATTI (Bloco/PT – SC) – Eu agradeço ao Senador Paulo Paim.

Além de o Ministro ter a tranqüilidade, a transparência e a firmeza para rechaçar de pronto as denúncias, S. Ex^a tratou cada uma delas detalhadamente, desmontando a lógica que tinha sido apresentada pela revista, mesmo tendo sido contestado. Ele apresentou todo o procedimento para que a revista não publicasse a versão, porque não condizia com os fatos. Ele inclusive demonstrou, por intermédio da troca de *e-mails*,

que a versão veiculada pela revista não tinha base na verdade, no efetivamente ocorrido. Também de forma muito elegante S. Ex^a tratou do comportamento do Ministério Público.

Quem assistiu à coletiva do Ministério Público com o Procurador suando em bicas, ou seja, debulhando-se em suor, pôde perceber, de forma muito clara, como determinados comportamentos de alguns membros do Ministério Público não estão condizentes com a responsabilidade desse importante órgão, fundamental para a democracia brasileira, inclusive para o controle e a fiscalização dos atos tanto do Executivo, como do Judiciário e do Legislativo.

Portanto, o Ministério Público não pode ter nos seus quadros pessoas que tenham comportamento com esse grau de irresponsabilidade, pois depois acabou ficando patente, até pelo visual do Procurador, que suava em bicas, que estava realmente muito difícil – diria até impossível – explicar como sendo correto e legítimo suspender um depoimento no meio para dar a versão, sem ter nenhuma base de comprovação do que alguém estava falando, num processo que inclusive nem de delação premiada ainda é, Senadora Ana Júlia Carepa, porque a delação premiada quem dá não é o Ministério Público, mas a Justiça. Então, ele estava prestando um depoimento que não era sequer o da delação premiada e, portanto, era inadmissível que o Procurador tivesse tido aquele tipo de comportamento.

O Sr. Sibá Machado (Bloco/PT – AC) – Permite-me V. Ex^a um aparte, Senadora?

A SR^a IDELI SALVATTI (Bloco/PT – SC) – Já vou dar-lhe a palavra, Senador Sibá Machado.

Há outra questão na qual creio que o Ministro foi exemplar. Temos hoje uma estabilidade na economia por conta, sim, de determinadas situações. Elegantemente, o Ministro Antonio Palocci se referiu a procedimentos de Governos anteriores, mas hoje temos estabilidade econômica e, inclusive, condições de apresentar recordes sucessivos de exportação, de produção industrial, de controle da inflação. Ou seja, todos os nossos indicadores econômicos são superiores, são melhores do que em qualquer comparação com o período anterior. E isso não aconteceu de graça, mas por uma política séria e responsável e por inúmeras iniciativas adotadas pelo Governo Lula. Não foi apenas a manutenção do controle da inflação, não foi tão-somente a questão da responsabilidade fiscal. Não! Foram as viagens. Foi a busca de novos mercados externos, de produtos alternativos, que fez com que as nossas exportações continuem batendo recordes atrás de recordes, mesmo com um dólar abaixo do valor ideal dos exportadores. Mas por que aconteceu isso? Porque houve ação de

governo para procurar esses mercados, esses produtos alternativos. Houve a criação dos empregos, que colocou mais gente para consumir. Nós criamos 3.200 empregos, enquanto que, nos oito anos anteriores, esse número não chegou a 800. São 3.200 famílias comprando e consumindo, o que aquece o mercado e dá possibilidade inclusive no mercado interno.

Se somarmos isso com a questão do crédito consignado, da democratização, da inclusão bancária, significa um aquecimento também que permite que a economia role. Se levarmos em consideração a questão dos investimentos dos bancos públicos, como o BNDS e a Caixa Econômica, da habitação, do saneamento, todas são medidas econômicas importantíssimas que hoje dão sustentação, sim; dão sustentação para a economia se manter à parte, à margem desta crise política.

E o Ministro foi muito claro. S. Ex^a disse que, se não tivéssemos feito isso, não adiantaria fazer agora. E não adiantaria mesmo, estou convencida disso. Não adiantaria haver rigor fiscal, não adiantaria haver medidas de controle da inflação, neste momento da crise política. Se isso não tivesse sido feito antes, com a responsabilidade com que o Presidente Lula o fez, contando com sua equipe econômica, com seus Ministros – que viraram verdadeiros mascates, indo para fora, procurar mercado, alternativas – e conosco, adotando medidas de inclusão social, com programas de renda, como é o caso do Bolsa Família, não estaríamos com a economia blindada à crise.

Ouçó agora, com muito prazer, o Senador Sibá Machado e a Senadora Ana Júlia Carepa.

O Sr. Sibá Machado (Bloco/PT – AC) – Senadora Ideli Salvatti, ressalto alguns comentários feitos pelo Senador Paulo Paim, acerca da firmeza que o Ministro Palocci demonstrou, muito bem relatada aqui por V. Ex^a, bem como a coragem e a competência de S. Ex^a para esclarecer esse problema; não apenas para isso, mas para todo o receituário da economia brasileira. Com certeza, ele fez o mais lógico, o que todos esperamos. Citaram seu nome e ele, de imediato, de pronto, foi lá e tirou qualquer dúvida que pairasse sobre o caso. Hoje ouvi no rádio um comentário de um importante analista do Poder Judiciário, cujo nome não quero citar aqui. Ele disse que houve uma certa dura agressão a esse artifício legal chamado delação premiada – fez até uma comparação de como esse instituto funciona nos Estados Unidos –, pela forma com que foi tratada agora, quando uma pessoa foi lá na promessa de que, se desse maiores esclarecimentos, teria abrandada a sua culpabilidade e que talvez obtivesse até isenção, absolvição de qualquer crime que tenha cometido, que foi o Sr. Buratti junto com o

Procurador. O que ocorre? Como disse, na semana passada, creio que está havendo um festival de construção de coisas para aparecer na mídia nacional. Não se consegue passar uma semana sem que alguém queira construir um fato para se tornar importante, para a mídia ter um final ou um início de semana para apresentar. Não quero aqui julgar o Procurador, que tem todo o direito de investigar aquilo que está dentro da sua competência, mas acredito que os métodos utilizados estão visando arrebentar com o Governo, como V. Ex^a mesmo já disse.

(Interrupção do som.)

O SR. PRESIDENTE (Mão Santa. PMDB – PI) – Senadora Ideli, esgotaram-se os 20 minutos concedidos para o seu pronunciamento. Concedo a V. Ex^a mais um minuto, porque o País quer ouvir Senador Eduardo Suplicy, que está ansiosamente aguardando.

O Sr. Sibá Machado (Bloco/PT – AC) – S. Ex^a também é do PT e compreende a necessidade. Então, se olharmos para a competência do Governo é indiscutível o seu sucesso. Lembro-me de que falei, neste final de semana, nos Estados e nos Municípios que visitei, que havia uma pedra no meio do caminho. Essa pedra será retirada; essa pedra, que foi comprovadamente colocada com a história do caixa dois, que envolveu a Tesouraria do nosso Partido, nós a haveremos de retirar. E não abdicaremos da história dos 25 anos do nosso Partido, de erguer a cabeça, dar a volta por cima e contribuir para a construção, seja da democracia do Brasil, seja para o sucesso da nossa economia. Disso não abdicaremos. Portanto, parabênizo V. Ex^a pela firmeza de vir aqui fazer a defesa de uma pessoa que é intocada nesses assuntos e que é sinônimo de responsabilidade administrativa, que é o Ministro Palocci.

(Interrupção do som.)

A Sr^a Ana Júlia Carepa (Bloco/PT – PA) – Sr. Presidente, Senador Mão Santa, com a tolerância do Piauí, sei que V. Ex^a vai me permitir ter pelo menos um minuto para um aparte.

O SR. PRESIDENTE (Mão Santa. PMDB – PI) – Senadora Ana Júlia Carepa, V. Ex^a sabe que eu lhe daria todo o tempo, porque a sua figura garantiria audiência até maior do que a da novela “América”, mas não o farei, porque os Senadores Eduardo Suplicy e Alberto Silva estão aqui também, e o País quer ouvi-los.

A SR^a IDELI SALVATTI (Bloco/PT – SC) – Senadora Ana Júlia Carepa, talvez o Senador Eduardo Suplicy já lhe possa garantir o aparte. Assim, ficaremos contemplados.

A Sr^a Ana Júlia Carepa (Bloco/PT – PA) – Eu pedirei ao Senador Eduardo Suplicy.

O Sr. Eduardo Suplicy (Bloco/PT – SP) – Está garantida a palavra.

A SR^a IDELI SALVATTI (Bloco/PT – SC) – Seu aparte já está garantido, Senadora Ana Júlia Carepa.

Sr. Presidente, queria apenas concluir, afirmando que faremos a limpeza no PT, Senador Sibá Machado. Tenho certeza e convicção disso. Tenho dito sistematicamente que, se não limparmos o Partido banindo os que cometeram algum ato ilícito, não conseguiremos continuar tendo moral para exigir isso em relação àqueles...

(Interrupção do som.)

A SR^a IDELI SALVATTI (Bloco/PT – SC) – ...que cometeram atos ilícitos gravíssimos, mas que foram postos para debaixo do tapete – nunca houve CPI, nunca se investigou e nunca se puniu ninguém. Então, temos de dar esse exemplo.

Tenho certeza ainda mais absoluta de que não é pelo erros de alguns do PT que há pessoas sonhando com o impedimento ou com a exterminação do nosso Partido e do nosso projeto político. Não é pelos erros de alguns, mas pelos acertos muito significativos que o Governo Lula e nós desempenhamos ao longo dos 25 anos do nosso Partido.

Muito obrigada.

O SR. PRESIDENTE (Mão Santa. PMDB – PI) – Concedo a palavra ao Senador Eduardo Suplicy, do PT do Estado de São Paulo, pelo tempo que resta da sessão, até as 18 horas e 30 minutos.

O SR. EDUARDO SUP LIC Y (Bloco/PT – SP. Pronuncia o seguinte discurso. Sem revisão do orador.) – Sr. Presidente Senador Mão Santa, Sr^s e Srs. Senadores, gostaria, como praticamente todos os Senadores, inclusive meus companheiros de Partido – Senadoras Ideli Salvatti e Ana Júlia Carepa, Senadores Sibá Machado, Paulo Paim, Tião Viana e os que estiveram aqui presente hoje –, de transmitir a minha apreciação positiva acerca da entrevista dada pelo Ministro da Fazenda Antonio Palocci, ontem.

Logo que concluída a entrevista, a que assisti, telefonei para o Ministro Antonio Palocci e transmiti a ele, também por carta, o seguinte cumprimento:

Prezado Ministro Antonio Palocci:

Considereei muito positiva a sua entrevista que assisti inteira com toda atenção. Por sua disposição de se colocar pronto para responder a todas as perguntas, sem limites de tempo para os jornalistas e sobre todas as perguntas relevantes que estes resolveram fazer, por 2:20 hs; pela maneira serena e direta com que esclareceu os episódios, salientando que o que foi colhido pelo Ministério Público até o presente, inclusive sobre tudo o que foi documentado, que de manei-

ra alguma constitui prova de procedimento incorreto, também que o contrato principal da empresa que teria beneficiado o PT foi feito antes de sua gestão. Também foi importante a sua disposição junto ao presidente de se afastar temporária ou definitivamente, assim como a confirmação da parte dele [Presidente Lula] de que você deve permanecer. Sua disposição expressa de ir a qualquer momento ao Congresso Nacional, assim como colocar os seus dados à disposição do Ministério Público, que poderia ter sido mais prudente em sua forma de agir, também o fortalece. De minha parte, o testemunho que tenho dado é que em todas as ocasiões que estivemos juntos, e que foram muitas desde que nos conhecemos, exercendo as mais diversas funções, você [Ministro Palocci] sempre agiu com a maior retidão. O seu respeito sobre o que tem sido dito pelas mais diversas lideranças do PT e até sua compreensão pela situação do ex-Secretário Rogério Buratti foram pontos altos. Amanhã à tarde [hoje], da tribuna do Senado, farei pronunciamento sobre este meu sentimento. O abraço, Senador Eduardo Matarazzo Suplicy.

Há pouco, antes de me dirigir ao Senado, procurei levar pessoalmente ao Ministro Palocci o meu abraço. Ao visitar seu gabinete, fui recebido pelo Sr. Sérgio Bath, que me informou que o Ministro Palocci estava no Palácio do Planalto, conversando com o Presidente.

Considero da maior importância fazer este registro. O Ministro Palocci agiu com muita segurança, disposição de esclarecer os episódios. Ele teve uma atitude inclusive generosa e de compreensão para com seu ex-secretário Rogério Buratti, expondo que, naquela circunstância, em que estava algemado e preso, com uniforme de presidiário, sendo submetido à pressão da Polícia e dos promotores no sentido da possibilidade de ter a sua pena diminuída se fizesse revelações, ele acabou dispondo-se a esclarecer todo e qualquer episódio.

Evidentemente, ainda temos que examinar os fatos. O Ministro Antonio Palocci está disposto a colaborar com o Congresso Nacional e com as Comissões, bem como, certamente, comparecer à CPI, se necessário. A sua iniciativa é exemplar do ponto de vista do que eu próprio gostaria que ocorresse com as outras autoridades do Governo e do próprio Partido dos Trabalhadores.

O Ministro Palocci recebeu todo o apoio do Presidente Lula e deu um exemplo para o próprio Presidente de como é importante essa atitude, Senadora Ana Júlia, de dispor-se a dialogar com a imprensa. Tenho lembrado que o Presidente Lula deu uma entrevista coletiva à imprensa no dia 26 de abril, e os jornalistas

estão com saudades de uma entrevista coletiva do Presidente que pudesse ter aquela característica.

O Ministro Palocci não limitou o tempo dos jornalistas, não limitou o número de perguntas, cada um fez de três a quatro perguntas. Nos casos em que ele deixou de responder a alguma pergunta, os jornalistas a reiteraram, e ele esclareceu-os inteiramente.

Isso foi ótimo, tanto é que toda a imprensa e os mais diversos segmentos, inclusive os Líderes da Oposição, os Senadores e Deputados Federais, que tantas vezes têm sido críticos do Governo, reconheceram essa atitude tão positiva.

Quero ressaltar a palavra do Procurador-Geral da República, Antonio Fernando de Souza, que, de maneira muito equilibrada, mencionou que o Ministério Público deve tratar as suas investigações com discrição e responsabilidade, tendo como base as garantias constitucionais asseguradas a todos os cidadãos.

O Procurador-Geral de Justiça de São Paulo, Rodrigo César Rebello Pinho, procurou defender a atitude dos procuradores que teriam agido de maneira a não restringir, de qualquer forma, aquilo que havia sido o depoimento do Sr. Rogério Buratti. E ainda hoje o Senador Antonio Carlos Magalhães lembrou episódios em que procuradores da República, muitas vezes, agiram de maneira a divulgar dados, sem que antes tivesse sido concluída a apuração.

Senadora Ana Júlia, vou lhe conceder o aparte.

Desses diversos episódios, é importante que façamos todos uma reflexão, colaborando com o Ministério Público para que este siga sempre a legislação a respeito de como deve ser feita a apuração de fatos, resguardando-se a liberdade de imprensa, mas também seguindo essa recomendação do Procurador-Geral da República, Antonio Fernando de Souza, de que as investigações devem ser feitas com discrição e responsabilidade, sempre levando em conta as garantias constitucionais asseguradas aos cidadãos.

Mas o importante foi a atitude do Ministro Antonio Palocci de procurar, com muita serenidade, esclarecer cada um dos episódios.

Concedo o aparte, com muita honra, à Senadora Ana Júlia.

A Sr^a Ana Júlia Carepa (Bloco/PT – PA) – Obrigada, Senador Suplicy. Além de cumprimentá-lo pelo pronunciamento, quero dizer que V. Ex^a, como tantos e tantas nesta Casa, sabe que tenho, sim, algumas divergências com relação à política econômica coordenada pelo nosso Ministro Antonio Palocci. Não pretendo um retorno a políticas fantasiosas e irrealistas, de forma alguma. Mas a crítica é principalmente quanto à mão-de-ferro que tem o Tesouro quando se trata de liberação de recursos, principalmente para regiões mais

pobres, regiões que necessitam de obras importantes de infra-estrutura, como a nossa região amazônica. Sou do Estado do Pará, como V. Ex^a sabe, e houve o fato, por exemplo, de terem paralisado agora, porque não liberaram recursos, a hidrelétrica de Tucuruí, que não é importante para o Pará apenas; é importante para o Brasil. Sem a hidrelétrica, é impossível fazer a hidrovía Araguaia-Tocantins, que é o transporte mais barato que existe. Independentemente dessa discordância, faço questão – solicitei inclusive uma audiência com o Ministro – de parabenizar o Ministro Antonio Palocci e dizer do meu respeito a S. Ex^a. Esse respeito aumentou com a sua postura correta, ética, tranqüila de esclarecer imediatamente, dando um bom exemplo a tantos outros companheiros não só que eram do Governo, mas do nosso Partido. Faço este registro, Senador Eduardo Suplicy, para falar da postura correta, desses exemplos de esclarecimento pronto e dos maus exemplos de alguns promotores de justiça que fazem acusações. No Ministério Público, na sua grande maioria, há pessoas a quem dedicamos o maior respeito, que merecem da sociedade o maior respeito, mas alguns às vezes extrapolam, porque são seres humanos e, como seres humanos, também podem errar. Quero fazer este registro e parabenizar o Ministro Palocci. Realmente precisamos ter cuidado, a sociedade precisa ter cuidado com as ilações, que não podem passar a ser verdade em vez de serem investigadas. Muito obrigada, Senador Eduardo Suplicy.

O SR. EDUARDO SUP LICY (Bloco/PT – SP)

– Muito obrigado, Senadora Ana Júlia. V. Ex^a expressa um sentimento que é hoje de todos os que puderam assistir com atenção às palavras do Ministro Palocci.

Gostaria muito de ver certa flexibilização na política econômica na direção de termos taxas de juros menores, que viabilizassem um crescimento maior da economia, maiores oportunidades de emprego. Espero que isso possa ocorrer em breve.

Considero que a postura do Ministro Palocci ontem contribuiu significativamente para que hoje a economia, por todos os sinais, se apresentasse de uma maneira mais positiva, com o crescimento do valor das ações na Bolsa de Valores de São Paulo, com a queda significativa do dólar e com a valorização do real. Tudo isso ocorreu em função da repercussão positiva das palavras do Ministro Antonio Palocci.

Senador Mão Santa, na minha conclusão, faço uma recomendação aos Senadores sobre algo a que de muito bonito assisti.

O SR. PRESIDENTE (Mão Santa. PMDB – PI)

– Senador Eduardo Suplicy, peço permissão para interrompê-lo.

Regimentalmente, a sessão se encerra às 18 horas e 30 minutos. Prorrogo-a por 15 minutos para que V. Ex^a encerre e para que possam falar o Líder Arthur Virgílio e, finalmente, o conselheiro da República, Senador Alberto Silva, do Piauí.

O SR. EDUARDO SUP LICY (Bloco/PT – SP)

– Eu gostaria de fazer uma recomendação às Sr^{as} e aos Srs. Senadores: há um filme brasileiro em cartaz que é de muita beleza, ao qual assisti sábado passado. Trata-se da história de Zezé Di Camargo e Luciano. Zezé que se chamava Mirosmar, seu irmão, Emival, quando meninos cantavam de maneira tão bela, mas depois veio a falecer em acidente de automóvel. Eis que Welson, futuro Luciano, formou com Zezé Di Camargo a dupla.

Esse filme é belo. Uma história brasileira, de uma família de lavradores em Pirinópolis, interior de Goiás, cujo pai amava tanto a música, especialmente a sertaneja, que desde o nascimento de seus muitos filhos tinha a aspiração de que viessem a ser cantores.

(Interrupção do som.)

O SR. EDUARDO SUP LICY (Bloco/PT – SP)

– Sr. Presidente, se puder me conceder mais alguns minutos, logo termino.

Quero cumprimentar a todos os que participaram deste filme, desde o Diretor Breno Silveira, aos atores Dira Paes, José Dumont, Márcio Kieling, Thiago Mendonça, Paloma Duarte, Jackson Antunes, Natália Lage, Lima Duarte, enfim todo o elenco.

Sr. Presidente, Senador Mão Santa, Sr^{as} e Srs. Senadores, podem estar certos de que se trata de um filme que fará enorme sucesso no Brasil e no exterior, porque, merecidamente, mostra uma vida tão bela e tão bem feito foi o filme, daí por que fiz questão de mencioná-lo e recomendá-lo a V. Ex^{as}.

Muito obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Mão Santa. PMDB – PI)

– Sobre a mesa, ofício que passo a ler.

É lido o seguinte:

OF. GLPMDB Nº 307/2005

Brasília, 22 de agosto de 2005

Senhor Presidente,

Nos termos regimentais, comunico a Vossa Excelência a indicação da Senadora Íris de Araújo, como membro titular, em substituição ao Senador Maguito Vilela, na Comissão Parlamentar Mista de Inquérito, criada para investigar as causas e conseqüências de denúncias e atos delituosos praticados por agentes públicos nos Correios – Empresa Brasileira de Correios e Telégrafos.

Aproveito a oportunidade para renovar a Vossa Excelência protestos de estima e consideração. – Senador **Ney Suassuna**, Líder do PMDB.

O SR. PRESIDENTE (Mão Santa. PMDB – PI)

– Será feita a substituição solicitada.

Concedo a palavra ao nobre Senador Arthur Virgílio, como Líder, solicitando a V. Ex^a que use a sua sensibilidade e capacidade de síntese para que possa usar da palavra, nos minutos restantes, o nosso Senador, Conselheiro da República, Líder Alberto Silva.

O SR. ARTHUR VIRGÍLIO (PSDB – AM. Como Líder. Com revisão do orador.) – Sr. Presidente, a Oposição pensava exatamente que aconteceria o que ocorreu, ou seja, a atitude correta, formalmente correta, do Ministro Palocci de ir à exposição, através de uma entrevista coletiva, para se explicar para a Nação. A atitude provocou recuo do dólar e do risco-país e aumento das negociações na bolsa. Agiu como um verdadeiro Ministro da Fazenda porque, ficando ou não no cargo – já que é o futuro que determinará –, cuidou de tranquilizar a economia brasileira de maneira habilidosa e inteligente.

É claro que tenho questionamentos a fazer. Agora, como Parlamentar de Oposição, os farei. S. Ex^a poupou o Buratti. Esse foi um dos pontos fracos de sua fala. É preciso dar fim à república petista do medo, à república petista do rabo preso, à república petista das pessoas que não conseguem romper com ninguém porque, parece-me, todo aquele que merece sofrer a ruptura tem alguma coisa para dizer do poderoso do momento.

Estou convencido, sim, de que há fatos nebulosos na república de Ribeirão Preto. Há fatos nebulosos envolvendo o lixo. Hoje vi a denúncia do Prefeito César Maia. O Ministro teve outro momento de leviandade quando tentou insinuar que problema haveria na gestão tucana do Sr. Jábali, que é falecido e não pode mais defender-se. Aceito debater tudo com o Ministro, sobretudo lixo, na gestão do Sr. Jábali em relação ao de S. Ex^a. Não deixa de ser engraçado que o PT se revolte com os excessos do Ministério Público. Creio que o Procurador se excedeu, poderia ter esperado a conclusão do depoimento. No entanto, esse é um veneno inventado pelo PT, um veneno inventado pelo PT com o sumido Luiz Francisco, com o ex-Luiz Francisco. Um denunciava, o outro esquentava a denúncia de um; outro denunciava, o outro esquentava de outro. E o que interessa ao fim, ao cabo, vai ser sabermos se há ou não tem algo de substantivo para ser apurado contra o Ministro.

Sempre defendi aqui o Ministro, sempre o tratei com enorme consideração. Ontem S. Ex^a me causou duas irritações: primeiro a leviandade de se referir a

Jábali com dados inverídicos. Jábali tratou o lixo com mais seriedade do que Palocci. Isso é uma verdade. Segundo, o Ministro mentiu sobre emprego. S. Ex^a endossou as tolices do Presidente Lula. Fiz um programa de televisão ontem em que dizia: Ministro, tenha a seriedade e sobriedade, nesse seu Governo só quem tem direito de falar bobagem é Lula. V. Ex^a não. V. Ex^a tem o dever de falar coisas corretas.

Dizendo que, no Governo passado, se gerava uma média de oito mil empregos por mês e, neste Governo, geram-se 100 mil empregos. Estou aguardando os dados precisos da minha Assessoria, mas é algo como uma pequena vantagem, 50 mil e poucos, um Governo, Lula; 48 mil, algo assim, o Governo Fernando Henrique, quando se trata de carteira assinada; e o inverso, dessa vez a favor de Fernando Henrique, quando se trata de emprego informal.

Então é uma mentira que tem que ser categoricamente desmontada essa de que se geravam oito mil empregos antes e mais de 100 mil empregos agora. E o Ministro Palocci não poderia ter dito isso. S. Ex^a me compra como adversário agindo dessa maneira, me compra como adversário! E S. Ex^a deve imaginar que talvez seja uma coisa agradável ter-me como seu adversário, mas será, sim, daqui para frente, a não ser que S. Ex^a atenda ao repto que lhe faço agora: que S. Ex^a diga que se enganou. Não exijo que diga que mentiu. Não, não exijo isso. Mas que diga que se enganou, que estudou as pesquisas corretas e trouxe a verdade sobre o emprego, sob pena de, a partir de amanhã, eu começar a dizer que acredito em tudo que se diz dele quanto à ética, porque quem mente falseando estatística, mente falseando quanto à ética também. Quem mente falseando números, mente falseando quanto à ética também, até porque quem mente aqui é mentiroso acolá e quem mente acolá é mentiroso aqui. Bem claro.

Cumprí meu papel de Líder opositor sábio, sério, comprometido com o País e procurei tudo fazer para ajudar a termos essa abertura de mercado hoje. Foi assim na sexta-feira, na segunda-feira e no domingo, mas o Ministro Palocci não está acima da lei nem do bem e do mal. O Ministro Palocci, que foi muito mais defendido por mim aqui do que por toda a Bancada do PT junta. Junta! Senador Eduardo Suplicy, citei V. Ex^a. Todos os treze juntos não defenderam o Palocci como eu o defendi sozinho nesta Casa – os Anais comprovam. Mas não admito, primeiro, que alguma ilegalidade sirva de blindagem a quem quer que seja. Ilegalidade, corrupção ou o que for tem que significar denúncia, sim, perante a Nação. E o Ministro tem aqui uma exigência minha clara: desminta, Ministro, essa história do emprego. Deixe isso para os comícios e

para as bazófilas do Presidente Lula. Desminta ou volte à tribuna, a partir de amanhã, já em outro tom em relação a V. Ex^a.

O Sr. Leonel Pavan (PSDB – SC) – V. Ex^a me concede um aparte?

O SR. ARTHUR VIRGÍLIO (PSDB – AM) – Concedo um aparte ao Senador Leonel Pavan.

O Sr. Leonel Pavan (PSDB – SC) – Senador Arthur Virgílio, a Oposição tem feito, nesses últimos dias, um trabalho em defesa da economia maior do que o próprio PT, porque se tem dito que, se se mexer no Palocci, mexe-se com a economia. Em outras épocas, dizia-se que mexer com Presidente era o mesmo que mexer na economia. Tão insignificante o Presidente para a economia que...

O SR. ARTHUR VIRGÍLIO (PSDB – AM) – O Presidente é irrelevante hoje, é uma figura realmente irrelevante. Tem razão V. Ex^a.

O Sr. Leonel Pavan (PSDB – SC) – E veja que nós temos defendido o Palocci há muito tempo, não é de agora, mesmo nessa hora difícil do PT. Quando eu o vi mostrar esses números sobre emprego, eu disse: “ele está provocando a Oposição”. Enquanto nós o socorremos, enquanto nós estendemos as mãos e o protegemos, até em função da economia, ele troca os números, faz política, sobe no palanque, querendo dizer que nós somos incompetentes e que...

O SR. ARTHUR VIRGÍLIO (PSDB – AM) – Se mentiu ali, Buratti pode ter razão. É bom que nós saibamos. Não existe mentiroso pela metade. Virgem pela metade, mentiroso pela metade, corrupto pela metade, isso não existe. Ou é virgem inteira, ou é corrupto inteiro, ou é mentiroso inteiro. Ou é sincero inteiro, ou não é virgem por inteiro, ou é pessoa séria por inteiro também.

O Sr. Leonel Pavan (PSDB – SC) – Meu Líder, por isso que é preciso investigar tintim por tintim a questão de Ribeirão Preto. É importantíssimo investigarmos porque o Buratti no passado era tão amigo, era uma pessoa tão fiel e leal e tão próxima do Ministro Palocci. Agora o Palocci demonstra que é amigo dele porque em momento algum o ameaçou com processos, ou disse que iria tomar atitudes, exigir que ele provasse, que iria processá-lo. Em momento algum disse isso o Palocci. Eu continuo pensando e achando que o Palocci merece a nossa confiança ainda, merece; mas não podemos blindá-lo apenas pela questão da economia, não. Se deve, vai ter que pagar. Não é possível que uma pessoa que vai tão serenamente, sem agredir aquele que o acusou, e se defendeu até com muita grandeza, fale em números, meu Líder, e faça comparações mentirosas com relação a geração de empregos. Por isso penso que o nosso Ministro da

Economia, o homem que segura a economia neste País, precisa realmente se explicar, a ponto de termos que rever, de repente, muitas coisas nesta Casa em relação a sua postura no Governo Federal.

O SR. ARTHUR VIRGÍLIO (PSDB – AM) – Sr. Presidente, eu conluo e agradeço ao Senador Leonel Pavan.

De acordo com o Pnad, no período de 1994 a 2002, ao qual se referiu Lula, foram gerados 11 milhões, 609 mil e 865 empregos, formais e informais, ou seja, mais de 11 milhões de empregos. A média mensal é de 120 mil, 936 novos empregos, de 1994 a 2002, entre formais e informais.

De acordo com a Rais, que só considera os empregos formais criados, no mesmo período, foram gerados 5 milhões, 616 mil e 622 empregos. Isso mesmo: mais de 5 milhões de empregos com carteira assinada. A média mensal, portanto, nos oito anos do Governo Fernando Henrique, foi de 58 mil e 506 empregos formais, e não de apenas oito mil, como tolamente diz Lula e como, mentirosamente, afirmou Palocci. Muito bem, solicito que este documento seja inscrito nos Anais porque ele desmascara toda essa mentira. E estou aguardando que o Ministro Palocci se desminta ou me terá como adversário daqui para frente.

Se a Presidência me permitir conceder um aparte ao Senador Eduardo Suplicy será uma imensa honra.

O SR. PRESIDENTE (Mão Santa. PMDB – PI) – V. Ex^a tem a permissão.

O SR. ARTHUR VIRGÍLIO (PSDB – AM) – Ouço o aparte do Senador Eduardo Suplicy.

O Sr. Eduardo Suplicy (Bloco/PT – SP) – Senador Arthur Virgílio, primeiro, acho importante a sua observação em relação à atitude que considerou positiva do Ministro Palocci de estar concedendo a entrevista à imprensa, de uma maneira que eu próprio venho recomendando ao Governo, às autoridades do PT que falem da forma mais sincera e respondendo a todas as perguntas. O fato de o Ministro ter se disposto a ouvir os jornalistas por duas horas e vinte minutos aproximadamente, respondendo a três, quatro perguntas, não deixando qualquer delas sem resposta é uma atitude de Líderes, da Oposição inclusive, que considero muito positiva. Com respeito à observação de V. Ex^a sobre o Prefeito que antecedeu o Ministro no último mandato, o Prefeito Luiz Roberto Jábali, ressalto que o próprio Ministro Palocci fez questão de dizer que o fato de ter a Prefeitura, na gestão Jábali, feito o contrato, ele ressaltou, não constitui qualquer indício...

O SR. ARTHUR VIRGÍLIO (PSDB – AM) – Eu vou mostrar o preço do serviço de coleta de lixo em cada uma das três gestões, para que se veja onde estava o prejuízo.

O Sr. Eduardo Suplicy (Bloco/PT – SP) – Ele ali realçou que houve um contrato feito na Administração anterior e que não houve qualquer procedimento de incorreção.

O SR. ARTHUR VIRGÍLIO (PSDB – AM) – Não, ele disse assim: “Não chego a dizer que...” Ele foi sibilino. Eu quero que ele se retrate disso, até porque a acusação de corrupção foi feita contra Palocci pelo Sr. Buratti. Não houve acusação alguma contra o Sr. Já-bali. Eu exijo que o Ministro se retrate, sob pena de ele perder a minha boa-vontade e passar a me ter como adversário nesta Casa a partir de amanhã.

O Sr. Eduardo Suplicy (Bloco/PT – SP) – Eu quero transmitir a V. Ex^a que minha percepção foi de que o Ministro Palocci ressaltou que não houve qualquer...

O SR. ARTHUR VIRGÍLIO (PSDB – AM) – Não para o meu gosto. Para o meu padrão de exigência, não.

O Sr. Eduardo Suplicy (Bloco/PT – SP) – ...irregularidade na administração anterior com relação àquele contrato. Mas respeito o seu ponto de vista.

O SR. ARTHUR VIRGÍLIO (PSDB – AM) – Muito obrigado.

O Sr. Eduardo Suplicy (Bloco/PT – SP) – Somente quero aqui transmitir a minha percepção. Com respeito...

O SR. ARTHUR VIRGÍLIO (PSDB – AM) – Quanto à mentira estatística...

O Sr. Eduardo Suplicy (Bloco/PT – SP) – Com respeito à criação de emprego no Governo do Presidente Fernando Henrique Cardoso e no Governo atual, do Presidente Lula, eu acho que aqui poderemos perfeitamente examinar os dados, uma vez que as informações que reiteradamente têm sido expostas pelos Ministros do Trabalho – antes pelo Ministro Berzoini e atualmente pelo Ministro Luiz Marinho e pelo Presidente Lula – são de que houve um crescimento muito acentuado da criação de empregos no mercado formal.

O SR. ARTHUR VIRGÍLIO (PSDB – AM) – Mentira deles! Estão mentindo os três, Senador.

O Sr. Eduardo Suplicy (Bloco/PT – SP) – V. Ex^a está trazendo dados...

O SR. ARTHUR VIRGÍLIO (PSDB – AM) – Dados estatísticos. Os três estão mentindo.

O Sr. Eduardo Suplicy (Bloco/PT – SP) – Dados estatísticos.

O SR. ARTHUR VIRGÍLIO (PSDB – AM) – Todos os três são mentirosos. Estão mentindo os três.

O Sr. Eduardo Suplicy (Bloco/PT – SP) – Então, eu tenho a convicção de que essa informação pode ser, com muita limpidez, examinada. Eu mesmo quero conhecer os dados que V. Ex^a está examinando e me comprometo, amanhã, a trazer a informação precisa,

consultados o Ministro do Trabalho e o Ministro Palocci a respeito da informação que V. Ex^a aqui trouxe.

O SR. ARTHUR VIRGÍLIO (PSDB – AM) – Muito obrigado.

O Sr. Eduardo Suplicy (Bloco/PT – SP) – Mas para que haja a comparação devida, uma vez que o nosso objetivo, meu e de V. Ex^a, mesmo num Governo antes do PSDB e do PFL e hoje do Partido dos Trabalhadores, é de que haja o aumento o mais significativo possível das oportunidades de emprego. E tantas vezes aqui as decisões são não apenas do Executivo, mas nossas, do Congresso Nacional, para propiciar programas que busquem melhorar as oportunidades de emprego.

O SR. PRESIDENTE (Mão Santa. PMDB – PI) – Senador Eduardo Suplicy, pediria brevidade para o orador concluir. Assim, o aparte fica maior do que o pronunciamento.

O Sr. Eduardo Suplicy (Bloco/PT – SP) – Só quero, então, registrar o meu compromisso de colaborar para a elucidação completa dessas informações.

O SR. ARTHUR VIRGÍLIO (PSDB – AM) – Muito obrigado.

Deixe-me ser mais objetivo agora e vou matar a cobra e mostrar o pau literalmente. Vamos lá!

Senador Eduardo Suplicy, peço a V. Ex^a que preste atenção nisto: se eu estiver errado, se o Governo Fernando Henrique Cardoso só gerou, em média, oito mil empregos por mês, durante os oito anos, renunciarei ao meu mandato. Se o Presidente Lula estiver mentindo, Sua Excelência renunciará ao dele. Está feito aqui o repto, o desafio. Um de nós dois está mentindo. Eu digo que Sua Excelência está mentindo e Sua Excelência diz que meus números não são verdadeiros. Se o Presidente tem razão, renuncio ao meu mandato de Senador, recém-conquistado. Se o Presidente está mentindo, renuncia a esse seu cambaleante mandato que está no final. Está feito o repto. Vamos lá!

Não estou querendo ouvir Ministro do Trabalho nenhum. Estou querendo dizer a V. Ex^a que fui buscar dados na Rais – V. Ex^a deve saber o que é, Relação Anual de Informações Sociais do Ministério do Trabalho – e no Pnad. São os números que orientam investidores, empresários e quem busca nas estatísticas as verdades da economia brasileira.

Então, estou dizendo que, se o Presidente Lula quiser continuar brincando de dizer oito mil ou cinco mil, poderá falar à vontade. Eu não sou mentiroso. Se eu estiver com dados errados, renunciarei ao meu mandato de Senador, recém-conquistado com a maior legitimidade. Se o Presidente Lula estiver mentindo, em contrapartida – é só me dizer que topa –, renunciará a este cambaleante mandato dele. Portanto, exijo que o

Ministro Antonio Palocci não minta. O Presidente Lula pode brincar em comício, porque é irrelevante. Agora, não julgo o meu mandato irrelevante, nem considero irrelevante o Ministro Antonio Palocci. Até por respeito a S. Ex^a, estou lhe dizendo que ou ele desmente e eu continuo olhando com boa vontade dando-lhe o benefício de dúvida, ou vou achar que eu estou lhe dando com um mentiroso qualquer, um mentiroso vulgar, porque quem mente em estatística mente no resto, e quem mente em estatística mente na ética, e quem mente na ética mente em estatística, e quem mente em ética e estatística mente em tudo.

Portanto, aqui está de maneira bem simples e vou repetir: se eu estiver errado, eu renuncio ao mandato de Senador, que recentemente conquistado. Se o Lula tiver razão e o Governo Fernando Henrique só tiver criado oito mil empregos por mês, ele renuncia ao que a gente ainda chama de mandato dele. Mais ainda tenho aqui os números... Oito mil empregos por mês dão 96 mil por ano – estou falando agora para o lutador social que V. Ex^a sempre foi –, multiplicado por oito anos, então Fernando Henrique teria gerado apenas 768 mil empregos entre formais e informais ao longo de oito anos. Teria havido uma guerra civil, Senador Eduardo Suplicy, teria havido uma comoção social, teria havido um quadro de quebra-quebra na rua, teria havido um quadro de insurreição popular, porque isso significaria literalmente o caos social no País, ou seja... Eu estou farto das mentiras desse Governo e pensei que a elas não pudesse aderir a única figura que merecia a minha fé e a minha confiança, tendo em vista o que dizia e o que representava. Até ontem, eu representei bem o meu papel de Líder equilibrado que queria que a Bolsa abrisse serenamente hoje. A Bolsa assim abriu hoje. Eu exijo que o Ministro Antonio Palocci explique isso, sob pena de eu voltar à carga do jeito que sei, do jeito que a minha consciência está pedindo.

Era o que eu tinha a dizer, Sr. Presidente.

SEGUE, NA ÍNTEGRA, DISCURSO DO SR. SENADOR ARTHUR VIRGÍLIO.

O SR. ARTHUR VIRGÍLIO (PSDB – AM. Sem apanhamento taquigráfico.) – Sr. Presidente, Sr^{as} e Srs. Senadores, o melhor da coletiva do Ministro da Fazenda na tarde de ontem é que Palocci trouxe alguma tranquilidade para o mercado.

Desde logo, foram favoráveis as manifestações de segmentos representativos da sociedade brasileira, como informam os jornais de hoje.

Ao Mercado as primeiras explicações de Sua Excelência também agradaram. A Bolsa abriu com otimismo, ainda não sei como fechou.

Isso não quer dizer que o episódio esteja superado. Houve o que era necessário: um crédito de confiança no Ministro.

Isso é positivo.

O que a Nação espera é que as negativas de Palocci sejam devidamente provadas.

Se vierem a inocentá-lo, tanto melhor.

Que as investigações sejam aprofundadas para não deixar dúvidas sobre a lisura da administração Palocci à frente da Prefeitura de Ribeirão Preto, que foi o seu trampolim para conduzir a economia nacional.

Deste Plenário, jamais situei o Ministro no mesmo degrau dos demais integrantes da equipe de Lula, i.é. de um Governo que já morreu.

O episódio Buratti/Palocci, que a Revista **Veja** chama de República de Ribeirão Preto, resvalou no Ministro e o que agora se espera é que tudo se apure. Tim-tim por Tim-tim.

Por exemplo, surpreendeu-me muito a forma como o Ministro poupou o acusador.

Quem ouviu ou quem leu as declarações de Palocci saiu convencido de que, em momento algum o Ministro desqualificou o denunciante.

E mais, que ouviu ou leu, ficou convencido de que, em nenhum momento o Ministro definiu que providências tomaria, no âmbito judicial, contra o seu acusador.

Entre acusador e acusado, a Nação certamente prefere ficar com Palocci. E aqui é que entra a preliminar que pede a apuração rigorosa de tudo.

Há muita nebulosidade nessa história da República de Ribeirão Preto.

Leio no blog do Prefeito César Maia, do Rio de Janeiro, a seguinte nota:

“Domingo, Agosto 21, 2005

EXCLUSIVO !

Palocci acaba de mentir que não fez a licitação do “Lixo”! Fez, para o Aterro e para a coleta do lixo reciclável e da Saúde. (Aliás manter ou prorrogar lixo é jogo mais pesado em prefeituras). Ganhou a Leão Leão! R\$41 milhões ! Leia abaxo.

Nesses adendos, há a reprodução da dança e das contra-danças dos editais de licitação para a coleta de lixo em Ribeirão Preto.

Basta esclarecer, como parece pretender o Ministro.

Vamos aguardar.

De outro lado, se é positivo um crédito de confiança para que o Ministro se explique, para o Governo Lula, infelizmente, já não há o que fazer.

Ele, o seu Governo e o PT perderam definitivamente a credibilidade.

Essa é a sensação das pessoas de bom senso, como Plínio de Arruda Sampaio, que pretende com correr à presidência do partido.

Na abertura de longa entrevista com o ilustre homem pública, a própria **Folha de S. Paulo**, o apresenta como o ainda petista Plínio de Arruda Sampaio.

Estou anexando esta entrevista a este pronunciamento, juntamente com outras notícias sobre a crise gerada pelo Governo do Quatriênio Perdido.

Abro o desfile das notícias com o artigo da escritora Lya Luft, na Revista Veja desta semana.

A leitura desse artigo da renomada escritora leva o brasileiro a uma sensação de vazio diante do descalabro desse Governo que aí está.

A sensação é de desalento, mas Lya ainda crê no renascimento do Brasil, como uma fênix. E dá a receita, que coincide com a necessidade de apuração das irregularidades do Governo petista do Presidente Lula. Diz ela:

Não nos iludamos com alguns números da economia nem com os sorrisos da elite do poder. Estamos pó baixo, e, se não aproveitarmos a ocasião para graves mudanças, seremos o subpovo de um subpaís, digno de piedade.”

Lya Luft, **Veja**, edição com data de capa de 24/08/05.

Encerro, Sr. Presidente, com um conselho ao Presidente Lula. Na semana passada, eu já o havia aconselhado a imitar aquela personagem do filme de Tom Tykwer Corra Lola, corra. Assim como ela, que tinha menos de uma hora para conseguir 100 mil dólares e evitar que seu namorado fosse morto, Lula é que agora precisa correr. E muito.

Corra, Lula, corra. Siga o exemplo de Palocci, convoque a imprensa e explique tudo. Não fique dando essa de bonzinho, de quem nada sabe. Conte tudo, explique a história dos 29 mil da dívida com o PT.

Corra, Lula, corra. Explique-se.

Antes que seja tarde. (Lya Luft)

As outras notícias.

REF. CONCORRÊNCIA PÚBLICA 001/01

Objeto: Operação e Manutenção do Aterro Sanitário, Implantação, Operação e Manutenção da Unidade de Tratamento do Resíduos Sólidos Oriundo do Serviço de Saúde, Serviços de Coleta e Transporte de Resíduos Sólidos Oriundo do Serviço de Saúde e Serviço de Coleta e Transporte do Lixo Reciclável.

Diário Oficial do Município

Quinta-feira, 07 de Fevereiro de 2002

DAERP

Departamento de Água e Esgotos de Ribeirão Preto

EDITAL DE ADJUDICAÇÃO

Isabel Fátima Bordini, Diretora Superintendente do Departamento de Água e Esgotos de Ribeirão Preto – DAERP, no uso das atribuições que lhe são conferidas por lei, HOMOLOGA o julgamento da Comissão de Licitação e ADJUDICA o objeto da Concorrência Pública: C.P. 001/01 À FIRMA:LEÃO & LEÃO LTDA. no valor total de R\$ 41.650.052,20, no período de 60 meses.

Ribeirão Preto, 06 de fevereiro de 2002

ISABEL FÁTIMA BORDINI Diretora Superintendente DAERP

Domingo, Agosto 21, 2005

From Ribeirão Preto,... With Love !

Mais sobre lixo & licitações. Palocci mentiu ! Ver nota anterior.

Essa licitação ganha pela Leão Leão teve a abertura dos envelopes adiada 3 vezes para “ reavaliação do edital”. Especialistas em licitações, dizem que é uma medida típica para criação de alterações restritivas da competitividade, a partir do conhecimento das empresas que retiraram o edital.

DAERP Departamento de Água e Esgotos de Ribeirão Preto

EDITAL REF. CONCORRÊNCIA PÚBLICA 001/01

Objeto: Operação e Manutenção do Aterro Sanitário, Implantação, Operação e Manutenção da Unidade de Tratamento do Resíduos Sólidos Oriundo do Serviço de Saúde e Coleta e Transporte de Resíduos Sólidos e do lixo reciclável.

O Departamento de Água e Esgotos de Ribeirão Preto – DAERP, torna público que, em decorrência da retificação parcial do edital, as propostas serão recebidas até às 13:30 horas do dia 21 de agosto de 2001 na Seção de Protocolo do DAERP (Rua Amador Bueno nº 22) e a abertura dar-se-á às 14:30 horas do mesmo dia no Auditório Planeta Água do DAERP (Rua Paraíba nº 39). ...

Ribeirão Preto, 11 de julho de 2001

ISABEL FÁTIMA BORDINI Superintendente – DAERP

EDITAL REF. CONCORRÊNCIA PÚBLICA 001/01

Objeto: Operação e Manutenção do Aterro Sanitário, Implantação, Operação e Manutenção da Unidade de Tratamento do Resíduos Sólidos Oriundo do Serviço de Saúde e Coleta e Transporte de Resíduos Sólidos e do lixo reciclável.

O Departamento de Água e Esgotos de Ribeirão Preto – DAERP, torna público que a data da abertura das propostas prevista para o dia 16/07/01, foi suspensa temporariamente para reavaliação do edital.

Comunica ainda, que futuramente elegerá a nova data para abertura dos mencionados envelopes.

Ribeirão Preto, 11 de julho de 2001

ISABEL FÁTIMA BORDINI Superintendente DA-ERP

EDITAL REF. CONCORRÊNCIA PÚBLICA 001/01

Objeto: Operação e Manutenção do Aterro Sanitário, Implantação, Operação e Manutenção da Unidade de Tratamento dos Resíduos Sólidos Oriundo do Serviço de Saúde, Serviços de Coleta e Transporte de Resíduos Sólidos Oriundo do Serviço de Saúde e Serviço de Coleta e Transporte do Lixo Reciclável.

O Departamento de Água e Esgotos de Ribeirão Preto – DAERP, torna público que a data de entrega e abertura das propostas prevista para o dia 21/08/01, foi suspensa temporariamente para reavaliação do edital.

Comunica ainda, que futuramente elegerá a nova data para recebimento e abertura dos mencionados envelopes.

Ribeirão Preto, 17 de agosto de 2001

SRAEL LAURINDO BORGES Pres. da Comissão de Licitação

DOCUMENTOS A QUE SE REFERE O SR. SENADOR ARTHUR VIRGÍLIO EM SEU PRONUNCIAMENTO.

(Inseridos nos termos do art. 210, inciso I e § 2º, do Regimento Interno.)

Ex-assessor é poupado em entrevista

DA SUCURSAL DE BRASÍLIA

Autor da denúncia que ameaça o cargo do ministro da Fazenda, Rogério Buratti não mereceu ataques do antigo chefe. Antonio Palocci Filho atribuiu a atitude de seu ex-assessor, que tratou pelo primeiro nome em alguns momentos, à pressão do Ministério Público pela delação premiada.

“Não esperava por isso, que o Rogério Buratti fizesse uma coisa dessas. Agora, eu compreendo a situação em que ele foi colocado. Os motivos que o levaram a falar isso eu não conheço”, disse Palocci.

Como na nota oficial divulgada na última sexta, as críticas do ministro foram centradas nos promotores: “Em condições de completo constrangimento, se oferece à pessoa o dispositivo da delação premiada, promotores divulgam as declarações antes que elas se concluem e divulgam uma fita do depoimento”.

Palocci disse não ser mais amigo -nem inimigo- de Buratti, que deixou, a pedido, o cargo de secretário de Governo de Ribeirão Preto, em 1994, após a divulgação, pela Folha, de uma fita em que discutia

propina com um empreiteiro. Por essa razão, não se sentiria “traído” pelo ex-assessor.

Embora tenha declarado estar afastado de Buratti desde o episódio, Palocci relatou que suas mulheres e seus filhos mantêm relações de amizade. Disse que, nos últimos anos, esteve na casa do ex-assessor por duas ou três vezes, assim como também o recebeu em algumas ocasiões.

O último contato teria sido em 2003. O ministro admitiu que pode ter falado com Buratti por telefone naquele ano, apesar de não se lembrar da conversa.

A quebra do sigilo telefônico do ex-assessor revelou três telefonemas para a casa de Palocci. Há dez dias, nota da Fazenda disse que “foram provavelmente tentativas de contatos que não prosperaram”. Já Buratti afirmou ter tratado com o ministro de assuntos de “caráter pessoal”.

“Posso ter me esquecido de um telefone ou outro. Agora, eu digo, eu me encontrei com o Rogério algumas vezes, em encontros de caráter pessoal, ou em eventos políticos ou empresariais da cidade de Ribeirão Preto, mas jamais mantive relações profissionais ou relações de qualquer ambiente de negócios com o Rogério Buratti”, disse Palocci.

Palocci também cuidou de responder a uma reportagem do jornal **O Estado de S. Paulo** que listou nove ex-auxiliares seus na Prefeitura de Ribeirão Preto hoje alojados em cargos no governo federal, além de sua mulher, Margareth, empregada na Fundação Nacional de Saúde.

O ministro disse que montou sua equipe com critérios técnicos, e os poucos auxiliares “de confiança” trazidos da prefeitura não estão ligados a decisões de política econômica. Entre eles está seu chefe-de-gabinete, Juscelino Dourado, de quem Buratti é amigo e padrinho de casamento.

Ministro omitiu contrato com Leão & Leão

Ministro omitiu contrato com Leão & Leão Evandro Spinell Especial para **O Globo** Ribeirão Preto, SP. A Prefeitura de Ribeirão Preto mantém dois contratos para os serviços de limpeza pública com a empresa Leão & Leão, que foi presidida por Rogério Buratti, ex-assessor do ministro Antonio Palocci. Um desses contratos foi assinado em 2002, na gestão do então prefeito Palocci. Na entrevista coletiva concedida ontem em Brasília, Palocci lembrou que o contrato foi assinado na gestão de seu antecessor, Luiz Roberto Jábali (PSDB), mas omitiu a existência de um segundo contrato com a Leão & Leão, este para manutenção do aterro sanitário e coleta de destinação de lixo hospitalar.

Para o prefeito do Rio, Cesar Maia, que ontem denunciou a existência do contrato para administração do aterro sanitário em seu blog, Palocci mentiu ao dizer

que em sua gestão não foi realizada licitação na área de lixo. Cesar Maia divulgou cópia do segundo contrato, que foi assinado em fevereiro de 2002 pelo Daerp (Departamento de Água e Esgotos de Ribeirão Preto).

O atual prefeito de Ribeirão Preto, Welson Gasparini (PSDB), já criou uma comissão para elaborar o edital de uma nova licitação para os serviços de coleta de lixo e varrição de ruas. O atual contrato vence em novembro deste ano.

Na entrevista de ontem, Palocci se referiu apenas a mais um contrato, este assinado sem licitação com a empresa Leão & Leão para coleta de galhos de árvores após um temporal na cidade. Ele explicou que o contrato, no valor de apenas R\$140 mil, foi celebrado em caráter de emergência por causa das chuvas, e por isso não houve licitação.

Após derrota de petista, queda de R\$500 mil no preço.

Palocci não fez referência ao contrato em vigor para o aterro sanitário. Ele explicou que o contrato para coleta de lixo, celebrado no mandato de seu antecessor, custa à Prefeitura de Ribeirão Preto R\$ 10 milhões por ano. À noite, assessores do ministro explicaram que, como o contrato para o aterro sanitário não estava sendo questionado pelos jornalistas, o ministro decidiu também não tocar no assunto.

Dados obtidos pelo O GLOBO mostram que o Daerp pagou mensalmente, até outubro do ano passado, R\$2,4 milhões pelos serviços prestados pela Leão Ambiental. A partir de novembro, coincidentemente depois da derrota do candidato petista à prefeitura, Gilberto Maggioni, o valor caiu para R\$ 1,9 milhão – R\$ 500 mil a menos.

Esse valor mensal tem se mantido até hoje, apesar de terem sido incorporados ao contrato os serviços de uma frente de trabalho e de ter havido um aumento em julho deste ano de cerca de 10% nos valores pagos, percentual equivalente à inflação dos 12 meses anteriores.

Na sexta-feira, Buratti, que foi secretário de Governo de Ribeirão Preto na primeira gestão de Palocci na prefeitura (1993-96), afirmou em depoimento à Polícia Civil e ao Ministério Público que o ministro, durante seu segundo mandato, recebia propina de R\$50 mil por mês para manter os contratos de lixo.

Além de ter sido assessor de Palocci, Buratti era, no período em que a propina teria sido paga, diretor do grupo Leão & Leão. Ele ocupou vários cargos na empresa, inclusive o de presidente da Leão Ambiental e de vice-presidente do grupo.

Segundo Polícia Federal, país lavou US\$ 78 bilhões em 7 anos

3h50 – De Vannildo Mendes, em O Estado de S. Paulo: “Laudos periciais do Instituto Nacional de

Criminalística (INC), da Polícia Federal, revelam que a rede brasileira da lavagem de dinheiro movimentou US\$ 78 bilhões entre 1996 e 2003. A cifra resulta do total de transações rastreadas na quebra de sigilo de instituições com envolvimento comprovado no esquema. Investigações da CPI dos Correios constataram que o empresário Marcos Valério de Souza, o ex-tesoureiro do PT, Delúbio Soares e o publicitário Duda Mendonça se serviram desse esquema para mandar recursos para fora do País e administrar uma parte significativa do caixa 2 do partido.”

Lula não merece reeleição, diz Plínio de Arruda Sampaio

3h41 – Na Folha, Catia Seabra entrevista Plínio de Arruda Sampaio, um dos candidatos da esquerda à presidência do PT. Leia a abertura do texto: “Ao lado da leal Marieta, com quem é casado há 50 anos, o ainda petista Plínio de Arruda Sampaio guarda a cópia de uma convocação assinada pelo hoje presidente Luiz Inácio Lula da Silva, em julho de 1997. O documento convida os petistas a discutir um debate proposto por Plínio: ‘a da candidatura para valer e não para ganhar’. Num vôo ao Espírito Santo, Plínio defendeu que Lula usasse sua candidatura em 1998 para difundir os ideais socialistas, sem recorrer ao marketing. A proposta foi enterrada na reunião de 21 de julho de 1997. Para Plínio, esse foi o marco do pragmatismo que levou à transformação do PT ‘numa poderosa máquina eleitoral’. Hoje candidato à presidência do PT com o apoio da pequena APS (Ação Popular Socialista), Plínio diz que o governo Lula prestou um desserviço à esquerda no país (‘Lula é refém do poder’) e avisa que não apoiará a reeleição do presidente. Plínio admite até a possibilidade de deixar o partido, dependendo do resultado da eleição interna no mês que vem. Exibindo, em esmaecido papel, o original de um texto seu de 1963 como prova de que as demandas sociais e o discurso são os mesmos, o PT é que mudou, Plínio deu entrevista no jardim de sua casa.”

ONG que foi fundada por Lula recebe dinheiro do Sebrae

3h36 – De Laura Capriglione, na Folha: “O Sebrae (Serviço Brasileiro de Apoio às Micro e Pequenas Empresas), presidido por Paulo Okamoto, amigo do presidente Luiz Inácio Lula da Silva desde os tempos do Sindicato dos Metalúrgicos de São Bernardo do Campo, firmou, no início deste ano, uma parceria com o Instituto Cidadania, ONG ligada ao Partido dos Trabalhadores e fundada pelo próprio Lula em 1990, na qual Paulo Okamoto segue figurando como membro do Conselho Fiscal. O Cidadania liderou a elaboração do programa de governo de Lula para as eleições de 2002. Segundo

o coordenador executivo do Instituto Cidadania, Paulo Vannuchi, a parceria envolve orçamento de R\$ 2,4 milhões (50% a cargo do Sebrae e 50% do Instituto Cidadania). A verba serviria para materializar o Projeto Política Nacional de Apoio ao Desenvolvimento Local. No material de divulgação, lê-se: ‘O Projeto pretende sistematizar uma avaliação abrangente das (...) iniciativas de desenvolvimento local (...) buscando melhorar as condições de vida e produtividade com dinâmicas próprias, a partir de município, bairro ou região, sem esperar soluções que venham de cima.’”

Cresce indício de que dinheiro na cueca vinha de propina

3h32 – Da Folha: “O ex-dirigente petista José Adalberto Vieira da Silva, flagrado em julho com R\$ 200 mil numa mala e US\$ 100 mil na cueca ao tentar embarcar de São Paulo para Fortaleza, já havia estado outras duas vezes na capital paulista neste ano. Nas duas ocasiões, em 23 de maio e em 3 de junho, trocou telefonemas com suspeitos de um esquema de propina. Esses suspeitos são Kennedy Moura, então assessor especial do BNB (Banco do Nordeste do Brasil), e algum funcionário da empresa Cavan. A Cavan pertence à Alusa, integrante do consórcio STN (Sistema de Transmissão Nordeste), que no ano passado conseguiu uma concessão para construir e explorar rede de transmissão elétrica, com financiamento de R\$ 300 milhões do BNB. Investigações da Polícia Federal e do Ministério Público indicam que o dinheiro encontrado com Adalberto pode ser de propina pelo favorecimento do consórcio.”

Militares estão apreensivos e vêem problemas para reeleição

3h29 – De Eliane Cantanhêde, na Folha: “As Forças Armadas acompanham a crise política com muita preocupação e com a avaliação de que é importante para a democracia manter o presidente Luiz Inácio Lula da Silva até o fim do mandato, mas falar em reeleição é considerado quase uma afronta. Motivo: ele não teria mais apoio da opinião pública qualificada e teria de mobilizar perigosamente as massas. O governo, como teme a cúpula militar, poderia ficar ‘refém do MST’ (Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terra). Conforme a Folha apurou, os comandos e os órgãos de inteligência de Exército, Marinha e Aeronáutica mantêm contatos assíduos, às vezes até diários, para acompanhar a crise. Os comandantes têm, inclusive, um telefone exclusivo para uso entre os três, com misturador de voz. As críticas ao PT e ao governo são cada vez mais abertas, mas a intenção não é intervir de nenhuma forma e, sim, monitorar principalmente as intenções de dois personagens centrais: o ex-ministro José Dirceu e o MST. O temor é que, fragiliza-

do politicamente, Dirceu aja com a ‘alma guerrilheira’, da qual os militares acham que ele nunca se libertou. Ou seja, articule uma reação de massas para segurar Lula e o governo, provocando confrontos de proporções incertas. Quanto ao MST, a inteligência militar vê com desconfiança seus principais líderes, como João Pedro Stedile, estarem reclusos e articulando apenas nos bastidores.”

Promotor diz que Buratti quer dar nomes do esquema

3h25 – A Folha de S.Paulo publica entrevista concedida pelo promotor Aroldo Costa Filho, um dos seis que atuam nas investigações sobre as licitações de lixo em prefeituras paulistas. Eis a abertura da entrevista, feita por Rubens Valente, Mario Cesar Carvalho e Rogério Pagnan: “O advogado Rogério Buratti quer depor novamente na CPI dos Bingos, em Brasília, para ‘nominar’ pessoas que tiveram participação em suposto esquema para renovação do contrato de R\$ 650 milhões da Caixa Econômica Federal com a multinacional de informática GTech. A informação foi prestada pelo próprio Buratti aos promotores de Ribeirão Preto (SP), após o depoimento em que acusou, na última sexta-feira, o ministro da Fazenda, Antonio Palocci Filho, de receber R\$ 50 mil mensais da empresa de lixo Leão Leão para ajudar no caixa dois da direção nacional do PT, ao tempo de sua segunda gestão como prefeito de Ribeirão Preto (2000-2002). Um dos seis promotores que atuam no caso, Aroldo Costa Filho, 42, 15 anos de Ministério Público, disse que o grupo não se sente ‘intimidado’ com a acusação do Ministério da Fazenda, de que romperam normas ao divulgar o depoimento de Buratti, e que as investigações ‘vão continuar’. Costa Filho, que não é filiado a partido político e não vota há mais de dez anos, falou à Folha antes da entrevista coletiva de Palocci, ontem, em Brasília. O promotor disse que há indícios de que Buratti e Palocci continuaram ‘ligados implicitamente, por baixo do pano’.”

Globo diz que Palocci “omitiu contrato com Leão & Leão”

2h52 – De Evandro Spinelli, de Ribeirão Preto, em O Globo: “A Prefeitura de Ribeirão Preto mantém dois contratos para os serviços de limpeza pública com a empresa Leão & Leão, que foi presidida por Rogério Buratti, ex-assessor do ministro Antonio Palocci. Um desses contratos foi assinado em 2002, na gestão do então prefeito Palocci. Na entrevista coletiva concedida ontem em Brasília, Palocci lembrou que o contrato foi assinado na gestão de seu antecessor, Luiz Roberto Jábali (PSDB), mas omitiu a existência de um segundo contrato com a Leão & Leão, este para manutenção do aterro sanitário e coleta de destinação de lixo hospitalar. Para o prefeito do Rio, Cesar Maia, que ontem

denunciou a existência do contrato para administração do aterro sanitário em seu blog, Palocci mentiu ao dizer que em sua gestão não foi realizada licitação na área de lixo. Cesar Maia divulgou cópia do segundo contrato, que foi assinado em fevereiro de 2002 pelo Daerp (Departamento de Água e Esgotos de Ribeirão Preto). (...) Palocci não fez referência ao contrato em vigor para o aterro sanitário. Ele explicou que o contrato para coleta de lixo, celebrado no mandato de seu antecessor, custa à Prefeitura de Ribeirão Preto R\$ 10 milhões por ano. À noite, assessores do ministro explicaram que, como o contrato para o aterro sanitário não estava sendo questionado pelos jornalistas, o ministro decidiu também não tocar no assunto. Dados obtidos pelo O GLOBO mostram que o Daerp pagou mensalmente, até outubro do ano passado, R\$ 2,4 milhões pelos serviços prestados pela Leão Ambiental. A partir de novembro, coincidentemente depois da derrota do candidato petista à prefeitura, Gilberto Maggioni, o valor caiu para R\$ 1,9 milhão – R\$ 500 mil a menos.”

Procurador-geral paulista contradiz ministro sobre Ribeirão

2h47 – Enquanto o chefe do Ministério Público federal, o procurador-geral da República, Antonio Fernando Souza, criticou os promotores paulistas, o superior hierárquico destes, o procurador-geral de Justiça de São Paulo saiu em defesa deles e confirmou a existência de fraudes em licitações em Ribeirão, contradizendo o ministro Antonio Palocci. De Fausto Macedo, no Estadão: “O procurador-geral de Justiça de São Paulo, Rodrigo César Rebello Pinho, afirmou ontem que o Ministério Público Estadual já reuniu ‘fartas provas’ sobre fraudes em licitações da prefeitura de Ribeirão Preto, ‘inclusive com relação à gestão do ministro Palocci’. Pinho disse que a promotoria identificou ‘conluio entre os licitantes para favorecer uma determinada empresa; faziam (os empresários) ajuste para saber qual seria o escolhido, por qual preço’. Segundo o procurador-geral, o esquema também vigorou em outros municípios da região – ele citou Matão, Seritãozinho e Monte Alto. ‘O conluio ocorreu em diversas gestões, inclusive a do ministro’, reiterou o chefe do Ministério Público paulista. ‘Estamos investigando um megaesquema de fraude na licitação do lixo que envolve diversos municípios.’ Pinho declarou que a instituição que dirige ‘continua atuando de forma segura e independente’. Ele disse que o Ministério Público ‘não tem medo de Palocci’. (...) Ressaltou que ‘não existe prova documental’ em relação a suposto envolvimento direto de Palocci em licitações fraudulentas em Ribeirão. Mas reafirmou ‘que em relação à gestão dele (Palocci) existem evidências.’”

Jornais ressaltam continuidade da política econômica

2h53 – Tanto o Estado de S. Paulo quanto O Globo deram destaque especial para a promessa de manutenção da política econômica. “Palocci: política econômica é sólida”, registrou o diário fluminense. “‘Nunca ouvi o presidente falar em guinada na economia’, diz ministro”, anotou o Estadão. No primeiro: “O ministro da Fazenda, Antonio Palocci, afirmou ontem que a política econômica não vai mudar, apesar do seu envolvimento na crise. Num discurso calculado para acalmar o mercado financeiro e o setor produtivo, disse que os fundamentos da política econômica são sólidos e não dependem de pessoas, e sim das instituições. ‘Estou muito seguro de que esse processo, atinja a quem atingir, não colocará os pilares e os fundamentos da economia em risco.’” No segundo: “Os rumos da economia não mudam, assegurou ontem o ministro da Fazenda, Antonio Palocci. A crise política, disse ele, não será pretexto para enfraquecer as linhas da política econômica, tão criticada dentro do próprio governo. ‘Nunca ouvi o presidente Lula falar em guinada na economia’, afirmou. De outro lado, a crise também não será motivo para tornar o remédio ainda mais amargo.”

Berzoini defende saída de Dirceu de chapa. E Palocci?

22h50 – Ricardo Berzoini concedeu entrevista a Cristiana Lobo, da GloboNews, e expôs uma opinião que pode ser entendida como uma atitude de aplicar dois pesos e duas medidas: um para Antonio Palocci ou outro para José Dirceu. O secretário-geral do PT defendeu, mais uma vez, que os envolvidos nas acusações se retirem da chapa do Campo Majoritário que concorre para o Diretório Nacional do partido. Diante da pergunta da repórter, que mencionou o ex-ministro e deputado José Dirceu, o secretário-geral do partido afirma que, na sua opinião, todos os envolvidos deveriam se retirar e ressalta que isso não significa um pré-julgamento dos implicados. Ora, mas e Antonio Palocci? A rigor, ele e José Dirceu estão na mesma situação. Alguém que diz ter conhecimento de um determinado esquema de corrupção porque participava dele fez uma acusação que os implica. No caso de Dirceu, foi o deputado Roberto Jefferson (PTB-RJ), cujas declarações têm sido comprovadas pelas investigações feitas a até agora. No de Palocci, as acusações partiriam de Rogério Burratti, um ex-assessor que conhecia pelos dois lados o esquema que denunciou – foi secretário de Governo da Prefeitura de Ribeirão Preto e executivo da empresa Leão Leão, que fazia o pagamento das propinas. Há duas diferenças entre os dois casos. A primeira é o estágio das investigações. Mas, antes das apurações,

ninguém pode assegurar que o que disse Buratti é falso. A segunda diferença é de atitude: apesar de ter levado dois dias para falar, Palocci prestou esclarecimentos até com rapidez, considerando o tempo que Dirceu levou para se manifestar sobre as acusações que já lhe foram feitas. – Fábio Santos

Palocci cita Sarney e FHC e mostra que existe o pré-Lula

21h05 – O PT não suporta o governo do PT. No Congresso, onze em cada dez petistas adoram subir à tribuna para dizer que o governo Fernando Henrique Cardoso endividou o país como nenhum outro. Costumam dizer que FHC pegou a dívida em R\$ 60 bilhões e entregou-a ao governo Lula em mais de R\$ 700 milhões. Na entrevista deste domingo, ao dizer que os avanços na condução da economia já vêm de outros governos, Palocci citou, a título de exemplo, o governo Sarney (1985-1990) – por ter acabado com a conta movimento no Banco do Brasil e ter criado a Tesouro Nacional – e o governo FHC por ter feito a Lei de Responsabilidade Fiscal (LRF) e os “contratos com os Estados e municípios”. Ao falar dos “contratos”, Palocci referia-se à federalização das dívidas de Estados e municípios, o que significa que, no cômputo geral da dívida pública mobiliária federal, de cada R\$ 100 dessa dívida R\$ 85 são os papagaios renegociados com os governos estaduais e municipais, reconhecimento de “esqueletos” e saneamento do sistema financeiro. Alguém precisa avisar do senador Aloizio Mercadante (PT-SP) disso ou encaminhar ao gabinete dele a íntegra da entrevista de Palocci. A conta movimento, que acabou em janeiro de 1986 (governo Sarney), era uma espécie de cheque especial, no BB, em que o Banco Central sacava sem limites para contabilizar as operações de interesse do governo federal. O líder do PSDB na Câmara, deputado Alberto Goldman (SP), destacou assim esse ponto da entrevista do ministro da Fazenda: “Só o Lula é que acha que a história do Brasil começou com ele.” – RN

Delação premiada: fazendo tempestade em copo d’água

21h01 – O sistema da delação premiada virou alvo de críticas do PT e de uma boa parte dos ministros do governo Lula. A maioria dos críticos diz que é preciso tomar cuidado porque criminosos podem inventar fatos e dramatizar situações denunciadas, envolvendo terceiros, para tentar convencer mais facilmente as autoridades a lhes conceder o benefício da redução da pena. É um raciocínio que conduz à inércia e só reconforta quem está ameaçado pelas denúncias. Nem o Ministério Público nem a Justiça concedem redução de pena a quem fez denúncias que não foram comprovadas. Pelo contrário: se alguém mentir, no intuito de

conseguir mais facilmente a delação premiada, o que ele vai ganhar é o aumento da punição. Estão fazendo tempestade em copo d’água. – RN

Palocci tentou esquecer Berzoini e o PT, mas não foi possível

18h52 – Na entrevista coletiva, neste domingo, as últimas perguntas foram da jornalista Délis Ortiz, da TV Globo. Ela perguntou se o ministro achava que o mercado ia se acalmar e por que as lideranças do PT não o defenderam, na sexta-feira, quando surgiram as primeiras informações sobre as denúncias feitas por Rogério Buratti. Perguntou, também, como ele recebera a cobrança dura do deputado e ex-ministro Ricardo Berzoini, que pediu explicações e disse que ninguém era insubstituível no governo Lula. Palocci deu uma longa resposta sobre a economia e os mercados, tratou das licitações públicas na prefeitura de Ribeirão Preto, disse que a imprensa não deve deixar de publicar aquilo que desagrade ao governo, mas que os jornais também não podem repetir o que as revistas escrevem sem apurar se os fatos são ou não verdadeiros. Exemplificou: “Está virando verdade a história de que eu mandei comprar um aparelho de escuta [para fazer grampos telefônicos]. O único aparelho de escuta que eu tenho é um estetoscópio porque eu sou médico.” A assessoria de imprensa deu por encerrada a entrevista, Palocci levantou-se, começou a se despedir, mas Délis Ortiz cobrou: “Ministro, e a resposta sobre Berzoini e o PT?”. Palocci retornou à cadeira e não escondeu que gostaria de esquecer Berzoini e o PT. “Como diz Freud, não existe ato falho. Talvez eu tenha fugido inconscientemente da pergunta”, começou a responder o ministro. Disse que o PT está em situação difícil e que não tem motivos para responder nem às cobranças de Berzoini nem às críticas que o presidente do PT, Tarso Genro, fez à política econômica. “Discordo, mas não vou atacar, pois entendo a situação deles”, disse o ministro. E acrescentou: “Berzoini foi duro, mas não foi ofensivo”. Palocci deu a entender que os dois estavam sendo duros para mostrar serviço e provar que não pactuam com a direção antiga do PT – Dirceu, Genoino, Delúbio e Silvio Pereira. – RN

Lula não sabe nada, mas Palocci garante que sabia de tudo

18h30 – O repórter Fábio Ramalho, da TV Record, quis saber por que Palocci tinha tanta certeza de que ninguém na prefeitura de Ribeirão Preto cobrara propina dos contratos públicos. E emendou: “Se o senhor sabia se havia ou não corrupção na sua prefeitura, então o presidente Lula também deveria saber o que acontece no governo dele?”. Resposta do ministro: “Lula não tinha informação sobre essas coisas. De fato, não tomou conhecimento”. Palocci reafirmou

o que já dissera em nota oficial, que jamais fora alertado pelo deputado Roberto Jefferson (PTB-RJ) sobre o esquema do mensalão e que esteve sempre ao lado do presidente, desde as primeiras denúncias, e, por isso, pode garantir que Lula não sabia de nada. Outro jornalista, do portal IG, perguntou se o país, diante de tanta denúncia, chegará saudável a 31 de dezembro de 2006. “Não sei nós [se chegaremos saudáveis], mas o país está mais saudável com certeza.” – RN

Por que reclama Palocci do Ministério Público? Planalto usou informação privilegiada da PF para controlar Jefferson

17h40 – O ministro Palocci reclamou do comportamento do Ministério Público Estadual e disse que vai mandar uma carta ao governador Geraldo Alckmin (PSDB-SP) pedindo que as instituições do Estado de São Paulo se comportem com mais serenidade. Reclamou do fato de um procurador “vazar informações”, quando o depoimento de Rogério Buratti ainda não havia terminado, e da divulgação da fita de vídeo com a gravação desse depoimento. É líquido e certo o direito à reclamação, mas esse é um investimento sem maiores rendimentos para o ministro. Em primeiro lugar porque nenhum Ministério Público aceita admoestações de governos – até porque os procuradores são servidores do Estado, mas não pertencem a nenhum dos três Poderes (Executivo, Legislativo e Judiciário). Em segundo lugar porque o processo em que Buratti é investigado não é sigiloso – quanto mais divulgação houver sobre o caso menor será a capacidade de manipulação por qualquer uma das partes. Em terceiro lugar, como bem deve lembrar o ministro Palocci, o governo Lula é mestre em usar informações privilegiadas da Polícia Federal: quando o ex-diretor dos Correios Maurício Marinho depôs pela primeira vez na PF, o governo não só soube antecipadamente que ele dissera que não conhecia o deputado Roberto Jefferson (PTB-RJ) e que o acusara injustamente de comandar um esquema de corrupção na ECT, como até providenciou uma nota oficial da polícia com essas informações. Foi com essa informação que o então ministro-chefe da Casa Civil, José Dirceu, demoveu Jefferson, temporariamente, de assinar o requerimento para instalação da CPI dos Correios. – RN

Reação a fala de Palocci será avaliada em reunião no Torto; caso do contrato do lixo hospitalar já está na agenda da crise

17h39 – O governo continua de prontidão e marcou uma nova reunião da cúpula do “gabinete da crise” para a noite deste domingo, na Granja do Torto, em Brasília. A idéia foi dar tempo para colher as primeiras reações ao pronunciamento e à entrevista do ministro Antonio Palocci (Fazenda), avaliar o momento

político e, muito provavelmente, tomar decisões que devem ser anunciadas já na manhã desta segunda-feira. Da reunião, no Torto, participarão o presidente Lula e os ministros Palocci, Dilma Rousseff (Casa Civil) e Jaques Wagner (Coordenação política). É possível que o ministro Márcio Thomaz Bastos (Justiça) e algumas lideranças políticas se juntem ao grupo. Pelo que informou o prefeito César Maia (PFL-RJ) no blog dele, o primeiro item da pauta da reunião desta noite já está decidido: por que o ministro Palocci disse que não fez a licitação do lixo de Ribeirão Preto, vencida pela Leão & Leão, no valor de cerca de R\$ 50 milhões (R\$ 10 milhões/ano em um prazo de cinco anos), mas escondeu ou esqueceu de contar à platéia de jornalistas que fez uma outra licitação para a coleta de lixo hospitalar, no valor de R\$ 41 milhões. Preferiu dizer que fizera apenas, na gestão dele, um contrato emergencial de R\$ 140 mil para uma operação especial de coleta de galhos e entulho depois que a cidade fora atingida por um vendaval. Por que o ministro Palocci lembrou do contratinho emergencial de R\$ 140 mil, mas não se lembrou do contrato de R\$ 40 milhões, que também foi vencido pela Leão & Leão? Ele fez questão de dizer, mais de uma vez, que o contrato de lixo fora licitado na gestão anterior. – RN

Cesar Maia diz em blog que ministro mentiu sobre licitação

17h38 – O prefeito do Rio, Cesar Maia, tem um blog. Acompanhou a entrevista de Palocci com mais competência do que muito coleguinha por aí. Vejam o que está lá, que transcrevo abaixo. – Reinaldo Azevedo

“EXCLUSIVO!

Palocci acaba de mentir que não fez a licitação do “Lixo”! Fez, para o Aterro e para a coleta do lixo reciclável e da Saúde. (Aliás manter ou prorrogar lixo é jogo mais pesado em prefeituras). Ganhou a Leão Leão! R\$ 41 milhões!

Leia abaixo.

REF. CONCORRÊNCIA PÚBLICA 001/01 Objeto: Operação e Manutenção do Aterro Sanitário, Implantação, Operação e Manutenção da Unidade de Tratamento dos Resíduos Sólidos Oriundo do Serviço de Saúde. Serviços de Coleta e Transporte de Resíduos Sólidos Oriundo do Serviço de Saúde. Serviço de Coleta e Transporte do Lixo Reciclável.. Diário Oficial do Município de Ribeirão Preto Quinta-feira, 07 de Fevereiro de 2002 DAERP Departamento de Água e Esgotos de Ribeirão Preto

EDITAL DE ADJUDICAÇÃO Isabel Fátima Bordini, Diretora Superintendente do Departamento de Água e Esgotos de Ribeirão Preto – DAERP, no uso das atribuições que lhe são conferidas por lei, HOMO-

LOGA o julgamento da Comissão de Licitação e ADJUDICA o objeto da Concorrência Pública: C.P. 001/01 À FIRMA: LEÃO & LEÃO LTDA. no valor total de R\$ 41.650.052,20, no período de 60 meses. Ribeirão Preto, 06 de fevereiro de 2002 ISABEL FÁTIMA BORDINI Diretora Superintendente DAERP”

O endereço do blog de Maia é <http://cesarmaia.blogspot.com/>

Buratti: do gabinete de Dirceu para a prefeitura de Ribeirão

17h15 – Sutilmente, na entrevista deste domingo, o ministro Palocci (Fazenda) apontou a origem de Rogério Buratti. Disse que Buratti “saiu do Diretório estadual do PT para a primeira campanha” dele à prefeitura de Ribeirão Preto (1996). Não entrou em mais detalhes. Mas podia ter entrado e dito, por exemplo: que Buratti trabalhara no gabinete do então deputado estadual do PT José Dirceu; que Buratti foi um dos “soldados” plantados pelo Diretório Nacional do PT em prefeituras e governos estaduais petistas para executar o trabalho de coleta de recursos/propinas para o partido. Buratti, Waldomiro Diniz (Rio) e Dirceu Brizola (Porto Alegre) são soldados do mesmo exército arrecadador. E, hoje, a queda-de-braço Dirceu-Palocci continua na ordem do dia. – RN

Líder do PSDB elogia ministro e cobra explicação de Lula

15h50 – O líder do PSDB no Senado, Arthur Virgílio (AM) elogiou o ministro da Fazenda, Antonio Palocci, por ter concedido uma entrevista coletiva sobre as acusações feita contra ele por seu ex-assessor Rogério Buratti. O tucano avaliou que a disposição de Palocci em explicar-se deixa mal o presidente Lula, que tem evitado falar com os jornalistas sobre a crise. “O ministro fez muito bem em dar explicações frontais à nação através da entrevista coletiva e com isso ele deixa o presidente Lula muito mal, que se refugia em comícios, e os demais acusados do PT que se escondem atrás de um falso estatuto do silêncio”, disse o senador à GloboNews. Ele disse não prejudicar o ministro e defendeu a continuidade das investigações. Virgílio disse também que considerou “muito estranho” que o procurador que divulgou as denúncias de Buratti tenha dado uma entrevista antes mesmo do fim do depoimento do ex-assessor do ministro, mas lembrou que o próprio PT incentivava esse tipo de comportamento. “É estranho, é condenável. É o PT provando do seu próprio veneno. Foi o PT que inventou essa prática. Por outro lado, o que interessa de fato é saber o que tem e o que não tem de concreto sobre o envolvimento do ministro nas denúncias”, afirmou.

Palocci se saiu bem, mas sua situação não mudou de fato

15h24 – De maneira geral, o ministro Antonio Palocci se saiu bem de sua entrevista coletiva. Só fato de ter negado não apenas a acusação contra si mesmo, mas também a existência de qualquer esquema de arrecadação de propina na Prefeitura de Ribeirão Preto durante a sua gestão, o diferencia dos demais envolvidos na crise até agora, que, por diversas vezes, recorreram à tergiversação. Também se saiu bem ao questionar o comportamento do promotor que divulgou as denúncias de Rogério Buratti ainda enquanto o ex-assessor do ministro depunha. Deixou de lembrar, claro, que, quando na oposição, o PT apoiava e incentivava esse tipo de comportamento do Ministério Público. É inegável, porém, que ao se dispor a colaborar e manter a crítica ao promotor, Palocci marcou um ponto. O ministro também se saiu muito bem ao dizer que a economia não depende dele para se manter estável e reafirmar que não haverá mudanças de rumo. É certo que a declaração será bem recebida pelo mercado. O fato, porém, é que a entrevista não muda a situação concreta em que Palocci se encontrava antes dela. Há uma acusação grave feita por alguém com proximidade com o ministro e com membros de sua equipe. Ainda é palavra contra palavra. E não adianta tentar retirar o crédito de Buratti apenas porque ele passou a noite na cadeia e estaria constrangido. Essas situações são propícias também à sinceridade. Nunca é demais lembrar que, se não fossem mafiosos temerosos dos muitos anos de cadeia que teriam de suportar, a Operação Mãos Limpas da Itália jamais teria sido um sucesso. Enfim, Palocci pode ter melhorado a percepção sobre a sua situação, mas esta não mudou de fato. – Fábio Santos

Palocci encerra entrevista pedindo cautela aos jornalistas

14h40 – A entrevista do ministro da Fazenda, Antonio Palocci, que começou às 12h09, terminou às 14h21. Ou seja, durou duas horas e 12 minutos. Palocci encerrou sua entrevista pedindo aos jornalistas que evitem publicar “qualquer coisa apenas porque tenha saído em outro órgão”, sem que tenham apurado eles mesmos. E volta a criticar a reportagem da Veja sobre os grampos telefônicos com declarações de Rogério Buratti, que foram reproduzidas por jornais neste domingo. E concluiu dizendo que espera ter um humor sempre melhor e lamentando não ter podido fazer brincadeiras com os jornalistas por causa da seriedade da questão tratada na entrevista coletiva. Palocci levantou-se, mas logo voltou à cadeira para responder a uma pergunta que faltava, sobre a situação do PT e sobre as declarações do secretário-geral do partido, Ricardo Berzoini, que reagiu às denúncias de Buratti

dizendo que ninguém é insubstituível. Palocci disse que não responderia a Berzoini, dizendo respeitar o direito do secretário do partido de manifestar suas opiniões e cobrar esclarecimentos.

Palocci não responde questão sobre reunião com banco

13h35 – Antonio Palocci não respondeu inteiramente a pergunta de um dos jornalistas, que o indagou sobre um encontro com representantes do Banco Prosper. O ministro nem mesmo mencionou o banco em sua resposta, dedicando-se a falar apenas de seu relacionamento com Rogério Buratti. Esse banco aparece nos grampos publicados pela Folha de S. Paulo. Uma gravação telefônica feita com autorização judicial revela que Buratti manteve contato com o chefe de gabinete do ministro da Fazenda, Antonio Palocci, para tratar de um encontro entre o ministro e o presidente do banco Prosper, Edson Menezes. A assessoria de Palocci confirmou a audiência, mas negou participação de Buratti na elaboração da agenda do ministro. E os jornalistas não voltaram a questioná-lo sobre o tema.

“Meu relacionamento com Buratti é social”, diz Palocci

13h25 – “Ele foi a Ribeirão na minha primeira campanha em Ribeirão Preto. Após a vitória eleitoral, foi secretário de governo durante dois anos. Quando houve um episódio, ele se afastou. Esse episódio foi investigado, mas nada se provou contra ele”, contou o ministro. Segundo Palocci, foi por isso que Buratti não foi levado para o governo. “Ele não se transformou num inimigo meu, ele é um amigo. Mas as famílias se afastaram. Tive um relacionamento social, não profissional com Buratti. Não tenho nada a esconder em relação a isso”, disse, acrescentando que eventuais contradições podem ser fruto do esquecimento. “Eu posso ter me esquecido de um telefonema de um minuto em 2003”, afirmou, mencionando um fato em que ele e Buratti deram informações contraditórias.

E há intelectuais que são ainda piores quando falam...

7h34 – A gente não sabe se os intelectuais petistas são piores quando falam ou quando calam – acho que deveriam ficar calados mesmo... Há dois meses, Wanderley Guilherme dos Santos dizia que as oposições queriam dar um golpe branco. Agora, em entrevista à Folha deste domingo, concedida a Flávia Marreiro e Uirá Machado, já mudou de idéia. Diz que a hora do golpe branco passou. Eis um pensador fértil: uma teoria nova por bimestre. – RA.

Segue a abertura da sua entrevista: “A oposição deixou passar ‘a hora do golpe branco’. PSDB e PFL refizeram os cálculos e avaliam, agora, que é melhor ‘sangrar o governo, sangrar o presidente da República’

do que partir para uma tentativa de impedimento de Luiz Inácio Lula da Silva. A opinião é do cientista político Wanderley Guilherme dos Santos, professor do IUPERJ (Instituto Universitário de Pesquisas do Rio de Janeiro). Em meados de junho, ainda no começo da crise, Santos provocou polêmica ao afirmar, em sua coluna no jornal Valor Econômico, que, a julgar pelo comportamento de tucanos e pefelistas, o “novo lacerdismo” havia “se mudado para São Paulo”: a oposição preparava um “golpe branco” contra o governo. Agora, diz o professor, a situação mudou. ‘Já passou a hora do golpe branco, sim. E isso cria um problema complicado, porque, agora, se houver motivos jurídicos e políticos razoáveis que comprovem a participação ou convivência do presidente nesses episódios, ele tem de sair. E aí, quem não quer mais isso é a oposição.’ Para ele, na arena nacional, o PFL não passa de um ‘partido laranja’ do PSDB. Quanto ao PT, Santos vê o partido caminhar para um racha. O professor não enxerga possibilidade de um ‘denominador comum’ no confronto entre a ala esquerda, crítica do governo, e a ala que apóia o governo, mas que tem integrantes no centro do escândalo do ‘mensalão’. O autor de “A Democracia e seu Futuro no Brasil” (2001) avalia essa desmontagem do PT como um retrocesso político brasileiro, que pode dar mais espaço a discursos ‘populistas demagógicos’: ‘Se isso vier a acontecer, será o grande ilícito que a antiga cúpula dirigente do PT terá praticado’. Santos ainda criticou o oportunismo de uma reforma política neste momento, atacou o que classificou de “omissão” de intelectuais e questionou o papel da imprensa.”

O petista Mentor blindou PT e governo sete vezes em CPI

7h20 – De Rubens Valente e Marta Salomon, na Folha: “Sob risco de cassação por ter recebido R\$ 120 mil em cheques de empresa de Marcos Valério, o deputado federal José Mentor (PT-SP) atuou para blindar, na relatoria da CPI do Banestado, pelo menos sete linhas de investigação que atingiriam interesses do PT e do governo federal. No cargo-chave da comissão, Mentor não convocou para depor nem incluiu na lista dos indiciados donos e diretores do Banco Rural, o ex-prefeito paulistano Paulo Maluf (PP), o ex-dono da Transbrasil Antônio Cipriani, o presidente do Banco Central, Henrique Meirelles, o doleiro Toninho da Barcelona e o empresário de ônibus Ronan Maria Pinto, além de deixar de investigar operações no MTB Bank que comprometeriam Duda Mendonça, marqueteiro da campanha de Luiz Inácio Lula da Silva em 2002. Mentor costumava emitir elogios e antecipar conclusões sobre investigados. À época já criticados pela oposição, hoje os discursos do deputado, à luz das revelações da CPI

dos Correios, ganham novos significados. ‘(...) Quero registrar a cooperação que o Banco Rural tem apresentado desde o início da CPI’, elogiou o deputado, em meados de 2004, em sessão aberta da CPI. O banco estava sob investigação por operar com doleiros brasileiros por meio de empresas offshore no Banestado de Nova York, cerca de US\$ 4,3 bilhões. Sabe-se agora que em maio de 2003 o Banco Rural havia concedido um empréstimo de R\$ 3 milhões à direção nacional do PT com aval do publicitário mineiro Marcos Valério de Souza. Além disso, foram das contas do Rural que cerca de R\$ 30 milhões, segundo a versão de Valério, chegaram ao PT e partidos aliados. Os dirigentes do Rural nunca foram intimados por Mentor a depor na comissão e seus nomes não foram incluídos na lista de indiciados do relatório final.”

Buratti: arquivo da Leão Leão traz mesada paga a um ‘Dr.’

7h15 – De Rogério Pagnan e Marcelo Toledo, na **Folha** de hoje: “Documentos apreendidos na sede da Leão Leão no ano passado pela Polícia Civil e pelo Ministério Público Estadual reforçam a versão do advogado Rogério Tadeu Buratti de um suposto pagamento de propina da empresa a agentes públicos, incluindo o ministro da Fazenda, Antonio Palocci. O documento, a que a **Folha** teve acesso, é um arquivo de computador denominado “despesas diversas” encontrado no notebook do ex-presidente da Leão Ambiental, Wilney Barquete. Protegido por duas senhas de oito dígitos, o arquivo traz uma contabilidade que se alinha ao depoimento de Buratti à polícia. Há referência ao pagamento de “mensalidades” entre R\$3.000 e R\$50 mil a cinco cidades (Ribeirão Preto, Araraquara, Sertãozinho, Matão e Monte Alto), para o Departamento de Estrada de Rodagem e para uma sigla Conter, não-especificada. Para a Promotoria e a Polícia Civil, isso é o “mapa do pagamento de propina” que Buratti ajudou a esclarecer. O arquivo foi mostrado a Buratti anteontem pelo delegado seccional Benedito Antonio Valencise -a prova está incluída na página 4.284 do inquérito sobre a suposta máfia do lixo (que tem 21 volumes). (...). No documento, há a menção ao pagamento de R\$50 mil a alguém identificado como “dr.”

Chai vai romper o silêncio de quem nunca foi inocente?

7h05 – Que graça! Marilena Chai, a filósofa pe-tista que, feito Bambi, saía gritando “fogo na floresta!” a cada medida do governo FHC, participou, na sexta, de um encontro de intelectuais organizado pelo PT e será estrela, amanhã, do ciclo de palestras intitulado “O Silêncio dos Intelectuais”. As informações estão na Folha deste domingo. O evento, consta, já estava programado havia muito tempo, com o patrocínio da Petrobras. A

idéia era debater, parece, a crescente desimportância da categoria nas sociedades contemporâneas. Em face do governo Lula, no entanto, o título virou uma ironia. Chai, ao ser abordada pela imprensa, saiu-se com um emblema do seminário: “Não falo”. Eis o silêncio da intelectual. Mas falava muito antigamente, não é? Seu tema de amanhã será “Intelectual engajado: figura em extinção?”. Por que não debatem o seguinte tema: “Intelectuais pagos pelo Estado a serviço de um partido: roubo ou estelionato?” Intelectual engajado? Santo Deus! Remete aos confrontos de Raymond Aron e Jean-Paul Sartre na França dos anos 60. Os marxistas estão no século 19, e sua ala moderna, no Brasil, já chegou ao 20, mas está 40 anos atrasada. Leiam a matéria da Folha. Vejam lá o clima de camaradagem e doce cumplicidade dos companheiros pensadores com o seu partido. Incluindo o sempre loquaz Renato Janine Ribeiro, que, a exemplo da personagem Wanderley, de Casseta & Planeta, faz sempre questão de dizer que “não é filiado”, embora esteja sempre num lugar, inclusive o retórico, incompatível com a sua negativa. Bom mesmo é o tema que coube a Francisco de Oliveira, esquerdista rompido com o PT: “No silêncio do Pensamento Único: Intelectuais, Marxismo e Política no Brasil”. Entendi. Ele deve provar que é proibido não ser de esquerda na universidade brasileira e que isso caracteriza uma forma de pensamento único, certo? Ah, sim: Marilena deu uma entrevista, não faz tempo, onde afirmava que não lia mais jornais nem via mais TV. Melhor assim: saberemos o que Espinosa pensava sobre dólares na cueca, financiamento ilegal de campanha, vans recheadas de moças de vida difícil (alguém acha que é fácil encarar a canalha?), extorsão, superfaturamento, mensalão, privatização do Estado, cartões corporativos sem limites, para ficar apenas nos crimes mais óbvios. – Reinaldo Azevedo

Marilena fala amanhã na Maison de France, av. Presidente Antonio Carlos, 58, 2º andar – Telef. 0xx21 3974-6899

Painel da Folha aguça curiosidade sobre festinhas de Brasília

1h10 – O Painel da Folha de S.Paulo publica uma nota neste domingo que deve aguçar ainda mais a curiosidade dos leitores sobre as festinhas organizadas pela “promotora de eventos” Jeany Mary Corner. “Segurança máxima: Quando tinha de despachar suas moças para determinado endereço de Brasília muito visado pela imprensa, Jeany Mary Corner recorria a uma van com vidros dotados de insulfilm.”

CPI dos Bingos investiga propinas do jogo a políticos

0h40 – De Alan Gripp, em **O Globo**: “Um documento em poder da CPI dos Bingos no Senado será o

ponto de partida da comissão para investigar o braço político do esquema de corrupção ligado a empresários de jogos. O papel registra o resultado de uma operação da Polícia Federal guardada a sete chaves há um ano e seis meses e é a principal evidência material até aqui da existência do pagamento de propina do setor a políticos. A apuração passou a ser prioritária na CPI depois que o advogado Rogério Buratti, ex-assessor do ministro da Fazenda, Antônio Palocci, na prefeitura de Ribeirão Preto, denunciou que a campanha do presidente Luiz Inácio Lula da Silva, no Rio e em São Paulo, em 2002, teria recebido dinheiro arrecadado ilegalmente em casas de bingo das duas cidades. Três dias após vir à tona o escândalo Waldomiro Diniz, em 16 de fevereiro de 2004, agentes federais apreenderam R\$231.617 em dinheiro vivo num apartamento em Nova Iguaçu, na Baixada Fluminense. O imóvel pertencia ao então presidente da Associação dos Bingos do Rio, José Renato Granado, conhecido como Zé Renato. (...) A análise do material desencadeou uma investigação que, segundo fontes da Polícia Federal ouvidas pelo **Globo**, aponta para a existência de um esquema de pagamento de mesadas a deputados estaduais do Rio e a pelo menos um deputado federal já citado nas denúncias sobre o mensalão. A suspeita é de que, em contrapartida, eles apresentassem e votassem projetos de interesse do setor e atuassem para permitir o funcionamento do jogo ilegal.”

TCU vê interferência da Secom em contratos de publicidade

0h35– De Regina Alvarez, no **Globo**: “Resultados preliminares de uma mega-auditoria realizada pelo Tribunal de Contas da União (TCU) nos contratos de publicidade do governo mostram a forte interferência da Secretaria de Comunicação de Governo e Gestão Estratégica (Secom) nas licitações e na execução desses serviços na gestão do ex-ministro Luiz Gushiken. As irregularidades nos contratos nessa área não se restringem aos órgãos atendidos pela DNA Propaganda e pela SMP&B, agências do empresário Marcos Valério. Os auditores já identificaram problemas nos contratos com a Presidência da República, com o Ministério da Cultura e com bancos estatais, atendidos por outras agências. O presidente do TCU, Adylson Mota, prevê que o resultado final da auditoria, previsto para 30 de setembro, pode levar ao cancelamento de diversos contratos no governo e estatais e exigirá uma nova política para essa área. (...) Uma das conclusões dos auditores é que a Secom influenciava as licitações nessa área, através da indicação da maioria dos membros nas comissões de licitação.”

“Eu vou, mas carrego você”, teria dito Janene a Severino

0h27 – Ainda da reportagem de Gerson Camarotti, José Casado e Isabel Braga, em **O Globo**: “O líder do PP, deputado José Janene (PR), ao ser informado de que o líder do governo no Senado, Aloizio Mercadante (PT-SP), teria cogitado uma lista de cassações que incluía o seu nome, o do presidente do PP, Pedro Corrêa (PE), e do ex-líder do partido Pedro Henry (MT), chamou todos à sua casa. Os líderes chegaram assustados. O deputado Sandro Mabel (GO), líder do PL, deixou a família e foi. Chinaglia entrou tenso e saiu pior. Janene foi claro: ‘Chinaglia, diga para Mercadante fazer a lista do PT. Caso contrário, nós é que faremos essa lista. Ninguém vai se fazer de santo na minha frente. A maioria sabe do que estou falando.’ ‘Mais tarde, em reunião com integrantes de PL, PP, PTB e PT, Janene enfrentou o presidente da Câmara, Severino Cavalcanti: ‘Eu vou, mas carrego mais 26 do partido, inclusive você.’ Severino nega: ‘Até hoje não recebi qualquer apelo, nem do meu partido, nem das bases, para tomar uma decisão’.”

Dirceu a petistas, segundo o Globo: “Não aceito ser cassado”

0h22 – De Gerson Camarotti, José Casado e Isabel Braga, em **O Globo**: “Algumas ameaças são sutis. Outras, explícitas. Um clima de desconfiança, pressões e chantagens domina o Congresso. Deputados com mandatos em xeque, por envolvimento no escândalo do mensalão, mandam recados ao governo, a aliados e a adversários. Parte das mensagens tem sido endereçada à Presidência da República. O governo admite e reage: ‘O governo não tem o que temer e não vai entrar nesse jogo. A ordem do presidente Lula é apurar tudo’, diz o ministro das Relações Institucionais, Jaques Wagner. Na noite de 10 de agosto, um grupo de petistas se reuniu no apartamento do deputado Luiz Eduardo Greenhalgh (PT-SP). Estavam lá o líder do governo na Câmara, Arlindo Chinaglia (PT-SP), e os ministros Wagner e Ciro Gomes (Integração Nacional). O deputado José Dirceu chegou sem ser convidado. E foi logo avisando: ‘Não aceito ser cassado por corrupção. Se quiserem me cassar, vai ter que ser uma cassação política’, disse ele, que mais tarde se queixou de Lula. Sentia-se abandonado, cobrou solidariedade. ‘Há duas semanas tento falar com Lula e não consigo. Por que ele não está falando comigo?’”

Manchete de O Globo: Buratti usou nome de Palocci

0h16 – **O Globo** dá manchete para a revelação da Veja sobre os grampos telefônicos em que Rogério Buratti fala como se tivesse o poder de agendar audiências com o ministro Antonio Palocci. “Transcrições

de conversas telefônicas e e-mails obtidas pelo Ministério Público (MP) em quase dois anos de investigação mostram que Rogério Buratti, ex-assessor que envolveu o ministro da Fazenda, Antonio Palocci, em corrupção, usava o nome de Palocci para fazer contatos com empresários, muitas vezes usando a estrutura do próprio Ministério da Fazenda. Nas conversas, o assessor oferecia encontros dos empresários com o ministro. Muitos desses encontros teriam efetivamente ocorrido. (...) O MP já decidiu enviar as transcrições das conversas ao Supremo Tribunal Federal (STF), que terá de decidir se cabe a abertura de inquérito contra o ministro. De acordo com a revista, há ainda um e-mail no qual Juscelino Dourado, atual chefe de gabinete de Palocci, pede, em nome do chefe, ajuda de Buratti para comprar um aparelho de espionagem telefônica.”

CPI vai procurar registros de trocas de dólares pelo PT

0h – Na Folha: “A CPI dos Correios vai pedir à Polícia Federal os computadores apreendidos na casa de câmbio do doleiro Antonio Oliveira Claramunt, o Toninho da Barcelona, para checar se há registro de trocas quase diárias de altas quantias em dólar feitas pelo PT em 2003. Palamentares da comissão querem verificar se há veracidade nos relatos feitos pelo doleiro, que está preso em São Paulo, a uma diligência da CPI na última semana e à revista Veja, na edição desta semana. Toninho afirma na entrevista que o PT possuía uma conta clandestina no exterior, operada pelo Trade Link Bank, uma offshore – empresa em que os sócios não são identificados – vinculada ao Banco Rural. Quando o PT precisava de dinheiro, ainda segundo Toninho, recorria ao doleiro Dario Messer, que recebia os dólares petistas em uma offshore no Panamá e depositava a mesma quantia no Brasil, em reais, no Rural, em uma operação de compensação paralela.”

Caixa 2 era, na verdade, caixa 1 de Dirceu, diz petista

0h – De Luiz Maklouf Carvalho, no Estadão: “Integrante do Diretório Nacional do PT, o assessor especial da presidência do Banco do Nordeste (BNB), Ozeas Duarte de Oliveira, 64 anos, há 20 no partido, onde foi secretário nacional de Comunicação de 1997 a 2003, disse ao Estado que o ex-ministro da Casa Civil e deputado José Dirceu (PT-SP) continuou sendo o presidente de fato do PT quando estava no governo e, como tal, ‘foi o principal responsável pelo esquema de caixa 2’. Oliveira suspeita que o ‘caixa 2’ era, na verdade, o caixa 1 do grupo de Dirceu que assim pretendia viabilizar sua candidatura à presidência da República em 2010.”

Efeitos da crise 1: ex-exilados se queixam do “comissário”

0h – O Estadão foi ouvir alguns ex-presos políticos que saíram do Brasil no mesmo avião que levou José Dirceu para o exílio em 1969. “(...) A maior parte dos remanescentes do vôo do Hércules C-130 da Força Aérea Brasileira, prefixo 2456, que os levou para fora do Brasil, critica duramente a obra política do antigo parceiro de exílio. ‘O PT copiou os piores defeitos da direita populista. Seu grande ideólogo virou o Adhemar de Barros [que popularizou o rouba, mas faz] e o Maluf, o seu grande espelho’, diz o escritor Flávio Tavares, 71 anos, um dos 13 presos políticos retratados na Base Aérea do Galeão na tarde de 6 de setembro de 1969, pouco antes de o Hércules decolar rumo ao México.” Outros foram menos ácidos em suas análises e declarações, numa gradação que vai até a compreensão e isenção do ex-ministro. Ricardo Zaratini, por exemplo, acredita que “o Zé cometeu erros políticos, mas ele não participava do dia-a-dia da finanças do partido”.

Efeitos da crise 2: no quarto dos fundos, o exílio de Genoíno

0h – Também no Estadão, por Patrícia Villalba, um retrato da situação em que se encontra o ex-presidente do PT José Genoíno, abatido pelo mensalão e por dólares na cueca dos outros: “Auto-exilado em sua casa desde que deixou a presidência do PT, em 9 de julho, o ex-deputado José Genoíno enviou na sexta-feira ao partido uma carta em que pede desligamento definitivo da direção. ‘Quero ser agora um militante de base’, diz, em conversa exclusiva com o Estado em seu escritório, um ex-quarto de empregada nos fundos de sua casa. É lá que Genoíno tem passado os dias, entre muitos cigarros – com a avalanche de denúncias sobre o governo e o PT, o plano de parar de fumar foi novamente adiado. Foi uma conversa, não uma entrevista. (...) O telefone não parou de tocar. Ele observa que a maioria das lições é de repórteres. Mas Genoíno, por enquanto, não quer receber a imprensa. (...). Numa calça jeans, camiseta branca e havaianas, ele conta com satisfação que conseguiu arrumar todos os volumes encadernados em que estão as reportagens mais representativas de sua vida”.

Efeitos da crise 3: Duda se prepara para as vacas magras

0h – No Estadão, por Carlos Franco: “O presidente Luiz Inácio Lula da Silva tem dito que se sente traído por dirigentes do PT e aliados. Mas, na quinta-feira, quem experimentou um gosto de traição foi o publicitário baiano Duda Mendonça, que com suas campanhas, o ajudou a eleger-se presidente da República em 2002. Na quinta e na sexta-feira, os profissionais da agência de publicidade Duda Propaganda, de Duda Mendon-

ça, faziam cálculos do estrago da perda da conta da Secretaria de Comunicação do Governo Federal. (...) Sócio da Duda Propaganda e sobrinho de Duda Mendonça, Ricardo Braga, procurou minimizar, na sexta-feira, a perda de receita, embora reconheça que isso muda os planos iniciais da agência de encerrar o ano com faturamento de R\$250 milhões.”

Advogado alertou Buratti contra fazer denúncia sem prova

0h – No Estadão: “(...) O advogado Rogério Telhada alertou Rogério Buratti, acusador do ministro Antonio Palocci (Fazenda), que não é conveniente e pode ser perigoso fazer denúncias sem provas. Na quinta-feira, Telhada encontrou seu cliente algemado na delegacia de polícia de Ribeirão Preto. Ele disse ao prisioneiro: ‘Rogério, se você fizer acusações contra quem quer que seja e não puder prová-las vai se tornar alvo de outros processos, além de criar problemas para a delação premiada’ (...) Quando percebeu que Buratti estava disposto a fechar o acordo com a promotoria, o advogado foi categórico: ‘Se você fizer isso eu, eu vou embora.’ O ex-assessor de Palocci na prefeitura de Ribeirão Preto foi em frente.”

Grampos ligam atuais assessores de Palocci a Buratti

0h – De Expedito Filho e Ricardo Brant, no Estadão: “(...) O advogado Rogério Buratti, mesmo sem cargo no governo Lula, é suspeito de participar de uma rede de tráfico de influência, servindo de ligação entre o governo, prefeituras petistas e empresários. É o que indicam grampos telefônicos em poder da CPI dos Bingos. (...) Para o Ministério Público, as fitas apontam a participação de outros dois homens de confiança do ministro da Fazenda no esquema: seu chefe de gabinete, Juscelino Dourado, e seu secretário particular, Ademirson Arioaldo da Silva. O Ministério da Fazenda informou que só se pronunciará após o término das investigações. Nas conversas, obtidas pelo Estado, Buratti revela que não pode falar por telefone com Dourado – e acrescenta que o principal assessor de Palocci não está autorizado conversar determinados assuntos nas ligações”.

A primeira taça: vendedor de vinho se diz decepcionado

0h - Certamente vocês se lembram da garrafa de Romanée-Conti que Duda Mendonça deu ao então candidato a presidente Luiz Inácio Lula da Silva em comemoração a seu desempenho num debate na TV Globo. Pois é, o repórter Luiz Fernando Vianna, da sucursal do Rio da Folha de S.Paulo, descobriu que o dono do restaurante em que jantaram Lula e Duda, o italiano Luciano Pessina, ainda mantém a garrafa, vazia, é claro. Seu líquido foi consumido ao preço de

R\$6 mil à época. “Guardei a garrafa como lembrança de uma noite especial’, conta Pessina, dizendo-se ‘perplexo’ com as revelações sobre o esquema PT-Marcos Valério. ‘Se eu fosse brasileiro, teria votado em Lula. Hoje, estou decepcionado. Estamos vendo no que deu a ‘realpolitik’ de José Dirceu’, afirma ele”. Pessina não deveria se surpreender. Aquela foi a primeira taça com que os petistas começaram a se embriagar de poder. Perdão, percebo que a metáfora não é boa. A farra começou muito antes, não é mesmo? – Fábio Santos

Abatido, Lula diz a empresários que Palocci fica no ministério

0h – De Gilberto Barros, na **Folha**: “Visivelmente abatido e muito diferente de seu habitual estilo descontraído, o presidente Luiz Inácio Lula da Silva não fez discurso e se reservou a conversas paralelas com alguns poucos empresários durante o jantar, na sexta à noite, em homenagem ao novo presidente do IEDI, Josué Gomes da Silva, presidente da Coteminas e filho do vice-presidente da República, José Alencar. (...) Lula manifestou indignação em relação às denúncias contra Palocci e deixou claro que está disposto a manter o ministro no cargo.” Depois de descrever a cerimônia, realizada em dois ambientes (Lula ficou na biblioteca), o jornalista continua: “A presença de Lula no jantar não foi bem recebida por muitos empresários. No salão principal, o clima era de total decepção e frustração com o governo”.

Época 1: Farras no planalto: dinheiro, promiscuidade e poder

0h – Na revista **Época** desta semana: “Além dos crimes contra o patrimônio público, das suspeitas de enriquecimento ilícito, da corrupção eleitoral e dos atos de desmando institucional que povoam três CPIs no Congresso, o mundo petista está deparando com uma avalanche de miseráveis histórias de degradação pessoal. As tentações do poder fizeram sucumbir reputações. (...) Como novos-ricos na corte brasiliense, algumas estrelas da elite partidária propiciaram cenas de deslumbramento explícito. (...) O clima de festa desbragada extravasou os limites das salas privêes. Segundo um deputado de um partido ligado ao governo, o clima das farras foi aumentando com o tempo. ‘No início as festas eram regadas a vinho do Rio Grande e charutos nacionais. Depois foi só charuto cubano e vinho francês’, descreve o político. Sem qualquer cuidado, um grupo de políticos costumava freqüentar manjados inferninhos da capital”. Com a exposição na mídia, essa turma anda bem mais discreta. “Uma das eminências da bancada do PT no Congresso, que até agora vinha enfrentando corajosamente a ameaça de cassação por corrupção, desabou na quinta-feira à tarde. Perguntado por um jornalista sobre o aparecimento

de seu nome num angu que mistura prostituição e poder, o deputado ajoelhou-se e chorou. 'Eu imploro, não destruam minha vida. Sei que vou perder o mandato, mas não posso perder minha família', pediu." Para o petista Rogério Buratti, flagrado em conversas com garotas de programa por um grampo telefônico em poder da Justiça, já é tarde. No caso dele, a esbórnica devastou um casamento de 16 anos.

Época 2: Governo Lula: bajulação, isolamento e despreparo

0h – Ainda na Época, uma entrevista com o empresário Oded Grajew procura explicar como Lula foi se afastando da realidade – até dar no que deu: "Impressionante essa coisa de doutor em Brasília. Essa falsidade, esse mundo de aparências, de medidas. (...) Velhos amigos, companheiros que antes tratavam Lula por você e passaram a chamá-lo de presidente – e de se chamar por ministro. Aí passaram a não falar mais as coisas, a ter medo de fazer críticas, a se transformar diante do Lula. (...) A direção do partido não fazia nenhuma crítica ao governo. Não é preciso ofender o Lula, mas tem de se ter espírito crítico. Se (o Lula) dizia que o sol nasceu à meia-noite, concordavam. Era um amém completo'. (...) Em Brasília, aonde você vai é bajulado. A pessoa menos preparada começa a acreditar que é o máximo, que é bonita, que é inteligente. E que não tem limites. Foi uma enorme mudança de clima. Começaram a gostar de roupa bonita. Os carros, as gravatas, os jatinhos. É despreparo – despreparo para o poder." Grajew foi o primeiro empresário a se aproximar de Luiz Inácio Lula da Silva, em 1984, e foi também o primeiro amigo íntimo de Lula a deixar o governo, em novembro de 2003.

IstoÉ Dinheiro 1: Planalto gastou R\$10,2 mi com cartão de crédito neste ano; R\$ 6,8 mi foram em saques em espécie

0h – A revista IstoÉ Dinheiro traz uma reportagem altamente preocupante para o presidente Lula. Com base em documentos que estão com o Tribunal de Contas da União e que devem resultar numa devassa das prestações de contas dos gastos do Palácio do Planalto com cartões de crédito corporativos, a revista mostra que, somente neste ano, até a última quinta-feira, foram consumidos R\$ 10,2 milhões, sendo que R\$ 6,8 milhões são referentes a retiradas em dinheiro vivo. Esses cartões são usados por funcionários públicos, chamados ecônomos, para pagar as despesas do Gabinete da Presidência da República, da Granja do Torto e dos ministros que assessoram diretamente o presidente. Entre janeiro e agosto do ano passado, foram R\$ 5,5 milhões em despesas com cartões de crédito.

IstoÉ Dinheiro 2: saques para gastos de Lula são R\$1,5 mi

0h – Algo que chama muita atenção na reportagem da IstoÉ Dinheiro são os saques de dinheiro feitos pelos nove funcionários que servem diretamente ao presidente Lula. No total, os nove ecônomos presidenciais sacaram no período R\$1,510 milhão – uma média de R\$189 mil mensais. Também são destacados na reportagem os gastos feitos pela funcionária que serve à primeira-dama Marisa Letícia: foram R\$441,5 mil, sendo R\$198,1 mil em dinheiro, uma média de R\$24,8 mil por mês.

IstoÉ Dinheiro 3: Ministro do TCU se diz impressionado

0h – O uso dos cartões principalmente para sacar dinheiro vai contra o argumento que foi utilizado para que esse meio de pagamento passasse a ser adotado pelo governo federal e é revelado num momento em que o país se assusta com as grandes movimentações em espécie feitas por políticos. "Os cartões corporativos foram adotados justamente para aumentar o controle e a transparência", declarou o procurador Marinus DeVries Marsico, representante do Ministério Público no TCU e autor do pedido de quebra de sigilo dos cartões do Planalto, à IstoÉ Dinheiro. O relator do processo, Ubiratan Aguiar, também se disse impressionado: "O tema é tão relevante que merece máxima celeridade", afirmou à publicação.

Sereno, ex-assessor de Dirceu, depõe na CPI dos Bingos

0h – A CPI dos Bingos ouve na terça-feira o depoimento de Marcelo Sereno, tesoureiro da campanha de Benedita da Silva (PT) ao governo do Rio, em 2002, e ex-assessor da Casa Civil durante a gestão de José Dirceu. Sereno, que deixou a secretaria de Comunicação do PT depois do escândalo do mensalão, também teria participado do esquema de arrecadação de propinas que Waldomiro Diniz, também ex-assessor de Dirceu, teria montado. No mesmo dia, também será ouvido Lucas Furtado, procurador do Ministério Público junto ao Tribunal de Contas da União (TCU). Ele escreveu estudos e pareceres sobre os resultados das investigações sobre os contratos entre Caixa e GTech Brasil. Na quarta (24), a CPI ouve os depoimentos dos ex-presidentes da Caixa Econômica Federal (CEF) Danilo de Castro, Sérgio Cutolo e Emílio Carazzai e do atual presidente da CEF, Jorge Mattoso. Na quinta, será a vez de Denivaldo Henrique Almeida, que é ligado ao setor de jogos e, segundo informações da comissão, teve intensa comunicação com o advogado Rogério Tadeu Buratti, acusado de pedir propina em troca da renovação de contrato da Caixa com a empresa Gtech, e com Enrico Gianelli, ex-advogado da empresa.

CPI dos Bingos debate na terça se vai convocar Palocci

0h – Os membros opositores da CPI dos Bingos vão levar à comissão o debate sobre convocar ou não o ministro da Fazenda, Antonio Palocci, para depor

na CPI sobre a acusação que lhe foi feita pelo advogado Rogério Buratti. O líder da minoria no Senado, José Jorge (PFL-PE), e o vice-presidente do PSDB, senador Leonel Pavan, ambos integrantes da comissão, já se manifestaram favoráveis à convocação. Segundo Pavan, não tem mais como a base aliada ao governo tentar impedir a convocação do ministro. “Terça-feira vamos definir esta questão”, disse na sexta. O relator da CPI, senador Garibaldi Alves Filho (PMDB-RN), também considerou grave a denúncia contra Palocci. Garibaldi avaliou, no entanto, que Buratti fez as acusações em troca do benefício da delação premiada. “Um verdadeiro salve-se quem puder”, comentou.

(NOTAS EXTRAÍDAS DO SITE PRIMEIRA LEITURA – 22-8-05)

O SR. PRESIDENTE (Mão Santa – PMDB – PI)

– Para concluir esta sessão convidamos a usar da palavra o Senador Alberto Silva, do Piauí, que também é Conselheiro da República.

O SR. ALBERTO SILVA (PMDB – PI. Pronuncia o seguinte discurso. Sem revisão do orador.) – Sr. Presidente, Sr^{as} e Srs. Senadores, democracia é isso aí. Acabamos de ouvir a fala veemente do Líder Arthur Virgílio. Usando naturalmente da sua condição de Líder e de Oposição, S. Ex^a mencionou números sobre empregos criados pelos Governos FHC e Lula e chegou a lançar um desafio.

Sabemos que, no Brasil inteiro, há milhões de desempregados nas cidades e no campo também, daí a inquietação dos sem-terra em busca de um lugar para trabalhar.

Creio que, neste instante, neste final de sessão, devemos examinar a situação. O Líder que, com toda a razão e veemência, faz a sua peroração e exige uma explicação quanto ao número de empregos criados no Governo Fernando Henrique e no Governo Lula. Vamos olhar os números e propor algo. Como se gera emprego? Os economistas dizem que é com investimentos, mas não dizem onde se deve investir. Na indústria automobilística? A indústria automobilística é tão robotizada que emprega poucas pessoas e produz milhares de carros. Que outro setor da economia ou da sociedade pode gerar empregos com investimentos?

Para resumir e não me alongar muito, eu diria: no campo. O Brasil tem uma oportunidade ímpar na história, eu não diria apenas do Brasil, mas na história do mundo.

Estão anunciando que o petróleo vai acabar. Daqui a 20 anos talvez a Petrobras não encontre mais petróleo, embora possa continuar a encontrar gás. No Oriente Médio, conforme as estatísticas, o petróleo terá acabado. O que vai entrar no lugar dele? O Brasil tem a chance, tem a oportunidade única de substituir o petróleo, pois nosso País tem sol, tem solo, tem água e tem desempregados. Quantos? Milhões, no campo e na periferia das cidades. Agora que surgiu o biodiesel, eu falei com o Presidente no Piauí: Presi-

dente, é a sua vez, é a sua hora. Getúlio Vargas criou a Petrobras. No regime militar, senão me engano, no Governo Geisel, foi criado o Proálcool. Hoje temos 16 bilhões de litros de álcool para exportação e podemos produzir 30 bilhões. Então, eu disse: Presidente, é a sua hora e a sua vez. Crie uma empresa como a Petrobras, que podemos chamar de Biobrás, ou seja, Empresa Brasileira de Combustíveis Renováveis. Temos números fantásticos para este País. Começemos pela Amazônia. Poderemos colocar a Venezuela de um lado, que também é amazônica, e a Amazônia brasileira. Se juntarmos 20 milhões ou 40 milhões de hectares e plantarmos dendê, que dá em três anos e cada hectare gera oito mil litros de óleo de dendê – se temos óleo de dendê, temos biodiesel, e a relação é de um para um –, teremos isso transformado em oito mil litros de biodiesel.

Olhe os números fantásticos que o Brasil pode ter se tiver uma política sólida e permanente, como a da Petrobras. Ela foi criada no Governo de Getúlio Vargas – teve dificuldades, é evidente, mas foi sustentada – e hoje é essa potência mundial, mas ela está malhando em ferro frio, porque o petróleo vai acabar. Então, vamos criar outra empresa. Está na hora, Presidente Lula. É o que eu lhe disse no Piauí: crie a Biobrás, com capital grande. Vamos colocar um capital, de saída, de dez bilhões. Por que não? Estamos passando da casa dos cem bilhões. Por que vamos dar tudo ao FMI? Vamos pedir esses dez bilhões e vamos colocá-los como capital da Biobrás. Aí, sim, vamos regulamentar o que estou dizendo: vamos investir na Amazônia, chamar as pessoas que estão desempregadas para plantarem o dendê. Elas vão ganhar uma fortuna. Cada família receberá três hectares para plantar dendê. Se voltarmos para o semi-árido nordestino, aí plantaremos mamona, intercalada com feijão.

Meu caro Presidente Senador Mão Santa, que foi um grande Governador do Piauí – sou testemunha disso –, V. Ex^a sabe que, no semi-árido piauiense, pode dar mamona em todos os Municípios, podemos empregar cem mil famílias, quinhentas mil pessoas. Cem mil famílias ocuparão trezentos mil hectares. O Piauí tem só no cerrado, 5 milhões de hectares e do outro lado, no semi-árido, tem mais 10. E podemos fazer isso aproveitando este presente que Deus deu ao Brasil: solo, sol e água. É o sol que possibilita a geração de tudo isso. O petróleo vem do sol, tudo vem do sol, e quem criou o sol foi Deus, que deu ao Brasil a oportunidade de sair desses números. Quanto empregamos?

Sr. Presidente Mão Santa, sabe o que estive pensando essa noite? Os assentamentos do Inkra no Piauí têm mais de 100 mil famílias. Se fizermos o projeto do biodiesel em parceria com o Inkra, e começarmos a produzir biodiesel nos assentamentos, eles terão uma oportunidade única. E então estaremos gerando 100 mil empregos, mas precisamos ter por trás disso uma empresa que embase todos os investimentos, uma empresa como a Petrobras, que gasta

bilhões na pesquisa de petróleo. Então vamos gastar milhões empregando gente para produzir biodiesel à mão. Por que não? Uma família planta três hectares de mamona, de feijão, com enxada. Dando a essas pessoas sementes selecionadas e adubo e colocando técnicos para acompanhar o trabalho delas, o cidadão vai ganhar R\$600,00, R\$700,00 por mês, meu caro Presidente Mão Santa.

Esses números, eu assino em baixo, porque já testei. Por isso, neste fim de tarde e com esta oportunidade que V. Ex^a me deu de falar, quando há um desencanto aqui, uma briga por números, que “no Governo Lula, foram tantos mil”. Eu quero é o dia de hoje. Deixemos o passado e vamos criar um milhão de empregos, de saída. Talvez, em dois ou três anos, sejam dez milhões. Por que não? Acho que esse é o caminho, é o nosso caminho.

Eu faço votos para que o Presidente, que ouviu isso e que disse que ia fazer, pare, pense e crie a Biobrás, porque ela vai substituir a Petrobras em vinte anos. Antes disso, ela vai produzir álcool. A China está precisando disso. A China está queimando carvão, está poluindo a atmosfera, ela que assinou o Protocolo de Kyoto, mas é obrigada a queimar o carvão, porque não tem combustível. Japão também não tem o suficiente. O Brasil pode produzir milhões, bilhões de litros de álcool e bilhões de biodiesel a partir da mamona ou do dendê.

Sr. Presidente, V. Ex^a me permite conceder um aparte ao Senador João Batista Motta?

O Sr. João Batista Motta (PMDB – ES) – Senador Alberto Silva, o pronunciamento de V. Ex^a é divino, maravilhoso, mas, para que isso ocorresse, seria necessário que, no Brasil, estivesse à frente da Presidência da República um homem do seu quilate.

O SR. ALBERTO SILVA (PMDB – PI) – Muito obrigado.

O Sr. João Batista Motta (PMDB – ES) – Que tivesse a sua experiência administrativa. Por exemplo, quando V. Ex^a fala de biodiesel, V. Ex^a está tratando de um produto agrícola, de um produto do interior do nosso Brasil. Veja V. Ex^a que, neste Governo, não conseguimos ter uma política sequer para a soja, para o arroz, para a pecuária, para nada. Quem planta o arroz a R\$50,00 o saco quer vender a R\$15,00 e não há comprador. Não há política agrícola, não existe política para o homem do campo. O Governo está apático com relação a isso. Só se protege a indústria. Por quê? Porque a indústria pertence às multinacionais. Só se protegem os grandes supermercados, que estão vindo da França e dos Estados Unidos. Aquilo que o brasileiro produz, infelizmente, não vale nada. Nesse caso do biodiesel a partir da mamona e do dendê, cairemos no mesmo lugar: o cidadão, incentivado, plantará e depois ficará com tudo nas costas, sem ter para quem vender.

O SR. PRESIDENTE (Mão Santa. PMDB – PI) – Senador Alberto Silva, dei-lhe dez, porque estava no meu subconsciente – não foi de tempo, pois não o

limitaria, mas a nota que V. Ex^a merece pela sua vida pública e pela sua lucidez, dando luzes ao Brasil.

O SR. ALBERTO SILVA (PMDB – PI) – Muito obrigado.

O Sr. João Batista Motta (PMDB – ES) – E sonhando mais do que qualquer menino de dezoito anos. Isso é que é bonito. Meus parabéns, Senador Alberto Silva.

O SR. ALBERTO SILVA (PMDB – PI) – Muito obrigado.

Creio que devo encerrar.

O Sr. Flexa Ribeiro (PSDB – PA) – Permite-me V. Ex^a um aparte?

O SR. ALBERTO SILVA (PMDB – PI) – Ouço V. Ex^a com prazer.

O Sr. Flexa Ribeiro (PSDB – PA) – Senador Alberto Silva, associe-me ao brilhante pronunciamento de V. Ex^a. Acho que V. Ex^a é uma unanimidade como referência desta Casa de Leis, o nosso Senado Federal, por toda a história de sua vida, como muito bem ressalta o nosso Presidente, Senador Mão Santa. Associe-me ao seu pronunciamento, porque sei da sua história e do seu trabalho para desenvolver a produção de biodiesel na sua região, especialmente no seu Estado, a partir da mamona. E fiz um convite a V. Ex^a...

O SR. ALBERTO SILVA (PMDB – PI) – Exatamente.

O Sr. Flexa Ribeiro (PSDB – PA) – ...para que, junto com outros companheiros nossos, como os Senadores Sérgio Guerra, Leomar Quintanilha, Sibá Machado, César Borges, Arthur Virgílio, venha na próxima sexta-feira visitar, no Pará, no Município de Moju, uma plantação da Agropalma. É uma experiência importantíssima, Senador Alberto Silva, piloto de implantação de 150 famílias, num projeto de agricultura familiar, com cada família cuidando de dez hectares, já em produção, e dando uma renda, hoje, de R\$800,00 por mês. Essa renda, no pico de produção do dendê, chegará a R\$2 mil. Então, eu quero dizer que me associe ao pronunciamento de V. Ex^a. No momento em que o biodiesel é uma solução para a substituição do petróleo, o Pará, já hoje o maior produtor de dendê do Brasil, com uma área aproximada de sessenta mil hectares plantada, pode chegar a ter dois milhões de hectares plantados, aproximando-se da Malásia e tornando o Brasil o maior produtor de óleo de dendê do mundo. Parabéns pela luta de V. Ex^a, que é de todo brasileiro que quer ver este País ocupando lugar de destaque no cenário mundial.

O SR. ALBERTO SILVA (PMDB – PI) – Obrigada, Senador. E eu devo dizer para o Brasil: o Pará saiu na frente, deu o pontapé inicial na produção de dendê. Agora, é preciso ter uma empresa que dê respaldo ao projeto e que garanta a eficiência.

E eu agora quero...

(O Sr. Presidente faz soar a campainha.)

O SR. ALBERTO SILVA (PMDB – PI) – Só um minuto e encerro, Sr. Presidente.

É claro que, sem o apoio de uma empresa forte, que possa, como a Petrobras fez, estimular a pesquisa, estimular o plantio, estimular o desenvolvimento, não iremos a lugar algum.

Encerro, agradecendo os apartes que me foram dados e a oportunidade de aqui falar e dizer mais uma vez: Presidente, não perca tempo. Crie a Biobrás e acelere em todos os Estados, como o Pará, o Amazonas, o semi-árido nordestino, a produção do combustível que Deus nos permite e nos permitiu ter, o combustível que substitui o petróleo, o combustível que vem do sol, da água, do solo e que emprega milhões e milhões de pessoas.

Muito obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Mão Santa. PMDB – PI) – A Presidência defere o Requerimento nº...

O SR. ALBERTO SILVA (PMDB – PI) – Perdoe-me, Sr. Presidente.

O SR. EDUARDO SUP LICY (Bloco/PT – SP) – Sr. Presidente, pela ordem.

O SR. PRESIDENTE (Mão Santa. PMDB – PI) – Está encerrado. Já houve a prorrogação, e já passaram os pênaltis.

O SR. EDUARDO SUP LICY (Bloco/PT – SP. Pela ordem. Sem revisão do orador.) – Mas, com a generosidade do Piauí, V. Ex^a há de convir que, dado... (Pausa.)

Primeiro quero cumprimentar o Senador Alberto Silva por sua sempre persistente batalha em defesa da forma, a mais eficaz, de criação de empregos e renda, combinando a biodiversidade ali no Piauí e as características...

O SR. PRESIDENTE (Mão Santa. PMDB – PI. *Fazendo soar a campainha.*) – Concedi um minuto a V. Ex^a e lembro que Cristo, em um minuto, fez o melhor discurso, o Pai-Nosso.

O SR. EDUARDO SUP LICY (Bloco/PT – SP) – Então, queria apenas registrar que é o Cadastro Geral de Empregados e Desempregados (Caged) – consistentemente elaborado tanto no Governo Fernando Henrique Cardoso quanto presentemente e que trata apenas dos empregos formais – que registra que, de janeiro de 2003 a junho de 2005, foram criados 3.134.300 empregos, correspondendo a uma média de 104.467; e, de janeiro de 1995 a dezembro de 2002, segundo o Caged, pela mesma metodologia, foram criados cerca de 796 mil empregos, correspondendo a 8.292.000. Não tenho aqui os dados....

(O Sr. Presidente faz soar a campainha.)

O SR. PRESIDENTE (Mão Santa. PMDB – PI) – Encerrado o tempo que lhe foi deferido, de um minuto, e pedimos a V. Ex^a, Alberto Silva, Senador do Piauí e conselheiro da República, que encerre o seu pronunciamento.

O SR. ALBERTO SILVA (PMDB – PI) – Senador Eduardo Suplicy, muito agradecido pelo aparte. Agradeço também ao Presidente, Senador Mão Santa, do nosso Pi... – eu não digo assim, mas sou obrigado a repetir: do nosso Piauí. Pela primeira vez eu falo isso aqui.

Muito obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Mão Santa. PMDB – PI) – Senador Alberto Silva, vamos abrir a palavra para o Senador Arthur Virgílio, porque V. Ex^a despertou um debate.

O SR. ALBERTO SILVA (PMDB – PI) – Mas é bom que debatam os dois, e eu encerre.

O SR. ARTHUR VIRGÍLIO (PSDB – AM) – Peço a palavra pela ordem, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Mão Santa. PMDB – PI) – V. Ex^a, mais uma vez, deu uma demonstração de que a bandeira do Piauí tem uma estrela só, e essa estrela é V. Ex^a, Senador Alberto Silva.

Pela ordem, concedemos a palavra ao Líder Arthur Virgílio pelo tempo igual ao que foi cedido ao Senador Suplicy: um minuto.

O SR. ARTHUR VIRGÍLIO (PSDB – AM. Pela ordem. Com revisão do orador.) – Sr. Presidente, Sr^{as} e Srs. Senadores, aconselho a S. Ex^a não embarcar nessa canoa furada, porque vou fazer a ele agora a mesma proposta que fiz ao Presidente Lula. Oito mil empregos formais, ainda assim, em 12 meses! O Ministro não falou “formais” nem “informais”. Falou que teria sido o total. Não é isso. É só consultar a RAIS, do Ministério do Trabalho; consultar a PNAD – Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios. Oito mil empregos em 12 meses dão 96 mil empregos, vezes oito anos, 768 mil empregos. Com este PT descalibrado e insensato nas ruas, com MST, com CUT, com UNE, com não sei o quê mais, o Governo teria caído, teria havido uma guerra civil neste País. É uma deslavada mentira isso.

Então, eu peço ao Senador Suplicy que não acredite nisso. Está mantido aqui o meu repto: se eu estou dando números inverídicos, eu renuncio ao mandato que recém-conquistei. Em contrapartida, se não há sinceridade e veracidade do Governo, peço ao Senador Suplicy que, junto com o Presidente Lula, renunciem, ambos, aos mandatos, que os dois somados têm menos tempo pela frente do que o meu. Tenho quase seis anos de mandato, os dois juntos têm menos de quatro. Renuncio ao meu mandato recém-conquistado se eu estiver equivocado.

Não vou mais aturar mentiras, tergiversações, e não vou aturar manipulações estatísticas que visam a fins políticos rasteiros e baixos. Eu aturo essas tolices nos comícios do Presidente Lula. Não aturo isso no homem que tem a responsabilidade de conduzir a economia brasileira, como é o Ministro Antonio Palocci, de quem estou aguardando um pronunciamento. Se não houver pronunciamento algum, ele me considere seu ferrenho adversário a partir de amanhã, porque

ele não tem o direito de mentir. Se ele mente nisso, ele mente no que toca a sua defesa contra as acusações de Buratti.

É mentira deslavada. Encaminho à Mesa os documentos e estou disposto a sustentar isso em qualquer foro de debate que se apresente. Mais ainda, colocando a prêmio o meu mandato. E o meu mandato não é de mensalão, não é de mensalinho, o meu mandato não tem contra ele nada do ponto de vista ético, mas entrego o meu mandato se eu não estiver dando números fidedignos. E cobro a mesma atitude desprezível e corajosa do Presidente Lula e do Senador Suplicy, se ele achar que deve endossar esse tipo de argumento, que para mim chega a ser fascista, porque fundado na mentira para engodar a opinião pública. E é imperdoável que nisso esteja envolvido um homem da responsabilidade do Ministro da Fazenda.

O SR. EDUARDO SUPLICY (Bloco/PT – SP. Pela ordem. Sem revisão do orador) – Sr. Presidente, apenas queria informar que o Cadastro Geral de Emprego e Desemprego teve o mesmo critério de dados durante o período 1995/2002 e que agora está sendo utilizado para 2003/2005.

Porém, me disponho amanhã a examinar toda a informação sobre emprego e desemprego do Caged, da Rais, do Pnad. E assim, vamos objetivamente resolver esse dilema. Não precisa o Senador Arthur Virgílio perder o seu mandato se porventura forem confirmados os dados do Caged.

O Sr. Arthur Virgílio (PSDB – AM) – V. Ex^a perde o seu, porque não estou mentindo. Quem perde é V. Ex^a. O meu mandato está aqui, a prêmio. Não admito mentira. Quem perde o mandato é V. Ex^a e o Presidente Lula. Eu não perco o meu. É só irmos ao fim das contas. Eu digo e sustento esses números na frente da Comissão de Ética desta Casa para que fique de pé aquele que esteja falando a verdade. Aquele que está falando a verdade fica. Aquele que não estiver cai. E estou propondo a troca de meu mandato recém-conquistado por esse mandato cambaleante do Presidente Lula. Estou dizendo que não é verdade. É uma manipulação estatística sórdida e fascista.

O SR. EDUARDO SUPLICY (Bloco/PT – SP) – Quer dizer que os dados do Presidente Fernando Henrique Cardoso sobre o Caged, segundo V. Ex^a, são mentira?

O Sr. Arthur Virgílio (PSDB – AM) – Para mim são.

O SR. EDUARDO SUPLICY (Bloco/PT – SP) – Então, vamos examiná-los com precisão.

O SR. PRESIDENTE (Mão Santa. PMDB – PI) – Srs. Senadores...

O SR. EDUARDO SUPLICY (Bloco/PT – SP) – Eu estou perguntando a V. Ex^a. V. Ex^a está dizendo que os dados do Caged, os dados do Cadastro Geral de Emprego e Desemprego...

O Sr. Arthur Virgílio (PSDB – AM) – Vou-lhe repetir a pergunta.

O SR. EDUARDO SUPLICY (Bloco/PT – SP) – Vou dar uma chance a V. Ex^a...

O Sr. Arthur Virgílio (PSDB – AM) – Eu não estou dando uma chance a V. Ex^a. Eu ponho o meu mandato contra o seu.

O SR. EDUARDO SUPLICY (Bloco/PT – SP) – V. Ex^a está dizendo que o Cadastro Geral de Emprego e Desemprego...

O Sr. Arthur Virgílio (PSDB – AM) – Eu arrisco o meu mandato contra o seu.

O SR. PRESIDENTE (Mão Santa. PMDB – PI) – Srs. Senadores, terminarei a sessão. PT significa também ponto final. Então, vou colocar um ponto final nesta sessão de 22 de agosto de 2005, supervisionada pelo Secretário-Geral Raimundo Carreiro Silva.

Os Srs. Senadores Papaléo Paes, Sérgio Guerra, Teotônio Vilela Filho, Flexa Ribeiro, Leonel Pavan, Alvaro Dias, Arthur Virgílio e José Agripino enviaram discursos à Mesa para serem publicados na forma do disposto no art. 203 do Regimento Interno.

S. Ex^{as} serão atendidos.

O SR. PAPALÉO PAES (PMDB – AP. Sem apanhamento taquigráfico.) – Sr. Presidente, Sr^{es} e Srs. Senadores, entre as diversas atividades desempenhadas pela Marinha do Brasil, destacam-se não apenas a proteção de nossa gigantesca costa e a garantia da soberania nacional – tarefas cumpridas por essa organização militar com renomada mestria e inatacável competência –, mas destacam-se, também, as ações de cunho cívico-social e as de caráter científico-tecnológico.

São dignas de reparo, no rol das ações cívico-sociais, as “Operações de Assistência Hospitalar”, iniciadas em 1984 e realizadas, com sucesso, até hoje. As operações contam com o suporte de navios especialmente adaptados, por meio dos quais a Marinha oferece medicamentos e assistência médico-hospitalar à população carente da região amazônica. Somente no ano de 2004, ocorreram 22 operações, atingindo quase 600 localidades e cerca de 760 mil habitantes.

A despeito da enorme importância do patrulhamento de nossa costa e das ações de caráter social desempenhadas pela Marinha, gostaria de falar sobre uma atividade de cunho científico-tecnológico que considero vital para o futuro do nosso País: o Programa Antártico Brasileiro, conhecido, simplesmente, como Proantar. A responsabilidade pela condução do Programa é da Comissão Interministerial para os Recursos do Mar (Cirm), órgão coordenado pelo Comandante da Marinha.

O início das operações brasileiras no continente antártico, e, conseqüentemente, a primeira ação do Proantar, se deu no verão austral de 1982/1983, com o suporte do célebre navio Barão de Teffé. Logo em seguida, no mês de setembro de 1983, o Brasil foi admitido como membro consultivo do Tratado da Antártica, fato que alavancou as atividades brasileiras na região.

As diversas ações de nosso Programa Antártico são realizadas em três frentes: na Estação Antártica Comandante Ferraz, localizada na Baía do Almirante

tado; em três refúgios, localizados nas ilhas Elefante, Nelson e Rei George; e a bordo do navio Ary Rongel, que substituiu o lendário Barão de Teffé.

É muito importante mencionar o apoio fornecido ao Proantar pela Força Aérea Brasileira, que realiza sete vôos anuais para a Estação Comandante Ferraz, permitindo a troca de pesquisadores e o apoio logístico à unidade durante o rigoroso inverno antártico. Ainda merece destaque o convênio com o Ministério de Minas e Energia, que, por intermédio da Petrobrás, fornece o combustível necessário às operações.

As atividades científicas do Proantar compreendem estudos e pesquisas na área de circulação atmosférica, de física da alta atmosfera, de climatologia, meteorologia, geologia continental e marinha, glaciologia, oceanografia, biologia, ecologia, astrofísica, geomagnetismo, e de geofísica nuclear. Tamanho cabedal de atividades – e, diga-se de passagem, atividades de ponta – visa a situar o Brasil numa merecida posição de destaque na pesquisa científica e tecnológica mundial.

É preciso salientar que o Proantar se adaptou perfeitamente ao novo paradigma de exploração do Continente Antártico. No início da presença brasileira na região, o mundo percebia a Antártica como uma área a ser conquistada e economicamente explorada. Hoje em dia, a questão ambiental é marcante, e o foco da exploração é a pesquisa científica e tecnológica. A aceitação da fragilidade do ecossistema antártico é ponto pacífico na comunidade internacional.

Tamanha competência no desenvolvimento das atividades brasileiras no Continente Antártico, tão bem coordenadas pela Marinha do Brasil, vem trazendo ao País uma série de conquistas de caráter científico, econômico, militar e político.

Nossos cientistas estão conseguindo entender melhor o clima da Antártica e suas influências diretas no clima do Brasil, com interferência no regime pluviométrico e, até mesmo, na ocorrência de regiões piscosas em nossa costa. Ademais, as mudanças no clima mundial estão sendo mais bem estudadas, especialmente a questão do efeito estufa e a do buraco na camada de ozônio.

A presença brasileira no Continente Antártico garantiu ao País voz e voto nas decisões mundiais sobre o futuro da região, bem como participação numa possível exploração econômica das riquezas lá existentes. E mais: as pesquisas brasileiras, conduzidas de forma brilhante por nossos cientistas, brindaram a comunidade científica do Brasil com merecido reconhecimento internacional, fruto de anos de trabalho e dedicação.

Sr. Presidente, Sr^{as} e Srs. Senadores, há mais de dezesseis anos o Brasil fincou sua bandeira no território antártico. Não poderia ser diferente! Seria impossível para nosso País ficar alheio aos 14 milhões de quilômetros quadrados desse continente, tão próximo da América do Sul, e que tanta influência exerce sobre nosso território.

Ao longo de todo esse tempo, o Proantar se desenvolveu e se consolidou. Hoje, sua principal impor-

tância reside no fato de ser instrumento fundamental para projetar, e manter, a imagem positiva do Brasil no cenário internacional. O Proantar serve para marcar a posição brasileira, que é de inabalável interesse pela região, garantindo lugar de destaque para o País na discussão do futuro do Continente Antártico.

Não poderia concluir sem antes elogiar a participação da Marinha do Brasil na condução e coordenação do Programa Antártico Brasileiro. E a melhor maneira de fazê-lo é parabenizar a todos os marinheiros, desde o mais simples taifeiro até o mais garboso almirante-de-esquadra.

A presença brasileira no Continente Antártico se deve a esses homens, que, com grande desprendimento e apurado senso de dever, deixam o conforto, e o calor, de seus lares para passar meses na dureza, e no frio, da Antártica. São homens de fibra, devotados à Pátria, que merecem todo o nosso respeito e a nossa admiração.

Entretanto, além da reverência dos cidadãos brasileiros, os militares da Marinha, e também os do Exército e da Aeronáutica, merecem maior consideração e reconhecimento por parte do Governo Federal.

A concessão do reajuste de 23%, parcelado em duas vezes, cumpre promessa antiga do Governo, mas está longe de ser suficiente para assegurar a dignidade de nossos militares e de suas famílias. Por isso, é preciso estudar, com urgência, alternativas que viabilizem um aumento maior dos soldos.

Nossos militares merecem, e espero que o Governo saiba atendê-los! Valorizar os militares não é conceder um privilégio! Todos nós, povo brasileiro, sairemos ganhando!

Era o que eu tinha a dizer, Sr. Presidente.

Muito obrigado.

O SR. SÉRGIO GUERRA (PSDB – PE. Sem apanhamento taquigráfico.) – Sr. Presidente, Sr^{as} e Srs. Senadores, ocupo a tribuna neste momento para registrar artigo de autoria do jornalista Carlos Heitor Cony, intitulado “Plural majestático”, publicado no jornal **Folha de S. Paulo**, edição de 13 de agosto do corrente.

Segundo o autor o “tardio discurso presidencial de ontem abusou do plural majestático, próprio dos reis, imperadores e papas, ‘nós’, em lugar do ‘eu’ que compete a todos que não se julgam reis, imperadores e papas. No plural, ele pediu desculpas á Nação, reconhecendo apenas os erros de seu governo’. Foi um discurso inútil e cheio de dissimulação.”

Concluindo, Sr. Presidente, requeiro que o referido artigo seja considerado como parte integrante deste pronunciamento, para que passe a constar dos **Anais do Senado Federal**.

DOCUMENTO A QUE SE REFERE O SR. SENADOR SÉRGIO GUERRA EM SEU PRONUNCIAMENTO.

(Inserido nos termos do art. 210, inciso I e § 2º, do Regimento Interno.)

CARLOS HEITOR CONY

Plural majestático

RIO DE JANEIRO - O tardio discurso presidencial de ontem abusou do plural majestático, próprio dos reis, imperadores e papas, "nós", em lugar do "eu" que compete a todos que não se julgam reis, imperadores e papas. No plural, ele pediu desculpas à nação, reconhecendo os erros de seu governo e seu partido. Só usou o singular para se declarar indignado. Qual seria a alternativa dele? Declarar que estava solidário com a corrupção?

Lembro um filme de Kubrick, o "Dr. Fantástico", quando uma superfortaleza norte-americana foge do controle militar e se dirige a Moscou, para jogar uma bomba atômica na capital da ex-União Soviética.

O presidente dos Estados Unidos pega o telefone vermelho e fala com o presidente soviético: "Nikita, um avião dos nossos vai jogar uma bomba atômica em cima de vocês. Eu lamento muito!". Nikita responde, furioso: "Eu lamento muito mais do que você!"

Por falar em erros de governo, lembro outro episódio, não da ficção, mas da realidade. Em 1979, na crise

entre os Estados Unidos e o Irã, com reféns presos na embaixada norte-americana em Teerã, a coisa esquentou, houve ameaças de resgate e vários incidentes que quase provocaram uma guerra. Reconhecendo o erro, o presidente Carter foi para a televisão e declarou: "Eu, Jimmy Carter, presidente dos Estados Unidos, declaro que sou o culpado por toda a lambança que cometemos!" (não falou em lambança, mas em coisa equivalente).

Pagou um preço por isso: não foi reeleito, contrariando a série de reeleições naquele país, onde até Bush foi reeleito. Mas ganhou um Nobel da Paz e continua sendo usado pelos EUA e pela ONU como um mediador aceito em todas as partes do mundo. Ele poderia ter culpado o Pentágono, a CIA, os adversários de seu país. Mas usou o pronome na primeira pessoa do singular: "eu".

Lula apelou para o "nós", permitido pela gramática e pelo uso diplomático. Não por humildade e protocolo. Por dissimulação, aliás inútil.

O SR. TEOTÔNIO VILELA FILHO (MIN-PSDB-AL) Sr. Presidente, Sr^{as}. e Srs. Senadores, ocupo a Tribuna neste momento para fazer o registro de matérias publicadas pela revista Veja do último dia 17 de agosto do corrente, e que continuam dando destaque à atual crise política e seus desmembramentos. As matérias tratam do último pronunciamento do presidente Lula, do impacto das declarações feitas pelo publicitário Duda Mendonça na CPI do mensalão, das manobras do ex-Ministro José Dirceu para manter o controle do PT e das declarações do doleiro Toninho da Barcelona de que conhece o esquema de envio de dinheiro do PT ao exterior.

As matérias evidenciam, cada vez mais, o envolvimento do atual governo e do Partido dos Trabalhadores em escândalos que comprometem a atual governabilidade.

Concluindo, Senhor Presidente, requeiro que as matérias abaixo relacionadas passem a constar dos Anais do Senado Federal.

Era o que eu tinha a dizer.

DOCUMENTOS A QUE SE REFERE O SR. SENADOR TEOTÔNIO VILELA FILHO EM SEU PRONUNCIAMENTO.

(Inseridos nos termos do art. 210, inciso I e § 2º, do Regimento Interno.)

CHOQUE DE REALIDADE

“Quero dizer a vocês, com toda a franqueza, eu me sinto traído. Traído por práticas inaceitáveis das quais nunca tive conhecimento. Estou indignado pelas revelações que aparecem a cada dia, e que chocam o país. O PT foi criado justamente para fortalecer a ética na política.” Com essas palavras, o presidente Lula se dirigiu aos brasileiros pela televisão no 91º dia do escândalo que implodiu seu partido e colocou seu governo de joelhos e seu próprio cargo na linha de tiro do supremo instrumento punitivo da democracia, o

impeachment. Se Lula tivesse dito a mesma coisa no começo da crise, se tivesse dado às palavras o tom de indignação dos injustiçados — inflexão que ele usa com tanta frequência para lamentar os infortúnios de sua vida progressa — teria obtido o resultado esperado. Não conseguiu. Não convenceu. Perdeu uma chance. Vai tentar de novo em breve.

▶ **MARQUE TEIRO: DINHEIRO SUJO NA CAMPANHA DE LULA**

▶ **O PT DESMORONA EM MAIS UM VEXAME DO SOCIALISMO REAL**

▶ **A RESSACA MORAL DOS PETISTAS HISTÓRICOS**

▶ **DOIS LÍDERES DA BASE ALIADA AMEAÇAM CONTAR QUE LULA SABIA DE TUDO**

▶ **O DOLEIRO DO PT, PRESO, QUER IR À CPI CONTAR COMO OPERAVA**

▶ **A REFORMA POLÍTICA É INEVITÁVEL E NECESSÁRIA**

▶ **MOLECAGEM NO SENADO: AUMENTO IRRESPONSÁVEL DO SALÁRIO MÍNIMO**

A VERDADE QUE ARRASA

O PUBLICITÁRIO REVELA QUE O PT TINHA
CAIXA DOIS E DINHEIRO NO EXTERIOR — E
DESPERTA O FANTASMA DO IMPEACHMENT

O publicitário Duda Mendonça foi peça decisiva para eleger o presidente Lula e, desde quinta-feira passada, virou peça decisiva para torná-lo um ex-presidente. No depoimento mais revelador prestado até agora à CPI dos Correios, o publicitário falou durante dez horas e contou que parte das despesas de marketing de cinco campanhas eleitorais do PT, incluindo a do presidente Lula, foi paga com dinheiro de caixa dois nas Bahamas, paraíso fiscal do Caribe. Depois do seu depoimento, os principais atores políticos da crise começaram a perder o pudor, pela primeira vez, de falar na palavra mais sensível do momento — impeachment, essa expressão criada na monarquia inglesa do século XIV e que há 200 anos se transformou no que é ainda hoje: o mais radical instrumento democrático para apurar a responsabilidade de um presidente e puni-lo.

Otávio Cabral

Cada vez pior

Em círculos concêntricos, o esquema Marcos Valério foi engolfando, uma a uma, as principais lideranças do PT. Agora, ameaça envolver diretamente o presidente Lula

MARCOS VALÉRIO

Quando foi citado por Jefferson pela primeira vez, o empresário negou ter relações com o PT. Disse ser apenas "amigo" do então tesoureiro do partido, Delúbio Soares: "Ele é um coicho-do-mato como eu".

DELÚBIO SOARES

VEJA obteve documentos do BVG que mostram que o "chapa" Delúbio é também devedor de Valério. Os documentos revelam que Valério negociou e avalizou um empréstimo de 2,4 milhões de reais para o PT, a pedido de Delúbio

JOSÉ GENOÍNO

Os mesmos documentos publicados por VEJA mostram que o ex-presidente do PT José Genoíno também avalizou o empréstimo. Delúbio afirma que o dinheiro tomado por Valério foi usado para fazer caixa deis do PT que financiou campanhas eleitorais do partido. Nega porém que a campanha de Lula tenha se beneficiado do esquema. Nega também que Dirceu estivesse a par dele

A BOMBA LANÇADA PELO MARQUETEIRO

Em seu depoimento à CPI dos Correios, Duda Mendonça colocou Lula no centro da crise e abriu caminho para o processo de impeachment do presidente

O QUE DUDA MENDONÇA DISSE

- **Delúbio apresentou Marcos Valério a Duda**
"Delúbio disse a Zilmair que procurasse um publicitário de Minas Marcos Valério, porque ele iria resolver o problema da gente"
- **A campanha de Lula foi paga com caixa dois**
"Está na cara que não é dinheiro oficial. Na verdade, esse dinheiro claramente era de caixa dois"
- **Parte foi pago em paraísos fiscais**
"Marcos Valério me disse: 'Traz uma conta lá fora que fica mais fácil de pagar'. Ele trouxe o formato de uma empresa nas Bahamas, para eu assinar como procurador, com garantia de sigilo completo, e pronto"
- **O dinheiro vinha de contas no exterior**
"Tenho como provar que recebi por serviços prestados ao PT em 2002 com dinheiro de Marcos Valério vindo de diversas empresas no exterior"
- **O PT pagou a dívida durante o governo Lula**
"O esquema de pagamento 'por fora' só começou em 2003"

CRIMES RELACIONADOS ÀS DECLARAÇÕES DE DUDA

CONFESSADOS

FORMAÇÃO DE QUADRILHA

"Associar-se mais de três pessoas, em quadrilha ou bando, para o fim de cometer crimes"

SONEGAÇÃO FISCAL

"Omitir informação ou prestar declaração falsa às autoridades fazendárias"

COLARINHO-BRANCO

"Manter depósitos não declarados à repartição federal competente"

CRIME ELEITORAL

"É vedado receber doação procedente de entidade ou governo estrangeiro"

SOB SUSPEITA

CRIME DE CORRUPÇÃO PASSIVA

"Solicitar ou receber, para si ou para outrem, ainda que fora da função ou antes de assumi-la, mas em razão dela, vantagem indevida"

JOSÉ DIRCEU

Em depoimento à CPI dos Correios, Renilda de Souza, mulher e sócia de Valério, diz que Dirceu sabia, sim, dos empréstimos feitos ao PT para montar o seu caixa dois. Valério confirma a informação em depoimento à Procuradoria-Geral da República. Os dois dizem acreditar que o presidente Lula desconhecia o modus operandi do partido.

LULA

O publicitário Duda Mendonça assume ter recebido dinheiro ilegal do PT, repassado a ele por Marcos Valério por meio de contas no exterior. Os pagamentos, feitos a partir de 2003, seriam referentes a um pacote de serviços prestados ao partido nas campanhas eleitorais. Com o depoimento, Duda colocá o presidente no centro das investigações, já que desse pacote pago mediante caixa dois — fazia parte a campanha que elegeu Lula.

As revelações de Duda Mendonça sugerem que a campanha de Lula pode ter sido parcialmente bancada com dinheiro ilegal, e a consequência disso é devastadora. Significa dizer que o mais alto mandatário do país pode ter chegado ao Palácio do Planalto valendo-se de operações financeiras clandestinas e fraudulentas. O publicitário contou que cobrou 25 milhões de reais para fazer cinco campanhas do PT: duas em São Paulo (a de José Genoíno ao governo e a de Aloizio Mercadante ao Senado) e duas no Rio de Janeiro (a de Benedita da Silva ao governo e a de Edson Santos ao Senado), além da campanha de Lula. Dos 25 milhões de reais, Duda afirmou que recebeu 10,5 milhões no exterior, sem nota fiscal. Dinheiro frio, clandestino. "O dinheiro era claramente de caixa dois. Nós sabíamos, mas não tínhamos outra opção. Queríamos receber", disse.

O publicitário revelou que Marcos Valério lhe pediu que abrisse uma empresa lá fora — ele abriu a Düsseldorf, nas Bahamas —, cuja conta no BankBoston em Miami, na Flórida, passou a receber os depósitos. Duda apresentou vinte comprovantes de depósitos, num total de 5 milhões de reais, feitos entre os dias 23 de abril e 15 de maio de 2003.

Nos comprovantes, constata-se que os 5 milhões de reais saíram de quatro bancos: BAC Florida Bank, Banco Rural Europa (que fica em Funchal, na Ilha da Madeira, em Portugal), Israel Discount Bank of New York e, por fim, o principal de todos, Trade Link Bank, aberto no paraíso fiscal das Ilhas Cayman e ligado ao Banco Rural. Só do Trade Link Bank o publicitário recebeu 3,4 milhões de reais.

Além de envolver a campanha de Lula no balaio da clandestinidade, Duda derruba a tese

COMO DUDA ENVOLVEU LULA

PUNIÇÃO

De um a três anos de prisão

De dois a cinco anos de prisão e multa

De dois a seis anos de prisão e multa

Cassação, se o processo começar até quinze dias após a diplomação. Bloqueio do fundo partidário e cassação do registro do partido

De dois a doze anos de prisão e multa

PUNIÇÃO

Prisão de até cinco anos e multa

Prisão de dois a cinco anos e, no primeiro caso, multa

Prisão de dois a doze anos e multa

Perda do cargo (impeachment) e inabilitação para função pública por até cinco anos

- Se for provado que Lula sabia que os serviços de Duda não haviam sido pagos e ainda assim sua prestação de contas não registra a dívida...
...Lula terá cometido crime eleitoral ("omitir declaração ou fazer inserir declaração falsa para fins eleitorais")
- Se for provado que Lula sabia que a dívida com Duda foi paga com caixa dois e com recursos de empresa estrangeira...
...Lula poderá ser considerado co-participante nos crimes de sonegação fiscal e eleitoral por ter recebido recursos de empresa estrangeira
- Se for provado que as dívidas de campanha de Lula foram pagas com recursos oriundos de contratos de empresas privadas com o governo e que o presidente interferiu diretamente para que isso acontecesse...
...Lula terá cometido crime de corrupção passiva
- Se for provado que Lula cometeu crime de corrupção passiva...
...Lula terá cometido crime de responsabilidade ("proceder de modo incompatível com a dignidade, a honra e o decoro do cargo")

concebida pelo PT para restringir a rouba-lheira a um caixa dois eleitoral — crime que, na história jurídica brasileira, jamais levou um culpado à cadeia. Agora, aparecem sonegação fiscal, crime do colarinho branco e formação de quadrilha. O próprio PT, tendo recebido recursos fora do país, o que é proibido pela Lei Orgânica dos Partidos, está sujeito à perda do registro partidário. A descoberta do eixo internacional do esquema contribui, ainda, para derrubar a lotrota de que o dinheiro dado a petistas e aliados — 55 milhões de reais, nas contas de Valério — teria vindo de seis empréstimos contraídos nos bancos Rural e BMG. “Já vi dinheiro sujo sair do país para ser lavado no exterior”, diz o advogado Murilo da Silva Freire, especialista em direito empresarial e experiente na defesa de acusados de crimes financeiros. Diz ele: “Mas nunca vi dinheiro limpo, legalmente obtido em empréstimo bancário, sair do país de forma clandestina.

Só se faz isso com dinheiro ilícito. Acho que, diante da documentação do Duda, Valério se enfiou numa camisa de sete listras”.

No dia seguinte ao depoimento de Duda Mendonça, o presidente Lula, pela primeira vez em treze semanas de crise, referiu-se ao assunto num pronunciamento oficial — mas foi uma decepção. Na abertura de uma reunião ministerial na Granja do Torto, o presidente falou por quase dez minutos. Disse: “Eu me sinto traído. Traído por práticas inaceitáveis das quais nunca tive conhecimento”. No final, aparentemente falando de improviso, disse que o PT e seu governo deviam pedir desculpas por seus erros, mas não disse quem errou, nem onde errou, nem como errou. E nem carregava na voz aquela inevitável dose de indignação dos traídos. Por trás do discurso de Lula, estava a palavra sensível — o impeachment. Com seu discurso, o presidente tentou espantar o fantasma, mas deu-se o contrário. A

oposição endureceu às críticas e passou a falar na possibilidade de um impeachment. O PFL pedirá a abertura de um processo para investigar o caixa dois de Lula, a menos que o procurador-geral da República o faça. “Esse pedido pode ser o início de um processo de impedimento do presidente”, diz o senador José Agripino Maia, líder do PFL, que antes resistia a tocar no assunto.

Um processo de impeachment, embora tenha semelhança com um julgamento jurídico, é sobretudo um processo político. Para que seja instalado, não basta a convicção de que o presidente sabia, omitiu-se ou até participou. É preciso, antes de tudo, que haja uma atmosfera politicamente favorável ao seu julgamento. Até a semana passada, isso não existia. Depois do depoimento de Duda Mendonça, o cenário mudou. Lula ficou ainda menor. O impeachment cresceu. Na Câmara, petistas choravam diante das revelações das Bahamas. Um grupo — 22 deputados e quatro senadores — rebelou-se contra o PT e anunciou que, agora, terá atuação independente. Até o senador Aloizio Mercadante, líder do governo no Senado, disse que pode deixar o PT. E aumentou o coro — de opositores, governistas e petistas — pedindo que Lula falasse ao país, mas ninguém imaginava uma fala tão pífia como foi. Para completar o clima de desalento, saiu uma nova pesquisa do instituto Datafolha. Lula perderia para o tucano José Serra no segundo turno — e com folga de 9 pontos. Pior: 29% dos entrevistados já se declaram favoráveis ao impeachment.

A afirmação de que Lula não sabia de nada está se tornando dramaticamente inócua, pois o volume da rouba-lheira é tal que sua simples ignorância sobre os fatos já começa a comprometê-lo. O último lance, nesse campo, é a constrangedora dificuldade do presidente em dar uma explicação convincente para o pagamento de uma dívida de 29 000 reais que contraiu no PT em 2002. Na semana passada, depois de

quase um mês de dúvidas e silêncios, apareceu uma justificativa, embora absolutamente estranha. O ex-tesoureiro petista Paulo Okamoto, velho amigo de Lula, disse que ele próprio pegou 29 000 reais do seu bolso e pagou a dívida em nome do presidente, já que este entendia que não havia contraído dívida alguma.

Okamoto, porém, afirmou que não tem nenhum comprovante de que pagou a dívida e que não avisou Lula de sua generosidade financeira. “Não ia ficar enchendo o saco dele com uma coisa como essa”, explicou ele. Pode ser tudo rigorosamente verdadeiro, mas chegou-se ao ponto em que se leva quase um mês para dizer que Lula não sabe que faz dívidas e não sabe quem lhe paga as dívidas. Sabe o quê, então?

Com o envolvimento de Lula em situações dessa natureza, sua imagem está gradualmente se dissolvendo — e, com ela, outros desmontes vão se sucedendo. O PT está em pleno processo de implosão e numa velocidade tamanha que desorienta até seus dirigentes mais bem-intencionados (veja reportagem na pág. 66). O próprio governo do presidente Lula está se desmontando em praça pública, sendo carregado pela crise. Sua base aliada também está igualmente destrocada, depois das evidências irretorquíveis de que funcionava movida a mensalões. Em meio a isso, na semana passada a oposição se sentiu à vontade para fazer uma molecagem. No Senado, os opositores, liderados pelo senador baiano Antônio Carlos Magalhães, resolveram aprovar um aumento para o salário mínimo, elevando-o para 384,29 reais. A decisão é uma estupidez destinada apenas a causar constrangimento ao presidente da República, que terá de vetar o aumento. É um deboche do pedaço irresponsável da oposição, que merece toda a censura da sociedade. Mas é preciso que se reconheça que a oposição irresponsável só debocha de quem pode. ■

A AGONIA DE UM PARTIDO

Na semana em que novas denúncias estarrecedoras sobre o PT levam deputados do partido às lágrimas, José Dirceu manobra para garantir a sobrevivência de Delúbio Soares na legenda

Marcelo Carneiro

Encrencoado em cuécas recheadas de dólares, malas de dinheiro, empréstimos suspeitos e, agora, depósitos milionários em paraísos fiscais, o PT caminha agonizantemente para o fim. Na quinta-feira passada, o publicitário Duda Mendonça cravou o que pode ter sido a estaca mortal no coração do partido ao admitir ter recebido dele, como pagamento por campanhas eleitorais, 10,5 milhões de reais repassados

via caixa dois para uma offshore nas Bahamas. Enquanto o marqueteiro falava, parlamentares de estrela vermelha na tapeia choravam no plenário da Câmara. Eram lágrimas de luto por um quase fim do partido — explodido pela realidade dos fatos e implosionado pelas cinzas que ele mesmo plantou em suas entranhas. Entre elas: o desprezo pela democracia, a promiscuidade na relação com o governo e o personalismo do mais notório de seus dirigentes, o ex-ministro José Dirceu.

Há anos, Dirceu comanda o Campo Majoritário (bolsa-rique, em russo), facção que, na briga fratricida de tendências pela hegemonia no partido, até hoje conseguiu reinar soberana. O Campo Majoritário controla quase 70% das vagas do Diretório Nacional — versão ampliada da Executiva Nacional, o politburo petista que decide os destinos da legenda. Embora as denúncias do mensalão tenham derrubado os

quatro principais nomes da Executiva, todos ligados ao Campo Majoritário, seu comandante insiste em não assinar a rendição. Prova disso foi a performance que exibiu no sábado 6, na reunião do Diretório Nacional em São Paulo. Ignorando o presidente interino do PT, Tarso Genro, Dirceu, por meio de uma série de manobras, impediu a aprovação de qualquer medida que significasse uma punição aos dirigentes e parlamentares petistas envolvidos na lama do mensalão.

VEJA ouviu cinco petistas que participaram da reunião do diretório e reconstituíram a queda-de-braço entre o grupo de Dirceu e as alas da esquerda. O ex-chefe da Casa Civil não fez uso da palavra, como é de seu costume nessas reuniões. Manteve uma postura discreta, limitando-se a comandar rodinhas de, no máximo, duas ou três pessoas. Mas teve participação decisiva nos três episódios fundamentais da reunião: a recusa em levar ao Conselho de Ética do partido os dirigentes acusados de envolvimento no esquema do mensalão, a manutenção da legenda para os parlamentares apontados como sacadores do valerioduto que renunciaram ao mandato a fim de escapar da cassação no Congresso e — essa nem Lenin ousaria — a não expulsão de Delúbio Soares, barganhada por uma suspensão da filiação do ex-tesoureiro, acusado de ser o operador do esquema do mensalão.

Até o último momento, Dirceu, por meio de interlocutores, tentou negociar com as li-

deranças da esquerda do partido uma pena mais branda para Delúbio. Quando ficou claro que os petistas não abririam mão da expulsão do ex-tesoureiro, os aliados de Dirceu — sob sua orientação — passaram a, deliberadamente, atrasar a reunião. Enquanto isso, dois emissários do deputado foram à casa de Delúbio para convencê-lo a assinar uma carta com o pedido de suspensão de sua filiação. A carta chegou no fim da tarde. Delúbio conseguiu ser suspenso “a pedido” e a expulsão não foi adiante.

Para vencer batalhas como essa, Dirceu usou toda a maldade acumulada ao longo dos quinze anos à frente dos principais cargos de direção do partido. Nesse período, notabilizou-se, entre outras coisas, pelo gosto pela prática da intimidação. Episódio ocorrido no encontro de sábado ilustra esse estilo. Em uma conversa com membros do Campo Majoritário, Dirceu voltou-se para o senador Aloizio Mercadante — que, em entrevistas à imprensa, vinha cobrando punições aos dirigentes do partido — e insinuou que ele deveria administrar melhor seu comportamento. Fez uma menção velada a alguns outdoors espalhados por São Paulo, que estamparam o nome do senador. A ameaça surtiu efeito sobre Mercadante. O senador ajudou a barrar ao menos uma das propostas que desagradavam a Dirceu: a de que os parlamentares que comprovadamente haviam sacado dinheiro no valerioduto fossem levados imediatamente ao Conselho de Ética do partido.

Outro elemento, mais prosaico e (demasiadamente) humano, contribuiu para o desmanche do PT: o deslumbramento de alguns de seus principais representantes, que, diante do banquete do poder, lançaram-se sobre os pratos como porcos magros. Silvío “Land Rover” Pereira corria os 25 anos de serviços prestados ao partido no constrangedor episódio envolvendo a GDK, empresa prestadora de serviços ao governo e fornecedora do “presente” recebido pelo ex-secretário-geral do PT, Delúbio “Charutos Côhiba” Soares e

"O PT tem todo o direito de continuar existindo juridicamente, mas o partido que eu ajudei a construir já morreu. E só participo de debates sobre ressurreição e reencarnação no âmbito religioso."

SENADORA HELOÍSA HELENA (ex-petista, hoje no PSOL-AL)

"Diante das denúncias, os petistas optaram por uma saída jurídica em detrimento de uma explicação política. Isso só é possível para quem já decidiu abandonar a vida pública. Esse comportamento reduziu as chances de sobrevivência do PT."

DEPUTADO FEDERAL FERNANDO GABEIRA (ex-PT, hoje no PV-RJ)

"O partido confundiu-se com o governo, tornou-se aparelho do Estado e acreditou que os fins justificavam os meios. Agora, só há salvação se os responsáveis por tudo isso forem punidos."

DEPUTADO FEDERAL JOSÉ EDUARDO CARDOZO (PT-SP)

"O PT foi atingido de forma irremediável. Do ponto de vista do patrimônio da lisura e da ética acabou jogado na vala comum. E essa situação é irreversível."

DEPUTADO FEDERAL ANTONIO CARLOS BISCAIA (PT-RJ)

"O PT levará, no mínimo, dez anos para se recuperar. Nos anos 90, elegeu a ética como razão de existir, mas a ética deve ser intrínseca ao partido, e não uma causa."

SENADOR CRISTOVAM BUARQUE (PT-DF)

"O PT errou, afastou a militância, pôs burocratas no governo e se entregou às vontades de Lula. E que vontades eram essas? Apenas a do poder pelo poder. Agora acabou. O castelo de areia ruíu."

ECONOMISTA E EX-MILITANTE PETISTA PAULO DE TARSO VENCESLAU, ex-fulcro do PT em 1997

"O PT cometeu o pecado original. Começou a maçã proibida, o fruto da ambição. Foram muitas mentiras. E o pior é que o PT só está querendo achar culpados individuais. Não quer assumir o grande equívoco que cometeu com a nação."

DEPUTADO FEDERAL PAULO DELGADO (PT-MG)

"Lula sempre compartilhou da intimidade do grupo e foi o principal beneficiário de suas ações. Garante, porém, que nada sabia. Respeito quem acredita nisso, assim como respeito quem acredita em duendes."

EX-DIRIGENTE PETISTA CÉSAR BENJAMIN, em artigo para a Folha de S. Paulo

Ressaca moral

O que ex-petistas e petistas desiludidos dizem hoje a respeito do partido e de Lula

suas fazendas de origem nebulosa, pela profusão de elementos disponíveis, dispensam comentários, da mesma forma que o ex-presidente da Câmara, João Paulo "50 000" Cunha. Hoje, porém, já se sabe que o surgimento do nome de outros petistas nas listas do valerioduto causou pouca surpresa entre representantes do partido. O Professor Luizinho, ex-líder do governo na Câmara, por exemplo, agraciado com 20 000 reais pelo valerioduto, era famoso entre seus pares pela desventura com que pedia vinhos de quatro dígitos em restaurantes da capital federal e pela generosidade que exibia durante jantares com companheiros de legenda. "Fazia questão de pagar a conta de todo mundo, ainda que ela desse 300 reais por cabeça", lembra um companheiro.

O desmantelamento ético do PT é tamanho que o deputado Paulo Pimenta, do Rio Grande do Sul, teve de renunciar à vice-presidência da CPI do Mensalão porque, a mando de Dirceu, divulgou uma lista falsa com os nomes de 128 políticos de outros partidos que teriam recebido dinheiro do valerioduto. Uma vergonha, esse PT. Uma vergonha, esse Dirceu.

A derrocada de um partido historicamente identificado com os ideais que ele agora afronta levou às lágrimas parte de seus representantes. Imagens de parlamentares como Paulo Rubem Santiago (PT-PE) e Chico Alencar (PT-RJ)

chorando no momento em que Duda Mendonça detalhava o modus operandi oculto da legenda resumiram o sentimento de petistas e militantes idealistas diante da sucessão de revelações estupefacentes acerca do partido e seus dirigentes. "O golpe político é terrível, mas o golpe pessoal é muito doloroso também. É duro perceber que, durante todos esses anos, convivemos com um partido paralelo", disse Santiago.

Há, dentro e fora do PT, quem defende a esdrúxula tese de que o fim da legenda representa uma ameaça à democracia brasileira; em virtude do papel desempenhado pelo PT junto a alguns setores organizados da sociedade. Trata-se de uma bobagem por dois motivos. O primeiro é que em política — sabe-se — não há espaço para o vácuo. A fila anda — e partidos nascem e morrem. Se ainda existe um espaço importante para a esquerda no espectro político nacional, ele deverá ser ocupado por outra agremiação. Depois, a democracia não só nunca dependeu do PT como jamais foi levada a sério por seus principais dirigentes — pelo menos enquanto valor universal. Para os petistas hoje pegos em flagrante litígio com a lisura, a democracia — assim como a ética — jamais foi

um fim em si mesmo, mas apenas um meio de chegar ao poder — tem um valor "estratégico". "O PT nunca fez, de verdade, a conversão que os partidos de esquerda da Europa foram forçados a fazer, aceitando a democracia representativa e a economia de mercado", diz o filósofo Denis Rosenfield, da Universidade Federal do Rio Grande do Sul. É possível que a passagem do PT pelo cenário político brasileiro, portanto, nem sequer deixe um legado digno de respeito. Pelo contrário: é mais provável que os livros de história se dediquem a contar às futuras gerações o efeito deletério da oposição petista na última década, quando o partido tentou barrar propostas fundamentais para a modernização do Estado brasileiro — como a quebra do monopólio das telecomunicações e a reforma da Previdência —, apenas para retomá-las a partir do primeiro minuto do governo Lula.

Uma semana depois que tomou posse como novo presidente do partido, Tarso Genro reconheceu que o PT teve, no poder, um comportamento "um pouco arrogante" e tentou ser "monopolista da verdade". Algumas semanas convivendo com as entrinhas da máquina montada por Dirceu e seu grupo foram suficientes para convencer o ex-ministro da Educação da necessidade de subir o tom das autocriticas. Na semana passada, ele admitiu que o partido se transformou "praticamente em uma extensão do governo", funcionando "como uma espécie de ministério sem pasta". O reconhecimento talvez tenha vindo tarde demais. Tar-

so, agora, tenta juntar os cacos do PT, recorrendo às alas que foram alijadas da direção do partido pela quadrilha de Dirceu. Essa turma "limpísta", no entanto, tem um pecado de origem: a falta de conexão com a realidade, fruto de sua crença messiânica no socialismo.

O PT, sob o comando de Dirceu, colocou em prática um pragmatismo que conjuja o pior tipo de patrimonialismo, aquele que "sacramenta" o direito à apropriação de recursos públicos em

benefício privado, com o mais empedernido leninismo, representado pelo aparelhamento do Estado em favor dos interesses do partido. Escondidos sob o manto da dicotomia "conservadores versus progressistas", os petistas que encabeçavam o tal Campo Majoritário espertamente evitaram a diferenciação que, de fato, interessa no momento de escolher os que lidarão com o bem público: o que separa a honestidade da desonestidade, o certo do errado. Felizmente, esse petismo de resultados tem encontro marcado na lata de lixo da história com outras experiências reais do ideário marxista. ■

Com reportagem de Camila Pereira

"LULA ESCONDE A SUJEIRA"

O jurista Hélio Bicudo, de 83 anos, tem uma longa militância em favor dos direitos humanos, na qual se destaca o combate à ação do Esquadrão da Morte paulista, no fim dos anos 60. Relatou muito antes de decidir manifestar sua opinião sobre o governo Lula e o PT, ao qual é filiado há 25 anos. Decidiu falar incentivado pela família e por alguns amigos, inclusive da base petista. "Não posso admitir que dentro da história que venho construindo, muitas vezes penosamente, eu possa ser considerado participante do que está acontecendo", disse Bicudo à editora de VEJA Lucilla Soares, a quem concedeu a seguinte entrevista.

O SENHOR ACREDITA QUE O PRESIDENTE LULA SABIA DOS FATOS QUE ESTÃO VINDO A PÚBLICO? Lula é um homem centralizador. Sempre foi presidente de fato do partido. É impossível que ele não soubesse como os fundos estavam sendo angariados e gastos e quem era o responsável. Não é porque o sujeito é candidato a presidente que não precisa saber de dinheiro. Pelo contrário. É aí que começa a corrupção.

POR QUE O PRESIDENTE NÃO TOMOU NENHUMA ATITUDE PARA IMPEDIR QUE A SITUAÇÃO CHEGASSE AONDE CHEGOU? Ele é mestre em esconder a sujeira embaixo do tapete. Sempre agiu dessa forma. Seu pronunciamento de sexta-feira confirma. Lula man-

teve a postura de que não faz parte disso e não abre espaço para uma discussão pública.

HÁ OUTROS EXEMPLOS DESSA CARACTERÍSTICA? Há um muito claro. Em 1997, presidi uma comissão de sindicância do PT para apurar denúncias contra o empresário Roberto Teixeira, que estava usando o nome de Lula para obter contratos de prefeituras em São Paulo. A responsabilidade dele ficou claríssima. Foi pedida a instalação de uma comissão de ética, e isso foi deixado de lado por determinação de Lula, porque o Roberto Teixeira é compadre dele. O único punido foi o Paulo de Tarso Venceslau, autor da denúncia. Ainda que não existisse necessariamente um crime, havia um problema sério, ético, político, que tinha de ter sido discutido e não foi. Essas coisas todas vão se acumulando e, no final, acontece o que se vê hoje.

ESSES MESMOS SMAS ESTÃO PRESENTES NO ASSASSINATO DO PREFEITO DE SANTO ANDRÉ, CELSO DANIEL? A história de Santo André ainda não está clara. Houve uma intervenção do próprio partido para caracterizar o crime como crime comum, do que eu discordo. Houve a eliminação do Celso, ou porque ele não concordava com a corrupção ou porque ele quis interromper o processo num determinado ponto.

O SENHOR FOI VICE-PREFEITO DE MARTA SUPLÍCIC. COMO FOI PARTICIPAR DE UM GOVERNO PETISTA? O que me realizou na

prefeitura foi constituir a Comissão de Direitos Humanos do município. Fora isso, tudo passou ao largo do meu gabinete, por opção de Marta. Em dezembro de 2004, já no fim do governo, quando assumi interinamente a prefeitura e houve uma chuva muito forte, com graves prejuízos à população, pude verificar que os serviços públicos estavam totalmente omissos. Convoquei uma reunião do secretariado e apareceram dois ou três. Para mim foi uma experiência extremamente negativa.

EM QUE MOMENTO O SENHOR COMEÇOU A PERCEBER QUE O PARTIDO ESTAVA NO CAMINHO ERRADO? Quando a direção passou a tomar a frente das campanhas políticas. No início a militância era a grande força eleitoral. Isso foi mudando na medida em que o partido começou a abandonar os princípios éticos. A partir da campanha eleitoral de 1998, instalou-se definitivamente a política de atingir o poder a qualquer preço.

O PRESIDENTE LULA TAMBÉM QUERIA CHEGAR AO PODER A QUALQUER PREÇO? Sim. Mas ele quer a representatividade, sem o ônus do poder. Ele dividiu o governo como se estivéssemos num sistema parlamentarista. É o chefe do Estado, mas não do governo. Nisso há, aliás, uma clara violação da Constituição, que é presidencialista. A consequência foi o aparelhamento do Estado, um governo sem projeto e essa tática de alcançar resultados pela corrupção do Congresso Nacional.

O EX-MINISTRO JOSÉ DIRCEU ERA O PRINCIPAL NOME DESSE GRUPO A QUEM LULA DELEGOU O PODER. QUAL SUA AVALIAÇÃO SOBRE ELE? Dirceu é um trator. Ele é um homem que luta, sem restrição a meios, pelo poder. Está impregnado desse objetivo. Ele é o melhor representante de um grupo que aspirava ao poder pelo poder, não para fazer as reformas que sempre defendemos. O PT chegou ao governo sem projeto. Se Lula quisesse transformar o sonho petista em realidade, poderia ter se cercado de gente que o ajudaria nisso. Pessoas como Celso Furtado, Maria da Conceição Tavares, Fábio Konder Comparato, Maria Victória Benevides, Paulo Nogueira Batista Junior trabalharam no programa e foram depois pura e simplesmente deixadas de lado.

Foi uma escolha. Que continua. Em vez de buscar as pessoas autênticas, que comungam do ideal que acho que ainda é dele também, Lula se reúne com o Chávez (Hugo Chávez, presidente da Venezuela). Para quê?

O SENHOR TAMBÉM SE CONSIDERA DEIXADO DE LADO? Eu entrei no PT porque achei que devia entrar, ajudei o Lula em vários momentos porque achei que devia ajudar e nunca pedi nada em troca. Ele é que, espontaneamente, me disse que eu assumiria uma posição. Um dia, o ministro Celso Amorim mandou seu chefe-de-gabinete me oferecer um lugar de conselheiro da Unesco. Eu pedi que me explicasse o que representava exatamente es-

sa posição. A resposta foi: "É formidável. Três viagens por ano a Paris. Ou seja, estavam me oferecendo uma mordomia. Eu não aceitei."

EM ALGUM OUTRO MOMENTO O SENHOR FOI CHAMADO A COLABORAR COM O GOVERNO? Sim. O então presidente do PT, José Genoino, me pediu ajuda para convencer meus amigos deputados federais do PT a retirar seu apoio à formação da CPI dos Correios.

EXISTEM ELEMENTOS PARA QUE SE PEÇA O IMPEACHMENT DO PRESIDENTE? Os fatos podem vir a caracterizar crime de responsabilidade e, portanto, motivar um pedido de impeachment. Mas eu gostaria de lembrar que as primeiras pessoas que pedi-

ram o impeachment de Fernando Collor foram o Lula e eu. O pedido foi engavetado. Só quando houve pressão popular é que se concretizou um processo. Se você não tem apoio popular, isso cai numa discussão de juristas que não leva a nada, a não ser ao prejuízo da democracia.

COMO O SENHOR VÊ O FUTURO DO PT? Depende muito de como esse processo vai prosseguir. Se continuarmos com uma direção chapa-branca, não vamos chegar a lugar algum — a não ser no desfazimento de um partido que poderia ter chegado ao poder para realizar as reformas necessárias, mas só conseguiu promover um grande isolamento do Lula.

O ENIGMA DO EMPRÉSTIMO A LULA

Da enorme lista de histórias mal explicadas que povoam as CPIs, uma delas é especialmente intrigante: quem pagou uma dívida de 29 436 reais de Lula para com o PT? A dívida teria sido contraída em 2002, quando Lula ainda era candidato, teria pago gastos com viagens e passagens aéreas da hoje primeira-dama, Marisa Leticia. Há três semanas, durante o depoimento de Delúbio Soares à CPI dos Correios, o deputado Onyx Lorenzoni (PFL-RS) perguntou ao ex-tesoureiro petista se o pagador do débito teria sido o empresário Marcos Valério. Delúbio se limitou a dizer: "Não vou me pronunciar sobre esse assunto." O débito foi quitado em quatro parcelas, em uma conta do PT, entre 2003 e 2004 — ou seja, quando Lula já era presidente e Marcos Valério o operador das finanças do partido.

A pergunta sobre a identidade do pagador, o PT respondeu com um prolongado silêncio. Na semana passada, no entanto, depois que uma planilha encaminhada pelo Banco do Brasil à CPI dos Correios apontou Lula como depositário da dívida, apareceu uma

outra explicação. Paulo Okamoto, ex-tesoureiro da campanha de Lula em 1989 e atual diretor-presidente do Sebrae, afirmou ter sido ele o pagador do débito. A informação foi divulgada pelo jornal *Folha de S.Paulo*. Embora contradiga a planilha do banco, a versão de Okamoto foi endossada pelo PT. Okamoto é amigo do presidente. É ele quem administra as contas da família Lula. Para isso, contaria com a ajuda de outro grande amigo do presidente, o empresário Antoninho Marmo Trevisan. Trevisan participou da negociação que resultou no investimento de 5 milhões de reais feito pela Telmar na Gamecorp, empresa que tem como sócio Fábio Luís Lula da Silva, filho do presidente.

A versão de Okamoto, publicada uma semana depois de ele ter viajado com Lula para Garanhuns (PE) num voo durante o qual os dois conversaram longamente — não foi suficiente para

decifrar o enigma do empréstimo. Primeiro, porque carece de lógica. Na planilha do Banco do Brasil, Lula aparece como o pagador. Okamoto, no entanto, diz que pagou a dívida, e do próprio bolso. Mais: que não informou nada a Lula e que não se lembra

da forma como fez os depósitos. Segundo, porque a explicação se choca com uma declaração do ministro das Relações Institucionais, Jaques Wagner. Em nome de Lula, Wagner afirmou que o presidente não tinha débito algum com o partido. Ora, bolas: então, Okamoto pagou um débito que não existia? E Lula aparece numa planilha pagando uma dívida que não tinha? Quando se fala em PT, dinheiro e dívidas, perguntas lógicas quase sempre carecem de respostas idem.

ELE QUER CONTAR TUDO

O doleiro Toninho da Barcelona diz que conhece (e quer revelar) o esquema de envio de dinheiro do PT ao exterior

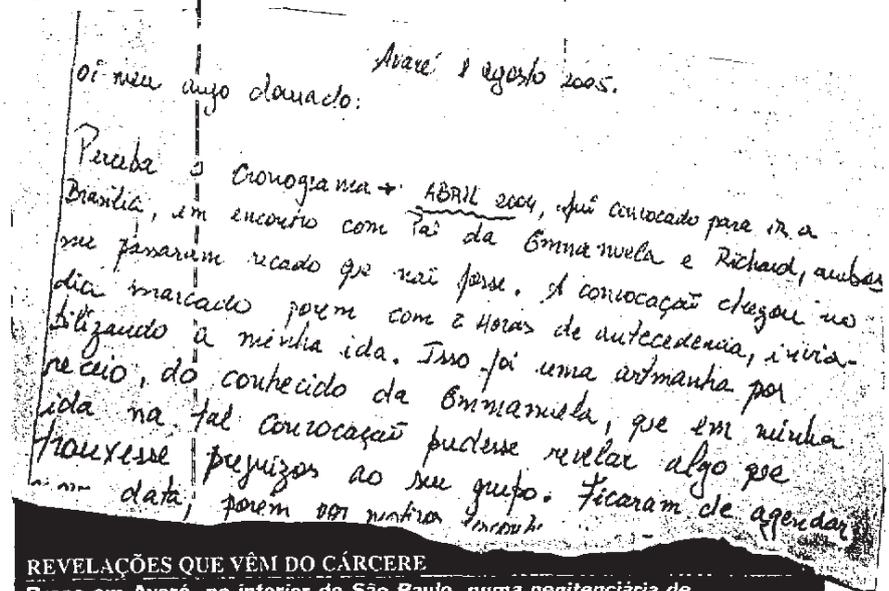
Policarpo Junior

De onde saiu o dinheiro que o PT mandou para o exterior e que pode ter desembarcado na campanha de Lula? A resposta está numa penitenciária de segurança máxima em Avaré, no interior de São Paulo. Ali, preso numa cela de castigo, com a cabeça raspada e 10 quilos mais magro, está o doleiro Antonio Oliveira Claramunt, o Toninho da Barcelona, considerado o maior do país. Ele quer falar. Em cartas e contatos mantidos com a família e com seus advogados, Toninho já mandou dizer que está disposto a depor na CPI dos Correios para contar o que sabe sobre as remessas clandestinas que operou durante anos para políticos e partidos, entre eles o PT. E Toninho sabe muito. Sabe inclusive o nome de pessoas e instituições envolvidas na fraude. Nas cartas que escreve, às quais VEJA teve acesso, Toninho diz que o PT envia dinheiro ao exterior desde a preparação da primeira campanha de Lula, em 1989. As remessas se multiplicaram na década de 90 e, desde então, concentraram-se em duas pontas: no Trade Link Bank, instituição ligada ao Banco Rural nas Ilhas Cayman, e numa empresa offshore criada no Panamá, que também funciona como um paraíso fiscal.

Em seu depoimento, o publicitário Duda Mendonça, calçado por vinte comprovantes de depósitos bancários, mostrou que a maior parte do dinhei-

ro que recebeu lá fora saiu de uma conta no Trade Link, em Cayman. Os segredos de Toninho da Barcelona po-

rer, diz-se vítima de uma brutal perseguição e conta que sua vida virou um in-



REVELAÇÕES QUE VÊM DO CÁRCERE

Preso em Avaré, no interior de São Paulo, numa penitenciária de segurança máxima, o doleiro Toninho da Barcelona escreve aos seus familiares. Conta que sua vida virou um inferno desde que revelou que conhecia o esquema de remessas de dinheiro do PT ao exterior. Nas cartas, ele narra maus-tratos na prisão, diz que tem medo de morrer e que nunca depôs no Congresso por orientação do petista José Mentor

dem mostrar de onde saíram esses recursos. Os doleiros, normalmente, recebem dinheiro frio no Brasil — das mãos do dono do dinheiro ou de seu representante. — e se encarregam de enviá-lo ao exterior por meio de uma cadeia de laranjas. Toninho da Barcelona afirma saber o nome do responsável pelas transações entre o PT e o Banco Rural. Nas cartas enviadas à família, o doleiro dá algumas pistas sobre os caminhos do dinheiro. As informações, porém, são cifradas para fugir à censura do presídio. Ele está com medo de mor-

ferno desde que surgiu a informação de que ele operou para o PT. A notícia foi publicada pela primeira vez pelo jornal O Estado de S. Paulo, em junho passado, reproduzindo uma declaração do ex-tesoureiro do PPS Rui Vicentini, que afirmou ter ouvido de Barcelona a revelação sobre a existência de uma caixa do PT no exterior.

Não se sabe a amplitude do que Toninho da Barcelona, condenado a 25 anos de prisão por evasão de divisas, tem a revelar. Mas sabe-se que seus segredos geram um clima de

pânico entre figuras importantes do PT. No dia 24 de junho, o doleiro pediu autorização para dar uma entrevista. Queria contar o que sabia. No mesmo dia, eclodiu uma rebelião no Presídio Adriano Marrey, em Guarulhos, onde o doleiro cumpria pena. Ele foi apontado — vagamente e por uma denúncia anônima — como um dos líderes da rebelião e, como punição, foi transferido para a penitenciária de segurança máxima de Avaré, onde ocupa uma cela sem chuveiro e com direito a banho de sol apenas uma vez por semana. É um tanto exótico que um doleiro, neófito nas lides de um presídio, seja capaz de liderar uma rebelião — muito menos que o faça justamente no dia em que está recebendo a primeira visita de sua filha de 14 anos, como foi o caso. Mesmo assim, o diretor de disciplina do presídio, em carta ao juiz, pediu que Toninho fosse punido com um ano em cela isolada, por tratar-se de “pessoa de altíssima periculosidade”.

No presídio de Avaré, Toninho conta que recebe ameaças de morte e é vítima de tortura psicológica. É acordado no meio da madrugada por carcereiros que batem nas grades de sua cela, produzindo um barulho infernal. “Estou com medo de morrer”, já disse. Ele conta que, depois da transferência para Avaré, recebeu a visita de dois advogados do PT. Um deles, dizendo-se amigo do deputado José Mentor, do PT de São Paulo, queria saber se ele ti-

nha mesmo revelações a fazer sobre remessas do partido. Quando Toninho indagou o que teria a ganhar por responder à pergunta, um dos emissários anunciou uma charada: “Nós temos três reis e um ás que podem ajudá-lo a sair daqui”. Não foi a primeira vez que o doleiro e enviados do deputado Mentor se encontraram. Segundo Toninho, o próprio Mentor articulou para que ele não fosse à CPI do Banestado, que apurava a remessa ilegal de dinheiro para o exterior. Toninho diz que Mentor, então relator da CPI do Banestado, temia o alcance das revelações que o depoente pudesse fazer.

Consultando os arquivos da CPI, constata-se que o doleiro foi intimado a depor no dia 20 de abril de 2004, mas não compareceu porque recebeu a intimação apenas duas horas antes da audiência. E ficou tudo por isso mesmo. Ele nunca apareceu na CPI nem foi convocado de novo. “Houve um estranho afrouxamento na convocação do Toninho. O relator parecia não ter interesse no depoimento”, acusa o senador Antero Paes de Barros, ex-presidente da CPI do Banestado. Em seu relatório final, Mentor suprimiu todo o capítulo que se referia ao Banco Rural, instituição suspeita de participar do esquema de remessas ilegais para o exterior. Procurado por VEJA, o deputado José Mentor declarou que não conhece o doleiro Toninho da Barcelona e que nunca enviou nenhum emissário para conversar com ele. Sobre o de-

poimento à CPI que não aconteceu, o parlamentar disse que isso fez parte de uma estratégia que definiu em comum acordo com a Polícia Federal.

“Toninho da Barcelona é, hoje um preso político”, diz Ricardo Sayeg, seu advogado, que pensa, a pedido da família, em ingressar com uma denúncia na Anistia Internacional. Sayeg lembra que a situação do doleiro é inusitada dado o fato de que seu cliente tem curso superior mas nunca conseguiu ser transferido para uma cela especial, como manda a lei. “Ele está cumprindo 25 anos porque foi condenado três vezes pelo mesmo crime”, diz o advogado. Sayeg não tem dúvida de que a situação de Toninho se complicou desde que ele ameaçou contar o que sabe sobre as transferências de dinheiro de petistas para o exterior. “Ele foi interrogado ilegalmente por nove delegados da Polícia Federal, sem a minha presença, que sou seu advogado, e sem comunicação prévia à Justiça.” Os representantes do PT que o visitaram também não tinham autorização para isso. O criminalista conta ainda que, na prisão, o doleiro foi obrigado a assinar um estranho documento por meio do qual se responsabilizava por sua integridade física. “Tenho razões para crer que tudo isso está acontecendo de maneira orquestrada para evitar que ele conte o que sabe”, conclui Sayeg. Com a palavra, a CPI. ■

RECADO PARA LULA

Dois líderes, um do PP e outro do PL, ambos com receio de perder o cargo, ameaçam contar o que sabem sobre o envolvimento do presidente no mensalão

Alexandre Oltramari

Na semana passada, o presidente do PL, Valdemar Costa Neto, o único parlamentar, até agora, que renunciou ao mandato para fugir do julgamento de seus pares, deu entrevista à revista Época. Nela, o ex-deputado afirmou que o presidente Lula sabia do acerto financeiro pelo qual o PT deu 10 milhões de reais ao PL na campanha de 2002 — um acerto que, mais tarde, foi honrado com dinheiro do valerioduto. A entrevista arranha o presidente Lula, mas talvez sua situação seja até mais grave. Há três semanas, sete deputados reuniram-se para um jantar em Brasília, e dois deles ameaçaram contar as conversas que tiveram com Lula sobre o mensalão. A história foi apurada pe-

lo repórter Alexandre Oltramari, de VEJA, que conversou com três pessoas que participaram do jantar. A seguir, o relato do repórter:

“Na noite de 26 de julho passado, uma terça-feira, o líder do governo na Câmara, o petista Arlindo Chinaglia, fez uma reunião de emergência com a cúpula de quatro partidos aliados, todos brindados com o capilé do valerioduto. O encontro ocorreu no apartamento do líder do PP, deputado José Janene. Entre o início do convívio, por volta das 9 da noite, e o seu fim, em torno das 2 da madrugada, sete deputados sentaram-se à mesa — e um deles subiu, com sapatos e tudo, em cima do sofá. Era o anfi-

trião. Desconfiado de que o presidente Lula manobrava para apená-lo da liderança do PP, Janene surtou, trepou no sofá e, de dedo em riste para Chinaglia, mandou um recado ameaçador ao presidente. 'Avisa àquele f.d.p. que, se eu perder a liderança, e eu não estou nem falando do meu mandato, mas só da liderança, eu vou contar tudo', berrou Janene. 'Vou contar todas as conversas que tive com ele sobre esse caso', completou, referindo-se aos pagamentos do mensalão. Antes que os presentes digerissem a gravidade da ameaça, souu outro petardo. 'Eu também', endossou o líder do PL, o deputado Sandro Mabel. 'Também falei várias vezes com ele sobre isso', disse, reforçando a ameaça.

Já se sabia que o presidente Lula fora alertado sobre a existência do mensalão em pelo menos cinco ocasiões, entre fevereiro de 2004 e março passado. É a primeira vez, porém, que se tem notícia de que Lula pode ter chegado ao ponto de negociar pessoalmente os pagamentos, tendo, portanto, se envolvido com o

assunto de forma muito mais profunda e mais comprometedorá. Além de Janene, Mabel e Chinaglia, estiveram no jantar o hoje ex-deputado Valdemar Costa Neto, o líder licenciado do PMDB, José Borba, e os deputados Nelson Meurer e João Pizzolatti, ambos do PP. Janene, o anfitrião, abiscoitou pelo menos 4,1 milhões de reais das contas de Marcos Valério no Banco Rural. Já Mabel é acusado de distribuir entre os deputados do PL parte dos 10 milhões de reais retirados por Costa Neto, presidente de seu partido. Apesar das evidências de que estão enlameados no mensalão, os dois, Janene e Mabel, seguem firmes na liderança de seus partidos.

A ameaça de Janene, secundada por Mabel, foi uma reação a um encontro de Lula com o presidente da Câmara, Severino Cavalcanti, ocorrido na manhã daquela mesma terça-feira 26 de julho. Nesse encontro, Lula sugeriu a Severino que era recomendável renovar a elite da base aliada, trocando os líderes atingidos pelas denúncias.

Cordato, Severino prometeu examinar a idéia e, à tarde, tentou convencer Janene a deixar a liderança do PP — mas esbarrou na oposição irada do deputado. A pelo menos dois interlocutores com quem conversou naquela terça-feira, Janene avisou que não irá cair sozinho. À noite, quando cedeu seu apartamento para a reunião, a idéia era assar uma pizza. A receita: o PL retiraria o pedido de cassação contra Roberto Jefferson, que, em troca, daria novo depoimento à CPI. Jefferson diria que fora mal interpretado. Em vez de mensalão, ele diria que o dinheiro era para pagar dívidas de campanha, corroborando a tese, mais anena, de que ocorreu apenas um crime eleitoral. Mas, como os líderes não confiam no governo, e ninguém confia em Roberto Jefferson, o acordo não vingou. Agora só resta torcer para que Janene e Mabel estejam blefando. ■

O SR. FLEXA RIBEIRO (PSDB – PA. Sem apanhamento taquigráfico.) – Sr. Presidente, Sr^{as} e Srs. Senadores, ocupo a tribuna neste momento para comentar o texto publicado na seção Notas & Informações do jornal **O Estado de S. Paulo** do último dia 12 de agosto de 2005 intitulado "Despudor sem disfarce".

O texto registra que "o PT perdeu de vez o que ainda pudesse conservar de pudor e respeito pela inteligência alheia". Para exemplificar, são citados alguns casos: o do deputado petista Paulo Pimenta, que tentou juntar à papelada da CPI um documento forjado; o do empréstimo de Lula ao PT, supostamente pago pelo Sr. Paulo Okamoto, hoje Presidente do Sebrae; o do comportamento acintoso do presidente Lula como candidato em campanha, sendo a estrela de uma festa eleitoral,

em Palmas, no Estado de Tocantins; e, por último, o da derrota na votação do salário mínimo no Senado Federal.

O texto conclui, ao citar a derrota na votação do salário mínimo: "Mas politicamente a derrota foi uma desmoralização adicional para um presidente que perdeu por completo, no mínimo, a noção de suas responsabilidades".

Sr. Presidente, requeiro que o texto acima citado seja considerado como parte integrante deste pronunciamento, para que passe a constar dos **Anais do Senado Federal**.

DOCUMENTO A QUE SE REFERE O SR. SENADOR FLEXA RIBEIRO EM SEU PRONUNCIAMENTO.

(Inserido nos termos do art. 210, inciso I e § 2º, do Regimento Interno.)

NOTAS E INFORMAÇÕES A3
ESTADO DE SÃO PAULO - SEXTA-FEIRA, 12 DE AGOSTO DE 2005

Conselho de Administração:

Presidente
Roberto C. Mesquita
Membros
Fernão Lara Mesquita
Francisco Mesquita Neto
Julio César Mesquita
Maria Cecília Y. C. Mesquita
Patrícia Maria Mesquita



Fundado em 1875

Julio Mesquita (1891-1927)
Julio de Mesquita Filho (1927-1969)
Francisco Mesquita (1927-1969)
Luiz Carlos Mesquita (1952-1970)
José Vieira de Carvalho Mesquita (1959-1988)

Julio de Mesquita Neto (1969-1996)
Luiz Vieira de Carvalho Mesquita (1959-1997)
Américo de Campos (1875-1884)
Nestor Rangel Pestana (1927-1933)
Pílpio Barragão (1927-1958)

www.estado.com.br

Publicação da S.A. O ESTADO DE S. PAULO
Av. Eng. Caetano Álvares, 55 - CEP 02598-900
São Paulo - SP - Caixa Postal 2439 CEP 01060-970-SP
Tel. 3856-2122 (PABX) Fax Nº (011) 3856-2940

NOTAS & INFORMAÇÕES

Despudor sem disfarce

Quaisquer que venham a ser os desdobramentos dos escândalos de corrupção, um fato não poderá deixar de ocorrer, sob pena de aviltamento da instituição do Congresso Nacional. É a cassação do mandato do deputado Paulo Pimenta, do PT gaúcho, vice-presidente da CPI do Mensalão (cargo ao qual renunciou ontem). Com uma desfaçatez que supera tudo o que o seu partido andou fazendo desde a eclosão da crise - e, segundo fontes do próprio PT, a mando do ainda homem forte da legenda, o ex-ministro José Dirceu -, Pimenta tentou juntar à papelada de CPI um documento forjado: uma lista com cerca de 90 nomes de políticos mineiros, do PSDB, PFL, PTB e outras agremiações, que teriam recebido dinheiro de Marcos Valério para o caixa 2 da campanha de 1998. Além de tentar impingir essa losca fabricação, o petista manteve infantilmente ao dizer que a relação - com o timbre do Supremo Tribunal Federal na capa - lhe havia sido repassada por um dos advogados de Valério. Só que Pimenta foi flagrado entrando no carro do empresário, com ele, na madrugada de quarta-feira, depois do seu depoimento à mesma CPI. A

contratação tem em comum com o infame "dossiê Cayman" contra o então presidente Fernando Henrique e os principais líderes tu- canos o fato de ter sido oferecida a órgãos de imprensa, nenhum o aceitou. A baixeza da manobra diz tudo da tropa de choque desse partido a caminho não da refundação, como quer o seu presidente Tasso Gentro, mas do total afundamento.

Talvez mais chocante que o ato delituoso de um membro da cúpula de um órgão colegiado do Congresso é a constatação, decorrente dele, mas não só, de que o PT perdeu de vez o que ainda pudesse conservar de pudor e respeito pela inteligência alheia: como que possuído por irremediável compulsão, mente, engana e acaba se entredando em contradições de um primarismo atroz. Veja-se o val- vémi de alegações sobre a origem e a quitação de um débito de R\$ 29.492,26, contraído em 2001 pelo presidente de honra do PT, Luiz Inácio Lula da Silva, e alegadamente pago pelo presidente do Sebrae, o sindicalista Paulo Okazaki, mediante depósitos em dinheiro numa conta do partido. Espantosamente, ele diz não

comportar, acintosamente como um candidato por engano como empréstimo gastos com viagens de Lula, naquele ano, que ele se recusou a pagar por achar que eram da alçada da agremiação. Somentie três semanas depois de o caso vir a público e chamar a atenção da CPI dos Correios, e uma semana depois de acorn- panhar o presidente a Garanhuns, Okamoto emergiu como o pagador da dívida - embora também ele não reconheça que a dívida é de Lula. Suspeita-se, na ponta inicial, que a sigla fez uso indevido de recursos do Fundo Partidário, ou seja, de dinheiro público; na ponta final, que o dinheiro do reembolso veio de Marcos Valério. Perguntado sobre isso na CPI, o ex-tesoureiro Delúbio Soares não respondeu.



EX-LIBRIS
O ESTADO DE S. PAULO

O mesmo Lula que fala pelos cotovelos, se recusa a dizer uma palavra a respeito e garante que preferia "perder voto a perder a vergonha", acaba de ignorar o decore da função de chefe de governo. Na visita a Palmas, no Tocantins, antontem, ele não apenas tornou a se comportar, acintosamente como um candidato

to em campanha, mas foi a estrela de uma festa eleitoral, com todos os pertences tradicionais: camisetas com a inscrição "100% Lula" foram confeccionadas, faixas dependuradas, ponto facultativo decretado, ônibus mobilizados para trazer o povo dos bairros, lanches e refrigerantes distribuídos à farta. Esquecida a faixa presidencial, Lula foi ainda um palanqueiro à moda dos grofores.

Enquanto isso, sem comando, desnorteadado e com a sua base parlamentar aos cacacos, o governo não conseguiu impedir, na votação da MP do salário mínimo de R\$ 300, que o Senado aprovasse uma emenda vingativa do ex-lulista Antonio Carlos Magalhães, elevando o piso para R\$ 384,29. Voltaram contra o Planalto dois senadores da base aliada, ambos do PSB, e cinco membros do tão cortejado PMDB. Dois petistas se absteram. Na prática, isso não deve dar em nada. Mesmo que a Câmara ratifique a decisão do Senado, é certo que Lula vetará o aumento que oneraria o Tesouro em R\$ 12 bilhões ao ano, baixando em seguida nova MP sobre o assunto. Mas politicamente a derrota foi uma desmoralização adicional para um presidente que perdeu por completo, no mínimo, a noção de suas responsabilidades.

O SR. LEONEL PAVAN (PSDB – SC. Sem apanhamento taquigráfico.) – Sr. Presidente, Sr^{as} e Srs. Senadores, ocupo a tribuna neste momento para comentar artigo intitulado “O silêncio do avestruz”, de autoria do articulista Tales Alvarenga, publicado na revista **Veja** do último dia 17 de agosto do corrente.

Como destaca o artigo, “o intelectual de esquerda, que em geral é professor de faculdade, viu desmanchar-se no ar sua última ilusão esquerdista – o governo do PT. Será interessante acompanhar o que esse personagem dirá no ciclo de conferências ‘O silêncio dos intelectuais’. Pelo título do encontro, não espere

muita coisa. Para o intelectual de esquerda nesta era pós-marxista e pós-petista, pensar dói. Melhor se refugiar no silêncio”.

Por fim, Sr. Presidente, requeiro que o referido artigo passe a integrar esse pronunciamento, a fim de que conste dos **Anais do Senado Federal**.

Era o que eu tinha a dizer.

DOCUMENTO A QUE SE REFERE O SR. SENADOR LEONEL PAVAN EM SEU PRONUNCIAMENTO.

(Inserido nos termos do art. 210, inciso I e § 2º, do Regimento Interno.)

TALES ALVARENGA

O silêncio do avestruz

Curiosíssimo ciclo de conferências está previsto para os próximos dois meses no Rio, em São Paulo, Belo Horizonte e Salvador. O tema do encontro é uma confissão de impotência dos participantes. O ciclo se chama “O silêncio dos intelectuais”. Silêncio dos intelectuais de esquerda diante da auto-implosão e do funeral do PT, bem entendido. Os deputados interrogam, os jornalistas denunciam, os acusados mentem na CPI e o cidadão comum balança a cabeça incrédulo com a quadrilha que o PT organizou para assaltar o Estado. Já os intelectuais se reúnem para analisar o silêncio.

Há três tipos de petistas caricatos e o intelectual de esquerda em geral é um deles. Esses tipos são o emotivo, o ideológico e o porquinho Prático. O emotivo é aquele sujeito de bons sentimentos que votou no PT por acreditar que o Brasil ficaria melhor num governo Lula. Esse petista está decepcionado. Sente vergonha daqueles que o viram um dia entusiasmado com a pureza do Partido dos Trabalhadores.

O petista ideológico é um tipo que se sentiu fascinado pelo igualitarismo marxista na juventude e não conseguiu se libertar dessa superstição anacrônica na vida adulta. Ao contrário do emotivo, acha que os valores de uma sociedade não se alteram para melhor apenas com a boa vontade de um partido e da população que o elegeu. É preciso, acha ele, mudar a própria natureza da sociedade, expelindo a camada burguesa dominante, para colocar em seu lugar a vanguarda dos trabalhadores, ou seja, eles mesmos, os intelectuais de esquerda.

Há, por fim, o porquinho Prático. Esse já foi emotivo e ideológico, mas tudo isso acabou amaciado por sua arte de se adaptar à realidade. São políticos e, como se sabe, nesse aspecto todos os políticos são iguais. Porquinhos Práticos são esses integrantes da cúpula do

PT que estão perdendo a cabeça por ter sido pilhados, na quadrilha do mensalão. Para ver como eles pensavam no passado, consulte na internet os documentos do partido anteriores a 2002. Ou, melhor ainda, examine os manuais marxistas, leninistas, maoístas e fidelistas usados pelos professores do Movimento dos Sem Terra para doutrinar as crianças nos seus acampamentos de lona. A cúpula do PT, com algumas exceções como

Lula, um dia foi assim.

Os que foram para o governo na ca-

ravana lulista perceberam que só teriam chance de chegar ao poder abrindo mão de seu repertório ideológico. Trocaram a ideologia pelo poder. E foram com tanta ganância ao banquete que engoliram de contrapeso alianças com a direita, a política econômica neoliberal e até mesmo a tentativa de comprar sua permanência no

governo com dinheiro surrupiado do Estado e de “doadores” privados.

Para o puro intelectual de esquerda, a travessia tem sido bem mais difícil. Por mais esgarçado que tenha se tornado seu sistema de crenças, depois da conversão da União Soviética e do Leste Europeu ao capitalismo, ele ainda se excita em fazer a crítica fácil do neoliberalismo. O intelectual de esquerda, que em geral é professor de faculdade, viu desmanchar-se no ar sua última ilusão esquerdista — o governo do PT. Será interessante acompanhar o que esse personagem dirá no ciclo de conferências “O silêncio dos intelectuais”. Pelo título do encontro, não espere muita coisa. Para o intelectual de esquerda nesta era pós-marxista e pós-petista, pensar dói. Melhor se refugiar no silêncio.

“Para o intelectual de esquerda nesta era pós-marxista e pós-petista, pensar dói. Melhor se refugiar no silêncio”

O SR. ALVARO DIAS (PSDB – PR. Sem apanhamento taquigráfico.) – Sr. Presidente, Sr^{as} e Srs. Senadores, ocupo a tribuna neste momento para registrar o artigo intitulado “Já é hora de *impeachment*?”, de autoria do ex-presidente do STF, Maurício Corrêa, publicado no jornal **Correio Braziliense** de 14 de agosto do corrente.

Segundo o autor, a natureza dos fatos que circundam o presidente, já suficientemente do conhecimento da sociedade, e a petulância com que tem se apresentado à nação, sempre de costas para a gravidade dos fatos apurados, fazem com que um eventual

processo de *impeachment* não possa ser descartado. Ainda segundo o autor, “a dinâmica dos acontecimentos com o passar dos dias sugere melhor reflexão sobre a hipótese”.

Para que conste dos Anais do Senado, requeiro, Sr. Presidente, que o artigo acima citado seja considerado como parte integrante deste pronunciamento.

DOCUMENTO A QUE SE REFERE O SR. SENADOR ALVARO DIAS EM SEU PRONUNCIAMENTO.

(Inserido nos termos do art. 210, inciso I e § 2º, do Regimento Interno.)

OPINIÃO

Já é hora de impeachment?

MAURÍCIO CORRÊA
Advogado

O salvo-conduto outorgado pela consciência nacional ao presidente da República – uma espécie de bill of indemnity – tem, como dele se deduz, o propósito de frear eventual processo de *impeachment*. A quase consensualidade que inspira a medida reúne não só a comunidade política, mas também substancial parcela dos veículos de comunicação, do setor empresarial, dos grandes sindicatos e, enfim, dos que recebem que a instauração de procedimento dessa ordem possa trazer indesejáveis gravames à economia do país, com pungentes arranhões no funcionamento das instituições do Estado. A proteção que se busca dar ao mandato presidencial, todavia, pode não ter a longevidade esperada. A dinâmica dos acontecimentos com o passar dos dias sugere melhor reflexão sobre a hipótese.

Há, por seu lado, outros fatores que conspiram para que se acelere a possível adoção do remédio político extremo. O primeiro deles é a própria natureza dos fatos que circundam o presidente, já suficientemente do conhecimento da sociedade e que, por si, poderiam fundamentar cabível representação à Câmara dos Deputados. O segundo, sem dúvida, é a petulância com que tem se apresentado à nação, sempre de costas para a gravidade dos fatos apurados, que exibem inegável participação de gente grávida de sua íntima relação, constituída de altos agentes públicos, parlamentares e dirigentes partidários – todos direta ou indiretamente comprometidos com o esquema em que se meteu.

A articulação dos atores participantes da trama que resultou na obtenção e destinação de recursos oficiais desce de aços num listão de plúrimos beneficiários, configura situação que não subsistiria se não houvesse,

por evidente, a tática anuência do chefe da nação. Ninguém mais tem qualquer suspeita de que esse acunpliacimento não tenha se dado. Chego a imaginar, distante do plano de mera conjectura, que, de fato, o presidente sabia mesmo era de tudo ou de boa parte de tudo. Nem mesmo supponho que tenham seus subalternos, correligionários e aliados, abusado de sua confiança. A menos que se trate de títire manietado por cordões umbilicais de uma súcia de banidics, o que prefiro não acreditar para entender que a urdidura era de seu inteiro conhecimento.

Além dessa real evidência, irrita saber de seu despuador ao arrostar-se perante a nação como o melhor de todos os presidentes. Enquanto a cada hora se torna mais patente o conúbio presidencial na apostasia dos valores da pátria, seus pronunciamentos, de tão inoportunos e despropositados, sinalizam um estado de instabilidade emocional e de divagação comportamental não condizente com a seriedade, imponência e sobriedade do status de presidente da República.

Partindo-se do princípio de que toda a tramãia montada era de conhecimento exclusivo ou irrplicito do presidente, resta saber se os desmandos já detectados com a participação do ex-chefe da Casa Civil, do ex-ministro da Secom e do bando criminoso do PT, já não fornecem substrato legal para o enquadramento em crime de responsabilidade do presidente.

O inciso VII do artigo 85 da Constituição Federal define como crime de responsabilidade de do presidente deixar de dar cumprimento às leis. O artigo 2º da Lei 1079/50 estabelece que os crimes de responsabilidade, ainda que simplesmente tentados, são passíveis da perda do cargo. A seguir, o inciso V do artigo 4º da mencionada norma disciplina que são

crimes de responsabilidade do presidente da República os que atentarem contra a Constituição e, especialmente, contra a proibidade administrativa. Do mesmo modo, o artigo 9º, número 3, proclama que são crimes contra a proibidade na administração “não tornar efetiva a responsabilidade dos seus subordinados, quando manifesta em delitos funcionais ou na prática de atos contrários à Constituição”.

Ora, dando-se de barato, se omitiu o presidente quanto ao funcionamento de uma quadilha que tinha seu quartel-general instalado no Palácio do Planalto – cujas ações visavam a assaltar os cofres públicos –, somente por isso já não seria mais do que suficiente o seu enquadramento nos atos de improbidade praticados por subordinados, ainda que não tivesse participação direta nos delitos? Por que a impunidade? Em nome de que valêres? Se fosse um infeliz que tivesse roubado uma bicicleta toda anobentada, não seria preso?

A cassação de mandato por crime de responsabilidade se dá por exclusiva vontade política. Essa espécie de crime necessariamente pode não ter nada a ver com o delito comum. Basta a perda de confiança por atos ou omissões do agente político no cumprimento do dever para que ocorra sua materialização. Por muito menos o presidente Collor foi cassado. Por que tamanha coidescendência? Medo de que a economia se decomponha? Não, não é possível, já estamos maduros.

Pronto este artigo, tomo conhecimento das bombásticas afirmações de Duda Mendonça. É mais um reforço ao que disse. O pífio pronunciamento presidencial de sexta-feira passada não inovou em nada a situação. Até o pedido de desculpas foi tosco. Simples história para boi dormir. A crise é grave. Cabe ao Congresso o resto.

O SR. ARTHUR VIRGÍLIO (PSDB – AM. Sem apanhamento taquigráfico.) – Sr. Presidente, Sr^{as} e Srs. Senadores, a crise que atinge o Brasil continua ocupando espaços cada vez maiores na mídia nacional e internacional. As revistas de grande circulação no país deram continuidade às matérias sobre a crise política que se instalou no país. É nesse contexto que solicito que as capas das revistas relacionadas em anexo passem a constar dos Anais do Senado Federa-

ral, para que o pesquisador do futuro possa avaliar o desempenho do atual governo.

Era o que eu tinha a dizer.

DOCUMENTO A QUE SE REFERE O SR. SENADOR ARTHUR VIRGÍLIO EM SEU PRONUNCIAMENTO.

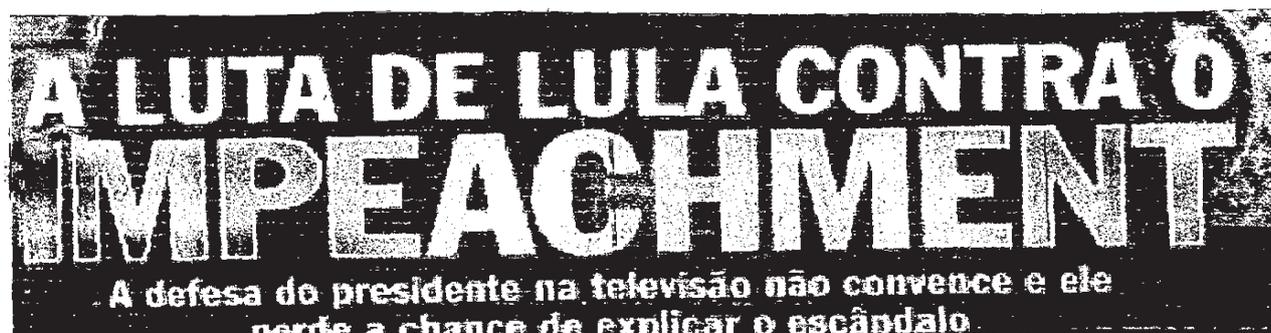
(Inserido nos termos do art. 210, inciso I e § 2º, do Regimento Interno.)

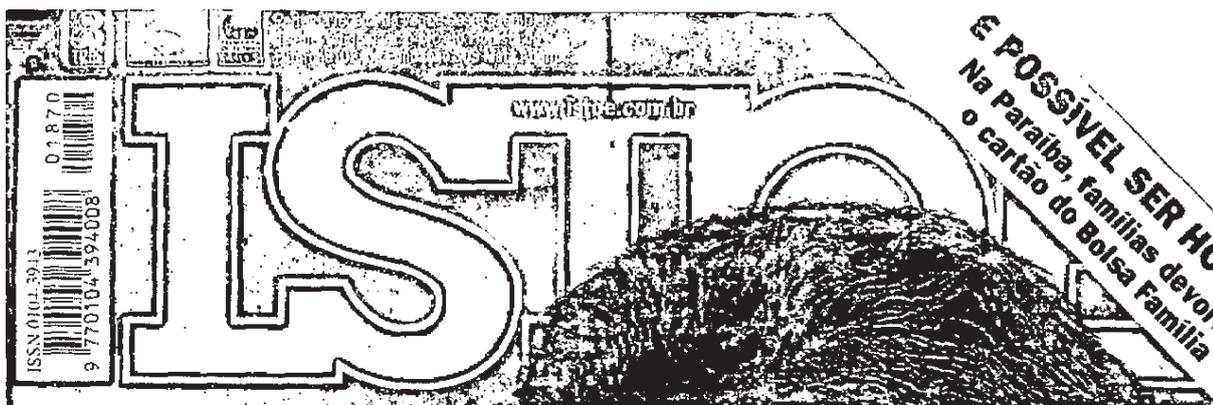
Edição 1918 . 17 de agosto de 2005

Duda Mendonça
iz que a campanha
de 2002 foi paga
com dinheiro sujo

Preso, Toninho
da Barcelona, doleiro
do PT, quer contar
tudo na CPI

Hélio Bicudo:
“Lula é mestre
em esconder a sujeira
embaixo do tapete”





É POSSÍVEL SER HONESTO
Na Paraíba, famílias devolvem
o cartão do Bolsa Família

- **O publicitário Duda Mendonça confessa ter recebido R\$ 10,5 milhões do PT nas Bahamas e leva a crise política para o Palácio do Planalto**
- **O presidente pede desculpas à Nação, diz que foi traído pelo PT e pede a colaboração de todos para que a economia não seja afetada**
- **Resta saber se Lula terá fôlego para promover a necessária reforma política**

LULA GANHA TEMPO

EPOCA

ESQUEMA BAHAMAS

Duda Mendonça: parte da campanha de 2002 foi paga com dólares do caixa dois

R\$ 6,90 - Nº 378 - 15 agosto 2005

www.epoca.com.br

EXCLUSIVA

A CONFISSÃO



“Lula sabia do acordo de R\$ 10 milhões com o PL”

“Pedi ao Delúbio: cheque não. Me dá em dinheiro”

“Reclamei com Dirceu que o dinheiro entrava pingado. Ele disse: calma, o Delúbio vai resolver”

“Só recebi R\$ 6,5 milhões. Estão colocando R\$ 4 milhões a mais na minha conta”

Valdemar Costa Neto, presidente do PL

EXEMPLAR DE ASSINANTE
VENDA PROIBIDA



EDITORA GLOBO

O SR. JOSÉ AGRIPINO (PFL – RN. Sem apanhamento taquigráfico.) – Sr. Presidente, Sr^{as} e Srs. Senadores, em um momento delicado da política brasileira, em que escândalos não cessam de aparecer, muitos eleitores, principalmente os mais jovens, sentem-se perdidos, destituídos de símbolos que lhes motivem a participar, de forma ativa e construtiva, dos debates nacionais.

Não lhes tiro a razão, pois a quantidade de gente envolvida em práticas vis e criminosas é nada menos que avassaladora. Por outro lado, é preciso saber enxergar por sobre o mar de lama, e ver com clareza que ainda são muitos os que, no presente e no passado, têm dedicado os melhores esforços na construção de uma nação mais digna para nós e para nossos filhos e netos.

É nesse contexto que não posso deixar de citar e de homenagear meu ilustre conterrâneo, o saudoso Senador Francisco Duarte Filho, que completaria 100 anos em dezembro deste ano de 2005.

Pois a linha mestra que sempre caracterizou a atuação política do Senador Duarte Filho foi sua retidão de caráter, sua lealdade à coisa pública e às necessidades do povo potiguar, características essas reconhecidas por todos os que com ele conviveram.

Digo todos, Senhor Presidente, para acentuar o fato de o Senador Duarte Filho haver conquistado admiradores independentemente da filiação partidária. Se teve adversários, já que sem divergências o debate político não faz sentido, o saudoso Senador Duarte Filho jamais teve inimigos.

Médico de formação, um dos fundadores do Hospital de Caridade de Mossoró, hoje Hospital Duarte Filho, o saudoso mossoroense provou aqui, no Senado Federal, haver depurado com maestria o dom de saber escutar. Sua modéstia e humildade, ressaltadas por todos os contemporâneos, permitiam-lhe uma notável firmeza em seus posicionamentos, sem, no entanto, resvalarem na aspereza. Com efeito, sua coerência de princípios jamais se confundiu com desconsideração pela opinião adversária.

Esse talento para o jogo político, que não é outra coisa senão a habilidade para equacionar de forma eficiente a diferença, qualificou o Senador Duarte Filho para compor a Mesa Diretora do Senado, onde teve assento até seu súbito desaparecimento, em 1973.

Triste ficou Mossoró, cidade que o teve como Prefeito; triste ficou o Rio Grande do Norte, que o teve como Senador e como Secretário de Estado da Saúde e da Assistência Social; tristes ficamos nós, brasileiros, que perdemos o privilégio de poder contar com um interlocutor cuja experiência e sensibilidade o tornaram referência em seu tempo. Perdemos um amigo que jamais deixou de ter como prioridade as necessidades dos mais humildes, as carências do sofrido Nordeste brasileiro.

Senhor Presidente, Senhoras e Senhores Senadores,

Há cerca de 32 anos o Senador Duarte Filho não está mais, fisicamente, entre nós. Porém, seu exemplo de retidão, de humildade e de desprendimento são fontes perenes de inspiração. No ano do centenário de seu nascimento, é com muita alegria que evoco as lembranças de meu tão ilustre e querido conterrâneo, para homenageá-lo.

A trajetória política do saudoso Senador Duarte Filho serve para mostrar que, por mais que sejamos tentados a fraquejar, mais fortes são as razões que nos fazem ver a política como meio de lutarmos por um País melhor para todos.

É claro, Senhor Presidente, que não me refiro à política minúscula, vil, de negociatas e mensalões, mas a política séria, maiúscula, digna das tradições desta Casa e dos eleitores, da qual o saudoso conterrâneo Duarte Filho é um grande exemplo, hoje e sempre.

Muito obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Mão Santa. PMDB – PI) – A Presidência lembra ao Plenário que o tempo destinado aos oradores da Hora do Expediente da sessão deliberativa ordinária de amanhã será dedicado à apresentação da Agenda 21 Infantil, pela Conferência Criança Brasil no Milênio, de acordo com o **Requerimento nº 578, de 2005**, do Senador Paulo Octávio e outros Senhores Senadores.

Esclarece, ainda, que continuam abertas as inscrições para a referida homenagem.

O SR. PRESIDENTE (Mão Santa. PMDB – PI) – Nada mais havendo a tratar, a Presidência vai encerrar os trabalhos, lembrando às Sr^{as} e aos Srs. Senadores que constará da próxima sessão deliberativa ordinária, a realizar-se amanhã, às 14 horas, a seguinte:

ORDEM DO DIA

1

PROJETO DE LEI DE CONVERSÃO Nº 21, DE 2005

(Proveniente da Medida Provisória nº 251, de 2005)
(Encontra-se sobrestando a pauta, nos termos do § 6º do art. 62 da Constituição Federal)

Discussão, em turno único, do Projeto de Lei de Conversão nº 21, de 2005 (proveniente da Medida Provisória nº 251, de 2005), que institui o Projeto Escola de Fábrica, autoriza a concessão de bolsas de permanência a estudantes beneficiários do Programa Universidade para Todos – PROUNI, institui o Programa de Educação Tutorial – PET, altera a Lei nº 5.537, de 21 de novembro de 1968, e a Consolidação das Leis do Trabalho – CLT, aprovada pelo Decreto-Lei nº 5.452, de 1º de maio de 1943, e dá outras providências.

Relator revisor: Senador Romeu Tuma.

2

PROPOSTA DE EMENDA À CONSTITUIÇÃO**Nº 31, DE 2000***(Votação nominal)*

Continuação da votação, em primeiro turno, da Proposta de Emenda à Constituição nº 31, de 2000, tendo como primeira signatária a Senadora Maria do Carmo Alves, que *acrescenta inciso XVIII-A ao art. 7º da Constituição Federal, para beneficiar, com licença-maternidade, as mulheres que adotarem crianças.*

Parecer sob nº 972, de 2003, da Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania, Relatora: Senadora Serys Slhessarenko, favorável, com a Emenda nº 1-CCJ, que apresenta, com voto em separado do Senador Aloizio Mercadante.

3

PROPOSTA DE EMENDA À CONSTITUIÇÃO**Nº 29, DE 2002***(Votação nominal)*

Votação, em primeiro turno, da Proposta de Emenda à Constituição nº 29, de 2002, tendo como primeiro signatário o Senador Francisco Escórcio, que *inclui § 8º no art. 60 do Ato das Disposições Constitucionais Transitórias com a finalidade de ampliar a vigência do Fundo de Manutenção e Desenvolvimento do Ensino Fundamental e de Valorização do Magistério (FUNDEF).*

Parecer sob nº 119, de 2004, da Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania, Relator: Senador José Jorge, favorável, nos termos da Emenda nº 1-CCJ (Substitutivo), que oferece.

4

PROPOSTA DE EMENDA À CONSTITUIÇÃO**Nº 12, DE 2003***(Votação nominal)*

Votação, em primeiro turno, da Proposta de Emenda à Constituição nº 12, de 2003, tendo como primeiro signatário o Senador Osmar Dias, que *altera os arts. 21 e 22 da Constituição Federal, para definir a competência da União no ordenamento do Sistema Nacional de Meteorologia e Climatologia.*

Parecer sob nº 466, de 2004, da Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania, Relatora: Senadora Serys Slhessarenko, favorável, nos termos da Emenda nº 1-CCJ (Substitutivo), que oferece.

5

PROPOSTA DE EMENDA À CONSTITUIÇÃO**Nº 42, DE 2003***(Votação nominal)*

Votação, em primeiro turno, da Proposta de Emenda à Constituição nº 42, de 2003, ten-

do como primeiro signatário o Senador Pedro Simon, que *altera dispositivos constitucionais relativos aos limites máximos de idade para a nomeação de magistrados e ministros de tribunais e para a aposentadoria compulsória do servidor público em geral.*

Pareceres sob nºs 463 e 1.510, de 2005, da Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania, Relator: Senador José Jorge, 1º pronunciamento (sobre a Proposta): favorável, nos termos das Emendas nºs 1 e 2-CCJ, que apresenta; 2º pronunciamento (sobre as Emendas nºs 3 a 6, de Plenário): favorável à Emenda nº 5 e pela rejeição das demais emendas.

6

PROPOSTA DE EMENDA À CONSTITUIÇÃO**Nº 87, DE 2003***(Votação nominal)*

Votação, em primeiro turno, da Proposta de Emenda à Constituição nº 87, de 2003, tendo como primeira signatária a Senadora Fátima Cleide, que *altera o art. 89 do Ato das Disposições Constitucionais.* (Dispõe sobre a carreira dos servidores civis e militares do ex-Território Federal de Rondônia).

Parecer favorável, sob nº 685, de 2004, da Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania, Relator: Senador Mozarildo Cavalcanti.

7

PROPOSTA DE EMENDA À CONSTITUIÇÃO**Nº 12, DE 2004***(Votação nominal)*

Votação, em primeiro turno, da Proposta de Emenda à Constituição nº 12, de 2004, tendo como primeiro signatário o Senador Luiz Otávio, que *acrescenta artigo ao Ato das Disposições Constitucionais Transitórias.* (Dispõe sobre os processos em andamento de criação de novos municípios).

Parecer sob nº 1.863, de 2004, da Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania, Relator: Senador Rodolpho Tourinho, favorável, nos termos da Emenda nº 1-CCJ (Substitutivo), que oferece.

8

**PROJETO DE LEI DO SENADO
Nº 162, DE 2004-COMPLEMENTAR**

Votação, em turno único, do Projeto de Lei do Senado nº 162, de 2004-Complementar, de autoria do Senador Augusto Botelho, que *dispõe sobre a atuação das Forças Armadas e da Polícia Federal nas unidades de conservação.*

Pareceres favoráveis, sob nºs 251 e 252, de 2005, das Comissões

– de Constituição, Justiça e Cidadania,
Relator: Senador Aloizio Mercadante; e
– de Relações Exteriores e Defesa Nacional, Relator: Jefferson Péres.

9

**PROPOSTA DE EMENDA À CONSTITUIÇÃO
Nº 59, DE 2004**

Quarta sessão de discussão, em primeiro turno, da Proposta de Emenda à Constituição nº 59, de 2004, tendo como primeiro signatário o Senador Arthur Virgílio, que *altera a denominação da Zona Franca de Manaus para Pólo Industrial da Amazônia Brasileira*.

Parecer, sob nº 1.130, de 2005, da Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania, Relator: Senador Alvaro Dias, favorável, nos termos da Emenda nº 1-CCJ (Substitutivo), que oferece.

10

**PARECER Nº 1.511, DE 2005
(Escolha de Autoridade)**

Discussão, em turno único, do Parecer nº 1.511, de 2005, da Comissão de Relações Exteriores e Defesa Nacional, Relator: Senador Romeu Tuma, sobre a Mensagem nº 206, de 2005 (nº 514/2005, na origem), pela qual o Presidente da República submete à deliberação do Senado a escolha do Senhor *Márcio Paulo Buzanelli* para exercer o cargo de Diretor-Geral da Agência Brasileira de Inteligência – Abin.

O SR. PRESIDENTE (Mão Santa. PMDB – PI)
– Está encerrada a sessão.

(*Levanta-se a sessão às 19 horas e 15 minutos.*)

(OS Nº 15754/05)

(*) **Emendas**
AO
PROJETO DE LEI
N.º 16/2005-CN

MENSAGEM
N.º 00068, de 2005 – CN
(Nº 0415/2005, na origem)

Ementa: “Abre ao Orçamento Fiscal da União, em favor dos Ministérios da Fazenda e do Desenvolvimento, Indústria e Comércio Exterior e de Operações Oficiais de Crédito, crédito suplementar no valor global de R\$ 46.893.589,00 (quarenta e seis milhões, oitocentos e noventa e três mil, quinhentos e oitenta e nove reais), para reforço de dotações constantes da Lei Orcamentária vigente.”

Índice de Emendas
PLN: 016/2005 EMENDA

		Total por Parlamentar
JOSÉ DIVINO	00001 e 00002	2
	00006 e 00007	2
ROSE DE FREITAS	00008 a 00017	10
	00003 a 00005	3
Total de Emendas:		17

(*) Republicação

EMENDA - 00001

**EMENDA A PROJETO DE LEI
DE CRÉDITO SUPLEMENTAR
E ESPECIAL**

PL 016/2005-CN

Mensagem 068/2005-CN

INSTRUÇÕES NO VERSO	PROJETO DE LEI PLN - 016-CN-2005	PAGINA 01 DE 01
---------------------	-------------------------------------	--------------------

TEXTO

SUPLEMENTAR NOMPROGRAMA DE TRABALHO DO ANEXO I - FINANCIAMENTO PARA MODERNIZAÇÃO DA ADMINISTRAÇÃO FISCAL DOS ESTADOS E MUNICÍPIOS - NACIONAL.

SUPLEMENTAR:
 ÓRGÃO: 74000
 UNIDADE: 74102
 FUNCIONAL PROGRAMATICA: 04.846.1172.0021.0001
 MODALIDADE DE APLICAÇÃO: 90
 VALOR R\$ 20.000.000,00

CANCELAMENTO:
 ÓRGÃO: 74000
 FUNCIONAL PROGRAMATICA: 04.846.1171.0015.0001
 VALOR R\$ 20.000.000,00
 MODALIDADE DE APLICAÇÃO: 90

JUSTIFICAÇÃO

TEM A FINALIDADE ESTA EMENDA, DOTAR VÁRIOS MUNICÍPIOS DO ESTADO DO RIO DE JANEIRO, DE RECUSOS FINANCEIROS PARA A MODERNIZAÇÃO DA ADMINISTRAÇÃO FISCAL.

CÓDIGO	NOME DO PARLAMENTAR DEPUTADO JOSÉ DIVINO	UF RJ	PARTIDO PMDB
DATA 18/7/2005	ASSINATURA 		

EMENDA - 00002**EMENDA A PROJETO DE LEI
DE CRÉDITO SUPLEMENTAR
E ESPECIAL**

PL 016/2005-CN

Mensagem 068/2005-CN

INSTRUÇÕES NO VERSO	PROJETO DE LEI PLN - 016-CN-2005	01 DE 01
---------------------	-------------------------------------	----------

TEXTO

SUPLEMENTAR NOMPROGRAMA DE TRABALHO DO ANEXO I - ESTRUTURAÇÃO DE
NUCLÉOS PRODUTIVOS DO SEGMENTO ARTESANAL NACIONAL..

SUPLEMENTAR:

ÓRGÃO: 28000

UNIDADE: 28101

FUNCIONAL PROGRAMATICA: 23.691.1016.6514.0001

MODALIDADE DE APLICAÇÃO: 99

VALOR R\$ 2.500.000,00

CANCELAMENTO:

ÓRGÃO: 25000

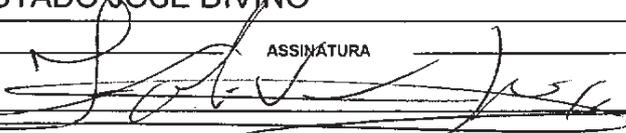
FUNCIONAL PROGRAMATICA: 04.122.0776.1655.0041

VALOR R\$ 2.500.000,00

MODALIDADE DE APLICAÇÃO: 90

JUSTIFICAÇÃO

TEM A FINALIDADE ESTA EMENDA, DOTAR VÁRIOS MUNICÍPIOS DO ESTADO DO
RIO DE JANEIRO, DE RECUSOS FINANCEIROS PARA A ESTRUTURAÇÃO DE
NUCLÉOS PRODUTIVOS DO SEGMENTO ARTESANAL, BEM COMO AUXILIAR ESSE
SEGMENTO ARTESANAL COM A DIVULGAÇÃO NO MERCADO LOCAL E
INTERNACIONAL.

CÓDIGO	NOME DO PARLAMENTAR DEPUTADO JOSÉ DIVINO	UF RJ	PARTIDO PMDB
DATA 18/7/2005	ASSINATURA 		

**EMENDA A PROJETO DE LEI
DE CRÉDITO SUPLEMENTAR
E ESPECIAL**

EMENDA - 00003

PL 016/2005-CN

Mensagem 068/2005-CN

INSTRUÇÕES NO VERSO

PROJETO DE LEI
PLN - 016-CN-2005

PÁGINA
01 DE 01

TEXTO

INCLUA-SE ONDE COUBER NO PROJETO/ATIVIDADE DO ANEXO I - FINANCIAMENTO PARA MODERNIZAÇÃO DA GESTÃO ADMINISTRATIVA E FISCAL DOS MUNICÍPIOS-NACIONAL.

SUPLEMENTAÇÃO:

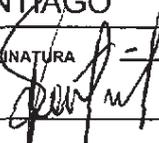
ÓRGÃO: 74000
UNIDADE: 74102
FUNCIONAL PROGRAMATICA: 04.846.1172.0021.0001
GND: 5
MODALIDADE DE APLICAÇÃO: 90
VALOR R\$ 10.000.000,00

CANCELAMENTO:

ÓRGÃO: 74000
GND: 5
MODALIDADE DE APLICAÇÃO: 90
FUNCIONAL PROGRAMATICA: 04.846.1171.0015.0001
VALOR R\$ 10.000.000,00

JUSTIFICAÇÃO

PRETENDO COM ESTA EMENDA, DOTAR VÁRIOS MUNICÍPIOS DO ESTADO DA PARAÍBA, DE RECURSOS FINANCEIROS PARA ESTRUTURAR E FINANCIAR PARA A MODERNIZAÇÃO DA ADMINISTRAÇÃO FISCAL DE MUNICÍPIOS.

CÓDIGO	NOME DO PARLAMENTAR	UF	PARTIDO
	DEPUTADO WILSON SANTIAGO	PB	PMDB
DATA	ASSINATURA		
18/7/2005			

EMENDA A PROJETO DE LEI DE CRÉDITO SUPLEMENTAR E ESPECIAL

EMENDA - 00004

PL 016/2005-CN

Mensagem 068/2005-CN

INSTRUÇÕES NO VERSO	PROJETO DE LEI PLN - 016-CN-2005	01 DE 01
---------------------	-------------------------------------	----------

TEXTO

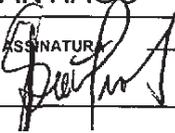
INCLUA-SE ONDE COUBER NO PROJETO/ATIVIDADE DO ANEXO I - ESTRUTURAÇÃO DE NUCLÉOS PRODUTIVOS DO SEGMENTO ARTESANAL - NACIONAL.

SUPLEMENTAÇÃO:

ÓRGÃO: 28000
UNIDADE: 28101
FUNCIONAL PROGRAMATICA: 23.691.1016.6514.0001
GND: 4
MODALIDADE DE APLICAÇÃO: 90
VALOR R\$ 3.000.000,00
CANCELAMENTO:
ÓRGÃO: 25000
GND: 4
MODALIDADE DE APLICAÇÃO: 99
FUNCIONAL PROGRAMATICA: 04.122.0776.1655.0041
VALOR R\$ 3.000.000,00

JUSTIFICAÇÃO

PRETENDO COM ESTA EMENDA, DOTAR VÁRIOS MUNICÍPIOS DO ESTADO DA PARAÍBA, DE RECURSOS FINANCEIROS PARA ESTRUTURAR VÁRIOS NUCLÉOS DE PRODUÇÃO DO ARTESANATO.

CÓDIGO	NOME DO PARLAMENTAR DEPUTADO WILSON SANTIAGO	UF PB	PARTIDO PMDB
DATA 18/7/2005	ASSINATURA 		

**EMENDA A PROJETO DE LEI
DE CRÉDITO SUPLEMENTAR
E ESPECIAL**

EMENDA - 00005

PL 016/2005-CN

Mensagem 068/2005-CN

INSTRUÇÕES NO VERSO	PROJETO DE LEI PLN - 016-CN-2005	PÁGINA 01 DE 01
---------------------	-------------------------------------	--------------------

TEXTO

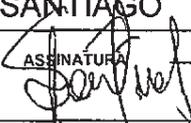
INCLUA-SE ONDE COUBER NO PROJETO/ATIVIDADE DO ANEXO I - ESTRUTURAÇÃO DE NUCLÉOS PRODUTIVOS DO SEGMENTO ARTESANAL - NACIONAL.

SUPLEMENTAÇÃO:

ÓRGÃO: 28000
 UNIDADE: 28101
 FUNCIONAL PROGRAMATICA: 23.691.1016.6514.0001
 GND: 3
 MODALIDADE DE APLICAÇÃO: 50
 VALOR R\$ 13.000.000,00
 CANCELAMENTO:
 ÓRGÃO: 740000
 UNIDADE: 74102
 GND: 3
 MODALIDADE DE APLICAÇÃO: 99
 FUNCIONAL PROGRAMATICA: 04.846.1171.0015.0001
 VALOR R\$ 13.000.000,00

JUSTIFICAÇÃO

PRETENDO COM ESTA EMENDA, DOTAR VÁRIOS MUNICÍPIOS DO ESTADO DA PARAÍBA, DE RECURSOS FINANCEIROS PARA ESTRUTURAR VÁRIOS NUCLÉOS DE PRODUÇÃO DO ARTESANATO.

CÓDIGO	NOME DO PARLAMENTAR DEPUTADO WILSON SANTIAGO	UF PB	PARTIDO PMDB
DATA 19/7/2005	ASSINATURA 		

**EMENDA A PROJETO DE LEI
DE CRÉDITO SUPLEMENTAR
E ESPECIAL**

EMENDA - 00006

PL 016/2005-CN

Mensagem 068/2005-CN

INSTRUÇÕES NO VERSO	PROJETO DE LEI NÚMERO PLN - 016-CN-2005	PÁGINA 01 DE 01
---------------------	--	--------------------

TEXTO

INCLUIA-SE ONDE COUBER NO PROJETO/ATIVIDADE DO ANEXO I - ESTRUTURAÇÃO DE NUCLÉOS PRODUTIVOS DO SEGMENTO ARTESANAL - NACIONAL.

SUPLEMENTAÇÃO:

ÓRGÃO: 2800

UNIDADE: 28101

FUNCIONAL PROGRAMÁTICA: 23.691.1016.6514.0001

MODALIDADE DE APLICAÇÃO: 50

GND: 4

VALOR R\$ 10.000.000,00

CANCELAMENTO:

ÓRGÃO: 28000

UNIDADE: 28101

FUNCIONAL PROGRAMÁTICA: 04.846.1171.0015.0001

MODALIDADE DE APLICAÇÃO: 50

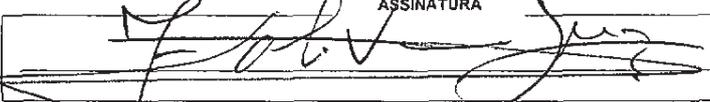
GND: 4

VALOR R\$ 10.000.000,00

JUSTIFICAÇÃO

ESTA EMENDA SE OBJETIVA DOTAR ENTIDADES NÃO GOVERNAMENTAIS EM NÍVEL NACIONAL PARA AUXILIAR FINANCEIRAMENTE E HABILITAR ARTESÕES ESPELHADOS POR ESSE IMENSO BRASIL. COM ESTA EMENDA, PROCURO DAR MINHA CONTRIBUIÇÃO E AUXILIAR O PRESIDENTE LULA A COLOCAR EM PRÁTICA ESSE AMBICIOSO PROJETO DE INTEGRAÇÃO DE ARTESÕES.

CÓDIGO	NOME DO PARLAMENTAR DEPUTADO JOSÉ DIVINO	UF RJ	PARTIDO PMDB
--------	--	----------	-----------------

DATA 19/07/2005	ASSINATURA 
--------------------	--

**EMENDA A PROJETO DE LEI
DE CRÉDITO SUPLEMENTAR
E ESPECIAL**

EMENDA - 00007

PL 016/2005-CN

Mensagem 068/2005-CN

INSTRUÇÕES NO VERSO	PROJETO DE LEI NÚMERO PLN - 016-CN-2005	PÁGINA 01 DE 01
---------------------	--	--------------------

TEXTO

INCLUIA-SE ONDE COUBER NO PROJETO/ATIVIDADE DO ANEXO I - ESTRUTURAÇÃO DE NUCLÉOS PRODUTIVOS DO SEGMENTO ARTESANAL - NACIONAL.

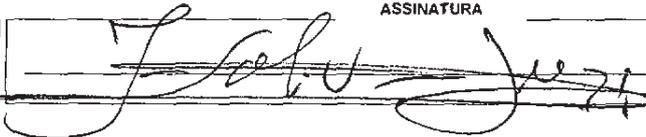
SUPLEMENTAÇÃO:
 ÓRGÃO: 2800
 UNIDADE: 28101
 FUNCIONAL PROGRAMÁTICA: 23.691.1016.6514.0001
 MODALIDADE DE APLICAÇÃO: 50
 GND: 3
 VALOR R\$ 10.000.000,00

CANCELAMENTO:
 ÓRGÃO: 28000
 UNIDADE: 28101
 FUNCIONAL PROGRAMÁTICA: 04.846.1171.0015.0001
 MODALIDADE DE APLICAÇÃO: 50
 GND: 3
 VALOR R\$ 10.000.000,00

JUSTIFICAÇÃO

ESTA EMENDA SE OBJETIVA DOTAR ENTIDADES NÃO GOVERNAMENTAIS EM NÍVEL NACIONAL PARA AUXILIAR FINANCEIRAMENTE E HABILITAR ARTESÕES ESPELHADOS POR ESSE IMENSO BRASIL. COM ESTA EMENDA, PROCURO DAR MINHA CONTRIBUIÇÃO E AUXILIAR O PRESIDENTE LULA A COLOCAR EM PRÁTICA ESSE AMBICIOSO PROJETO DE INTEGRAÇÃO DE ARTESÕES.

CÓDIGO	NOME DO PARLAMENTAR DEPUTADO JOSÉ DIVINO	UF RJ	PARTIDO PMDB
--------	--	----------	-----------------

DATA 19/07/2005	ASSINATURA 
--------------------	---

EMENDA A PROJETO DE LEI DE CRÉDITO SUPLEMENTAR E ESPECIAL

EMENDA - 00008

PL 016/2005-CN

Mensagem 068/2005-CN

INSTRUÇÕES NO VERSO

 PROJETO DE LEI NUMERO
PL Nº 16/ 2005 - CN

 PÁGINA
1 de 1

TEXTO

Suplementar

Órgão: Operações Oficiais de Crédito - 74000

Unidade: Recursos sob Supervisão do Ministério da Fazenda - 74102

Funcional Programática :04.846.1172.0021.0001

Ação: Financiamento para Modernização da Gestão Administrativa e Fiscal dos Municípios - Nacional.

GND: 5 ; MD: 90 ; Valor R\$ 150.000,00

Cancelar

Órgão: Operações Oficiais de Crédito - 74000

Unidade: Recursos sob Supervisão do Ministério da Fazenda - 74102

Funcional Programática :04.846.1172.0015.0001

Ação: Financiamento para modernização da Administração Fiscal dos Estados - Nacional

GND: 5 ; MD: 90 ; Valor R\$ 150.000,00

JUSTIFICAÇÃO

Os municípios que, integram a Região Centro-Serrana do Estado do Espírito Santo carecem de modernização da gestão Administrativa e fiscal, seja equipamentos, veículos e, também, recursos humanos. Daí, portanto, a necessidade de acatamento da presente emenda para fortalecer o município de Santa Leopoldina.

CÓDIGO

NOME DO PARLAMENTAR

UF

PARTIDO

Rose de Freitas

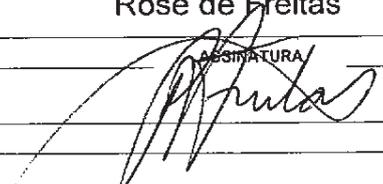
E.S

PMDB

DATA

ASSINATURA

12/7/2005



**EMENDA A PROJETO DE LEI
DE CRÉDITO SUPLEMENTAR
E ESPECIAL**

EMENDA - 00009

PL 016/2005-CN

Mensagem 068/2005-CN

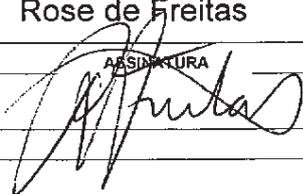
INSTRUÇÕES NO VERSO	PROJETO DE LEI NÚMERO PL Nº 16/ 2005 - CN	PÁGINA 1 de 1
---------------------	--	------------------

TEXTO

<p>Suplementar Órgão: Operações Oficiais de Crédito - 74000 Unidade: Recursos sob Supervisão do Ministério da Fazenda - 74102 Funcional Programática :04.846.1172.0021.0001 Ação: Financiamento para Modernização da Gestão Administrativa e Fiscal dos Municípios – Nacional. GND: 5 ; MD: 90 ;Valor R\$ 150.000,00</p> <p>Cancelar Órgão: Operações Oficiais de Crédito - 74000 Unidade: Recursos sob Supervisão do Ministério da Fazenda - 74102 Funcional Programática :04.846.1172.0015.0001 Ação: Financiamento para modernização da Administração Fiscal dos Estados - Nacional GND: 5 ; MD: 90 ;Valor R\$ 150.000,00</p>
--

JUSTIFICAÇÃO

<p>Os municípios que, integram a Região Centro-Serrana do Estado do Espírito Santo carecem de modernização da gestão Administrativa e fiscal, seja equipamentos, veículos e, também, recursos humanos. Daí, portanto, a necessidade de acatamento da presente emenda para fortalecer o município de Santa Teresa.</p>

CÓDIGO	NOME DO PARLAMENTAR Rose de Freitas	UF E.S	PARTIDO PMDB
DATA 12/7/2005	ASSINATURA 		

EMENDA A PROJETO DE LEI DE CRÉDITO SUPLEMENTAR E ESPECIAL

EMENDA - 00010

PL 016/2005-CN

Mensagem 068/2005-CN

INSTRUÇÕES NO VERSO

PROJETO DE LEI NÚMERO
PL Nº 16/ 2005 - CNPÁGINA
1 de 1

TEXTO

Suplementar

Órgão: Operações Oficiais de Crédito - 74000

Unidade: Recursos sob Supervisão do Ministério da Fazenda - 74102

Funcional Programática :04.846.1172.0021.0001

Ação: Financiamento para Modernização da Gestão Administrativa e Fiscal dos Municípios – Nacional.

GND: 5 ; MD: 90 ; Valor R\$ 150.000,00

Cancelar

Órgão: Operações Oficiais de Crédito - 74000

Unidade: Recursos sob Supervisão do Ministério da Fazenda - 74102

Funcional Programática :04.846.1172.0015.0001

Ação: Financiamento para modernização da Administração Fiscal dos Estados - Nacional

GND: 5 ; MD: 90 ; Valor R\$ 150.000,00

JUSTIFICAÇÃO

Os municípios que, integram a Região Centro-Serrana do Estado do Espírito Santo carecem de modernização da gestão Administrativa e fiscal, seja equipamentos, veículos e, também, recursos humanos. Daí, portanto, a necessidade de acatamento da presente emenda para fortalecer o município de Itaguaçu.

CÓDIGO

NOME DO PARLAMENTAR

UF

PARTIDO

Rose de Freitas

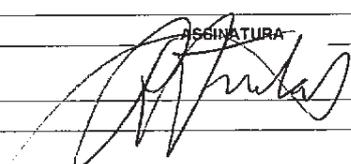
E.S

PMDB

DATA

12/7/2005

ASSINATURA



**EMENDA A PROJETO DE LEI
DE CRÉDITO SUPLEMENTAR
E ESPECIAL**

EMENDA - 00011

PL 016/2005-CN

Mensagem 068/2005-CN

INSTRUÇÕES NO VERSO	PROJETO DE LEI NÚMERO PL Nº 16/ 2005 - CN	PÁGINA 1 de 1
---------------------	--	------------------

TEXTQ

Suplementar

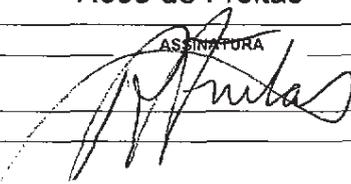
Órgão: Ministério do Desenvolvimento, Indústria e Comércio Exterior - 28000
 Unidade: Ministério do Desenvolvimento, Indústria e Comércio Exterior - 28101
 Funcional Programática :23.691.1016.6514.0001
 Ação: Estruturação de Núcleos Produtivos do Segmento Artesanal - Nacional
 GND: 4 ; MD: 90 ;Valor R\$ 100.000,00

Cancelar

Órgão: Ministério do Desenvolvimento, Indústria e Comércio Exterior - 28000
 Unidade: Ministério do Desenvolvimento, Indústria e Comércio Exterior - 28101
 Funcional Programática :23.691.1016.6514.0001
 Ação: Estruturação de Núcleos Produtivos do Segmento Artesanal - Nacional
 GND: 4 ; MD: 90 ;Valor R\$ 100.000,00

JUSTIFICAÇÃO

O Estado do Espírito Santo possui municípios que têm no segmento artesanal uma importância econômica significativa. Esta emenda é importante ao município de Afonso Cláudio uma vez que irá estimular, ainda mais, o seu segmento artesanal que é fundamental para a sua economia além de permitir um melhor desenvolvimento social.

CÓDIGO	NOME DO PARLAMENTAR Rose de Freitas	UF E.S	PARTIDO PMDB
DATA 12/7/2005	ASSINATURA 		

EMENDA A PROJETO DE LEI DE CRÉDITO SUPLEMENTAR E ESPECIAL

EMENDA - 00012
PL 016/2005-CN
Mensagem 068/2005-CN

INSTRUÇÕES NO VERSO

PROJETO DE LEI NÚMERO
PL Nº 16/ 2005 - CN

PÁGINA
1 de 1

TEXTO

Suplementar

Órgão: Ministério do Desenvolvimento, Indústria e Comércio Exterior - 28000
Unidade: Ministério do Desenvolvimento, Indústria e Comércio Exterior - 28101
Funcional Programática :23.691.1016.6514.0001
Ação: Estruturação de Núcleos Produtivos do Segmento Artesanal - Nacional
GND: 4 ; MD: 90 ; Valor R\$ 100.000,00

Cancelar

Órgão: Ministério do Desenvolvimento, Indústria e Comércio Exterior - 28000
Unidade: Ministério do Desenvolvimento, Indústria e Comércio Exterior - 28101
Funcional Programática :23.691.1016.6514.0001
Ação: Estruturação de Núcleos Produtivos do Segmento Artesanal - Nacional
GND: 4 ; MD: 90 ; Valor R\$ 100.000,00

JUSTIFICAÇÃO

O Estado do Espírito Santo possui municípios que têm no segmento artesanal uma importância econômica significativa. Esta emenda é importante ao município de Santa Tereza uma vez que irá estimular, ainda mais, o seu segmento artesanal que é fundamental para a sua economia além de permitir um melhor desenvolvimento social.

CÓDIGO

NOME DO PARLAMENTAR

UF

PARTIDO

Rose de Freitas

E.S

PMDB

DATA

12/7/2005

ASSINATURA



**EMENDA A PROJETO DE LEI
DE CRÉDITO SUPLEMENTAR
E ESPECIAL**

EMENDA - 00013
PL 016/2005-CN
Mensagem 068/2005-CN

INSTRUÇÕES NO VERSO	PROJETO DE LEI NÚMERO PL Nº 16/ 2005 - CN	PÁGINA 1 de 1
---------------------	--	------------------

TEXTO

Suplementar

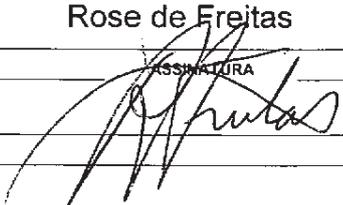
Órgão: Ministério do Desenvolvimento, Indústria e Comércio Exterior - 28000
Unidade: Ministério do Desenvolvimento, Indústria e Comércio Exterior - 28101
Funcional Programática :23.691.1016.6514.0001
Ação: Estruturação de Núcleos Produtivos do Segmento Artesanal - Nacional
GND: 4 ; MD: 90 ; Valor R\$ 100.000,00

Cancelar

Órgão: Ministério do Desenvolvimento, Indústria e Comércio Exterior - 28000
Unidade: Ministério do Desenvolvimento, Indústria e Comércio Exterior - 28101
Funcional Programática :23.691.1016.6514.0001
Ação: Estruturação de Núcleos Produtivos do Segmento Artesanal - Nacional
GND: 4 ; MD: 90 ; Valor R\$ 100.000,00

JUSTIFICAÇÃO

O Estado do Espírito Santo possui municípios que têm no segmento artesanal uma importância econômica significativa. Esta emenda é importante ao município de Santa Leopoldina uma vez que irá estimular, ainda mais, o seu segmento artesanal que é fundamental para a sua economia além de permitir um melhor desenvolvimento social.

CÓDIGO	NOME DO PARLAMENTAR Rose de Freitas	UF E.S	PARTIDO PMDB
DATA 12/7/2005	ASSINATURA 		

EMENDA A PROJETO DE LEI DE CRÉDITO SUPLEMENTAR E ESPECIAL

EMENDA - 00014
PL 016/2005-CN

Mensagem 068/2005-CN

INSTRUÇÕES NO VERSO

PROJETO DE LEI NÚMERO
PL Nº 16/ 2005 - CN

PÁGINA
1 de 1

TEXTO

Suplementar

Órgão: Ministério do Desenvolvimento, Indústria e Comércio Exterior - 28000
Unidade: Ministério do Desenvolvimento, Indústria e Comércio Exterior - 28101
Funcional Programática :23.691.1016.6514.0001
Ação: Estruturação de Núcleos Produtivos do Segmento Artesanal - Nacional
GND: 4 ; MD: 90 ; Valor R\$ 100.000,00

Cancelar

Órgão: Ministério do Desenvolvimento, Indústria e Comércio Exterior - 28000
Unidade: Ministério do Desenvolvimento, Indústria e Comércio Exterior - 28101
Funcional Programática :23.691.1016.6514.0001
Ação: Estruturação de Núcleos Produtivos do Segmento Artesanal - Nacional
GND: 4 ; MD: 90 ; Valor R\$ 100.000,00

JUSTIFICAÇÃO

O Estado do Espírito Santo possui municípios que têm no segmento artesanal uma importância econômica significativa. Esta emenda é importante ao município de Santa Maria de Jetibá uma vez que irá estimular, ainda mais, o seu segmento artesanal que é fundamental para a sua economia além de permitir um melhor desenvolvimento social.

CÓDIGO

NOME DO PARLAMENTAR

UF

PARTIDO

Rose de Freitas

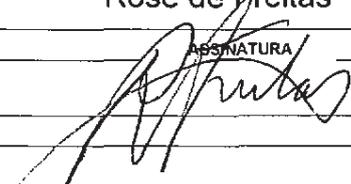
E.S

PMDB

DATA

12/7/2005

ASSINATURA



**EMENDA A PROJETO DE LEI
DE CRÉDITO SUPLEMENTAR
E ESPECIAL**

EMENDA - 00015
PL 016/2005-CN
Mensagem 068/2005-CN

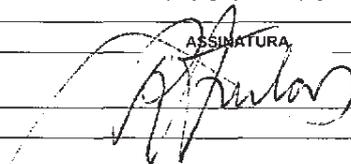
INSTRUÇÕES NO VERSO	PROJETO DE LEI NÚM PL Nº 16/ 2005 - CN	1 de 1
---------------------	---	--------

TEXTO

<p>Suplementar Órgão: Ministério do Desenvolvimento, Indústria e Comércio Exterior - 28000 Unidade: Ministério do Desenvolvimento, Indústria e Comércio Exterior - 28101 Funcional Programática :23.691.1016.6514.0001 Ação: Estruturação de Núcleos Produtivos do Segmento Artesanal - Nacional GND: 4 ; MD: 90 ;Valor R\$ 100.000,00</p> <p>Cancelar Órgão: Ministério do Desenvolvimento, Indústria e Comércio Exterior - 28000 Unidade: Ministério do Desenvolvimento, Indústria e Comércio Exterior - 28101 Funcional Programática :23.691.1016.6514.0001 Ação: Estruturação de Núcleos Produtivos do Segmento Artesanal - Nacional GND: 4 ; MD: 90 ;Valor R\$ 100.000,00</p>
--

JUSTIFICAÇÃO

<p>O Estado do Espírito Santo possui municipios que têm no segmento artesanal uma importância econômica significativa. Esta emenda é importante ao município de Alto Rio Novo uma vez que irá estimular, ainda mais, o seu segmento artesanal que é fundamental para a sua economia além de permitir um melhor desenvolvimento social.</p>
--

CÓDIGO	NOME DO PARLAMENTAR Rose de Freitas	UF E.S	PARTIDO PMDB
DATA 12/7/2005	ASSINATURA 		

EMENDA A PROJETO DE LEI DE CRÉDITO SUPLEMENTAR E ESPECIAL

EMENDA - 00016

PL 016/2005-CN

Mensagem 068/2005-CN

INSTRUÇÕES NO VERSO

PROJETO DE LEI NÚMERO
PL Nº 16/ 2005 - CNPÁGINA
1 de 1

TEXTO

Suplementar

Órgão: Ministério do Desenvolvimento, Indústria e Comércio Exterior - 28000
 Unidade: Ministério do Desenvolvimento, Indústria e Comércio Exterior - 28101
 Funcional Programática :23.691.1016.6514.0001
 Ação: Estruturação de Núcleos Produtivos do Segmento Artesanal - Nacional
 GND: 4 ; MD: 90 ;Valor R\$ 100.000,00

Cancelar

Órgão: Ministério do Desenvolvimento, Indústria e Comércio Exterior - 28000
 Unidade: Ministério do Desenvolvimento, Indústria e Comércio Exterior - 28101
 Funcional Programática :23.691.1016.6514.0001
 Ação: Estruturação de Núcleos Produtivos do Segmento Artesanal - Nacional
 GND: 4 ; MD: 90 ;Valor R\$ 100.000,00

JUSTIFICAÇÃO

O Estado do Espírito Santo possui municípios que têm no segmento artesanal uma importância econômica significativa. Esta emenda é importante ao município de Conceição do Castelo uma vez que irá estimular, ainda mais, o seu segmento artesanal que é fundamental para a sua economia além de permitir um melhor desenvolvimento social.

CÓDIGO

NOME DO PARLAMENTAR

UF

PARTIDO

Rose de Freitas

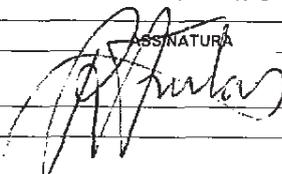
E.S

PMDB

DATA

ASSINATURA

12/7/2005



**EMENDA A PROJETO DE LEI
DE CRÉDITO SUPLEMENTAR
E ESPECIAL**

EMENDA - 00017

PL 016/2005-CN

Mensagem 068/2005-CN

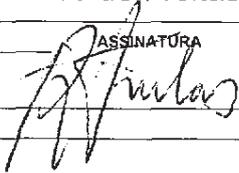
INSTRUÇÕES NO VERSO	PROJETO DE LEI NÚMERO PL Nº 16/ 2005 - CN	PÁGINA 1 de 1
---------------------	--	------------------

TEXTO

<p>Suplementar Órgão: Ministério do Desenvolvimento, Indústria e Comércio Exterior - 28000 Unidade: Ministério do Desenvolvimento, Indústria e Comércio Exterior - 28101 Funcional Programática :23.691.1016.6514.0001 Ação: Estruturação de Núcleos Produtivos do Segmento Artesanal - Nacional GND: 4 ; MD: 90 ;Valor R\$ 100.000,00</p> <p>Cancelar Órgão: Ministério do Desenvolvimento, Indústria e Comércio Exterior - 28000 Unidade: Ministério do Desenvolvimento, Indústria e Comércio Exterior - 28101 Funcional Programática :23.691.1016.6514.0001 Ação: Estruturação de Núcleos Produtivos do Segmento Artesanal - Nacional GND: 4 ; MD: 90 ;Valor R\$ 100.000,00</p>
--

JUSTIFICAÇÃO

<p>O Estado do Espírito Santo possui municípios que têm no segmento artesanal uma importância econômica significativa. Esta emenda é importante ao município de Domingos Martins uma vez que irá estimular, ainda mais, o seu segmento artesanal que é fundamental para a sua economia além de permitir um melhor desenvolvimento social.</p>

CÓDIGO	NOME DO PARLAMENTAR Rose de Freitas	UF E.S	PARTIDO PMDB
DATA 12/7/2005	ASSINATURA 		39 E

PORTARIA DO DIRETOR-GERAL
Nº 119 , DE 2005

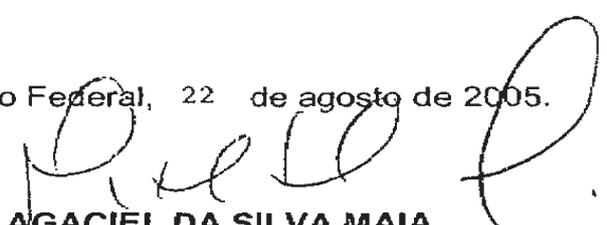
O **DIRETOR-GERAL DO SENADO FEDERAL**, no uso de suas atribuições regimentais que lhe confere o art. 320, da Resolução nº 09, de 1997, que altera o Regulamento Administrativo do Senado Federal,

R E S O L V E:

I - Prorrogar por 90 (noventa) dias o prazo para a conclusão dos trabalhos da Comissão Especial, instituída pela Portaria nº 085, de 2005, do Diretor-Geral, incumbida da condução dos trabalhos indicados no Inquérito Policial nº 001/2005 e Termo Circunstanciado.

II - Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, com efeitos a partir do dia 17 de agosto de 2005.

Senado Federal, 22 de agosto de 2005.

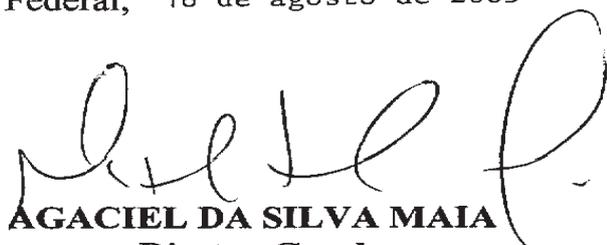

AGACIEL DA SILVA MAIA
Diretor-Geral

ATO DO DIRETOR-GERAL
N.º 3350 , DE 2005

O **DIRETOR-GERAL DO SENADO FEDERAL**, no uso da atribuição que lhe foi conferida pelo artigo 15 da Resolução n.º 9, de 1997, e tendo em vista o constante no Processo nº 012555/05-3,

RESOLVE dispensar a servidora **HELENA CASTELLO BRANCO RANGEL**, matrícula 31103, ocupante do cargo efetivo de Técnico Legislativo, da Função Comissionada de Assistente Técnico, Símbolo FC-6, do Gabinete da Terceira Secretaria, e designá-la para exercer a Função Comissionada de Assistente Técnico, Símbolo FC-6, do Gabinete do Senador Marcelo Crivella, a partir de 11 de agosto de 2005.

Senado Federal, 18 de agosto de 2005


AGACIEL DA SILVA MAIA
Diretor-Geral

ATO DO DIRETOR-GERAL
N.º 3351 , DE 2005

O DIRETOR-GERAL DO SENADO FEDERAL, no uso da atribuição que lhe foi conferida pelo artigo 15 da Resolução n.º 9, de 1997, e pelo Ato n.º 108, de 2003, do Presidente do Senado Federal, tendo em vista o constante no Processo n.º 012582/05-0,

RESOLVE dispensar o servidor **JOÃO BATISTA MARQUES**, matrícula 48395, ocupante do cargo efetivo de Técnico Legislativo, da Função Comissionada de Assistente Técnico, Símbolo FC-6, do Gabinete do Senador Juvêncio da Fonseca, e designá-lo para exercer a Função Comissionada de Chefe de Gabinete, Símbolo FC-8, do Gabinete do Senador Wellington Salgado, a partir de 11 de agosto de 2005.

Senado Federal, 18 de agosto de 2005



AGACIEL DA SILVA MAIA
Diretor-Geral

ATO DO DIRETOR-GERAL
N.º 3352 , DE 2005

O DIRETOR-GERAL DO SENADO FEDERAL, no uso da atribuição que lhe foi conferida pelo artigo 15 da Resolução n.º 9, de 1997, e tendo em vista o constante no Processo n.º 012765/05-8,

RESOLVE dispensar o servidor **HAMILTON VIEIRA RAMOS**, matrícula 47070, ocupante do cargo efetivo de Analista Legislativo, da Função Comissionada de Assistente Técnico, Símbolo FC-6, do Gabinete do Senador Juvêncio da Fonseca, e designá-lo para exercer a Função Comissionada de Analista Legislativo, Símbolo FC-7, do mesmo Órgão, a partir de 16 de agosto de 2005.

Senado Federal, 18 de agosto de 2005



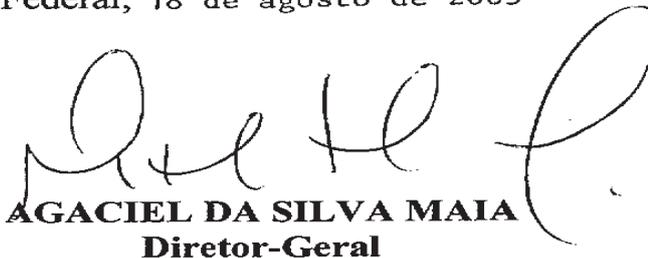
AGACIEL DA SILVA MAIA
Diretor-Geral

ATO DO DIRETOR-GERAL
N.º 3353 , DE 2005

O DIRETOR-GERAL DO SENADO FEDERAL, no uso da atribuição que lhe foi conferida pelo artigo 15 da Resolução n.º 9, de 1997, e tendo em vista o constante no Processo nº 012766/05-4,

RESOLVE dispensar a servidora MARIA BETÂNIA SILVA SCARINGI, matrícula 28761, ocupante do cargo efetivo de Analista Legislativo, da Função Comissionada de Analista Legislativo, Símbolo FC-7, do Gabinete do Senador Juvêncio da Fonseca, e designá-la para exercer a Função Comissionada de Subchefe de Gabinete, Símbolo FC-7, do Mesmo Órgão, a partir de 16 de agosto de 2005.

Senado Federal, 18 de agosto de 2005



AGACIEL DA SILVA MAIA
Diretor-Geral

ATO DO DIRETOR-GERAL
N.º 3354 , DE 2005

O DIRETOR-GERAL DO SENADO FEDERAL, no uso da atribuição que lhe foi conferida pelo artigo 15 da Resolução n.º 9, de 1997, e tendo em vista o constante no Processo nº 012773/05-0,

RESOLVE designar o servidor MARCUS VINÍCIUS REIS, matrícula 52696, ocupante do cargo efetivo de Técnico Legislativo, para exercer a Função Comissionada de Chefe de Serviço, Símbolo FC-7, do Serviço de Investigação da Secretaria de Segurança Legislativa, a partir de 16 de agosto de 2005.

Senado Federal, 18 de agosto de 2005



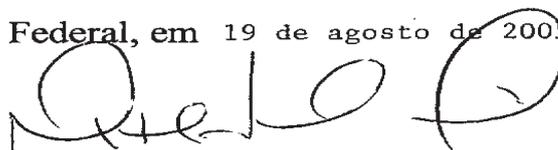
AGACIEL DA SILVA MAIA
Diretor-Geral

ATO DO DIRETOR-GERAL
N.º 3355 , DE 2005

O DIRETOR-GERAL DO SENADO FEDERAL, no uso da atribuição que lhe foi conferida pelo artigo 10, § 3.º, da Resolução do Senado Federal n.º 7, de 2002 e tendo em vista o que consta do Processo n.º **012.825/05-0**,

RESOLVE exonerar, na forma do disposto no Art. 35, inciso I, da Lei n.º 8.112, de 1990, **CARLOS LIRA BARBOSA**, matrícula n.º 183470, do cargo, em comissão, de Secretário Parlamentar do Gabinete do Senador Leonel Pavan.

Senado Federal, em 19 de agosto de 2005.



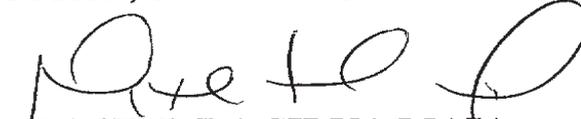
AGACIEL DA SILVA MAIA
Diretor-Geral

ATO DO DIRETOR-GERAL
N.º 3356 , DE 2005

O DIRETOR-GERAL DO SENADO FEDERAL, no uso da atribuição que lhe foi conferida pelo artigo 10, § 3.º, da Resolução do Senado Federal n.º 7, de 2002, e tendo em vista o que consta do Processo n.º **012.825/05-0**,

RESOLVE nomear, na forma do disposto no Inciso II do artigo 9º da Lei nº 8.112, de 1990, **ANTÔNIO PEREIRA DE SOUSA** para exercer o cargo, em comissão, de Secretário Parlamentar do Quadro de Pessoal do Senado Federal, com lotação e exercício no Gabinete do Senador Leonel Pavan.

Senado Federal, em 19 de agosto de 2005.



AGACIEL DA SILVA MAIA
Diretor-Geral

ATO DO DIRETOR-GERAL

Nº. 3357 , DE 2005

O DIRETOR-GERAL DO SENADO FEDERAL, no uso da atribuição que lhe foi conferida pelo artigo 15 da Resolução n.º 9, de 1997,

RESOLVE designar a servidora GILDOMIRA CASTRO DE ATAYDE, matrícula 21006, ocupante do cargo efetivo de Técnico Legislativo, para exercer a Função Comissionada de Técnico Legislativo, Símbolo FC-6, da Diretoria-Geral, a partir de 12 de agosto de 2005.

Senado Federal, 22 de agosto de 2005.



AGACIEL DA SILVA MAIA
Diretor-Geral

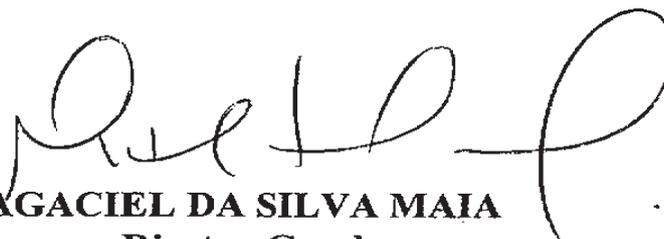
ATO DO DIRETOR-GERAL

Nº. 3358 , DE 2005

O DIRETOR-GERAL DO SENADO FEDERAL, no uso da atribuição que lhe foi conferida pelo artigo 15 da Resolução n.º 9, de 1997,

RESOLVE designar o servidor JOAQUIM LUIZ LAMEU MOREIRA, matrícula 24445, ocupante do cargo efetivo de Técnico Legislativo, para exercer a Função Comissionada de Técnico Legislativo, Símbolo FC-6, da Diretoria-Geral, a partir de 12 de agosto de 2005.

Senado Federal, 22 de agosto de 2005.



AGACIEL DA SILVA MAIA
Diretor-Geral

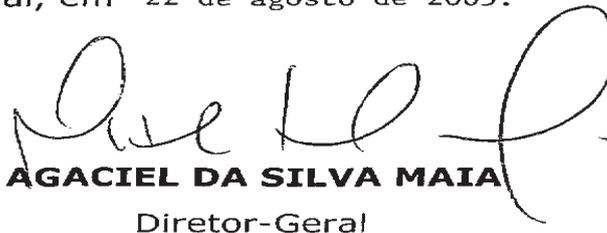
ATO DO DIRETOR-GERAL

Nº 3359 , de 2005

O DIRETOR-GERAL DO SENADO FEDERAL, no exercício de suas atribuições regulamentares, e tendo em vista o que consta do Processo nº 011.722/05-3.

RESOLVE aposentar, voluntariamente, com proventos integrais, a servidora **MARILENA CHIARELLI**, Analista Legislativo, Área 8, Nível III, Padrão 45, nos termos do art. 8º, incisos I, II e III, alíneas "a" e "b" da Emenda Constitucional nº 20/98, na forma assegurada pelo Art. 3º da EC nº 41/2003, com a vantagem prevista no artigo 1º da Res. SF nº 74/94, c/c o artigo 9º da Res. SF nº 07/2002, observando-se o disposto no artigo 37, inciso XI, da Constituição Federal.

Senado Federal, em 22 de agosto de 2005.



AGACIEL DA SILVA MAIA
Diretor-Geral

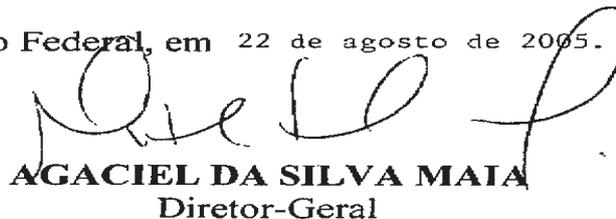
ATO DO DIRETOR-GERAL

N.º 3360 , DE 2005

O DIRETOR-GERAL DO SENADO FEDERAL, no uso da atribuição que lhe foi conferida pelo artigo 10, § 3.º, da Resolução do Senado Federal n.º 7, de 2002 e tendo em vista o que consta do Processo n.º **012883/05-0**,

R E S O L V E exonerar, na forma do disposto no artigo 35, inciso I, da Lei n.º 8.112, de 1990, **SEVERINO SILVEIRA MARTINS**, matrícula n.º 169034, do cargo, em comissão, de Assistente Parlamentar, AP-5, do Gabinete do Senador Sérgio Zambiasi, a partir de 31 de julho de 2005.

Senado Federal, em 22 de agosto de 2005.



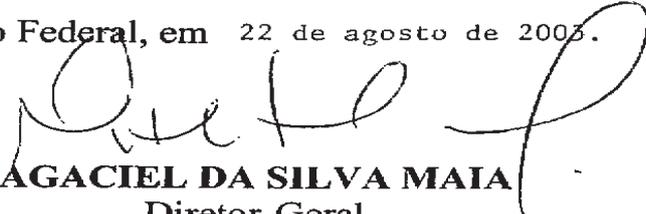
AGACIEL DA SILVA MAIA
Diretor-Geral

ATO DO DIRETOR-GERAL
N.º 3361 , DE 2005

O DIRETOR-GERAL DO SENADO FEDERAL, no uso da atribuição que lhe foi conferida pelo artigo 10, § 3.º, da Resolução do Senado Federal n.º 7, de 2002 e tendo em vista o que consta do Processo n.º 012894/05-2,

RESOLVE exonerar, na forma do disposto no Art. 35, inciso I, da Lei n.º 8.112, de 1990, **ALEXANDRE BRANQUINHO PASSOS**, matrícula n.º 180455, do cargo, em comissão, de Assistente Parlamentar, AP-6, do Gabinete do Senador Teotônio Vilela Filho.

Senado Federal, em 22 de agosto de 2005.


AGACIEL DA SILVA MAIA
Diretor-Geral

ATO DO DIRETOR-GERAL
N.º 3362 , DE 2005

O DIRETOR-GERAL DO SENADO FEDERAL, no uso da atribuição que lhe foi conferida pelo artigo 10, § 3.º, da Resolução do Senado Federal n.º 7, de 2002 e tendo em vista o que consta do Processo n.º 012865/05-2,

RESOLVE exonerar, na forma do disposto no Art. 35, inciso I, da Lei n.º 8.112, de 1990, **JAQUELINE DE CÁSSIA FERREIRA DE REZENDE**, matrícula n.º 150980, do cargo, em comissão, de Assistente Parlamentar, AP-3, do Gabinete do Senador Maguito Vilela.

Senado Federal, em 22 de agosto de 2005.

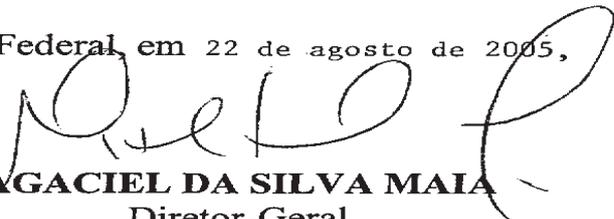

AGACIEL DA SILVA MAIA
Diretor-Geral

ATO DO DIRETOR-GERAL
N.º 3363 , DE 2005

O DIRETOR-GERAL DO SENADO FEDERAL, no uso da atribuição que lhe foi conferida pelo artigo 10, § 3.º, da Resolução do Senado Federal n.º 7, de 2002, e tendo em vista o que constam dos Processos n.º 012904/05-8 e 012435/05-8,

RESOLVE nomear, na forma do disposto no Inciso II do artigo 9º da Lei nº 8.112, de 1990, **VANDERLAN FARIAS DE SOUZA** para exercer o cargo, em comissão, de Assistente Parlamentar, AP-8, do Quadro de Pessoal do Senado Federal, com lotação e exercício no Gabinete do Senador Romero Jucá.

Senado Federal, em 22 de agosto de 2005,

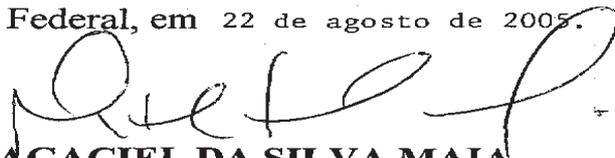

AGACIEL DA SILVA MAIA
Diretor-Geral

ATO DO DIRETOR-GERAL
N.º 3364 , DE 2005

O DIRETOR-GERAL DO SENADO FEDERAL, no uso da atribuição que lhe foi conferida pelo artigo 10, § 3.º, da Resolução do Senado Federal n.º 7, de 2002, e tendo em vista o que consta do Processo n.º 012900/05-2,

RESOLVE nomear, na forma do disposto no Inciso II do artigo 9º da Lei nº 8.112, de 1990, **ROSÂNGELA LARA TORRES GOMES** para exercer o cargo, em comissão, de Assistente Parlamentar, AP-5, do Quadro de Pessoal do Senado Federal, com lotação e exercício no Gabinete da Terceira Secretaria.

Senado Federal, em 22 de agosto de 2005.

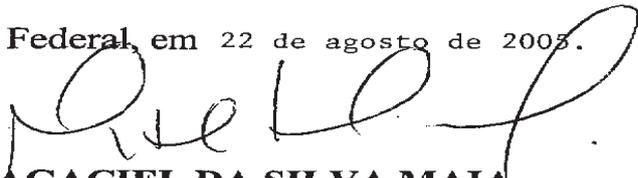

AGACIEL DA SILVA MAIA
Diretor-Geral

ATO DO DIRETOR-GERAL
N.º 3365 , DE 2005

O DIRETOR-GERAL DO SENADO FEDERAL, no uso da atribuição que lhe foi conferida pelo artigo 10, § 3.º, da Resolução do Senado Federal n.º 7, de 2002, e tendo em vista o que consta do Processo n.º **012885/05-3**,

RESOLVE nomear, na forma do disposto no Inciso II do artigo 9º da Lei nº 8.112, de 1990, **GUILHERME ZERBONE DA COSTA** para exercer o cargo, em comissão, de Assistente Parlamentar, AP-6, do Quadro de Pessoal do Senado Federal, com lotação e exercício no Gabinete do Senador João Batista Motta.

Senado Federal, em 22 de agosto de 2005.



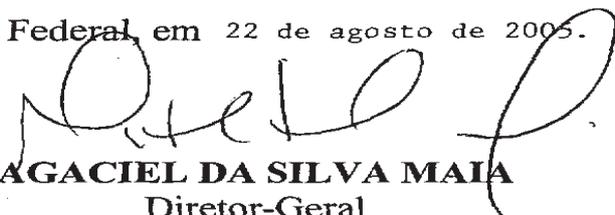
AGACIEL DA SILVA MAIA
Diretor-Geral

ATO DO DIRETOR-GERAL
N.º 3366 , DE 2005

O DIRETOR-GERAL DO SENADO FEDERAL, no uso da atribuição que lhe foi conferida pelo artigo 10, § 3.º, da Resolução do Senado Federal n.º 7, de 2002, e tendo em vista o que consta do Processo n.º **012531/05-7**,

RESOLVE nomear, na forma do disposto no Inciso II do artigo 9º da Lei nº 8.112, de 1990, **UMBELINA LEMOS MAIA** para exercer o cargo, em comissão, de Assistente Parlamentar, AP-6, do Quadro de Pessoal do Senado Federal, com lotação e exercício no Gabinete do Senador Romeu Tuma.

Senado Federal, em 22 de agosto de 2005.



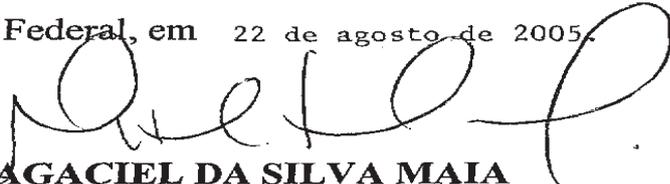
AGACIEL DA SILVA MAIA
Diretor-Geral

ATO DO DIRETOR-GERAL
N.º 3367 , DE 2005

O DIRETOR-GERAL DO SENADO FEDERAL, no uso da atribuição que lhe foi conferida pelo artigo 10, § 3.º, da Resolução do Senado Federal n.º 7, de 2002, e tendo em vista o que consta do Processo n.º **012902/05-5**,

RESOLVE nomear, na forma do disposto no Inciso II do artigo 9º da Lei nº 8.112, de 1990, **FLAVIANO ANTONIO SILVA MEIRELES** para exercer o cargo, em comissão, de Assistente Parlamentar, AP-8, do Quadro de Pessoal do Senado Federal, com lotação e exercício no Gabinete do Senador Romero Jucá.

Senado Federal, em 22 de agosto de 2005.

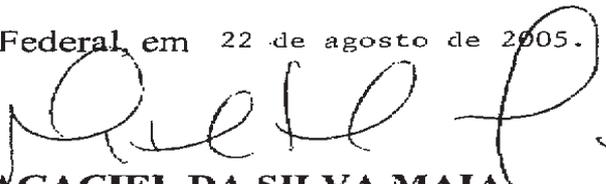

AGACIEL DA SILVA MAIA
Diretor-Geral

ATO DO DIRETOR-GERAL
N.º 3368 , DE 2005

O DIRETOR-GERAL DO SENADO FEDERAL, no uso da atribuição que lhe foi conferida pelo artigo 10, § 3.º, da Resolução do Senado Federal n.º 7, de 2002, e tendo em vista o que consta dos Processos n.º **012903/05-1 e 012436/05-4**,

RESOLVE nomear, na forma do disposto no Inciso II do artigo 9º da Lei nº 8.112, de 1990, **WILSON VELOSO DA SILVA JUNIOR** para exercer o cargo, em comissão, de Assistente Parlamentar, AP-8, do Quadro de Pessoal do Senado Federal, com lotação e exercício no Gabinete do Senador Romero Jucá.

Senado Federal, em 22 de agosto de 2005.

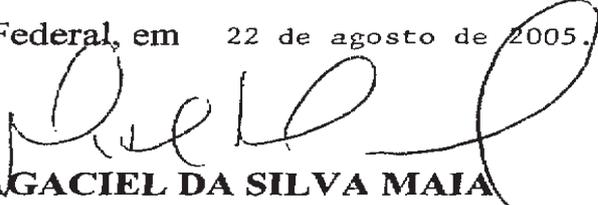

AGACIEL DA SILVA MAIA
Diretor-Geral

ATO DO DIRETOR-GERAL
N.º 3369 , DE 2005

O DIRETOR-GERAL DO SENADO FEDERAL, no uso da atribuição que lhe foi conferida pelo artigo 10, § 3.º, da Resolução do Senado Federal n.º 7, de 2002, e tendo em vista o que consta do Processo n.º 012.839/05-1,

RESOLVE nomear, na forma do disposto no Inciso II do artigo 9º da Lei nº 8.112, de 1990, **MARIA BETHÂNIA CORRÊA QUEIROZ SOUZA** para exercer o cargo, em comissão, de Assistente Parlamentar, AP-6, do Quadro de Pessoal do Senado Federal, com lotação e exercício no Gabinete da Liderança o PL.

Senado Federal, em 22 de agosto de 2005.



AGACIEL DA SILVA MAIA
Diretor-Geral

ATO DO DIRETOR-GERAL
N.º 3370 , DE 2005

O DIRETOR-GERAL DO SENADO FEDERAL, no uso da atribuição que lhe foi conferida pelo artigo 15 da Resolução n.º 9, de 1997, e tendo em vista o constante no Processo nº 012867/05-5,

RESOLVE dispensar o servidor **MILTON ANTÔNIO DA SILVA**, matrícula 28580, ocupante do cargo efetivo de Técnico Legislativo, da Função Comissionada de Assistente Técnico, Símbolo FC-6, do Gabinete do Senador Romero Jucá, e designá-lo para exercer a Função Comissionada de Técnico Legislativo, Símbolo FC-6, da Diretoria-Geral, a partir de 15 de agosto de 2005.

Senado Federal, 22 de agosto de 2005.



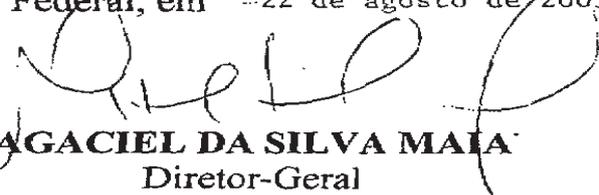
AGACIEL DA SILVA MAIA
Diretor-Geral

ATO DO DIRETOR-GERAL
N.º 3371 , DE 2005

O DIRETOR-GERAL DO SENADO FEDERAL, no uso da atribuição que lhe foi conferida pelo artigo 10, § 3.º, da Resolução do Senado Federal n.º 7, de 2002 e tendo em vista o que consta do Processo n.º **012.975/05-2**,

RESOLVE exonerar, na forma do disposto no Art. 35, inciso I, da Lei n.º 8.112, de 1990, **MÁRCIA DA SILVA QUEIROZ**, matrícula n.º 177390, do cargo, em comissão, de Assistente Parlamentar, AP-3, do Gabinete do Senador Marcelo Crivella.

Senado Federal, em 22 de agosto de 2005.



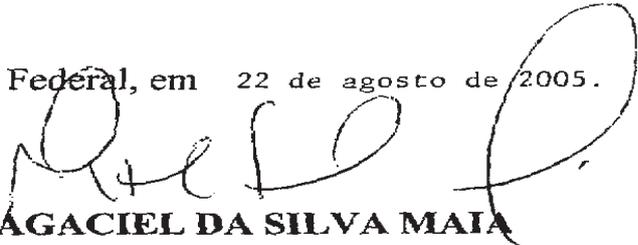
AGACIEL DA SILVA MAIA
Diretor-Geral

ATO DO DIRETOR-GERAL
N.º 3372 , DE 2005

O DIRETOR-GERAL DO SENADO FEDERAL, no uso da atribuição que lhe foi conferida pelo artigo 10, § 3.º, da Resolução do Senado Federal n.º 7, de 2002, e tendo em vista o que consta do Processo n.º **012.963/05-4**,

RESOLVE nomear, na forma do disposto no Inciso II do artigo 9º da Lei nº 8.112, de 1990, **LENIA MARIA GUIMARÃES CÔRTEZ** para exercer o cargo, em comissão, de Assistente Parlamentar, AP-3, do Quadro de Pessoal do Senado Federal, com lotação e exercício no Gabinete da Senadora Íris de Araújo.

Senado Federal, em 22 de agosto de 2005.



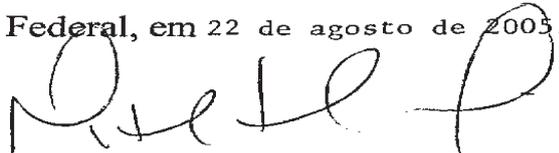
AGACIEL DA SILVA MAIA
Diretor-Geral

ATO DO DIRETOR-GERAL
N.º 3373 , DE 2005

O DIRETOR-GERAL DO SENADO FEDERAL, no uso da atribuição que lhe foi conferida pelo artigo 10, § 3.º, da Resolução do Senado Federal n.º 7, de 2002, e tendo em vista o que consta do Processo n.º **012.976/05-9**,

RESOLVE nomear, na forma do disposto no Inciso II do artigo 9º da Lei nº 8.112, de 1990, **RUY SAMPAIO LIMA** para exercer o cargo, em comissão, de Assistente Parlamentar, AP-3, do Quadro de Pessoal do Senado Federal, com lotação e exercício no Gabinete do Senador Marcelo Crivella.

Senado Federal, em 22 de agosto de 2005.

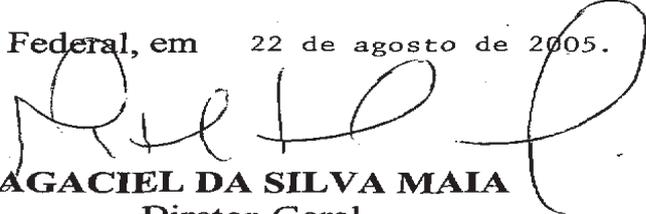

AGACIEL DA SILVA MAIA
Diretor-Geral

ATO DO DIRETOR-GERAL
N.º 3374 , DE 2005

O DIRETOR-GERAL DO SENADO FEDERAL, no uso da atribuição que lhe foi conferida pelo artigo 10, § 3.º, da Resolução do Senado Federal n.º 7, de 2002, e tendo em vista o que consta do Processo n.º **012.960/05-5**,

RESOLVE nomear, na forma do disposto no Inciso II do artigo 9º da Lei nº 8.112, de 1990, **CHARLLES MICHEL ASSUNÇÃO E SILVA** para exercer o cargo, em comissão, de Assistente Parlamentar, AP-5, do Quadro de Pessoal do Senado Federal, com lotação e exercício no Gabinete do Senador Romero Jucá.

Senado Federal, em 22 de agosto de 2005.

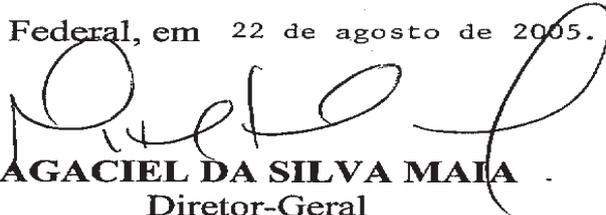

AGACIEL DA SILVA MAIA
Diretor-Geral

ATO DO DIRETOR-GERAL
N.º 3375 , DE 2005

O DIRETOR-GERAL DO SENADO FEDERAL, no uso da atribuição que lhe foi conferida pelo artigo 10, § 3.º, da Resolução do Senado Federal n.º 7, de 2002 e tendo em vista o que consta do Processo n.º **012985/05-8**,

RESOLVE exonerar, na forma do disposto no artigo 35, inciso I, da Lei n.º 8.112, de 1990, **SÍLVIO DA COSTA MELO**, matrícula n.º 170190, do cargo, em comissão, de Assistente Parlamentar, AP-6, do Gabinete do Senador Augusto Botelho, a partir de 17 de agosto de 2005.

Senado Federal, em 22 de agosto de 2005.


AGACIEL DA SILVA MAIA
Diretor-Geral

ATO DO DIRETOR-GERAL
N.º 3376 , DE 2005

O DIRETOR-GERAL DO SENADO FEDERAL, no uso da atribuição que lhe foi conferida pelo artigo 10, § 3.º, da Resolução do Senado Federal n.º 7, de 2002, e tendo em vista o que consta do Processo n.º **012929/05-0**,

RESOLVE nomear, na forma do disposto no Inciso II do artigo 9º da Lei nº 8.112, de 1990, **MARIA DE JESUS RIBEIRO** para exercer o cargo, em comissão, de Assistente Parlamentar, AP-2, do Quadro de Pessoal do Senado Federal, com lotação e exercício na Comissão de Mista de Orçamento.

Senado Federal, em 22 de agosto de 2005.

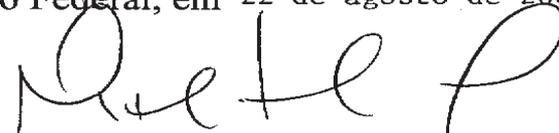

AGACIEL DA SILVA MAIA
Diretor-Geral

ATO DO DIRETOR-GERAL
N.º 3377 , DE 2005

O DIRETOR-GERAL DO SENADO FEDERAL, no uso da atribuição que lhe foi conferida pelo artigo 10, § 3.º, da Resolução do Senado Federal n.º 7, de 2002, e tendo em vista o que consta do Processo n.º **012928/05-4**,

RESOLVE nomear, na forma do disposto no Inciso II do artigo 9º da Lei nº 8.112, de 1990, **MARIA DAS GRAÇAS PAULA DE SALLES** para exercer o cargo, em comissão, de Assistente Parlamentar, AP-2, do Quadro de Pessoal do Senado Federal, com lotação e exercício na Comissão de Mista de Orçamento.

Senado Federal, em 22 de agosto de 2005.


AGACIEL DA SILVA MAIA
Diretor-Geral

COMPOSIÇÃO DO SENADO FEDERAL
(52ª LEGISLATURA)

	BAHIA	PFL	Heráclito Fortes
PFL	Rodolpho Tourinho	PMDB	Mão Santa
PFL	Antonio Carlos Magalhães		RIO GRANDE DO NORTE
PFL	César Borges	BLOCO - PTB	Fernando Bezerra
	RIO DE JANEIRO	PMDB	Garibaldi Alves Filho
BLOCO - PT	Roberto Saturnino	PFL	José Agripino
PL	Marcelo Crivella		SANTA CATARINA
PMDB	Sérgio Cabral	PFL	Jorge Bornhausen
	MARANHÃO	BLOCO - PT	Ideli Salvatti
PMDB	Ribamar Fiquene	PSDB	Leonel Pavan
PFL	Edison Lobão		ALAGOAS
PMDB	Mauro Fecury	P - SOL	Heloísa Helena
	PARÁ	PMDB	Renan Calheiros
PMDB	Luiz Otávio	PSDB	Teotônio Vilela Filho
BLOCO - PT	Ana Júlia Carepa		SERGIPE
PSDB	Flexa Ribeiro	PFL	Maria do Carmo Alves
	PERNAMBUCO	PSDB	Almeida Lima
PFL	José Jorge	BLOCO - PSB	Antonio Carlos Valadares
PFL	Marco Maciel		AMAZONAS
PSDB	Sérgio Guerra	PMDB	Gilberto Mestrinho
	SÃO PAULO	PSDB	Arthur Virgílio
BLOCO - PT	Eduardo Suplicy	PDT	Jefferson Peres
BLOCO - PT	Aloizio Mercadante		PARANÁ
PFL	Romeu Tuma	PSDB	Alvaro Dias
	MINAS GERAIS	BLOCO - PT	Flávio Arns
PL	Aelton Freitas	PDT	Osmar Dias
PSDB	Eduardo Azeredo		ACRE
PMDB	Wellington Salgado Oliveira	BLOCO - PT	Tião Viana
	GOIÁS	P - SOL	Geraldo Mesquita Júnior
PMDB	Maguito Vilela	BLOCO - PT	Sibá Machado
PFL	Demóstenes Torres		MATO GROSSO DO SUL
PSDB	Lúcia Vânia	PDT	Juvêncio da Fonseca
	MATO GROSSO	BLOCO - PT	Delcídio Amaral
Sem Partido	Luiz Soarez	PMDB	Ramez Tebet
PFL	Gilberto Goellner		DISTRITO FEDERAL
BLOCO - PT	Serys Slhessarenko	PP	Valmir Amaral
	RIO GRANDE DO SUL	BLOCO - PT	Cristovam Buarque
PMDB	Pedro Simon	PFL	Paulo Octávio
BLOCO - PT	Paulo Paim		TOCANTINS
BLOCO - PTB	Sérgio Zambiasi	PSDB	Eduardo Siqueira Campos
	CEARÁ	PSB	Nezinho Alencar
PSDB	Reginaldo Duarte	PMDB	Leomar Quintanilha
Sem Partido	Patrícia Saboya Gomes		AMAPÁ
PSDB	Tasso Jereissati	PMDB	José Sarney
	PARAÍBA	BLOCO - PSB	João Capiberibe
PMDB	Ney Suassuna	PMDB	Papaléo Paes
PFL	Efraim Morais		RONDÔNIA
PMDB	José Maranhão	PMDB	Amir Lando
	ESPÍRITO SANTO	BLOCO - PT	Fátima Cleide
PMDB	João Batista Motta	PMDB	Valdir Raupp
PMDB	Gerson Camata		RORAIMA
PL	Magno Malta	PTB	Mozarildo Cavalcanti
	PIAUI	PDT	Augusto Botelho
PMDB	Alberto Silva	PMDB	Romero Jucá

SECRETARIA DE COMISSÕES		
Diretora	Cleide Maria Barbosa Ferreira Cruz	Ramais: 3488/89/91 Fax: 1095

SUBSECRETARIA DE APOIO ÀS COMISSÕES ESPECIAIS E PARLAMENTARES DE INQUÉRITO		
Diretor	Wanderley Rabelo da Silva	(Ramal: 3623 – Fax: 3606)
Secretários	Francisco Naurides Barros	(Ramal: 3508)
	Hermes Pinto Gomes	(Ramal: 3510)
	Irani Ribeiro dos Santos	(Ramal: 4854)
	Verônica de Carvalho Maia	(Ramal: 3511)
	José Augusto Panisset Santana	(Ramal: 4854)
	Izaías Faria de Abreu	(Ramal: 3514)
	Angélica Passarinho Mesquita	(Ramal: 3501)

SUBSECRETARIA DE APOIO ÀS COMISSÕES MISTAS		
Diretor	Sérgio da Fonseca Braga	(Ramal: 3507 – Fax: 3512)
Secretários	Maria de Fátima Maia de Oliveira	(Ramal: 3520)
	Ivanilde Pereira Dias de Oliveira	(Ramal: 3503)
	Maria Consuelo de Castro Souza	(Ramal: 3504)
	Rilvana Cristina de Souza Melo	(Ramal: 3509)

SUBSECRETARIA DE APOIO ÀS COMISSÕES PERMANENTES		
Diretor	José Roberto Assumpção Cruz	(Ramal: 3517)
Secretários	CAE	Luiz Gonzaga Silva Filho (Ramal: 4605)
	CAS	Gisele Ribeiro de Toledo Camargo (Ramal: 4608)
	CCJ	Gildete Leite de Melo (Ramal: 3972)
	CE	Júlio Ricardo Borges Linhares (Ramal: 4604)
	CMA	José Francisco B. de Carvalho (Ramal: 3935)
	CDH	Altair Gonçalves Soares (Ramal: 1856)
	CRE	Maria Lúcia Ferreira de Mello (Ramal: 4777)
	CI	Celso Antony Parente (Ramal: 4354)
	CDR	Ednaldo Magalhães Siqueira (Ramal: 3517)
	CRA	Marcello Varella (Ramal: 3506)

COMISSÕES TEMPORÁRIAS

- 1) **Comissão Externa, composta de oito Senhores Senadores e Senhoras Senadoras, com a finalidade de acompanhar as investigações sobre o assassinato da missionária norte-americana naturalizada brasileira Dorothy Stang, que vêm sendo desenvolvidas pela Polícia Federal e pela Polícia Militar do Estado do Pará.**

(Ato do Presidente nº 8, de 2005)

Presidente: Senadora Ana Júlia Carepa – PT/ PA

Vice-Presidente: Senador Flexa Ribeiro – PSDB/PA

Relator: Demóstenes Torres – PFL/GO

Ana Júlia Carepa – PT/ PA
Eduardo Suplicy – PT/SP
Fátima Cleide – PT/RO
Flexa Ribeiro – PSDB/PA
Luiz Otávio – PMDB/PA
Demóstenes Torres – PFL/GO
Serys Slhessarenko – PT/MT
Sibá Machado – PT/AC

Prazo Final: 18.3.2005

Designação: 16.2.2005

COMPOSIÇÃO DAS COMISSÕES PERMANENTES
1) COMISSÃO DE ASSUNTOS ECONÔMICOS
(27 titulares e 27 suplentes)

Presidente: Senador Luiz Otávio – PMDB
Vice-Presidente: Senador Romeu Tuma - PFL

TITULARES	SUPLENTE
Bloco da Minoria (PFL e PSDB)	
César Borges – PFL	1. José Agripino – PFL
Edison Lobão – PFL	2. Antonio Carlos Magalhães – PFL
Jonas Pinheiro – PFL	3. Heráclito Fortes – PFL
Jorge Bornhausen – PFL	4. João Ribeiro – PFL
Rodolpho Tourinho – PFL	5. José Jorge – PFL
Romeu Tuma – PFL	6. Roseana Sarney – PFL
Almeida Lima – PSDB	7. Arthur Virgílio – PSDB
Eduardo Azeredo – PSDB	8. Alvaro Dias – PSDB
Lúcia Vânia – PSDB	9. Leonel Pavan – PSDB
Sérgio Guerra – PSDB	10. Flexa Ribeiro – PSDB
Tasso Jereissati – PSDB	11. Teotônio Vilela Filho – PSDB
PMDB	
Ramez Tebet	1. Ney Suassuna
Luiz Otávio	2. Hélio Costa
Garibaldi Alves Filho	3. Valmir Amaral
Romero Jucá	4. Pedro Simon
Sérgio Cabral	5. Mão Santa
Maguito Vilela	6. Gerson Camata
Valdir Raupp	7. Papaléo Paes
José Maranhão	8. João Batista Motta
Bloco de Apoio ao Governo (PT, PSB, PTB, PL e PPS)	
Aloizio Mercadante	1. Ideli Salvatti
Ana Júlia Carepa	2. Aelton Freitas
Delcídio Amaral	3. Antonio Carlos Valadares
Eduardo Suplicy	4. Roberto Saturnino
Fernando Bezerra	5. Flávio Arns
João Capiberibe	6. Siba Machado
Patrícia Saboya Gomes	7. Serys Slhessarenko
PDT	
Osmar Dias	Jefferson Peres

Secretário: Luiz Gonzaga Silva Filho
Reuniões: Terças – Feiras às 10:00 horas – Plenário nº 19 – Ala Alexandre Costa.
Telefones: 3114605 e 3113516 Fax: 3114344
E – Mail: sscomcae@senado.gov.br

1.1) SUBCOMISSÃO TEMPORÁRIA DE TURISMO
(7 titulares e 7 suplentes)

Presidente:
Vice-Presidente:
Relator:

TITULARES	SUPLENTES
Bloco da Minoria (PFL e PSDB)	
PMDB	
Bloco de Apoio ao Governo (PT, PSB, PTB, PL e PPS)	
PDT	

Secretário: Luiz Gonzaga Silva Filho
Reuniões: Terças – Feiras às 18:30 horas – Plenário nº 19 – Ala Alexandre Costa.
Telefones: 3114605 e 3113516 Fax: 3114344
E – Mail: sscomcae@senado.gov.br

1.2) SUBCOMISSÃO TEMPORÁRIA DE MINERAÇÃO

(7 titulares e 7 suplentes)

Presidente:

Vice-Presidente:

Relator:

TITULARES	SUPLENTES
Bloco da Minoria (PFL e PSDB)	
PMDB	
Bloco de Apoio ao Governo (PT, PSB, PTB, PL e PPS)	
PDT	

Secretário: Luiz Gonzaga Silva Filho

Reuniões: Quartas – Feiras às 9:30 horas – Plenário nº 19 – Ala Alexandre Costa.

Telefones: 3114605 e 3113516 Fax: 3114344

E – Mail: sscomcae@senado.gov.br

**1.3) SUBCOMISSÃO TEMPORÁRIA DESTINADA A
ACOMPANHAR A EVOLUÇÃO DA DÍVIDA PÚBLICA DOS ESTADOS
(9 titulares e 9 suplentes)**

**Presidente:
Vice-Presidente:
Relator:**

TITULARES	SUPLENTES
Bloco da Minoria (PFL e PSDB)	
PMDB	
Bloco de Apoio ao Governo (PT, PSB, PTB, PL e PPS)	
PDT	

Secretário: Luiz Gonzaga Silva Filho
Reuniões: Quartas – Feiras às 18:00 horas – Plenário nº 19 – Ala Alexandre Costa.
Telefones: 3114605 e 3113516 Fax: 3114344
E – Mail: sscomcae@senado.gov.br

1.4) SUBCOMISSÃO TEMPORÁRIA - LIQUIDAÇÃO DE INSTITUIÇÕES FINANCEIRAS
(7 titulares e 7 suplentes)

Presidente:

Vice-Presidente:

Relator:

TITULARES	SUPLENTES
Bloco da Minoria (PFL e PSDB)	
PMDB	
Bloco de Apoio ao Governo (PT, PSB, PTB, PL e PPS)	
PDT	

Secretário: Luiz Gonzaga Silva Filho
Reuniões: Plenário nº 19 – Ala Alexandre Costa.
Telefones: 3114605 e 3113516 Fax: 3114344
E – Mail: sscomcae@senado.gov.br

2) COMISSÃO DE ASSUNTOS SOCIAIS
(21 titulares e 21 suplentes)*

Presidente: Senador Antônio Carlos Valadares - PSB
Vice-Presidente: Senadora Patrícia Saboya Gomes – PPS

TITULARES	SUPLENTES
Bloco da Minoria (PFL e PSDB)	
Demóstenes Torres – PFL	1. César Borges – PFL
Edison Lobão – PFL	2. Heráclito Fortes – PFL
Jonas Pinheiro – PFL	3. José Jorge – PFL
Maria do Carmo Alves – PFL	4. Marco Maciel – PFL
Rodolpho Tourinho – PFL	5. Romeu Tuma – PFL
Roseana Sarney – PFL	6. (vago) – PFL
Flexa Ribeiro – PSDB	7. Eduardo Azeredo – PSDB
Leonel Pavan – PSDB	8. Alvaro Dias – PSDB
Lúcia Vânia – PSDB	9. Almeida Lima – PSDB
Reginaldo Duarte – PSDB	10. Arthur Virgílio – PSDB
Teotônio Vilela Filho – PSDB	11. Sérgio Guerra – PSDB
PMDB	
João Batista Motta	1. Hélio Costa
Mário Calixto	2. Ramez Tebet
Valdir Raupp	3. José Maranhão
Mão Santa	4. Pedro Simon
Sérgio Cabral	5. Romero Jucá
Papaléo Paes	6. Gerson Camata
(vago)	7. (vago)
(vago)	8. (vago)
Bloco de Apoio ao Governo (PT, PSB, PTB, PL e PPS)	
Aelton Freitas	1. Cristovam Buarque
Antonio Carlos Valadares	2. Ana Júlia Carepa
Flávio Arns	3. Francisco Pereira
Ideli Salvatti	4. Fernando Bezerra
Marcelo Crivella	5. Eduardo Suplicy
Paulo Paim	6. Fátima Cleide
Patrícia Saboya Gomes	7. Mozarildo Cavalcanti
Siba Machado	8. João Capiberibe
PDT	
Augusto Botelho	1. Juvêncio da Fonseca
(vago)	2. (vago)

* De acordo com a Resolução nº 1, de 22.02.2005, a composição da Comissão de Assuntos Sociais foi reduzida de 29 para 21 membros.

Secretário: Gisele Ribeiro de Toledo Camargo
Reuniões: Quintas – Feiras às 10:00 horas – Plenário nº 09 – Ala Alexandre Costa.
Telefone: 3113515 Fax: 3113652
E – Mail: sscomcas@senado.gov.br

2.1) SUBCOMISSÃO PERMANENTE DO MEIO AMBIENTE
(8 titulares e 8 suplentes)

Presidente:
Vice-Presidente:

TITULARES	SUPLENTES
Bloco da Minoria (PFL e PSDB)	
PMDB	
Bloco de Apoio ao Governo (PT, PSB, PTB, PL e PPS)	
PDT	

Secretária: Gisele Ribeiro de Toledo Camargo
Sala nº 11/A – Ala Alexandre Costa.
Telefone: 3113515 Fax: 3113652
E – Mail: sscomcas@senado.gov.br

2.2) SUBCOMISSÃO PERMANENTE DO IDOSO

(7 titulares e 7 suplentes)

Presidente:

Vice-Presidente:

Relator:

TITULARES	SUPLENTES
Bloco da Minoria (PFL e PSDB)	
PMDB	
Bloco de Apoio ao Governo (PT, PSB, PTB, PL e PPS)	
PDT	

Secretária: Gisele Ribeiro de Toledo Camargo

Sala nº 11/A – Ala Alexandre Costa.

Telefone: 3113515 Fax: 3113652

E – Mail: sscomcas@senado.gov.br

**2.3) SUBCOMISSÃO TEMPORÁRIA DAS PESSOAS PORTADORAS DE NECESSIDADES ESPECIAIS
(7 titulares e 7 suplentes)**

Presidente:

Vice-Presidente:

Relator:

TITULARES	SUPLENTES
Bloco da Minoria (PFL e PSDB)	
PMDB	
Bloco de Apoio ao Governo (PT, PSB, PTB, PL e PPS)	
PDT	

Secretária: Gisele Ribeiro de Toledo Camargo
Sala nº 11/A – Ala Alexandre Costa.
Telefone: 3113515 Fax: 3113652
E – Mail: sscomcas@senado.gov.br

2.4) SUBCOMISSÃO TEMPORÁRIA DE SAÚDE
(7 titulares e 7 suplentes)

Presidente:

Vice-Presidente:

Relator:

TITULARES	SUPLENTE
Bloco da Minoria (PFL e PSDB)	
PMDB	
Bloco de Apoio ao Governo (PT, PSB, PTB, PL e PPS)	
PDT	

Secretário: Gisele Ribeiro de Toledo Camargo
Sala nº 11/A – Ala Alexandre Costa.
Telefone: 3113515 Fax: 3113652
E – Mail: sscomcas@senado.gov.br

3) COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO, JUSTIÇA E CIDADANIA
(23 titulares e 23 suplentes)

Presidente: Senador Antonio Carlos Magalhães - PFL
Vice-Presidente: Senador Maguito Vilela - PMDB

TITULARES	SUPLENTES
Bloco da Minoria (PFL e PSDB)	
Antonio Carlos Magalhães – PFL	1. Romeu Tuma – PFL
César Borges – PFL	2. Maria do Carmo Alves – PFL
Demóstenes Torres – PFL	3. José Agripino – PFL
Edison Lobão – PFL	4. Jorge Bornhausen – PFL
José Jorge – PFL	5. Rodolpho Tourinho – PFL
Almeida Lima – PSDB	6. Tasso Jereissati – PSDB
Alvaro Dias – PSDB	7. Eduardo Azeredo – PSDB
Arthur Virgílio – PSDB	8. Leonel Pavan – PSDB
Osmar Dias – PDT (cedida pelo PSDB)	9. Geraldo Mesquita Júnior – s/ partido (cedida pelo PSDB)
PMDB	
Ramez Tebet	1. Luiz Otávio
Ney Suassuna	2. Hélio Costa
José Maranhão	3. Sérgio Cabral
Maguito Vilela	4. Gérson Camata
Romero Jucá	5. Leomar Quintanilha
Pedro Simon	6. Garibaldi Alves Filho
Bloco de Apoio ao Governo (PT, PSB, PTB, PL e PPS)	
Aloizio Mercadante	1. Delcídio Amaral
Eduardo Suplicy	2. Paulo Paim
Fernando Bezerra	3. Sérgio Zambiasi
Francisco Pereira	4. João Capiberibe
Ideli Salvatti	5. Siba Machado
Antonio Carlos Valadares	6. Mozarildo Cavalcanti
Serys Slhessarenko	7. Marcelo Crivella
PDT	
Jefferson Peres	1. Juvêncio da Fonseca

Secretária: Gildete Leite de Melo
Reuniões: Quartas – Feiras às 10:00 horas. – Plenário nº 3 – Ala Alexandre Costa
Telefone: 3113972 Fax: 3114315
E – Mail: sscomccj@senado.gov.br

3.1) SUBCOMISSÃO PERMANENTE DESTINADA A ASSESSORAR A PRESIDÊNCIA DO SENADO EM CASOS QUE ENVOLVAM A IMAGEM E AS PRERROGATIVAS DOS PARLAMENTARES E DA PRÓPRIA INSTITUIÇÃO PARLAMENTAR
(5 membros)

3.2) SUBCOMISSÃO DE SEGURANÇA PÚBLICA
(7 titulares e 7 suplentes)

Presidente:
Vice-Presidente:
Relator: Geral:

TITULARES	SUPLENTES
Bloco da Minoria (PFL e PSDB)	
PMDB	
Bloco de Apoio ao Governo (PT, PSB, PTB, PL e PPS)	
PDT	

Secretária: Gildete Leite de Melo
Plenário nº 3 – Ala Alexandre Costa
Telefone: 3113972 Fax: 3114315
E – Mail: sscomccj@senado.gov.br

4) COMISSÃO DE EDUCAÇÃO
(27 titulares e 27 suplentes)

Presidente: Senador Hélio Costa - PMDB
Vice-Presidente: Senador Augusto Botelho – PDT

TITULARES	SUPLENTES
Bloco da Minoria (PFL e PSDB)	
Demóstenes Torres – PFL	1. Edison Lobão – PFL
Jorge Bornhausen – PFL	2. Jonas Pinheiro – PFL
José Jorge – PFL	3. João Ribeiro – PFL
Maria do Carmo Alves – PFL	4. José Agripino – PFL
Roseana Sarney – PFL	5. Marco Maciel – PFL
(vago – cedida ao PDT) – PFL *	6. Romeu Tuma – PFL
Teotônio Vilela Filho – PSDB	7. Leonel Pavan – PSDB
Geraldo Mesquita Júnior – s/ partido (cedida pelo PSDB)	8. Alvaro Dias – PSDB
Eduardo Azeredo – PSDB	9. Lúcia Vânia – PSDB
Reginaldo Duarte – PSDB	10. Tasso Jereissati – PSDB
PMDB	
Hélio Costa	1. João Batista Motta
Maguito Vilela	2. Garibaldi Alves Filho
Valdir Raupp	3. Mário Calixto
Gerson Camata	4. Papaléo Paes
Sérgio Cabral	5. Mão Santa
José Maranhão	6. Luiz Otávio
Leomar Quintanilha	7. Romero Jucá
Gilberto Mestrinho**	8. (vago)
Bloco de Apoio ao Governo (PT, PSB, PTB, PL e PPS)	
Aelton Freitas	1. Paulo Paim
Cristovam Buarque	2. Aloizio Mercadante
Fátima Cleide	3. Fernando Bezerra
Flávio Arns	4. Delcídio Amaral
Ideli Salvatti	5. Antonio Carlos Valadares
Roberto Saturnino	6. Francisco Pereira
Sérgio Zambiasi	7. Patrícia Saboya Gomes
PDT	
Augusto Botelho	1. Juvêncio da Fonseca

* Vaga cedida ao PDT, conforme Ofício nº 014/05-GLPFL, de 17.02.2005

** O Senador Gilberto Mestrinho, indicado em 18.2.2005 pelo Ofício GLPMDB nº 23/2005, encontra-se licenciado de 7.11.2004 a 31.3.2005.

Secretário: Júlio Ricardo Borges Linhares
Reuniões: Terças – Feiras às 11:30 horas – Plenário nº 15 – Ala Alexandre Costa.
Telefone: 3113498 Fax: 3113121
E – Mail: julioric@senado.gov.br.

**4.1) SUBCOMISSÃO PERMANENTE DE CINEMA, COMUNICAÇÃO E INFORMÁTICA
(12 titulares e 12 suplentes)**

**Presidente:
Vice-Presidente:**

TITULARES	SUPLENTES
Bloco da Minoria (PFL e PSDB)	
PMDB	
Bloco de Apoio ao Governo (PT, PSB, PTB, PL e PPS)	
PDT	

Secretário: Júlio Ricardo Borges Linhares
Plenário nº 15 – Ala Alexandre Costa.
Telefone: 3113498 Fax: 3113121
E – Mail: julioric@senado.gov.br

4.2) SUBCOMISSÃO PERMANENTE DE CIÊNCIA E TECNOLOGIA
(9 titulares e 9 suplentes)

PRESIDENTE:
VICE-PRESIDENTE:

TITULARES	SUPLENTES
Bloco da Minoria (PFL e PSDB)	
PMDB	
Bloco de Apoio ao Governo (PT, PSB, PTB, PL e PPS)	
PDT	
TITULARES	SUPLENTES

Secretário: Júlio Ricardo Borges Linhares
Sala nº 15 – Ala Alexandre Costa.
Telefone: 311-3276 Fax: 311-3121
E – Mail: julioric@senado.gov.br.

4.3) SUBCOMISSÃO PERMANENTE DO LIVRO
(7 titulares e 7 suplentes)

4.4) SUBCOMISSÃO PERMANENTE DO ESPORTE
(7 titulares e 7 suplentes)

**5) - COMISSÃO DE MEIO AMBIENTE, DEFESA DO CONSUMIDOR E FISCALIZAÇÃO E
CONTROLE**
(17 titulares e 17 suplentes)

Presidente: Senador Leomar Quintanilha - PMDB

Vice-Presidente: Senador Jonas Pinheiro - PFL

TITULARES	SUPLENTES
Bloco da Minoria (PFL e PSDB)	
Heráclito Fortes – PFL	1. Jorge Bornhausen – PFL
João Ribeiro – PFL	2. José Jorge – PFL
Jonas Pinheiro – PFL	3. Almeida Lima – PSDB
Alvaro Dias – PSDB	4. Leonel Pavan – PSDB
Arthur Virgílio – PSDB	5. (vago)
Flexa Ribeiro – PSDB	6. (vago)
PMDB	
Ney Suassuna	1. Valmir Amaral
Luiz Otávio	2. Romero Jucá
Gerson Camata	3. (vago)
Valdir Raupp	4. (vago)
Leomar Quintanilha	5. (vago)
Bloco de Apoio ao Governo (PT, PSB, PTB, PL e PPS)	
Aelton Freitas	1. Mozarildo Cavalcanti
Ana Júlia Carepa	2. Cristovam Buarque
Delcídio Amaral	3. (vago)
Ideli Salvatti	4. (vago)
Serys Shessarenko	5. (vago)
PDT	
Augusto Botelho	1. Osmar Dias

Secretário: José Francisco B. de Carvalho

Reuniões: Quartas – Feiras às 11:00 horas – Plenário nº 6 – Ala Nilo Coelho.

Telefone: 3113935 Fax: 3111060

E – Mail: jcarvalho@senado.gov.br.

**5.1) SUBCOMISSÃO PERMANENTE DESTINADA A FISCALIZAR AS AGÊNCIAS REGULADORAS
(5 titulares e 5 suplentes)**

Presidente:
Vice-Presidente:

TITULARES	SUPLENTES
Bloco da Minoria (PFL e PSDB)	
PMDB	
Bloco de Apoio ao Governo (PT, PSB, PTB, PL e PPS)	
PDT	

Secretário: José Francisco B. de Carvalho
Reuniões: Quartas – Feiras às 11:00 horas – Plenário nº 6 – Ala Nilo Coelho.
Telefone: 3113935 Fax: 3111060
E – Mail: jcarvalho@senado.gov.br.

**5.2) SUBCOMISSÃO PERMANENTE DE OBRAS INACABADAS
(5 titulares e 5 suplentes)**

Presidente:
Vice-Presidente:

TITULARES	SUPLENTES
Bloco da Minoria (PFL e PSDB)	
PMDB	
Bloco de Apoio ao Governo (PT, PSB, PTB, PL e PPS)	
PDT	

Secretário: José Francisco B. de Carvalho
Reuniões: Quartas – Feiras às 11:00 horas – Plenário nº 6 – Ala Nilo Coelho.
Telefone: 3113935 Fax: 3111060
E – Mail: jcarvalho@senado.gov.br.

**5.3) SUBCOMISSÃO TEMPORÁRIA DESTINADA A ACOMPANHAR O PROSSEGUIMENTO DAS
INVESTIGAÇÕES REALIZADAS PELA POLÍCIA FEDERAL NO QUE DIZ RESPEITO À
DENOMINADA “OPERAÇÃO POROROCA”
(5 titulares e 5 suplentes)**

Presidente:
Vice-Presidente:
Relator:

TITULARES	SUPLENTES
Bloco da Minoria (PFL e PSDB)	
PMDB	
Bloco de Apoio ao Governo (PT, PSB, PTB, PL e PPS)	
PDT	

Secretário: José Francisco B. de Carvalho
Plenário nº 6 – Ala Nilo Coelho.
Telefone: 3113935 Fax: 3111060
E – Mail: jcarvalho@senado.gov.br.

**6) - COMISSÃO DE DIREITOS HUMANOS E LEGISLAÇÃO PARTICIPATIVA
(19 titulares e 19 suplentes)**

**Presidente: Senador Juvêncio da Fonseca - PDT
Vice-Presidente: Senador Valmir Amaral - PMDB**

TITULARES	SUPLENTES
Bloco da Minoria (PFL e PSDB)	
Edison Lobão – PFL	1. Antonio Carlos Magalhães – PFL
Jonas Pinheiro – PFL	2. Demóstenes Torres – PFL
Jorge Bornhausen – PFL	3. Heráclito Fortes – PFL
José Agripino – PFL	4. Marco Maciel – PFL
Romeu Tuma – PFL	5. Maria do Carmo Alves – PFL
Arthur Virgílio – PSDB	6. Almeida Lima – PSDB
Lúcia Vânia – PSDB	7. Alvaro Dias – PSDB
Reginaldo Duarte – PSDB	8. Flexa Ribeiro – PSDB
PMDB	
Leomar Quintanilha	1. Luiz Otávio
Valmir Amaral	2. Maguito Vilela
José Maranhão	3. Mão Santa
Sérgio Cabral	4. Romero Jucá
Garibaldi Alves Filho	5. Valdir Raupp
Bloco de Apoio ao Governo (PT, PSB, PTB, PL e PPS)	
Cristovam Buarque	1. Serys Slhessarenko
Fátima Cleide	2. Siba Machado
João Capiberibe	3. Antonio Carlos Valadares
Marcelo Crivella	4. Mozarildo Cavalcanti
Paulo Paim	5. Francisco Pereira
PDT	
Juvêncio da Fonseca	1. Osmar Dias

Secretária: Maria Dulce V. de Queirós Campos
Telefone 3111856 Fax: 3114646
E – Mail: mariadul@senado.br .

**7) - COMISSÃO DE RELAÇÕES EXTERIORES E DEFESA NACIONAL
(19 titulares e 19 suplentes)**

**Presidente: Senador Cristovam Buarque - PT
Vice-Presidente: Senador Eduardo Azeredo - PSDB**

TITULARES	SUPLENTES
Bloco da Minoria (PFL e PSDB)	
Heráclito Fortes – PFL	1. César Borges – PFL
João Ribeiro – PFL	2. Edison Lobão – PFL
José Agripino – PFL	3. Maria do Carmo Alves – PFL
Marco Maciel – PFL	4. Rodolpho Tourinho – PFL
Romeu Tuma – PFL	5. Roseana Sarney – PFL
Alvaro Dias – PSDB	6. Tasso Jereissati – PSDB
Arthur Virgílio – PSDB	7. Lúcia Vânia – PSDB
Eduardo Azeredo – PSDB	8. Flexa Ribeiro – PSDB
PMDB	
Gilberto Mestrinho*	1. Ney Suassuna
Pedro Simon	2. Ramez Tebet
Mão Santa	3. Valdir Raupp
Hélio Costa	4. Valmir Amaral
Gerson Camata	5. Mário Calixto
Bloco de Apoio ao Governo (PT, PSB, PTB, PL e PPS)	
Cristovam Buarque	1. Marcelo Crivella
Eduardo Suplicy	2. Flávio Arns
Mozarildo Cavalcanti	3. Aelton Freitas
Roberto Saturnino	4. Ana Julia Carepa
Sérgio Zambiasi	5. Fernando Bezerra
PDT	
Jefferson Peres	1. Osmar Dias

* O Senador Gilberto Mestrinho, indicado em 18.2.2005 pelo Ofício GLPMDB nº 23/2005, encontra-se licenciado de 7.11.2004 a 31.3.2005.

Secretária: Maria Lúcia Ferreira de Mello
Telefone 3113496 Fax: 3113546 – Plenário nº 7 – Ala Alexandre Costa
Reuniões: Quintas-feiras às 10:00 horas.
E – Mail: luciamel@senado.gov.br

**7.1) SUBCOMISSÃO PERMANENTE DE PROTEÇÃO DOS
CIDADÃOS BRASILEIROS NO EXTERIOR**

(7 titulares e 7 suplentes)

Presidente: Senador

Vice-Presidente:

Relator:

TITULARES	SUPLENTES
Bloco da Minoria (PFL e PSDB)	
PMDB	
Bloco de Apoio ao Governo (PT, PSB, PTB, PL e PPS)	
PDT	

Secretária: Maria Lúcia Ferreira de Mello
Telefone 3113496 Fax: 3113546 – Plenário nº 7 – Ala Alexandre Costa
Reuniões: Quintas-feiras às 10:00 horas.
E – Mail: luciamel@senado.gov.br

7.2) SUBCOMISSÃO PERMANENTE DA AMAZÔNIA
(7 titulares e 7 suplentes)

Presidente:

Vice-Presidente:

TITULARES	SUPLENTES
Bloco da Minoria (PFL e PSDB)	
PMDB	
Bloco de Apoio ao Governo (PT, PSB, PTB, PL e PPS)	
PDT	

Secretária: Maria Lúcia Ferreira de Mello
Telefone 3113496 Fax: 3113546 – Plenário nº 7 – Ala Alexandre Costa
Reuniões: Quintas-feiras às 10:00 horas.
E – Mail: luciamel@senado.gov.br

8) - COMISSÃO DE SERVIÇOS DE INFRA-ESTRUTURA
(23 titulares e 23 suplentes)

Presidente: Senador Heráclito Fortes - PFL
Vice-Presidente: Senador Alberto Silva - PMDB

TITULARES	SUPLENTES
Bloco da Minoria (PFL e PSDB)	
Heráclito Fortes – PFL	1. Antonio Carlos Magalhães – PFL
João Ribeiro – PFL	2. César Borges – PFL
José Jorge – PFL	3. Jonas Pinheiro – PFL
Marco Maciel – PFL	4. Jorge Bornhausen – PFL
Rodolpho Tourinho – PFL	5. Maria do Carmo Alves – PFL
Leonel Pavan – PSDB	6. Flexa Ribeiro – PSDB
Sérgio Guerra – PSDB	7. Eduardo Azeredo – PSDB
Tasso Jereissati – PSDB	8. Almeida Lima – PSDB
Teotônio Vilela Filho – PSDB	9. Arthur Virgílio – PSDB
PMDB	
Gerson Camata	1. Ney Suassuna
Alberto Silva	2. Luiz Otávio
Valdir Raupp	3. Pedro Simon
Valdir Amaral	4. João Batista Motta
Gilberto Mestrinho*	5. Mário Calixto
Mão Santa	6. Romero Jucá
Bloco de Apoio ao Governo (PT, PSB, PTB, PL e PPS)	
Delcídio Amaral	1. Roberto Saturnino
Francisco Pereira	2. Paulo Paim
João Capiberibe	3. Fernando Bezerra
Mozarildo Cavalcanti	4. Fátima Cleide
Serys Selhessarenko	5. Sérgio Zambiasi
Siba Machado	6. (vago)
Aelton Freitas	7. (vago)
PDT	
Juvêncio da Fonseca	1. Augusto Botelho

* O Senador Gilberto Mestrinho, indicado em 18.2.2005 pelo Ofício GLPMDB nº 23/2005, encontra-se licenciado de 7.11.2004 a 31.3.2005.

Secretário: Celso Parente
Reuniões: Terças – Feiras às 14:00 horas. – Plenário nº 13 – Ala Alexandre Costa
Telefone: 3114607 Fax: 3113286
E – Mail: cantony@senado.gov.br.

9) - COMISSÃO DE DESENVOLVIMENTO REGIONAL E TURISMO
(17 titulares e 17 suplentes)

Presidente: Senador Tasso Jereissati - PSDB
Vice-Presidente: Senadora Ana Júlia Carepa - PT

TITULARES	SUPLENTES
Bloco da Minoria (PFL e PSDB)	
Antonio Carlos Magalhães – PFL	1. Demóstenes Torres – PFL
César Borges – PFL	2. João Ribeiro – PFL
Rodolpho Tourinho – PFL	3. Roseana Sarney – PFL
Leonel Pavan – PSDB	4. Reginaldo Duarte – PSDB
Tasso Jereissati – PSDB	5. Lúcia Vânia – PSDB
Teotônio Vilela Filho – PSDB	6. Sérgio Guerra – PSDB
PMDB	
Gilberto Mestrinho*	1. Ney Suassuna
Papaléo Paes	2. Valdir Raupp
Garibaldi Alves Filho	3. Luiz Otávio
José Maranhão	4. Mão Santa
Maguito Vilela	5. Leomar Quintanilha
Bloco de Apoio ao Governo (PT, PSB, PTB, PL e PPS)	
Ana Júlia Carepa	1. João Capiberibe
Fátima Cleide	2. Delcídio Amaral
Fernando Bezerra	3. Siba Machado
Mozarildo Cavalcanti	4. Sérgio Zambiasi
Patrícia Saboya Gomes	5. Aelton Freitas
PDT	
Jefferson Peres	1. Augusto Botelho

* O Senador Gilberto Mestrinho, indicado em 18.2.2005 pelo Ofício GLPMDB nº 23/2005, encontra-se licenciado de 7.11.2004 a 31.3.2005.

10) - COMISSÃO DE AGRICULTURA E REFORMA AGRÁRIA
(17 titulares e 17 suplentes)

Presidente:
Vice-Presidente:

TITULARES	SUPLENTES
Bloco da Minoria (PFL e PSDB)	
Alvaro Dias – PSDB	1. Reginaldo Duarte – PSDB
Flexa Ribeiro – PSDB	2. Lúcia Vânia – PSDB
Sérgio Guerra – PSDB	3. Leonel Pavan – PSDB
Jonas Pinheiro – PFL	4. Edison Lobão – PFL
Marco Maciel – PFL	5. Heráclito Fortes – PFL
Roseana Sarney – PFL	6. Rodolpho Tourinho – PFL
PMDB	
Ramez Tebet	1. Hélio Costa
Pedro Simon	2. Mário Calixto
Leomar Quintanilha	3. João Batista Motta
Gerson Camata	4. Mão Santa
Maguito Vilela	5. Valdir Raupp
Bloco de Apoio ao Governo (PT, PSB, PTB, PL e PPS)	
Flávio Arns	1. Serys Shhessarenko
Aelton Freitas	2. Delcídio Amaral
Sibá Machado	3. Francisco Pereira
Ana Júlia Carepa	4. Sérgio Zambiasi
Antônio Carlos Valadares	5. (vago)
PDT	
Osmar Dias	1. Juvêncio da Fonseca

CONSELHO DE ÉTICA E DECORO PARLAMENTAR
(Resolução do Senado Federal nº 20/93)

COMPOSIÇÃO
(Eleita na Sessão do Senado Federal de 13/03/2003)

1º Eleição Geral: 19.04.1995
2º Eleição Geral: 30.06.1999

3º Eleição Geral: 27.06.2001
4º Eleição Geral: 13.03.2003

Presidente: Senador JOÃO ALBERTO SOUZA ¹³
Vice-Presidente: Senador DEMÓSTENES TORRES ²

PMDB					
Titulares	UF	Ramal	Suplentes	UF	Ramal
(Vago) ¹⁰			1. Ney Suassuna	PB	4345
João Alberto Souza	MA	1411	2. Pedro Simon	RS	3232
Ramez Tebet	MS	2222	3. Gerson Camata ¹¹	ES	3256
Luiz Otávio	PA	3050	4. Alberto Silva	PI	3055
PFL ⁵					
Paulo Octávio	DF	2011	1. Jonas Pinheiro	MT	2271
Demóstenes Torres	GO	2091	2. César Borges ⁴	BA	2212
Rodolpho Tourinho	BA	3173	3. Maria do Carmo Alves ¹²	SE	1306
PT ¹					
Heloísa Helena ¹⁴	AL	3197	1. Ana Julia Carepa	PA	2104
Sibá Machado	AC	2184	2. Fátima Cleide	RO	2391
(vago) ⁸			3. Eduardo Suplicy ³	SP	3213
PSDB ⁵					
Sérgio Guerra	PE	2385	1. (Vago) ¹⁶		
Antero Paes de Barros	MT	4061	2. Arthur Virgílio	AM	1201
PDT					
Juvêncio da Fonseca ⁷	MS	1128	1. Augusto Botelho	RR	2041
PTB ¹					
(Vago) ⁶			1. Fernando Bezerra	RN	2461
PSB ¹ , PL ¹⁻¹⁵ e PPS					
Magno Malta (PL)	ES	4161	1. (Vago) ⁹		
Corregedor do Senado (Membro nato – art. 25 da Resolução nº 20/93)					2051
Senador Romeu Tuma (PFL/SP)					

(atualizada em 09.08.2004)

Notas:

¹ Partidos pertencentes ao **Bloco de Apoio ao Governo** (PT/PTB/PSB/PL), constituído na Sessão do SF de 1.2.2003.

² Eleito Vice-Presidente em 18.3.2003, na 1ª Reunião do Conselho.

³ Eleito na Sessão do SF de 18.3.2003.

⁴ Eleito na Sessão do SF de 19.3.2003.

⁵ Partidos pertencentes à **Liderança Parlamentar da Minoria** (PFL/PSDB), constituída na Sessão do SF de 29.4.2003.

⁶ Vaga ocupada pelo Senador **Geraldo Mesquita Júnior** (Bloco/PSB-AC) até 6.5.2003, quando anunciou, em Plenário, seu desligamento do Conselho, formalizado em comunicação lida na Sessão do SF de 8.5.2003.

⁷ Vaga ocupada pelo Senador **Jefferson Péres** (PDT-AM) até 7.5.2003, quando anunciou, em Plenário, seu desligamento do Conselho, formalizado em comunicação lida na Sessão do SF de 8.5.2003. O Senador **Juvêncio da Fonseca** foi designado para essa vaga na Sessão do SF de 01.10.2003.

⁸ Vaga ocupada pelo Senador **Flávio Arns** (Bloco/PT-PR) até 8.5.2003, quando se desligou do Conselho, conforme comunicação lida na Sessão do SF desse dia. O Senador **Eurípedes Camargo** (Bloco PT-DF) foi eleito para essa vaga na Sessão do SF de 03.12.2003 e deixou o exercício do mandato em 23.1.2004, em decorrência do retorno do titular.

⁹ Vaga ocupada pelo Senador **Marcelo Crivella** (Bloco PL-RJ) até 13.8.2003, quando se desligou do Conselho, conforme comunicação lida na Sessão do SF dessa data.

¹⁰ Vaga ocupada pelo Senador **Juvêncio da Fonseca** (PDT-MS) até 01.10.2003, quando foi designado, em Plenário, para a vaga do PDT, partido ao qual se filiou em 11.09.2003.

¹¹ Desfilou-se do PMDB em 15.9.2003, conforme comunicação lida na Sessão do SF dessa data.

¹² Vaga ocupada pelo Senador **Renildo Santana** (PFL-SE), no período de 19.3 a 15.9.2003. A Senadora **Maria do Carmo Alves** (PFL-SE) foi eleita para essa vaga na Sessão do SF de 18.9.2003.

¹³ Eleito Presidente do Conselho na 9ª Reunião, realizada em 12.11.2003, para completar o mandato exercido pelo Senador **Juvêncio da Fonseca**, que renunciou ao cargo em 25.09.2003.

¹⁴ Na Sessão de 29.01.2004, foi lido o Ofício nº 039/04-GLDBAG, de 29.1.2004, da Liderança do Bloco de Apoio ao Governo, comunicando o desligamento da Senadora do Partido dos Trabalhadores.

¹⁵ Desligou-se do Bloco de Apoio ao Governo, conforme comunicação lida na Sessão do SF de 13.04.2004.

¹⁶ O Senador Reginaldo Duarte deixou o exercício do mandato em 03.08.2004 em razão do retorno do titular, Senador Luiz Pontes

SECRETARIA-GERAL DA MESA

Subsecretaria de Apoio a Conselhos e Órgãos do Parlamento (SSCOP) - Telefones: 311-4561 e 311-5255

sscop@senado.gov.br; www.senado.gov.br/etica

CORREGEDORIA PARLAMENTAR

(Resolução nº 17, de 1993)

COMPOSIÇÃO

Senador Romeu Tuma (PFL-SP)	Corregedor
Senador Hélio Costa (PMDB-MG)	1º Corregedor Substituto
Senador Delcídio Amaral (PT-MS)	2º Corregedor Substituto
Senador Teotônio Vilela Filho (PSDB-AL)	3º Corregedor Substituto

Composição atualizada em 25.03.2004

SECRETARIA-GERAL DA MESA DO SENADO FEDERAL
Subsecretaria de Apoio a Conselhos e Órgãos do Parlamento (SSCOP)
Telefones: 311-4561 e 311-5259
sscop@senado.gov.br

PROCURADORIA PARLAMENTAR
(Resolução do Senado Federal nº 40/95)

COMPOSIÇÃO

Ramez Tebet (PMDB-MS)	PMDB e Bloco de Apoio ao Governo
Demóstenes Torres (PFL-GO)	Bloco Parlamentar da Minoria
Alvaro Dias (PSDB-PR)	Bloco Parlamentar da Minoria
Fátima Cleide (PT-RO)	Bloco de Apoio ao Governo
Amir Lando (PMDB-RO)	PMDB

Atualizado em 16.5.2005

SECRETARIA-GERAL DA MESA
Subsecretaria de Apoio a Conselhos e Órgãos do Parlamento (SSCOP)
Telefones: 311-4561 e 311-5257
sscop@senado.gov.br

CONSELHO DO DIPLOMA MULHER-CIDADÃ BERTHA LUTZ
Constituído pela Resolução nº 2, de 2001, oriunda do Projeto de Resolução nº 25, de 1998,
aprovado na Sessão Deliberativa Ordinária do Senado Federal do dia 15.3.2001

COMPOSIÇÃO

1ª Designação Geral : 03.12.2001

2ª Designação Geral: 26.02.2003

Presidente: Senadora Serys Slhessarenko
Vice-Presidente: Senador Geraldo Mesquita Júnior

PMDB
Senador Papaléo Paes (AP)
PFL
Senadora Roseana Sarney (MA)
PT
Senadora Serys Slhessarenko (MT)
PSDB
Senadora Lúcia Vânia (GO)
PDT
Senador Augusto Botelho (RR)
PTB
Senador Sérgio Zambiasi (RS)
PSB
Senador Geraldo Mesquita Júnior (AC) - Sem partido
PL
Senador Magno Malta (ES)
PPS
Senadora Patrícia Saboya Gomes (CE)

Atualizada em 09.03.2005

SECRETARIA-GERAL DA MESA
Subsecretaria de Apoio a Conselhos e Órgãos do Parlamento (SSCOP)
Telefones: 311-4561 e 311-5259
sscop@senado.gov.br

CONSELHO DA ORDEM DO CONGRESSO NACIONAL

(Criado pelo Decreto Legislativo nº 70, de 23.11.1972)

(Regimento Interno baixado pelo Ato nº 1, de 1973-CN)

COMPOSIÇÃO

Grão-Mestre: Presidente do Senado Federal
Chanceler: Presidente da Câmara dos Deputados

MESA DA CÂMARA DOS DEPUTADOS	MESA DO SENADO FEDERAL
<u>PRESIDENTE</u> Deputado Severino Cavalcanti (PP-PE)	<u>PRESIDENTE</u> Senador Renan Calheiros (PMDB-AL)
<u>1º VICE-PRESIDENTE</u> Deputado José Thomaz Nonô (PFL-AL)	<u>1º VICE-PRESIDENTE</u> Senador Tião Viana (PT-AC)
<u>2º VICE-PRESIDENTE</u> Deputado Ciro Nogueira (PP-PI)	<u>2º VICE-PRESIDENTE</u> Senador Antero Paes de Barros (PSDB-MT)
<u>1º SECRETÁRIO</u> Deputado Inocêncio Oliveira (PMDB-PE)	<u>1º SECRETÁRIO</u> Senador Efraim Morais (PFL-PB)
<u>2º SECRETÁRIO</u> Deputado Nilton Capixaba (PTB-RO)	<u>2º SECRETÁRIO</u> Senador João Alberto Souza (PMDB-MA)
<u>3º SECRETÁRIO</u> Deputado Eduardo Gomes (PSDB-TO)	<u>3º SECRETÁRIO</u> Senador Paulo Octávio (PFL-DF)
<u>4º SECRETÁRIO</u> Deputado João Caldas (PL-AL)	<u>4º SECRETÁRIO</u> Senador Eduardo Siqueira Campos (PSDB-TO)
<u>LÍDER DA MAIORIA</u> Deputado Fernando Ferro (PT-PE)	<u>LÍDER DA MAIORIA</u> Senador Ney Suassuna (PMDB-PB)
<u>LÍDER DA MINORIA</u> Deputado José Carlos Aleluia (PFL-BA)	<u>LÍDER DA MINORIA</u> Senador José Jorge (PFL-PE)
<u>PRESIDENTE DA COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO E JUSTIÇA E DE CIDADANIA</u> Deputado Antonio Carlos Biscaia (PT-RJ)	<u>PRESIDENTE DA COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO, JUSTIÇA E CIDADANIA</u> Senador Antonio Carlos Magalhães (PFL-BA)
<u>PRESIDENTE DA COMISSÃO DE RELAÇÕES EXTERIORES E DE DEFESA NACIONAL</u> Deputado Aroldo Cedraz (PFL-BA)	<u>PRESIDENTE DA COMISSÃO DE RELAÇÕES EXTERIORES E DEFESA NACIONAL</u> Senador Cristovam Buarque (PT-DF)

Atualizado em 11.08.2005

CONGRESSO NACIONAL
CONSELHO DE COMUNICAÇÃO SOCIAL
(13 titulares e 13 suplentes)

(Criado pela Lei nº 8.389, de 30 de dezembro de 1991)
(Regimento Interno aprovado nos termos do Ato da Mesa nº 1, de 2004)

Presidente: Arnaldo Niskier
Vice-Presidente: Luiz Flávio Borges D'Urso

LEI Nº 8.389/91, ART. 4º	TITULARES	SUPLENTES
Representante das empresas de rádio (inciso I)	Paulo Machado de Carvalho Neto	Emanuel Soares Carneiro
Representante das empresas de televisão (inciso II)	Gilberto Carlos Leifert	Antônio de Pádua Teles de Carvalho
Representante de empresas da imprensa escrita (inciso III)	Paulo Tonet Camargo	Sidnei Basile
Engenheiro com notórios conhecimentos na área de comunicação social (inciso IV)	Fernando Bittencourt	Roberto Dias Lima Franco
Representante da categoria profissional dos jornalistas (inciso V)	Daniel Koslowsky Herz	Celso Augusto Schöder
Representante da categoria profissional dos radialistas (inciso VI)	Eurípedes Corrêa Conceição	Márcio Leal
Representante da categoria profissional dos artistas (inciso VII)	Berenice Isabel Mendes Bezerra	Stepan Nercessian
Representante das categorias profissionais de cinema e vídeo (inciso VIII)	Geraldo Pereira dos Santos	Antônio Ferreira de Sousa Filho
Representante da sociedade civil (inciso IX)	Dom Orani João Tempesta	Segisnando Ferreira Alencar
Representante da sociedade civil (inciso IX)	Arnaldo Niskier	Gabriel Priolli Neto
Representante da sociedade civil (inciso IX)	Luiz Flávio Borges D'Urso	Phelippe Daou
Representante da sociedade civil (inciso IX)	Roberto Wagner Monteiro	Flávio de Castro Martinez
Representante da sociedade civil (inciso IX)	João Monteiro de Barros Filho	Paulo Marinho

1ª Eleição Geral: Sessão do Congresso Nacional de 5.6.2002

2ª Eleição Geral: Sessão do Congresso Nacional de 22.12.2004

CONGRESSO NACIONAL
CONSELHO DE COMUNICAÇÃO SOCIAL
(Criado pela Lei nº 8.389, de 30 de dezembro de 1991)
(Regimento Interno aprovado nos termos do Ato da Mesa nº 1, de 2004)

COMISSÕES DE TRABALHO

(Conselheiros designados na Reunião do Conselho de Comunicação Social realizada em 4.4.2005)

01 - Comissão de Regionalização e Qualidade da Programação

- Paulo Tonet Camargo (Representante de empresas da imprensa escrita) - **Coordenador**
- Paulo Machado de Carvalho Neto (Representante das empresas de rádio)
- Gilberto Carlos Leifert (Representante das empresas de televisão)
- Eurípedes Corrêa Conceição (Representante da categoria profissional dos radialistas)
- Berenice Isabel Mendes Bezerra (Representante da categoria profissional dos artistas)
- Roberto Wagner Monteiro (Representante da sociedade civil)
- João Monteiro de Barros Filho (Representante da sociedade civil)

02 - Comissão de Tecnologia Digital

- Fernando Bittencourt (Eng. com notórios conhecimentos na área de comunicação social) - **Coordenador**
- Paulo Machado de Carvalho Neto (Representante das empresas de rádio)
- Paulo Tonet Camargo (Representante de empresas da imprensa escrita)
- Daniel Koslowsky Herz (Representante da categoria profissional dos jornalistas)
- Eurípedes Corrêa Conceição (Representante da categoria profissional dos radialistas)
- Berenice Isabel Mendes Bezerra (Representante da categoria profissional dos artistas)
- Geraldo Pereira dos Santos (Representante das categorias profissionais de cinema e vídeo)
- Luiz Flávio Borges D'Urso (Representante da sociedade civil)
- Roberto Wagner Monteiro (Representante da sociedade civil)

03 - Comissão de Radiodifusão Comunitária

- Geraldo Pereira dos Santos (Representante das categorias profissionais de cinema e vídeo) - **Coordenador**
- Paulo Machado de Carvalho Neto (Representante das empresas de rádio)
- Fernando Bittencourt (Eng. com notórios conhecimentos na área de comunicação social)
- Daniel Koslowsky Herz (Representante da categoria profissional dos jornalistas)
- Eurípedes Corrêa Conceição (Representante da categoria profissional dos radialistas)
- Dom Orani João Tempesta (Representante da sociedade civil)
- Roberto Wagner Monteiro (Representante da sociedade civil)
- João Monteiro de Barros Filho (Representante da sociedade civil)

04 - Comissão de TV por Assinatura

- Berenice Isabel Mendes Bezerra (Representante da categoria profissional dos artistas) - **Coordenadora**
- Paulo Machado de Carvalho Neto (Representante das empresas de rádio)
- Gilberto Carlos Leifert (Representante das empresas de televisão)
- Paulo Tonet Camargo (Representante de empresas da imprensa escrita)
- Daniel Koslowsky Herz (Representante da categoria profissional dos jornalistas)
- Roberto Wagner Monteiro (Representante da sociedade civil)
- João Monteiro de Barros Filho (Representante da sociedade civil)

05 - Comissão de Concentração na Mídia

- Gilberto Carlos Leifert (Representante das empresas de televisão) - **Coordenador**
- Paulo Machado de Carvalho Neto (Representante das empresas de rádio)
- Paulo Tonet Camargo (Representante de empresas da imprensa escrita)
- Fernando Bittencourt (Engenheiro com notórios conhecimentos na área de comunicação social)
- Daniel Koslowsky Herz (Representante da categoria profissional dos jornalistas)
- Geraldo Pereira dos Santos (Representante das categorias profissionais de cinema e vídeo)
- Dom Orani João Tempesta (Representante da sociedade civil)
- Roberto Wagner Monteiro (Representante da sociedade civil)

COMISSÃO PARLAMENTAR CONJUNTA DO MERCOSUL

Representação Brasileira

COMPOSIÇÃO

16 Titulares (8 Senadores e 8 Deputados) e 16 Suplentes (8 Senadores e 8 Deputados)

Mesa Diretora eleita em 28.04.2005

Presidente: Senador SÉRGIO ZAMBIASI	Vice-Presidente: Senador PEDRO SIMON
Secretário-Geral: Deputado DR. ROSINHA	Secretário-Geral Adjunto: Deputado LEODEGAR TISCOSKI

MEMBROS NATOS

Senador CRISTOVAM BUARQUE Presidente da Comissão de Relações Exteriores e Defesa Nacional do Senado Federal	Deputado AROLDO CEDRAZ Presidente da Comissão de Relações Exteriores e Defesa Nacional da Câmara dos Deputados
---	--

SENADORES

<u>TITULARES</u>	<u>SUPLENTES</u>
------------------	------------------

BLOCO DA MINORIA (PFL/PSDB)

JORGE BORNHAUSEN (PFL/SC)	1. JOSÉ JORGE (PFL/PE)
PAULO OCTÁVIO (PFL/DF)	2. ROMEU TUMA (PFL/SP)
SÉRGIO GUERRA (PSDB/PE)	3. EDUARDO AZEREDO (PSDB/MG)

PMDB

PEDRO SIMON (PMDB/RS)	1. SÉRGIO CABRAL (PMDB/RJ)
RAMEZ TEBET (PMDB/MS)	2. LEOMAR QUINTANILHA (PMDB/TO)

BLOCO DE APOIO AO GOVERNO (PT/PSB/PTB/PL/PPS)

SÉRGIO ZAMBIASI (PTB/RS)	1.
EDUARDO SUPLICY (PT/SP)	2.

PDT

	1.
--	----

P-SOL (Resolução nº 2/2000-CN)

	1 GERALDO MESQUITA JÚNIOR (P-SOL/AC)
--	--------------------------------------

DEPUTADOS

<u>TITULARES</u>	<u>SUPLENTES</u>
------------------	------------------

PT

DR. ROSINHA (PT/PR)	1. MANINHA (PT/DF)
MAURO PASSOS (PT/SC)	2. TARCÍSIO ZIMMERMANN (PT/RS)

PMDB

EDISON ANDRINO (PMDB/SC)	1. OSMAR SERRAGLIO (PMDB/PR)
--------------------------	------------------------------

Bloco PFL/Prona

GERVÁSIO SILVA (PFL/SC)	1. JOÃO HERRMANN NETO (PDT/SP) (cessão)
-------------------------	---

PSDB

JÚLIO REDECKER (PSDB/RS)	1. EDUARDO PAES (PSDB/RJ)
--------------------------	---------------------------

PP

LEODEGAR TISCOSKI (PP/SC)	1. CELSO RUSSOMANO (PP/SP)
---------------------------	----------------------------

PTB

ROBERTO JEFFERSON (PTB/RJ)	1. ARNALDO FARIA DE SÁ (PTB/SP)
----------------------------	---------------------------------

PL

WELLINGTON FAGUNDES (PL/MT)	1. MIGUEL SOUZA (PL/RO)
-----------------------------	-------------------------

PPS

JÚLIO DELGADO (PPS/MG)	1. CLÁUDIO MAGRÃO (PPS/SP)
------------------------	----------------------------

Secretaria: Câmara dos Deputados - Anexo II - Sala T/28 - 70160-900 Brasília - DF / Brasil

Telefone: (55) (61) 318-8232 Fax: (55) (61) 318-2154

cpcm@camara.gov.br

www.camara.gov.br/mercosul

CONGRESSO NACIONAL
COMISSÃO MISTA DE CONTROLE DAS ATIVIDADES DE
INTELIGÊNCIA

(Art. 6º da Lei nº 9.883, de 1999)

COMPOSIÇÃO

Presidente: Senador CRISTOVAM BUARQUE

CÂMARA DOS DEPUTADOS	SENADO FEDERAL
<u>LÍDER DA MAIORIA</u> FERNANDO FERRO PT-PE	<u>LÍDER DA MAIORIA</u> NEY SUASSUNA PMDB-PB
<u>LÍDER DA MINORIA</u> JOSÉ CARLOS ALELUIA PFL-BA	<u>LÍDER DA MINORIA</u> JOSÉ JORGE PFL-PE
<u>PRESIDENTE DA COMISSÃO DE RELAÇÕES EXTERIORES E DEFESA NACIONAL</u> AROLDO CEDRAZ PFL-BA	<u>PRESIDENTE DA COMISSÃO DE RELAÇÕES EXTERIORES E DEFESA NACIONAL</u> CRISTOVAM BUARQUE PT-DF

Atualizado em 11.08.2005

SECRETARIA-GERAL DA MESA DO SENADO FEDERAL
Subsecretaria de Apoio a Conselhos e Órgãos do Parlamento (SSCOP)
Telefones: 311-4561 e 311- 5255
sscop@senado.gov.br
www.senado.gov.br/ccai

CONGRESSO NACIONAL
CONSELHO DO “DIPLOMA DO MÉRITO EDUCATIVO DARCY
RIBEIRO”

Constituído pela Resolução nº 2, de 1999-CN, regulamentada pelo Ato Conjunto dos
Presidentes do Senado Federal e da Câmara dos Deputados nº 2, de 2001

Composição

(AGUARDANDO DESIGNAÇÃO)

Presidente: RENAN CALHEIROS⁽¹⁾

Deputados	Senadores
	Renan Calheiros ⁽²⁾

Atualizada em 24.2.2005

Notas:

⁽¹⁾ Presidência exercida pelo Presidente do Congresso Nacional, até que o Conselho realize eleição para esse fim, nos termos do art. 3º e parágrafo único da Resolução nº 2, de 1999-CN.

⁽²⁾ Membro nato, nos termos do art. 3º da Resolução nº 2, de 1999-CN.

SECRETARIA-GERAL DA MESA DO SENADO FEDERAL
Subsecretaria de Apoio a Conselhos e Órgãos do Parlamento (SSCOP)
Telefones: 311-4561 e 311-5255
sscop@senado.gov.br

SECRETARIA ESPECIAL DE EDITORAÇÃO E PUBLICAÇÕES

CNPJ 00.530.279/0005-49
Avenida N/2 S/Nº Praça dos Três Poderes – Brasília DF – CEP 70165-900
Fones: 311-3803 ou 311 3772 – Fax: (061) 224-5450

DIÁRIOS DO CONGRESSO NACIONAL PREÇO DE ASSINATURA SEMESTRAL

Diário do Senado Federal ou Diário da Câmara dos Deputados – s/o porte (cada)	R\$ 31,00
Porte do Correio	R\$ 96,60
Diário do Senado Federal ou Diário da Câmara dos Deputados – c/o porte (cada)	R\$ 127,60

PREÇO DE ASSINATURA ANUAL

Diário do Senado Federal ou Diário da Câmara dos Deputados – s/o porte (cada)	R\$ 62,00
Porte do Correio	R\$ 193,20
Diário do Senado Federal ou Diário da Câmara dos Deputados – c/o porte (cada)	R\$ 255,20

OBS: Caso sejam feitas as assinaturas dos Diários do Senado e da Câmara dos Deputados, receberá **GRACIOSAMENTE** o Diário do Congresso Nacional

NÚMERO AVULSO

Valor do número avulso	R\$ 0,30
Porte avulso	R\$ 0,80

ORDEM BANCÁRIA

UG - 020055	GESTÃO 00001
--------------------	-------------------------

Os pedidos deverão ser acompanhados de Nota de Empenho a favor do FUNSEEP ou fotocópia da Guia de Recolhimento da União-GRU, que poderá ser retirada no site: http://consulta.tesouro.fazenda.gov.br/gru/gru_simples.asp, código de recolhimento apropriado e o número de referência 28815-2 e 00002 e o código da Unidade favorecida – UG/gestão: 020055/00001 preenchida e quitada no valor correspondente à quantidade de assinaturas pretendidas e enviar a esta Secretaria.

OBS.: NÃO SERÁ ACEITO PEDIDO ATRAVÉS DE CHEQUE VIA CARTA PARA EFETIVAR ASSINATURA DOS DCNs.

Maiores informações pelo telefone (0XX-61) 311-3803 e 311-3772, fax: 224-5450
Serviço de Administração Econômico - Financeira/Controle de Assinaturas, falar com Mourão ou Solange.



EDIÇÃO DE HOJE: 198 PÁGINAS